

Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**ENTRE OS DOMÍNIOS DA METÁFORA E DA METONÍMIA:
UM ESTUDO DE PROCESSOS DE RECATEGORIZAÇÃO**

Silvana Maria Calixto de Lima

Fortaleza
2009

ENTRE OS DOMÍNIOS DA METÁFORA E DA METONÍMIA: UM ESTUDO DE PROCESSOS DE RECATEGORIZAÇÃO

Silvana Maria Calixto de Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística. Linha de Pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientadora:

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

Universidade Federal do Ceará/ CE

Co-Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

Universidade de Caxias do Sul/ RS

Fortaleza

2009

"Lecturis solutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

L71e

Lima, Silvana Maria Calixto de.

Entre os domínios da metáfora e da metonímia [manuscrito] : um estudo de processos de recategorização / por Silvana Maria Calixto de Lima. – 2009.

204 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza(CE), 03/04/2009.

Orientação: Prof. Dr.ª Mônica Magalhães Cavalcante.

Inclui bibliografia.

1-CATEGORIZAÇÃO(LINGUÍSTICA).2- LÍNGUA PORTUGUESA – REFERÊNCIA.
3-LÍNGUA PORTUGUESA – METONÍMIAS. 4-METÁFORA. 5-GRAMÁTICA
COGNITIVA. 6-ANÁLISE LINGUÍSTICA. I-Cavalcante, Mônica Magalhães, orientador.
II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística.III- Título.

CDD(22ª ed.) 469.5

87/09

SILVANA MARIA CALIXTO DE LIMA

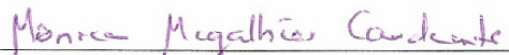
ENTRE OS DOMÍNIOS DA METÁFORA E DA METONÍMIA: UM ESTUDO DE PROCESSOS DE RECATEGORIZAÇÃO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Ciências Humanas da referida Universidade. A citação de qualquer trecho desta tese é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

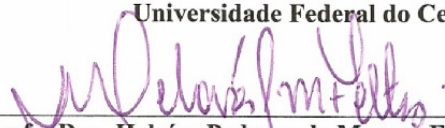
Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Aprovada em 03/04/2009

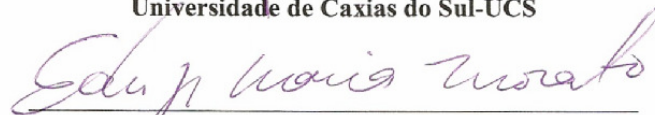
Banca Examinadora



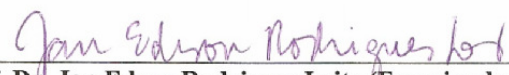
Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará-UFC




Profa. Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Co-Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul-UCS




Profa. Dra. Edwiges Maria Morato (Examinadora)
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP



Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba-UFPB



Profa. Dra. Emília Maria Peixoto Farias (Examinadora)
Universidade Federal do Ceará-UFC



Profa. Dra. Maria Elias Soares (Examinadora)
Universidade Federal do Ceará-UFC

*Aos meus pais, Jerônimo e Luizinha, pelo amor e estímulo
incondicionais.*

*À tia Zélia (“in memoriam”), pelo carinho e dedicação de
toda uma vida, precocemente ceifada.*

AGRADECIMENTOS

À Força Divina, que iluminou todas as etapas da árdua conquista deste grau acadêmico;

Aos meus familiares, Jerônimo, Luizinha, Solange, Simone, Júnior, Benvindo, Socorro, Clênio, Raphael, Felipe, Ítalo, Ives e Isadora, pelo carinho, confiança e compreensão, principalmente nos momentos em que a minha ausência do convívio familiar se fez necessária;

À Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, pela amizade sincera, competência e disponibilidade na condução da orientação desta tese, estimulando, de forma muito significativa, os avanços na minha formação como pesquisadora; pela confiança em mim depositada e pelo respeito às minhas posições no desenvolvimento deste estudo;

À Profa. Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, pela generosidade em coorientar esta tese, com competência e dedicação, acreditando no meu potencial para enveredar pela fascinante área da Linguística Cognitiva, sem descuidar da delicadeza e seriedade desta trajetória, mas instigando-me a avançar sem medo; pelas inúmeras oportunidades de interlocução, que muito contribuíram para solidificar a minha formação; pela amizade, apoio e carinho nos momentos de desânimo, quando os desafios ganhavam forma gigantesca;

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, pelas contribuições para a minha formação acadêmica e profissional;

À Profa. Dra. Maria Elias Soares, em especial, pelo apoio, carinho e amizade sincera;

À Profa. Dra. Ingedore Villaça Koch, pela participação e contribuições na minha primeira qualificação de tese;

À Profa. Dra. Emília Maria Peixoto Farias, pela participação e contribuições nas duas etapas de qualificação desta tese;

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, pela gentileza e disponibilidade;

Aos colegas de minha turma de doutorado (2005.1), pelo companheirismo e amizade, em especial, Elisabeth Catunda, Socorro Cláudia e Vilani Soares, pela convivência mais próxima;

À amiga Bárbara Melo, que seguiu comigo nesta jornada, pela paciência, apoio e carinho, principalmente nos momentos mais difíceis;

Ao meu amigo Diógenes Buenos Aires, por quem tenho muito apreço, pelo incentivo constante, pela atenção, carinho e apoio de todas as horas;

Aos meus colegas Prof. Dr. Ricardo Leite e Profa. Dra. Helenice Costa, pela oportunidade de crescimento nas ricas interlocuções sobre temas da Cognição;

À colega Profa. Ana Cristina Cunha, pela colaboração na revisão das traduções de língua inglesa;

Aos colegas do Grupo Protexito (UFC), pelo companheirismo e oportunidades de interlocução;

Ao professor Airton Sampaio, pelo carinho e pela disponibilidade em discutir a temática do *corpus* analisado, além da colaboração na revisão final deste trabalho;

Às religiosas do Recanto do Sagrado Coração de Jesus, pela acolhida generosa durante a minha estada em Fortaleza;

Aos membros da Banca Examinadora, pela presteza em atenderem a minha solicitação e pelas contribuições significativas para a versão final da tese;

À FUNCAP, pela concessão de uma bolsa de estudos durante o período do doutorado;

À Universidade Estadual do Piauí, pela liberação de minhas atividades profissionais, o que me possibilitou a total dedicação ao desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a recategorização no processo de referenciação. A partir das análises propostas, argumentamos por uma noção mais ampla desse fenômeno, que pode, ou não, revelar-se por, e concentrar-se em, expressões referenciais, diferentemente do que propõem Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995), pioneiros na investigação desse tema no âmbito da Linguística de Texto, cuja abordagem se restringia às recategorizações lexicais, numa perspectiva textual-discursiva. Partindo do pressuposto da natureza cognitivo-referencial da recategorização, postulamos, inicialmente, a necessidade de uma interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva para levar em conta a complexidade e a dinamicidade desse processo, em termos descritivos e explanatórios. Centramo-nos no tratamento de recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias, levantando duas hipóteses encadeadas: a primeira a da existência de um tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia, e a segunda a da abordagem das recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias na perspectiva de um *continuum*. Para a construção da interface postulada, recorreremos à Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987, e colaboradores). O pressuposto básico dessa teoria é o de que o conhecimento se organiza por meio de estruturas denominadas de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), compreendendo-se que a estrutura de categorias e os efeitos prototípicos resultam dessa organização. Reunimos a essa fundamentação os estudos cognitivos que sugerem o tratamento da metáfora e da metonímia como processos interativos (GOOSSENS, 2003; BARCELONA, 2003), com abertura para a sua concepção como um *continuum* (RADDEN, 2003). Sob esses fundamentos, analisamos ocorrências de recategorização instanciadas por metáforas e metonímias num *corpus* constituído por quatro poemas de autores da literatura brasileira sobre a temática da morte. Os passos metodológicos desta aplicação do modelo da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados seguem parcialmente a proposta de análise desse modelo elaborada e aplicada em Feltes (2007), mas acrescentamos ao modelo da autora os MCIs proposicionais do tipo *frame*, por meio dos quais evocamos a descrição dos MCIs metafóricos e metonímicos e, conseqüentemente, dos MCIs de esquemas de imagens. Os resultados da análise apontam para a validação das hipóteses formuladas, possibilitando um redimensionamento da abordagem da recategorização, até então só fundamentada pelo aparato teórico da Linguística de Texto, de forma que a interface com a Linguística Cognitiva traz contribuições significativas para o trato da complexidade desse fenômeno linguístico, uma vez que possibilita o alcance dos processos cognitivos que lhe subjazem. E é exatamente o entendimento desses processos que amplia o potencial explanatório no redimensionamento da recategorização.

Palavras-chave: Recategorização; Metáfora; Metonímia; Modelos Cognitivos Idealizados.

ABSTRACT

The object of this study is recategorization in the referentiation process. From the proposed analyses, we argue for a broader notion of this phenomenon, which may or may not reveal itself in referential expressions and yet be concentrated on these. Apothéloz and Reichler-Béguelin (1995), the pioneers in the investigations concentrated on this theme to the extent of Textual Linguistics, whose approach was restricted to lexical recategorizations in a textual-discursive perspective. On the assumption of cognitive-referential nature of recategorization, we postulate, initially, the need for an interface between the Textual Linguistics and the Cognitive Linguistics to account for the complexity and dynamics of this process, in descriptive and explanatory terms. We focus on recategorizations treatment licensed by metaphors and metonymy, raising two linked hypotheses: the first dealing with the existence of a sort of recategorization through interaction among metonymy-metaphor, and the second addressing the recategorizations licensed by metaphors and metonymy in the context of a continuum. For the construction of the postulated interface, we used the Theory Of Idealized Cognitive Models (Lakoff, 1987, and collaborators). The basic assumption of this theory is that knowledge is organized through structures called Idealized Cognitive Models (ICMs), and that the structure of categories and the effects are prototypical products of that organization. To this fundamentation we associated the cognitive studies that suggest that the treatment of metaphor and metonymy is an interactive processes (GOOSSENS, 2003, BARCELONA, 2003), with opening for the design of these cognitive processes from the perspective of a continuum (RADDEN, 2003). Furthermore, we analyzed occurrences of recategorization instantiated by metaphors and metonymy in a corpus consisting of four poems belonging to four authors from the Brazilian literature on the subject of death. The methodological steps of applying the model of the theory of Idealized Cognitive Models follows partially the proposed analysis model developed and applied in Feltes (2007), but we added to the model of the author the ICMs propositional-type frame, by which we evoked the description of the metaphorical and metonymy ICMs and, consequently, the description of the ICMs image schemes. The results point to the validation of the assumptions made, allowing a redefinition of the recategorization approach, until then only based on the theoretical Textual Linguistics apparatus, so that the interface with the Cognitive Linguistics brings significant contributions to the treatment of this complex linguistic phenomenon, once it allows the scope of the cognitive processes that underlie them. It is exactly the understanding of processes that extends the potential explanatory in the resizing of recategorization.

Keywords: Recategorization; Metaphor; Metonymy; Idealized Cognitive Models.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Representação da radialidade da categoria MÃE	96
FIGURA 2 – Metáfora a partir de uma metonímia.....	117
FIGURA 3 – Metonímia dentro da metáfora.....	120
FIGURA 4 – Do literal ao metafórico: MAIS e ACIMA.....	131
TABELA 1 – <i>Continuum</i> literal-metonímico-metafórico	130
QUADRO 1 – Definição dos <i>frames</i> do poema 1	148
QUADRO 2 – Definição dos <i>frames</i> do poema 2	166
QUADRO 3 – Definição dos <i>frames</i> do poema 3	177
QUADRO 4 – Definição dos <i>frames</i> do poema 4	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A RECATEGORIZAÇÃO	16
1.1 A perspectiva da referenciação: quando os objetos de discurso não espelham a realidade	17
1.2 A visão pioneira da recategorização lexical	29
1.3 A recategorização: definindo o enfoque	42
1.4 Recategorizações metafóricas e metonímicas: particularizando o objeto de investigação.....	57
2 A LINGUÍSTICA COGNITIVA.....	65
2.1 A perspectiva da Linguística Cognitiva	66
2.2 Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI): uma proposta de modelo para a organização do conhecimento	73
2.2.1 Os fundamentos da TMCI.....	74
2.2.2 Tipos de modelos cognitivos idealizados (MCIs)	82
2.2.2.1 Modelos cognitivos de esquemas de imagens	82
2.2.2.2 Modelos cognitivos proposicionais	87
2.2.2.3 Modelos cognitivos simbólicos	97
2.2.2.4 Modelos cognitivos metonímicos	99
2.2.2.5 Modelos cognitivos metafóricos	105
2.3 A interação metáfora-metonímia	115
2.4 A perspectiva do <i>continuum</i> metáfora-metonímia	128
3 A CONSTRUÇÃO DA INTERFACE.....	138
3.1 Procedimentos metodológicos	138
3.1.1 Método	138
3.1.2 Definição do <i>corpus</i>	139
3.1.3 Procedimentos de análise	141
3.2 Aplicação do modelo de análise.....	142
3.2.1 Análise do poema 1	145
3.2.2 Análise do poema 2	164
3.2.3 Análise do poema 3	175
3.2.3 Análise do poema 4	181
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS	196

INTRODUÇÃO

Os trabalhos que tratam do fenômeno linguístico da recategorização, investigado no âmbito da Linguística de Texto, ainda têm sabor de novidade na Academia. A literatura mostra, como pioneiro, o artigo escrito por Apothéloz e Reichler-Béguelin, em 1995, intitulado *Construction de la référence et stratégies de désignation*. Nele, os autores, assumindo a concepção de referência não-extensional ou referenciação, na terminologia proposta por Mondada e Dubois (1995), postulam que o léxico de uma língua natural representa não um estoque de etiquetas prontas para rotular a realidade do mundo, mas um conjunto de recursos utilizados pelos sujeitos nas operações de designação. Dessa forma, definem a recategorização lexical como o processo pelo qual os falantes designam os referentes, durante a construção do discurso, selecionando a expressão referencial mais adequada a seus propósitos. Isso significa que o falante dispõe de uma série aberta de expressões para nomear um referente, mas essas expressões podem sofrer constantes reformulações, de acordo com as diferentes condições enunciativas. Ou seja, podem ser recategorizadas.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) não só apresentam a recategorização como uma estratégia de designação, mas também delineiam uma proposta de classificação para esse tipo de ocorrência linguística, decerto não isenta de críticas, dada uma certa falta de homogeneidade nos critérios adotados para tal. Entretanto, a despeito disso, há que se lhe considerar os méritos, pois vem servindo de lastro para outras formulações mais precisas sobre a matéria, a exemplo de Cavalcante (2003), Lima (2003), Tavares (2003) e Ciulla e Silva (2008), dentre outros. Temos por certo, também, que, apesar dos avanços desses e de outros estudos em relação à abordagem primeira de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), todos realizados no âmbito da Linguística de Texto, ainda não se alcançou satisfatoriamente a descrição dos aspectos cognitivos inerentes ao fenômeno, de forma a redimensionar a sua própria concepção.

Por isso, nesta pesquisa, elegemos como objeto de estudo a recategorização no processo de referenciação, vislumbrando uma noção mais ampla desse fenômeno, o qual, pelo nosso entendimento, pode, ou não, revelar-se por, e concentrar-se em, expressões referenciais, indo além do que propõem Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), que restringem a sua abordagem às recategorizações lexicais. Para tanto, investigamos ocorrências de recategorização licenciadas por metáforas e metonímias, propondo, inicialmente, a necessidade de uma interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva na descrição desse mecanismo linguístico, aqui tratado, então, numa perspectiva cognitivo-referencial. Essa interface também se faz necessária na validação de duas outras hipóteses encadeadas: a primeira a da existência de um tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia, e a segunda a da abordagem das recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias na perspectiva de um *continuum*.

O caminho seguido, neste estudo, para a construção dessa interface, é a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987, e colaboradores), que pode ser definida, sumariamente, como uma proposta de modelo para organização do conhecimento ou, ainda, como o núcleo teórico da Semântica Cognitiva, conforme Feltes (2007). Segundo essa teoria, cuja base filosófica é experiencialista, o conhecimento se organiza por meio de estruturas denominadas de modelos cognitivos idealizados (MCIs), firmando-se o pressuposto de que a estrutura de categorias e os efeitos prototípicos resultam dessa organização. Como acrescenta Feltes (2007), a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (doravante TMCI) dá sustentação a uma semântica conceitual fundamentada na capacidade de conceitualização humana, compreendendo-se que as categorias decorrem de relações entre modelos cognitivos (experienciais) e o mundo. Na descrição do referido modelo teórico, reunimos alguns estudos cognitivos que sugerem o tratamento da metáfora e da metonímia como processos interativos (GOOSSENS, 2003; BARCELONA, 2003), com abertura para a concepção desses processos cognitivos na perspectiva de um *continuum* (RADDEN, 2003), tendo em vista as duas outras hipóteses delineadas para o estudo.

A propósito dessas hipóteses, é fato que a interação metáfora-metonímia já é considerada como uma importante e corrente questão teórica no interior da Linguística Cognitiva. Dirven (2003) reconhece que tem sido esse o foco mais saliente nas pesquisas da metáfora e da metonímia na última década, constituindo-se um alvo em potencial para futuras investigações. Entretanto, as investigações já realizadas sobre a questão ainda não alcançaram a dimensão do texto/discurso, a exemplo do trabalho precursor de Goossens (2003), que faz

um estudo sistemático de diferentes padrões de interação entre metáfora e metonímia. Todos esses trabalhos se restringem ao estudo de *corpora* constituídos, em sua maioria, por expressões linguísticas totalmente desprovidas de seu contexto de uso, quando não se limitam a simulações da atividade discursiva. Compreendemos que isso possa se dar devido ao foco da Linguística Cognitiva incidir nos processos cognitivos, e não na manifestação das expressões linguísticas em si mesmas, mas isso não impede que fenômenos cognitivo-referenciais, como a recategorização, sejam investigados à luz desse paradigma, como assumimos, nesta tese, ao postular um tipo de recategorização licenciada pela interação metáfora-metonímia.

A proposição da interação metáfora-metonímia encadeia a proposta de tratamento desses processos na perspectiva de um *continuum*. Isso porque, segundo Radden (2003), as fronteiras entre esses processos, podem, por vezes, ser fluidas, o que o leva a postular a existência de casos intermediários, ou seja, aqueles em que metáfora e metonímia interagem entre si. Essa perspectiva do *continuum* fundamenta a nossa outra hipótese, a de que as recategorizações instanciadas por metáforas e por metonímias, admitido o pressuposto da existência de recategorizações por interação metáfora-metonímia, podem também ser tratadas na perspectiva de um *continuum*.

Ao propor, na descrição do fenômeno da recategorização, uma interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva, temos como foco o desvelamento do processamento cognitivo que subjaz à construção desse tipo de ocorrência linguística, particularmente as recategorizações licenciadas por metáforas e por metonímias. Tal posicionamento tem como consequência inevitável um maior peso dado, na constituição deste estudo, a essa última área. Advertimos, contudo, que isso não significa o alijamento ou diminuição do papel dos estudos já desenvolvidos no âmbito da Linguística de Texto em relação à investigação da matéria, conduzidos, em sua maioria, por uma perspectiva textual-discursiva. Longe disso, o nosso intuito é estabelecer um diálogo produtivo entre as duas áreas, o qual permita ampliar a abordagem da recategorização em termos descritivos e explanatórios, considerando que é este um fenômeno de natureza complexa cuja explicitação não se esgota na superfície do texto, como, aliás, a própria Linguística de Texto já sinaliza (MARCUSCHI; KOCH, 2002; CAVALCANTE, 2005, MARCUSCHI, 2005). Compreendemos, assim, que a imersão no nível das estruturas e funcionamento cognitivo, base deste estudo, pode trazer um maior discernimento do objeto da recategorização, mesmo que o seu tratamento se restrinja aqui aos tipos instanciados por metáforas e por metonímias. É que por essa via vislumbramos um tratamento da recategorização não atrelado a remissões

ou retomadas de itens lexicais, mas redimensionador da concepção primeira, a de recategorização “lexical”, no âmbito da Linguística de Texto (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995).

Uma descrição sumária do plano de desenvolvimento desta tese, na sequência, a apresenta dividida em três capítulos.

O Capítulo 1 centra-se na definição do objeto eleito para o estudo: a recategorização. Inicialmente, apresentamos a perspectiva da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 1995) em que residem os fundamentos primeiros do mencionado objeto. Em seguida, traçamos um percurso do tratamento da recategorização no âmbito da Linguística de Texto, abordando desde o estudo pioneiro de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) até os trabalhos que visam conferir uma dimensão maior ao fenômeno (LIMA, 2003; CAVALCANTE, 2005; JAGUARIBE, 2007; LEITE, 2007; CIULLA e SILVA, 2008). Na descrição desse percurso, definimos o nosso enfoque da recategorização como um processo de natureza cognitivo-referencial e, num segundo momento, particularizamos os tipos de recategorização investigados na pesquisa, ou seja, as recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias. Na abordagem desses tipos, demonstramos as evidências da necessidade de uma interface com a Linguística Cognitiva, para levar em conta a complexidade e dinamicidade da recategorização.

O Capítulo 2 é dedicado à abordagem da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), modelo teórico basilar para a análise empreendida no Capítulo 3. A apresentação do modelo se baseia em Lakoff (1987), que erige os seus fundamentos, mas é também enriquecida pela leitura de Feltes (2007), que realça as potencialidades da sua arquitetura, bem como pelos trabalhos que têm ampliado o campo de investigação dos modelos metafóricos e metonímicos (e.g., LAKOFF; JOHNSON, 1999; KÖVECSES, 2005), considerando a relação mais estreita que este estudo guarda com tais modelos. À descrição da TMCI, agregamos também estudos que tratam da questão da interação metáfora-metonímia (GOOSSENS, 2003; BARCELONA, 2003), endereçando a perspectiva do *continuum* no tratamento desses processos (RADDEN, 2003). A apresentação desse conjunto de fundamentos teóricos está precedida por um panorama da Linguística Cognitiva, possibilitando uma contextualização dessa área, convocada para a construção da interface no tratamento da recategorização. Como o Capítulo concentra a maior parte dos fundamentos teóricos evocados na análise procedida no estudo, é natural que tenha ele uma extensão superior aos demais.

O Capítulo 3 corresponde à análise mesma do *corpus* constituído para o estudo. Expomos, inicialmente, os procedimentos metodológicos, que incluem a descrição do método e a constituição do *corpus*, seguidos dos procedimentos de análise, quer sejam as suas etapas de desenvolvimento, quer sejam os passos analíticos na aplicação da TMCI. Esses passos seguem parcialmente a proposta de análise desse modelo elaborada e aplicada em Feltes (2007), mas a ela são acrescidos os modelos proposicionais do tipo *frame*, por meio dos quais se evoca a descrição dos modelos metafóricos e metonímicos e, conseqüentemente, os modelos de esquemas de imagens. O modelo de análise é então aplicado a um *corpus* constituído por quatro poemas de escritores da literatura brasileira sobre a temática da morte, ocorrendo a escolha dessa modalidade textual em razão de sua potencialidade para o estudo do objeto da recategorização, considerando que a sua estrutura coesiva fica, em grande parte, a cargo das expressões nominais. Da mesma forma, a opção pela temática da morte foi motivada, principalmente, pela sua complexidade conceitual e pelo seu alto grau de abstração, sem dizer da sua riqueza, derivada de crenças e valores socioculturais.

As conclusões que resultam dessa análise configuram um quadro de validação das hipóteses que guiaram esta pesquisa.

A RECATEGORIZAÇÃO

A instituição do texto como objeto de estudo da Linguística, em meados da década de 1960, é um marco significativo na evolução dos estudos linguísticos, passando a vigorar o entendimento de que as práticas de linguagem são muito mais abrangentes do que a tradicional abordagem do modelo Estruturalista, centrado numa perspectiva de investigação da língua tão-somente no nível da frase. Entra em cena, assim, uma concepção de análise linguística com evocação dos elementos da enunciação, dentre eles o contexto e as intenções e atitudes do sujeito, extrapolando-se, portanto, os limites da sentença. É sob esse lastro que se assenta a Linguística de Texto, área da Ciência da Linguagem em que toma lugar o nosso objeto de estudo – a recategorização no processo de referenciação.

Na primeira parte deste Capítulo, fazemos uma contextualização, em termos mais gerais, do referido objeto, abordando desde o estudo pioneiro de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) até os trabalhos que visam conferir uma dimensão maior ao fenômeno (LIMA, 2003; CAVALCANTE, 2005; JAGUARIBE, 2007; LEITE, 2007; CIULLA e SILVA, 2008), traçando, assim, um percurso de tratamento da recategorização na agenda dos estudos linguísticos. Nesse percurso, também definimos os limites da recategorização impostos a este estudo, considerando que o fenômeno já ganha hoje contornos mais amplos, que ultrapassam o nosso recorte de investigação. Antes, porém, apresentamos, como pano de fundo, a perspectiva da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 1995; APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995), na qual residem os fundamentos primeiros do objeto eleito para a presente pesquisa. Na segunda parte, particularizamos os tipos de recategorização aqui investigados: as recategorizações instanciadas por metáforas e por metonímias. É nessa etapa que começamos a tecer os primeiros fios de nosso argumento de uma necessária interface com a Linguística Cognitiva para uma abordagem da complexidade do fenômeno da recategorização que, assim visto, precisa ser redimensionado na forma como vem sendo concebido pela Linguística de Texto. A construção de um caminho para essa interface será, pois, o nosso maior desafio neste estudo.

1.1 A perspectiva da *referenciação*: quando os objetos de discurso não espelham a realidade

A trajetória da Linguística de Texto, desde os primórdios, na década de 1960, carrega em sua subjacência diferentes concepções de texto¹, que emanam dos estudos empreendidos nessa área. É a partir delas que se configuram diversificados estágios no desenvolvimento do campo referido, a exemplo da sistematização proposta por Beaugrande (1997)². Não intentamos proceder a uma descrição pormenorizada desses períodos, mas cremos relevante, para a própria contextualização da perspectiva da referenciação, explicitar as várias concepções de texto assumidas no interior da Linguística de Texto. Para tanto, recorremos a Koch (2004a), cujo prefácio apresenta uma síntese dessas concepções, as quais se encontram diluídas ao longo da referida obra. Numa escala ascendente, são aí elencadas as seguintes concepções, com a ressalva de que algumas podem, em determinados momentos, imbricar-se.

1. texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
2. texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
3. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
4. texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
5. texto como discurso ‘congelado’, como *produto* acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
7. texto como *processo* que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
8. texto como lugar de interação entre os atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitiva-interacional). (KOCH, 2004a, xii).

Do exposto, nota-se a evolução de uma concepção de texto de base gramatical para uma outra de fundamento sociocognitivo-interacional, que amplia, sobremaneira, o foco de abordagem do objeto da Linguística de Texto. A referenciação emerge no quadro dessa última concepção, constituindo-se como uma abordagem relativamente nova no âmbito da Linguística de Texto, que abre o leque para uma revisão e aprofundamento de importantes questões atinentes à produção textual do sentido, daí voltarmos nossa atenção, mais

¹ Com base em Beaugrande (1997), podemos afirmar que a Gramática, a Retórica, a Lógica e a Filologia são precursoras *latu sensu* da Linguística de Texto. É fato que, mesmo com propósitos diferentes, essas disciplinas já se utilizavam da concepção de texto na constituição de seus quadros.

² Beaugrande (1997) reconhece três estágios na evolução da Linguística de Texto: o das gramáticas textuais, o do conceito de *textualidade* e o da textualização ou processamento discursivo.

especificamente, para os fundamentos da concepção de texto de base sociocognitiva-interacional, à qual a referência se filia.

Koch (2004a) relata que, a partir da década de 1980, ocorreu, na trajetória da Linguística de Texto, a chamada “virada cognitivista”. A obra, de Beaugrande e Dressler, “Introdução à Linguística de Texto”, lançada em 1981, representa um dos marcos dessa fase. Nela, os autores, convictos de que o texto é “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação”³ (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997 [1981], p. 74), advogam uma abordagem procedural do texto em que passam a ter lugar, dentre outras, as operações de ordem cognitiva envolvidas na sua produção e recepção. Segundo eles, caberia à Linguística de Texto desenvolver modelos procedurais capazes de refletir “as operações responsáveis pela forma como os textos são criados e utilizados”⁴ (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997 [1981] p. 85). Podemos dizer que, a partir dessa fase, os aspectos cognitivos se veem chamados com maior força a compor o quadro da Linguística de Texto, porque se tornam pressupostos na descrição do processamento textual, viabilizado por diferentes estratégias.

Ocorre que, nesse primeiro momento da “virada cognitivista”, quando se instaura a concepção de texto como *processo*, a Linguística de Texto lança mão de aporte teórico advindo da Inteligência Artificial e da Psicologia Cognitiva, não alcançando, ainda, uma dimensão maior de explicitação do processamento textual. Isso se dá, dentre outros fatores, pelas restrições advindas de uma visão de mente não-corpórea, predominante, à época, no escopo dessas disciplinas. Assim, as tentativas de simulação de modelos de processamento textual, a exemplo de Van Dijk e Kintsch (1983)⁵, ainda se encontram muito presas ao modelo da mente computacional, base do cognitivismo clássico, em que a cognição é concebida como um sistema de representações simbólicas, passando a mente a operar como um processador mecânico de informações. Apesar disso, essas primeiras incursões pelo tratamento do nível textual, creditadas aos estudiosos da Psicologia Cognitiva, tiveram significativa importância para o desenvolvimento da Linguística de Texto. A ampliação do conceito de coerência e a investigação da coerência global do texto, a partir dos trabalhos de Van Dijk, como atestam Koch e Cunha-Lima (2004), trazem à cena uma série de elementos mobilizados na construção

³ [...] um texto es un documento de decisiones, selecciones y combinaciones.

⁴ [...] lãs operaciones responsables del control de los recursos mediante los cuales se crean y se utilizan los textos.

⁵ Esclarecemos que essa ilustração diz respeito ao trabalho dos autores no período descrito. Temos ciência de que o tratamento do processamento textual, por parte da Psicologia Cognitiva, já passou por evoluções que trouxeram contribuições significativas para o desenvolvimento dos estudos atuais da Linguística de Texto.

dos sentidos do texto, como os fatores linguísticos e interacionais e o conjunto de conhecimentos sociais. Como bem asseveram as autoras,

a natureza, a estrutura, o armazenamento e o processamento desses conhecimentos são questões fundamentais para a Linguística Textual desde, pelo menos, a década de 1980. Isso fez com que a Linguística Textual passasse a ter a necessidade de refletir sobre fenômenos como memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo, precisando postular ou adotar um modelo de cognição que desse conta dos fenômenos encontrados na análise do texto. (KOCH; CUNHALIMA, 2004, p. 291).

Acrescentam, ainda, que toda essa conjuntura contribuiu decisivamente para a elaboração de um dos principais pressupostos da Linguística de Texto: o de que nenhum texto é completamente explícito. Revela-se, assim, que os processos de produção e compreensão de texto não se atrelam simplesmente à disposição das formas lexicais, mas dependem, sobretudo, da mobilização de um conjunto de informações sugeridas ou apontadas no/pelo texto, de sorte que é o grau de mobilização delas pelo ouvinte/leitor que vai dar garantias da construção dos sentidos globais de um texto. Em outros termos, a compreensão do texto depende da ativação de uma gama de conhecimentos partilhados e, para explicar a forma como esses conhecimentos são organizados no processamento textual, a Linguística de Texto recorre a modelos erigidos no interior das Ciências Cognitivas⁶, que passam a ser usados para explicar, por exemplo, a construção de inferências, como a teoria dos esquemas de Rumelhart (1980), a teoria dos *frames* de Minsky (1975) e a teoria dos *scripts* de Schank e Abelson (1977), entre outros.

Apesar desse salto para uma concepção de texto de base cognitivista, é somente numa fase posterior que a Linguística de Texto, acompanhando a evolução das Ciências Cognitivas para uma visão de mente corpórea⁷, perfila uma concepção de texto mais abrangente, em que, além dos aspectos cognitivos, procura conjugar, à construção do significado linguístico, aspectos sociais e culturais. Referimo-nos à visão de texto de base sociocognitiva-interacional, assumida pela Linguística de Texto em seu estágio atual de desenvolvimento, conforme se depreende de Koch (2004a).

Em linhas gerais, a Hipótese Sócio-Cognitiva da Linguagem, como designa Salomão (1999), erige-se de reflexões sobre a significação de cunho cognitivista, a que se somam contribuições de estudos que focalizam a interação e a dimensão cultural da cognição

⁶ É óbvio que aqui nos referimos à primeira geração das Ciências Cognitivas, cujos fundamentos ainda se pautavam por uma visão de mente não-corpórea.

⁷ Por essa visão, não se opera uma separação estanque entre mente e corpo. No Capítulo 2, trataremos dessa concepção, em maiores detalhes.

humana. Não obstante, não se pautam elas por um cognitivismo clássico ou modularista, caracterizado por uma dicotomia fechada entre “sujeito cognitivo” e “realidade cognoscível”, mas por convicções construcionistas/ interacionistas, no dizer de Salomão (1999). Assim sendo, alinham-se a uma visão de cognição corporificada, pela qual se compreende que “os processos cognitivos estão profundamente enraizados nas interações do corpo com o mundo”⁸ (WILSON, 2002, p. 625). Admitindo que a criação de conhecimentos é, por excelência, uma relação do sujeito com o mundo, a autora acrescenta que

a capacidade da linguagem, herança da espécie, permite a produção de infinitas representações, através das quais os sujeitos se conhecem e se dão a conhecer, ajustam a situação em que se encontram a conhecimentos previamente acumulados, e criam novos conhecimentos. (SALOMÃO, 1999, p. 74).

As três premissas básicas da Hipótese Sócio-Cognitivista, como define Salomão (1999), são *a escassez do significante, a semiologização do contexto e o drama da representação*. A primeira premissa, segundo a autora, pode ser constatada por meio de uma característica primordial do processo de significação, ou seja, *a subdeterminação do significado pelo significante*, pelo que se compreende que o processo de significação não se torna inteligível por propriedades intrínsecas da forma. Como melhor explica Miranda (1999, p. 61), esse pressuposto “implica tomar a forma linguística, o significante, como instrução, como pista suscitadora das tarefas semântico-sociais da linguagem”. Nessa perspectiva, o processo de interpretação da linguagem é entendido como dinâmico, constituindo-se, de fato, como uma atividade de construção conceitual, não cabendo, pois, conceber um *significante-portador-do-sentido*, como adverte Salomão (1999).

Uma situação que ilustra claramente esse pressuposto, apresentada pela autora, diz respeito ao uso do sintagma nominal “uma boa prova”, cuja “significação literal” incorpora, indubitavelmente, a perspectiva de quem produz esse enunciado. Assim, o sintagma pode designar “a qualidade das questões propostas”, quando emitido por um professor ao término da elaboração de uma bateria de questões, ou pode designar “a qualidade das soluções propostas”, se proferido por um aluno ao cabo da resolução das questões. Tal fato corrobora também a reivindicação da Hipótese Sócio-Cognitivista de que aquilo que é da ordem da informação extralinguística não deve estar na periferia do processo de interpretação da linguagem, como se posicionam os estudos clássicos da significação, mas no centro mesmo do processo. Desse modo, ratifica-se o posicionamento de que as significações

⁸ [...] cognitive processes are deeply rooted in the body's interactions with the world.

“resultam do trabalho local da interpretação, guiada pelo sinal linguístico e pelos outros sinais que o refinam e o complementam” (SALOMÃO, 1999, p. 67).

A segunda premissa, a da *semiologização do contexto*, mantém, conforme Salomão (1999), uma correlação indiscutível com a primeira. A autora explica que, mesmo admitindo o papel decisivo da dimensão contextual no trato do fenômeno linguístico, como é próprio das abordagens funcionalistas, o que se observa, em muitas dessas abordagens, é “uma concepção de contexto reduzida a um conjunto de variáveis estáticas (espácio-temporais, sociais e situacionais)” (SALOMÃO, 1997, p. 26), sendo essas variáveis consideradas tipicamente como variáveis não-linguísticas. Para que se possa abarcar produtivamente a interatividade das diversas semioses, quando se trata de contexto, é preciso, segundo Salomão (1999), apresentar a noção de foco ou enquadramento, daí por que não admite ela uma distinção polarizada entre linguagem e contexto.

Mais útil será distinguir entre instruções verbais para construir configurações cognitivas e outras instruções semiológicas, variavelmente focadas, e que tanto podem corresponder a suposições integráveis ao senso comum ou informações específicas no chão da interação. Em todo caso, em uma ou outra situação, tratamos de instruções, pistas, sinais, que podem ou não ocupar o centro da atenção comunicativa. (SALOMÃO, 1999, p. 69).

Por essa premissa, fica claro que a Hipótese Sócio-Cognitivista almeja uma definição de contexto mais ampla, prevalecendo, consoante a argumentação da autora, o entendimento de que nem sempre a pista verbal ocupa o lugar de evento comunicativo focal. Interessante ainda é que, para Salomão (1999), o mundo é também sinal para quem o conceptualiza.

A terceira premissa, no dizer da autora, é um preceito decorrente das duas primeiras. Trata-se do princípio de que *interpretar é representar, no sentido dramático de representação*. Ela destaca dois pontos primordiais na definição desse princípio, sendo o primeiro deles o de que “fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo)” (SALOMÃO, 1999, p. 71). Assim sendo, não há construção do sentido sem que se assuma um determinado posicionamento sobre uma cena, o qual pode ser, no curso da encenação, passível de mudança. É desse ângulo que Salomão (1999), apoiando-se em Goffman, afirma que todo encontro (i.e., interação comunicativa) se concebe como dramático, pois participar de uma interação comunicativa implica necessariamente estar inserido num determinado enquadre (ou “frame”), exercendo um determinado papel comunicativo.

O segundo ponto diz do caráter semantizante de toda experiência social, compreendendo-se que, para atuar numa cena social, é preciso investi-la de sentido. Dito de outro modo, a semantização da experiência social equivale ao investimento do sujeito em determinado papel comunicativo que se conforma em face de uma audiência e num trabalho mutuamente determinado, pelo qual se dá a construção da face.

Definidos esses pontos, a autora resume que “interpretar/representar é produzir conhecimento socialmente útil porque validável na interação, ou seja, consensualmente compartilhável num encontro determinado” (SALOMÃO, 1999, p. 72), destacando ainda que, não obstante a importância do estabelecimento prévio das molduras comunicativas para levar a bom termo a interlocução, é preciso entender que a sua definição é um processo de contínuo reenquadramento. Isso significa que “a interpretação-do-mundo”, “a representação-de-si” e “a escolha da linguagem” são aspectos altamente imbricados.

É possível, desse breve panorama que apresentamos do sociocognitivismo, constatar que tal abordagem não opera uma separação drástica entre fenômenos mentais e sociais, ao modo do cognitivismo clássico, que concebe a linguagem como manipulação simbólica. Entendemos que o sociocognitivismo desponta como um consistente conjunto de pressupostos de um programa de investigação linguístico – e não como um modelo de análise – que permite alargar o horizonte dos estudos na área, durante muito tempo centrado numa perspectiva estritamente formalista. Por essa via, particularmente no que respeita ao tratamento da significação, é inegável o importante salto para uma visão *construcionista* (cf. SALOMÃO, 1999), na qual a pluralidade de significações não se atribui a propriedades intrínsecas da forma, como se a linguagem fosse uma portadora de sentidos.

Na verdade, a linguagem guia o sentido, conforme adverte Fauconnier ([1985]1994), ficando patente a compreensão de que se deve “postular a linguagem como operadora da conceptualização socialmente localizada através de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais a serem sancionadas no fluxo interativo” (SALOMÃO, 1999, p. 64). Desse ângulo, passam a ser insustentáveis, como afirma Salomão (1999), tanto a tese de exclusão do sujeito quanto a da exclusividade do sujeito cognitivo, cultivadas, respectivamente, pelo estruturalismo e pelo gerativismo.

A despeito dessas significativas contribuições, entendemos que o sociocognitivismo, ao defender a compreensão da linguagem como uma ação verbal e conjunta, parece voltar o foco muito mais para os aspectos interacionais da construção dos

sentidos da linguagem efetivamente em uso, conforme veremos, na sequência, no próprio detalhamento da perspectiva da referenciação, cujos pressupostos refletem, principalmente, um interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem. Como afirmam Koch e Cunha-Lima (2004), a questão da construção da referência, no âmbito dos estudos do texto, é um dos principais temas de que se têm ocupado os teóricos vinculados ao quadro sociocognitivista, tendo em vista compreender o processo de construção interativa do sentido.

Pode-se dizer que a perspectiva da referenciação, termo cunhado por Mondada e Dubois (1995), toma lugar, na agenda da Linguística de Texto, por volta da primeira metade da década de 1990, a partir de reflexões dos pesquisadores franco-suíços Daniele Dubois, Lorenza Mondada e Denis Apothéloz, a eles se somando outros seguidores, como Charolles, Schnedecker, Reichler-Béguelin e Berrendonner. No Brasil, Luís Antonio Marcuschi e Ingedore Koch são os primeiros divulgadores dos pressupostos dessa abordagem, que possibilita o desenvolvimento de uma gama de pesquisas, sob o lastro dessa moderna concepção da referência, a exemplo de Cavalcante (2000), Ciulla (2002), Zamponi (2003), e Costa (2007) e Ciulla e Silva (2008).

A referenciação surge como uma segunda via para o tratamento da questão da referência, desde há muito debatida nos quadros da Filosofia da Linguagem e da Lógica como um problema de representação da linguagem, donde resulta a concepção clássica de referência, centrada num modelo de relação especular entre as palavras e os objetos do mundo, em que as formas linguísticas são avaliadas em termos de suas condições de verdade e de correspondência com o mundo (“mundo real” ou “universos possíveis”). Diferentemente da abordagem clássica, a referenciação propõe uma visão de referência como resultado de um processo dinâmico, perspectiva essa que, como explica Mondada (2005),

tem origem em reflexões provenientes das ciências humanas e sociais, que se beneficiaram, a par de aportes de outras correntes teóricas (como a pragmática, a fenomenologia, a teoria social, o interacionismo simbólico), da abertura contemporânea da Linguística aos dados empíricos, recolhidos em terrenos autênticos, diferenciados, complexos, muito distantes dos dados de gabinete fornecidos durante muito tempo aos linguistas pela sua introspecção. (MONDADA, 2005, p. 11).

No contexto de instauração dessa nova abordagem da referência, abrimos um parêntese para referir o trabalho de Blikstein (1985), que defende a necessidade de inclusão, no campo da semântica, da dimensão perceptivo-cognitiva. O autor faz uma espécie de revisão das teorias do signo, criticando o fato de que, na concepção triádica do signo, relegam o papel do referente. Para ele, o referente está situado atrás, ou antes, da linguagem,

como um evento cognitivo, fruto da nossa percepção, postulando, assim, que são fabricados na dimensão perceptivo-cognitiva. Ou seja, é essa dimensão que transforma a realidade em referente, sendo importante compreender que o mecanismo gerador do sistema perceptual reside na *práxis* ou, em outros termos, isso significa dizer o referente como fabricado pela prática social.

Decerto que o pensamento de Blikstein (1985), embora com foco nas teorias do signo, não alcançando o nível de uma abordagem do discurso, pode ser alinhado com os fundamentos da referenciação, no que tange à construção dinâmica ou fabricação do referente. Mesmo por enfoques diferentes, assume-se o pressuposto de que não há um mundo naturalmente categorizado.

De volta à referenciação, Mondada e Dubois (1995), na instauração desse ponto de vista, retomam a hipótese clássica do poder referencial da linguagem, legitimado por uma relação de espelhamento entre as palavras e as coisas. Para elas, é fato que a questão da referência – de saber como a língua refere o mundo –, apesar de antiga e presente em diversos quadros conceituais, traz embutido o pressuposto de uma relação de correspondência, dada *a priori*, entre as palavras e os objetos do mundo. Melhor dizendo, “esse ponto de vista pressupõe que um mundo autônomo já discretizado em objetos ou ‘entidades’ existe independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, e que as representações linguísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 275). É essa uma hipótese – dizem elas – que se reatualiza nas Ciências Cognitivas⁹, no que respeita às dificuldades encontradas no tratamento artificial das línguas naturais, revelando o quão problemático é um modelo que tem como base um “mapeamento” das palavras sobre as coisas.

Nesse quadro, as autoras argumentam que o problema maior não é questionar a transmissão da informação ou a forma como os estados do mundo têm uma representação adequada, mas chegar à forma “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 276), o que, em outras palavras, significa deslocar o olhar das entidades da língua para a análise dos processos pelos quais se constituem, garantindo-lhes relativa evidência e estabilidade. Daí se configura a passagem da noção de referência para a noção de referenciação, que se consubstancia pelo

⁹ As autoras fazem referência à primeira geração das Ciências Cognitivas, caracterizada pela metáfora do computador.

questionamento dos processos de discretização e de estabilização das categorias, segundo o raciocínio das autoras.

Em se tratando precisamente da discretização do mundo, Mondada e Dubois (1995) ratificam que a questão da referência não pode ser vista como uma perfeita relação de correspondência entre as palavras e as coisas, segundo uma visão taxonômica, posta desde muito tempo em diversos quadros conceituais da ciência.

Em outros termos, ao nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as 'propriedades intrínsecas do mundo', mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos. (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 288).

Assim sendo, contrapondo-se à teoria clássica – que defende que todas as categorias têm contornos nítidos –, as autoras defendem que as categorias utilizadas para descrever o mundo “são geralmente instáveis, variáveis e flexíveis”¹⁰, podendo sofrer alterações sincrônicas e diacrônicas (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 276). A ocorrência dessa instabilidade é discernível tanto nos discursos comuns quanto nos discursos científicos, configurando o que as autoras chamam de “a instabilidade generalizada”. Não obstante, registra-se a existência de práticas que estabilizam as categorias, como a sedimentação em protótipos e estereótipos, as estratégias de fixação da referência no discurso e os recursos às técnicas de inscrição.

Para Mondada e Dubois (1995), os sujeitos constroem versões públicas do mundo, através de práticas discursivas e cognitivas, ancoradas social e culturalmente. Assim, sendo a referenciação uma atividade discursiva, os referentes passam a ser concebidos como objetos de discurso elaborados, no interior dessa atividade, pelos interlocutores. Nesses termos, os objetos de discurso não podem ser compreendidos como expressões referenciais que mantêm uma relação de espelhamento com os objetos do mundo ou até mesmo com a representação cognitiva que deles se venha a ter, já que somente, como explica Mondada (2001), têm razão de ser no discurso,

Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados,

¹⁰ Esse mesmo argumento já é defendido por Lawrence Barsalou, no interior da Psicologia Cognitiva, conforme se relata em Eysenck e Keane (1994). Em seus estudos, o pesquisador encontra uma série de evidências que atestam a instabilidade das categorias, como o caso do clássico exemplo do piano, que pode ser categorizado como um instrumento musical ou um móvel pesado, na dependência do contexto em que é apresentado. Barsalou (1983), citado por Eysenck e Keane (1994), diz ainda que essa instabilidade pode estar presente até mesmo na estrutura hierárquica de exemplares de categoria da teoria de protótipos (ROSCH, 1978), uma vez que pode haver variação desses exemplares em função da população, do indivíduo ou de um contexto.

desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele (o discurso) e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Dito de outra forma, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas linguageiras; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente. (MONDADA, 2001, p. 34).

Por essa linha de raciocínio, “as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos” (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 273). É por isso que, nessa perspectiva, os processos de categorização e de referenciação são considerados como dinâmicos, já que sua construção põe em relevo não somente um sujeito real, mas, sobretudo, um sujeito sócio-cognitivo, “que constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias - notadamente às categorias manifestadas no discurso” (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 276). Ademais, o deslocamento teórico da referência para os processos de referenciação significa que aquela deixa de ser compreendida como um problema estritamente linguístico e passa a vigorar o entendimento de que é esse “um fenômeno que concerne simultaneamente à cognição e aos usos da linguagem em contexto e em sociedade” (MONDADA, 2005, p. 12). Em outros termos, passa-se de um quadro teórico estático e abstrato para um quadro dinâmico de abordagem da referência. Como complementa Mondada (2005), a referenciação termina por operar um desvio em relação ao quadro da teoria clássica da referência, quando não privilegia a relação entre as palavras e as coisas.

Na esteira de Mondada e Dubois (1995), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) argumentam em favor de uma concepção não-realista da referência. Para eles, os referentes do discurso não devem ser mais concebidos como “coisas”, razão por que propõem que sejam tratados como *objetos de discurso*, definidos “sob a forma de um conjunto – evolutivo por natureza – de informações incluídas no saber compartilhado pelos interlocutores” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 227). Assim, argumentando em favor de uma concepção construtivista da referência, defendem que os objetos de discurso são produtos fundamentalmente culturais da atividade cognitiva e interativa dos usuários da língua, de forma que jamais podem ser compreendidos como dados *a priori*. Para eles, assim, o significado não pode estar reduzido a uma relação de correspondência rígida entre a língua e o mundo, já que “a categorização espontânea dos objetos do mundo não se faz *in abstracto*, mas sempre em função de objetivos praxeológicos precisos e sob a influência de dados

contextuais” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 265), como indicam os resultados de pesquisas realizadas no âmbito da Psicologia Cognitiva.

Há que se considerar também que os usuários da língua, sujeitos da interação verbal, exercem um papel central nas atividades de designação. Para Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), uma característica essencial das línguas naturais é a *plasticidade* dos significados lexicais e a recategorização lexical, tal como definida pelos autores, conforme apresentaremos na próxima seção, ancora-se nessa propriedade. Vimos, assim, que a perspectiva da referenciação não se centra numa relação de etiquetagem ou mapeamento entre a língua e os objetos do mundo, insurgindo-se claramente contra a visão estática de linguagem como representação. Entretanto, essa posição deve ser vista com vagar, uma vez que não se traduz na negação do caráter simbólico da linguagem ou da própria realidade extramental, como muito bem esclarecem Marcuschi e Koch (2002), ao fazerem a seguinte afirmação:

Não negamos a existência da realidade extra-mente, nem estabelecemos a subjetividade como parâmetro do real, nem damos à linguagem um poder criador de realidades. Simplesmente postulamos a necessidade de uma ontologia não-ingênua e não-realista. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma “polaroid semântica”. O cérebro é um aparato que **reelabora** (negrito dos autores) os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Nossa tese é a de que essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Não postulamos uma reelaboração subjetiva, individual, em que cada qual pode fazer o que quiser. A reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (MARCUSCHI; KOCH, 2002, p. 37).

É óbvio que a explicação dos autores tem fundamento no sociocognitivismo, hipótese que, como apresentamos, configura-se a partir de estudos advindos das ciências sociais e cognitivas. Ratificamos que o tripé linguagem-cognição-uso, tomando por empréstimo as palavras de Miranda (2001), em que se erige o pleito da abordagem sociocognitivista, também se encontra subjacente à perspectiva da referenciação. Não obstante, enfatizamos que os estudos desenvolvidos pela Linguística de Texto sob o lastro da referenciação, embora concebam todos os elementos do tripé, como se pôde ver na exposição do pensamento dos autores em que buscamos os seus fundamentos, terminam por se voltar muito mais para os aspectos referentes à interação da linguagem, em consonância com a hipótese sociocognitivista. Isso não significa que não conjuguem todos os elementos do tripé, mas dão prioridade ao caráter social da cognição. Longe de ser uma crítica, vemos nessa postura muito mais uma questão de foco, que pode ser ampliado.

Apesar dessa nossa constatação do foco da Linguística de Texto nos aspectos interacionais da linguagem, não deixamos de considerar o fato de que a agenda de estudos desenvolvidos nesse campo também evoluiu consideravelmente rumo a uma abordagem mais efetiva dos aspectos cognitivos envolvidos na construção dos sentidos do texto. Como destaca Bentes (2004),

Podemos dizer ainda que os estudos sobre texto/discurso têm se aproximado bastante do que costumamos chamar de estudos cognitivos, principalmente daqueles ligados a uma concepção de cognição que pressupõe uma visão integrada das faculdades cognitivas do ser humano, onde linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e outros componentes do sistema cognitivo encontram-se definitivamente inter-relacionados. (BENTES, 2004, p. 282).

Nesse contexto, trabalhos como o de Marcuschi (2005), dentre outros, que se centra numa abordagem da anáfora indireta, figura como exemplo dessa aproximação da Linguística de Texto dos estudos cognitivos. O autor, ao fazer uma descrição mais detalhada desse tipo de anáfora, demonstra que operam ancoradas em domínios cognitivos, embora a sua explanação trate desses domínios num nível mais genérico que o aqui pretendido. Importa ressaltar que Marcuschi (2005), ao término de sua exposição, sinaliza para a necessidade, no trato dessa matéria, de uma relação mais estreita entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva.

8. Por último, gostaria de abrir um capítulo novo, capaz, quiçá, de aportar o enfoque mais produtivo sobre a constituição e o funcionamento desse rico barco textual recheado de *anáforas indiretas*. Refiro-me à teoria dos *espaços mentais* de Fauconnier como o aporte teórico fundamental. Intuitivamente, se afigura perfeitamente viável envolver a teoria dos espaços mentais complementada pelos *processos de mesclagem conceitual* na solução desses fenômenos. Esta é uma questão que deve merecer detida análise no futuro, pois a perspectiva é altamente promissora. (MARCUSCHI, 2005, p. 92).

É preciso destacar que a intuição do autor remete diretamente para a necessidade de um modelo de Semântica Cognitiva, a Teoria do *Blending*¹¹, tendo em vista um tratamento mais eficaz da anáfora indireta, em termos descritivos e explanatórios. Compreendemos que esse posicionamento vai ao encontro do propósito deste estudo, que é promover uma interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva na abordagem da recategorização, mediado também por um modelo de Semântica Cognitiva, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, como apresentaremos no prolongamento deste trabalho. Há de se ressaltar que muitas das ocorrências do fenômeno da recategorização se materializam por um processo de anáfora indireta, de forma que esta tese guarda relações bem próximas com o estudo da

¹¹ No Capítulo 2, ver maiores detalhes sobre esse modelo teórico.

anáfora indireta que, reiteramos, podem ter uma função recategorizadora. Nesse sentido, a interface pretendida para este estudo pode ser vista como um passo alinhado aos *insights* de Marcuschi (2005), embora optemos por um modelo de Semântica Cognitiva diferente do sugerido pelo autor. Entretanto, a nosso ver, o mais importante no pensamento marcuschiano é uma potencial abertura da Linguística de Texto para um diálogo com a Linguística Cognitiva, posição visionária que corrobora nossa proposta de ampliar os limites da primeira para uma abordagem mais produtiva da recategorização, a qual, por esse ângulo, passa a ser compreendida não apenas como um processo textual-discursivo, mas, sobretudo, como um processo cognitivo-referencial.

Como veremos na seção seguinte, o tratamento do objeto da recategorização segue, desde os primórdios, uma linha de abordagem atrelada a funções e propósitos comunicativos, voltando-se muito mais para os aspectos discursivos de realização do fenômeno. Cremos que a explicitação dos aspectos cognitivos seja de suma importância para o alcance da complexidade desse fenômeno linguístico, mesmo que restrinjamos a investigação a dois tipos de recategorização, os metafóricos e os metonímicos. Por certo, ao ensejarmos fazer um estudo desses dois tipos, focando-nos muito mais na descrição dos processos cognitivos pelos quais se (re)constroem os sentidos das ocorrências de recategorização, não relegamos a um segundo plano os aspectos sociais e culturais da cognição humana, pois a concepção do modelo teórico praticado na análise igualmente os contempla. Assim, nessa nossa tarefa, cuidamos da dimensão contextualizada do processo de significação e do trato do usuário como um sujeito interativo, pois também assumimos o caráter partilhado da construção do significado.

1.2 A visão pioneira da recategorização lexical

No âmbito da Linguística de Texto, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) são os primeiros teóricos a sistematizar um estudo do fenômeno referencial da recategorização lexical. Tal fenômeno, segundo os autores, consiste basicamente numa estratégia de designação pela qual os interlocutores podem rerepresentar os objetos de discurso remodulados de acordo com as diferentes condições enunciativas. Isso significa que o léxico de uma língua não se constitui como um conjunto de etiquetas prontas para rotular a realidade do mundo.

Os autores, adeptos da concepção de referência não-extensional (ou *referenciação*), assumem, conforme vimos na seção anterior, a dinamicidade dos objetos de

discurso, que não são dados *a priori*, mas construídos *no e pelo* discurso. É nesse sentido que os falantes dispõem de uma série aberta de expressões linguísticas para nomear os referentes na atividade discursiva, referentes que, por sua vez, podem ser recategorizados, em vista dos propósitos comunicativos dos interlocutores. O exemplo “clássico” (1), a seguir, ilustra uma ocorrência de recategorização.

(1) Um rapaz suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interrogado há alguns dias atrás pela polícia de Paris. Ele havia ‘utilizado’ a linha de seus vizinhos para fazer ligações para os Estados Unidos em um montante de aproximadamente 50000 francos. **O tagarela...**¹² (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 262).

Nesse exemplo, o termo “o tagarela” tanto representa a referência propriamente dita como recategoriza o objeto de discurso inicialmente introduzido (“um rapaz”). Ressalte-se que essa recategorização fornece uma informação nova, investida do julgamento do interlocutor acerca do ato cometido (desvio e uso abusivo de uma linha telefônica).

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) são também precursores na elaboração de uma proposta de classificação das recategorizações lexicais, a partir do tipo de manifestação das expressões anafóricas no texto. Trabalhando com um conceito redimensionado de anáfora, eles consideram que as expressões anafóricas não têm valor apenas referencial, o que significa que podem ser usadas tanto para apontar para um objeto de discurso quanto para modificá-lo, o que consiste na concepção mesma da recategorização. Na definição dessa proposta, postulam a existência de três diferentes situações em que pode ocorrer a recategorização:

- i) quando há uma transformação do objeto de discurso no momento da designação anafórica;
- ii) quando a expressão referencial anafórica não leva em conta os atributos do objeto predicados anteriormente;
- iii) quando a expressão referencial anafórica homologa os atributos do objeto explicitamente predicados¹³.

¹² Un jeune homme soupçonné d’avoir détourné une ligne téléphonique a été interpellé il y a quelques jours par la police à Paris. Il avait “utilisé” la ligne de ses voisins à destination des Etats-Unis pour un montant d’ environ 50000F. Le bavard... (Libération, 4.8.1993. Repris de: APOTHÉLOZ, 1995, p. 23).

¹³ Cavalcante (2000, p.150), analisando essas três situações, sugere que sejam condensadas em duas. Assim, compreende que o item (i) *quando há uma transformação do objeto de discurso no momento da designação anafórica* deve ser disposto em oposição aos itens (ii) *quando a expressão referencial anafórica não leva em conta os atributos do objeto predicados anteriormente* e (iii) *quando a expressão referencial anafórica homologa os atributos do objeto explicitamente predicados*. Justifica-se essa sua proposição porque os dois últimos itens são ambos casos de homologação; no item (i), a transformação é operada pelo próprio anafórico, enquanto que nos dois últimos já houve o processamento da recategorização e a expressão referencial apenas a

A primeira situação, que os autores descrevem com mais minúcia, como retomaremos na sequência, engloba os casos de recategorização em que o objeto de discurso sofre uma transformação operada pelo anafórico sem a retomada de nenhum atributo predicado anteriormente sobre esse objeto e sem que se estabeleça nenhuma relação com as modificações que possam ter sido por ele sofridas. É esse o caso do exemplo (2), em que o referente “ele” (motorista) é recategorizado como “este recidivista”, mas não há nenhuma informação anterior que faça concluir que a ação do motorista era reincidente. No caso, a última expressão referencial realiza uma dupla operação: exerce a função de anafórico e conduz uma informação nova, por meio da recategorização lexical do referente citado.

(2) [Artigo relatando o julgamento de um motorista responsável por um acidente]
Ele reconhece ter rodado bêbado (...). O tribunal de correção infligiu ontem uma pena de reclusão a **este recidivista**.¹⁴ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 247).

Já a segunda situação, recíproca da primeira, diz respeito aos casos em que o objeto de discurso é recategorizado por meio de uma predicação, mas um anafórico ulterior despreza essa recategorização. É o que ilustra o exemplo (3), em que o objeto de discurso “a ostra”, de designação feminina, é recategorizado como “um mundo obstinadamente fechado”, atributo de denominação masculina. Porém, na sequência, o mesmo objeto de discurso é retomado por dois pronomes anafóricos de designação feminina, ignorando-se, assim, a recategorização anterior.

(3) A ostra, da grossura de um calhau médio, é de uma aparência muito enrugada (...). É um mundo obstinadamente fechado. Mas pode-se abri-la: é preciso tê-la no oco de um esfregão.¹⁵ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 261).

A última situação apresentada pelos autores diz respeito aos casos de recategorização em que um anafórico ulterior homologa as diversas transformações sofridas pelo objeto de discurso, sendo essas transformações decorrentes da predicação de um ou mais atributos. O exemplo (1), já apresentado, em que o objeto de discurso “um rapaz” é recategorizado como “tagarela”, pode ilustrar essa situação. Note-se que, no caso, a escolha

revela, ou não considerando os atributos do objeto (como em ii), ou levando em conta esses atributos (como em iii).

¹⁴ [article relatant le jugement d'un automobiliste responsable d'un accident]. Il reconnaît avoir roulé ivre, se souvient mal et en rigole (...) Le Tribunal correctionnel a infligé hier une peine ferme à ce récidiviste. (La Liberté, 10.2.1993).

¹⁵ L'huitre, de la grosseur d'un galet moyen, est d'une apparence plus rugueuse, d'une couleur moins unie, brillamment blanchâtre. C'est un monde opiniâtrement clos. Pourtant on peut l'ouvrir: il faut alors la tenir au creux d'un torchon, se servir d'un couteau ébréché et peu franc, s'y reprend à plusieurs fois. (Francis Ponge, L'huitre, dans Le parti pris des choses)

do lexema “tagarela” homologa as informações recentes veiculadas a propósito do objeto de discurso recategorizado. Apesar de os autores não se dedicarem a um maior detalhamento dessa terceira situação, talvez pela concepção estrita de recategorização como um fenômeno textual-discursivo e categoricamente bem localizado na superfície textual, acreditamos que, feitos os devidos ajustes em termos de uma concepção mais ampla do fenômeno, possa também abrigar outros tipos de ocorrências de recategorização, como veremos no prolongamento deste estudo, se entendermos que as transformações dos objetos de discurso podem também ser pontilhadas, na subjacência do texto, por outros mecanismos que não somente as formas lexicais.

Retomando a primeira situação, em que Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) formulam uma classificação das recategorizações lexicais, temos por certo, segundo os autores, que as transformações do objeto operadas pelo anafórico consistem principalmente em: (a) recategorizações lexicais explícitas, (b) recategorizações lexicais implícitas e (c) modificações da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico. A recategorização lexical explícita consiste, basicamente, numa predicação de atributo sobre um objeto de discurso, como é o caso do exemplo (1). Os autores classificam ainda quatro funções discursivas de recategorizações lexicais explícitas, apesar de reconhecerem não ser essa uma lista exaustiva: argumentação, denominação reportada, aspectualização e sobremarcação da estrutura discursiva. Para efeito de maior clareza, vejamos uma caracterização desses subtipos, com a respectiva exemplificação, no esquema abaixo:

- **Argumentação:** a recategorização tem um propósito argumentativo. A expressão pode tomar a forma de uma metáfora ou de um lexema axiologicamente marcado, que acrescenta um ponto de vista avaliativo, conforme ilustra o exemplo (4), em que “franglês” é recategorizado como “esta nova anglicização da língua”.

(4) O reflexo conservador surpreendeu o vizinho gaulês. A adoção pelo Parlamento francês da lei Toubon contra o “franglês” é um exemplo bastante ridículo. **Esta nova anglicização da língua...**¹⁶ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 248).

- **Denominação reportada:** a recategorização assinala ou sugere o ponto de vista de uma pessoa sobre o objeto de discurso, caso da recategorização do referente “judeus” como “estes infiéis”, no exemplo (5). A expressão anafórica recategorizadora “estes infiéis” é

¹⁶ Le réflexe conservateur a encore frappé en Gaule voisine. L’adoption jeudi soir par l’Assemblée française de la loi Toubon contre l’usage du “franglais” en est un exemple assez cocasse. **Cette nouvelle glaciation de la langue...**

uma referência aos judeus perseguidos na Espanha, numa clara ironia à atitude impiedosa da rainha Isabel, tida como católica.

(5) [...] Se ninguém duvida da piedade da rainha Isabel, muitos estimam que os meios utilizados para impor sua fé não são muito católicos. É ela, com efeito, que assina a lei que bane 150.000 judeus da Espanha e que fez perseguir, espionar, espoliar e torturar **estes infiéis**¹⁷ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 249).

- **Aspectualização:** as modificações da categorização lexical ocorrem em consequência de uma evolução de aspecto, não se retomando nenhum atributo anteriormente predicado. No exemplo (6), temos a nominalização de um processo (“esta aquisição”), que sofre duas sucessivas recategorizações como “a transação” e “a operação”. Explicam os autores que modificar o ponto de vista sobre um objeto do tipo processo implica geralmente uma mudança dos parâmetros em que o objeto é percebido como tal. Assim, na categorização de “esta aquisição”, o processo é visto como transitivo e não simétrico; na primeira recategorização (“a transação”), como simétrico; na segunda (“a operação”), como não transitivo e não simétrico. Além dessa mudança de perspectiva, dizem os autores que há que se considerar que tais recategorizações possam ser também motivadas pelo cuidado de evitar a repetição, embora não seja o caso deste exemplo.

(6) Swissair alça voo. Sua filial Gate Gourmet, especializada em alimentação a bordo, comprou ontem seu concorrente escandinavo SAS Service Partner. Graças a **esta aquisição**, a companhia suíça muda sua posição na hierarquia mundial, passando da quinta para a terceira colocação, atrás das empresas americanas Cateware e Dephs. Ela dobra o seu tamanho. O montante **da transação** é segredo. **A operação** foi feita de maneira rápida¹⁸. (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 250).

- **Sobremarcação da estrutura discursiva:** o objetivo da recategorização parece ligar-se à organização da estrutura textual, como reforçar a mudança de parágrafo ou sobremarcar a fronteira entre dois segmentos do texto, tendo em vista aumentar a visibilidade da expressão referencial. É o caso do exemplo (7), em que um mesmo objeto de discurso é recategorizado alternativamente como “a língua” (o francês) e como “francês” em diferentes segmentos do texto.

¹⁷ (...) si nul ne doute de la piété de la reine Isabelle, beaucoup estiment que les moyens mis en oeuvre pour imposer sa foi n'ont pas été très catholiques. C'est elle, en effet, qui signa l'édit de bannissement de 150000 juifs d'Espagne et fit persécuter, espionner, dépouiller, torturer **ces infidèles**.

¹⁸ Swissair se sent dès ailes. As filiale Gate Gourmet, spécialisée dans la restauration aérienne, a acheté hier son concurrent scandinave SAS Service Partner. Grâce à cette acquisition, la société de la compagnie Suisse renforce sa position dans la hiérarchie mondiale. Elle passe de la cinquième à la troisième place, derrière les entreprises américaines Cateware et Depb's. Elle doublé sa taille. Le montant de la transaction est tenu secret. L'opération a été rondement menée.

(7) Os franceses e a maior parte dos francófonos têm uma relação muito forte com **sua língua**. Mais que um sistema de comunicação, **ela** é para eles um patrimônio, como todas as grandes línguas da civilização. Eles se preocupam com ela e imaginam às vezes o pior: **o francês** seria uma língua ameaçada, a anglicização permanente que **ela** sofre advém de seu empobrecimento lexical e de sua falta de criatividade. (...) Não é bem isso! **O francês** é uma língua viva que evolui e se enriquece...¹⁹ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 251).

O segundo tipo, as recategorizações lexicais implícitas, distingue-se pelo fato de as transformações de objetos de discurso serem marcadas exclusivamente por um pronome. Este, em razão de sua marca de gênero, pode, dentro de um determinado contexto, indicar alusivamente uma denominação, mecanismo que a gramática tradicional trata como silepse de gênero. Nesse grupo, o pronome anafórico que marca a recategorização não possui um antecedente textual explícito, como se observa no primeiro grupo de recategorizações, mas o seu antecedente, implícito, pode ser evocado expressamente por meio de pistas verbais reconhecíveis. É o que explica Cavalcante (2003) na análise do exemplo seguinte, tomado por empréstimo de Marcuschi (1998).

(8) A equipe médica continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo **eles**, o paciente não corre risco de vida. (citado por CAVALCANTE, 2003, p. 114).

Para a autora, ocorre, nesse caso, uma recategorização lexical que transforma a “equipe médica” em “os médicos”. Entretanto, a transformação só se configura implicitamente, pois o que se explicita na superfície textual é a pronominalização de “os médicos” em “eles”, um processo subsequente. Note-se a importância da pista verbal “a equipe médica” para a construção das inferências desencadeadas nesse processo.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) argumentam que as recategorizações lexicais implícitas podem ser usadas com diferentes funções, como:

- **Redução de uma ambiguidade referencial:** ocorre quando há concorrência referencial para uma dada forma pronominal, num determinado contexto, motivada pelo fato de que dois objetos de discurso receberam a mesma marca de gênero gramatical. Por meio da modificação do gênero gramatical do pronome, pode-se resolver essa dificuldade. É o que ilustra o exemplo seguinte, em que o objeto “gato”, implicitamente designado sob o rótulo de

¹⁹ Lês Français et la plupart des francophones ont une relation très forte à leur langue. Plus qu’ un système de communication, elle est pour eux un patrimoine, comme toutes les grandes langues de civilisation. Ils s’alarment pour elle et imaginebt parfois lê pire: lê français serait une langue menacée, l’anglicisation permanente qu’elle subit viendrait de son appauvrissement lexical et de son manque de créativité. Eh bien non! le français est une langue vivante qui évolue et s’ enrichit.

“fera” pelo pronome “ela”, sofre recategorização como “gato”, designado pelo pronome “ele”, como forma de se evitar uma ambiguidade referencial.

(9) É uma história que Dick recontará mais tarde para os filhos de uma de suas esposas, Anne. Durante um jantar, a carne de costela desapareceu. Acusou-se o gato, e teve-se a ideia de pesar a fera. **Ela** pesou justamente cinco libras, o peso da carne que havia desaparecido. É **ele**, então, o culpado. Mas, disse alguém, onde está o gato?²⁰ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, p. 254).

- **Motivação de gênero gramatical:** realiza-se quando o gênero gramatical é evitado por não corresponder ao gênero natural, como ilustra o exemplo (10), em que ocorre uma recategorização lexical implícita da expressão referencial “O prêmio Nobel da paz”, marcada pelo pronome ela (“dela”). Para não causar estranheza, evita-se o gênero gramatical, dada a não-correspondência entre ele e o gênero natural, pois se compreende que Madre Teresa é tomada metonimicamente pela expressão referencial “O prêmio Nobel da paz”.

(10) (Depois de uma informação sobre a hospitalização de Madre Teresa) **O prêmio Nobel da paz** deverá voltar para a casa **dela** este fim de semana.²¹ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, p. 254).

- **Indicação de uma conotação particular:** ocorre quando a mudança de gênero do pronome faz referência a uma conotação implícita. No caso do exemplo seguinte, o pronome “ela” remete ao substantivo “sopa”, categorizado anteriormente como “*consomê à moda do chefe*” (nome masculino), uma espécie de manjar, ocorrendo uma recategorização implícita de “*consomê à moda do chefe*” como “sopa (ou comida) malfeita”.

(11) O guarda traz a refeição.
Primeiro preso: – Que é isso?
Guarda: – Um *consomê à moda do chefe*...
Os homens começam a comer...
Segundo preso: – **Ela** não é “comível”.²² (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, p. 255)

O terceiro caso de transformações do objeto operadas pelo anafórico é o das modificações da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico. Para Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), nesse caso, as transformações do objeto nem sempre implicam uma

²⁰ C’ est une histoire qu’ il (...) Dick racontera plus tard aux filles d’une de ses épouses, Anne. Lors d’ un diner, l’ entrecôte a disparu. On accuse le chat, et on a l’ idée de peser la bête. Elle fait juste cinq livres, le poids de la viande qui a disparu. C’ est donc lui l’ê coupable. Mais, dit alors quelqu’ um, ou est le chat?

²¹ (Après une information faisant éant d’ une hospitalisation de Mère Thérésa) Le prix Nobel de la paix devrait rentrer chez elle dès ce week-end.

²² [Lê gardien apporte lê repas.

Premier prisonnier:] - Qu’ est-ce que c’ est?

[Gardien:] - Le potage du chef au vermicelli...

[Les hommes commencent à manger...]

[Second prisonnier:] – Elle n’ est pas mangeable.

recategorização lexical, deixando mais ou menos intacta a categorização lexical. Essas transformações podem acontecer por:

- **Abandono de determinações:** consistem em transformações sutis, em que ocorre a designação de um referente mais amplo que o referente designado pelo sintagma nominal introdutor, havendo supressão de certas determinações do último. No exemplo (12), entenda-se que o pronome possessivo “seu” recupera apenas “as conversas”, um referente extensionalmente mais amplo, suprimindo-se a designação do sintagma nominal introdutor “conversas durante a enquete”.

(12) Neste quadro, as conversas durante a enquete assumem uma importância particular e descabida em relação a **seu** papel habitual.²³ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, p. 256).

- **Passagem para um nível metalinguístico:** consiste na mudança súbita de uma denominação em “uso” para uma outra “em menção”, como ilustra o exemplo (13). Nesse tipo de transformação, os autores explicam que o anafórico (“**sua** etimologia”; “**suas** significações”) aponta um objeto de discurso diferente do radicado previamente na memória discursiva, ou seja, “coração” como órgão do corpo humano, passando-se para a designação de coração como forma linguística.

(13) ... um artigo... de setembro último e consagrado inteiramente ao CORAÇÃO, a **sua** etimologia e as **suas** significações²⁴ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, p. 257).

- **Metonimização:** ocorre quando o pronome anafórico opera um deslize metonímico. No exemplo seguinte, o anafórico “o” faz referência às “composições do artista”, embora a forma gramatical do pronome remeta a “Pierre Grosz”. Isso se explica porque, por um processo metonímico, o artista é retomado pela sua produção, sendo fato, ainda, que a forma pronominal “o” retoma um referente ampliando a sua extensão, a sua significação, através do que os autores chamaram de ‘metonimização’.

(14) Pierre Grosz [um compositor] explica suas relações com aqueles que o cantam.²⁵ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, p. 258).

- **Fragmentação do objeto do discurso:** pode ocorrer nos casos em que as informações que dão suporte aos anafóricos constituem um processo, compreendendo-se os objetos de discurso, enquanto processos, como configurações relacionais que implicam vários

²³ Dans ce cadre, les entretiens effectués durant l’ enquête prennent une importance particulière et déplacée par rapport à leur rôle habituel.

²⁴ ...un article... de septembre dernier et consacré tout entier au CCEUR, à son étymologie et à ses significations

²⁵ Pierre Grosz [= um autor de textos de canções] explique ses relations avec ceux qui le chantent.

outros objetos: o próprio processo, os actantes, as fases de desenvolvimento, o roteiro, dentre outros. A esse tipo de objeto os autores chamam de amálgamas cognitivos. O exemplo (15) ilustra esse caso em que, conforme os autores, as três diferentes expressões anafóricas fazem referência a um objeto que pode ser potencialmente fragmentado: “a primeira (“esta proposição”) identifica o processo explicitamente formulado; a segunda (“esta partida”), a decisão que o destinatário desta sugestão tomará se aceitar a sugestão; a terceira (“este desejo”), o projeto consecutivo à decisão de seguir o conselho tomado”.

(15) Eu lhe propus, um dia, sair daquele convento, dizendo-lhe que ela podia contar com a proteção da Rainha da Suécia, e que Sua Majestade me havia feito esperar que a receberia em seu palácio. Ela gostou **desta proposta**, e tendo aceito **esta partida**, eu fui, naquele momento, dar ordem para a execução **daquele desejo**.²⁶ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 258-259).

Mas essas fragmentações de objetos de discurso podem ocorrer mesmo quando o objeto não constitui um processo, como se demonstra no exemplo seguinte, em que o objeto de partida é um coletivo (“casal”), e o gênero gramatical do pronome anafórico “a” é usado como um recurso para fragmentar dois objetos de discurso a partir de um só (“casal”).

(16) No metrô parisiense, um afixo publicitário. Via-se um casal enlaçado, boca a boca. **Ele a** tinha em seus braços...²⁷ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 260)

- **Fusão de objetos de discurso:** consiste numa operação inversa à fragmentação do objeto de discurso, cuja tendência é reunir dois objetos de partida distintos sob uma só expressão referencial e, eventualmente, sob uma única denominação. No exemplo (17), a recategorização é marcada pela expressão referencial “o casal”, que funde os objetos de discurso “o sobrinho” e “uma cabeleireira”, introduzidos inicialmente.

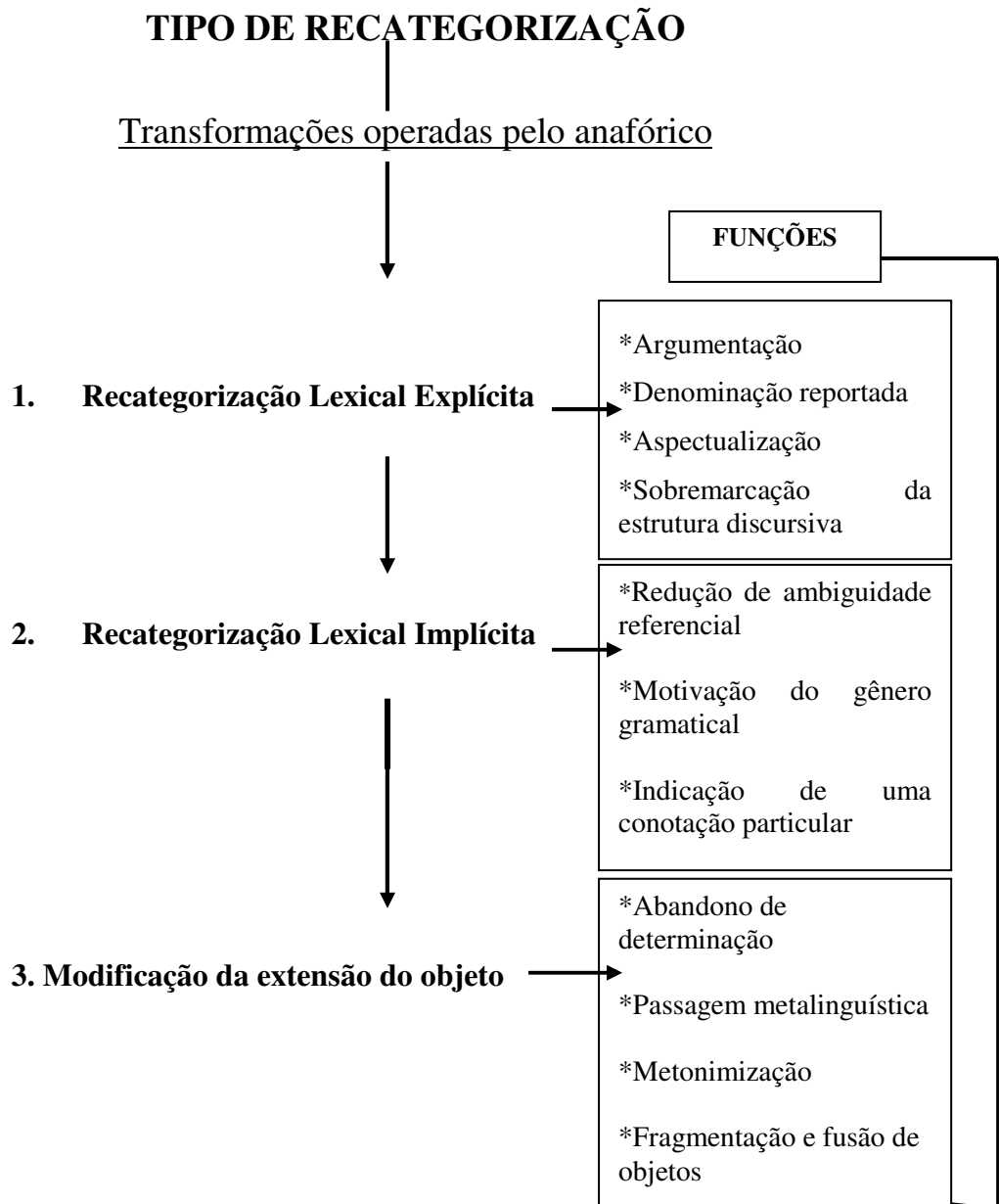
(17) Uma certa noite ele [o sobrinho] conheceu em Genebra uma cabeleireira que se tornara prostituta. O sobrinho a persuade a parar com suas atividades lucrativas. **O casal**....²⁸ (citado por APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 261).

Conforme a exposição feita, de acordo com a classificação proposta por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) para as recategorizações operadas pelo anafórico, chegamos ao seguinte esquema geral:

²⁶ [...] je lui proposai un jour de sortir de ce couvent, lui disant qu' elle pouvait compter sur la protection de la Reine de Suède, et As Majesté m' avait fait espérer qu' elle la recevrait dans son palais. Elle goûta cette proposition, et ayant accepté ce parti, je fus, dès le moment, donner ordre pour l' execution de ce dessein.

²⁷ Dans le métro parisien depuis quelque mois, une affiche publicitaire. On y voit un couple enlacé, bouche à bouche. Il la tient dans ses bras...

²⁸ Une nuit il [le neveu] fait la connaissance à Genève d' une coiffeuse devenue prostituée. Le neveu la persuade d' arrêter ses activités de supré et lucre. Le couple...



Ressaltamos a importância da proposta de Apothélos e Reichler- Béguelin (1995) como norte para a realização de outros trabalhos afins, a exemplo de Cavalcante (2003), Lima (2003) e Tavares (2003). Por outro lado, não podemos nos abster de fazer críticas a essa classificação, principalmente pela falta de clareza e uniformidade dos critérios adotados na sua configuração, sem mencionar uma excessiva economia descritiva, o que dificulta uma melhor apreensão de seu conteúdo e de sua aplicação.

Particularmente, o primeiro ponto de nossa crítica pode ser ilustrado com a constatação de que os critérios para definição das funções das recategorizações lexicais decorrentes das transformações operadas pelo anafórico são ora de natureza discursiva, ora de

natureza gramatical, ora de natureza semântica. A função *argumentação*, por exemplo, alocada no grupo das recategorizações lexicais explícitas, apresenta natureza discursiva, enquanto a função *motivação do gênero gramatical*, integrante do grupo das recategorizações lexicais implícitas, possui natureza gramatical. Já a função *fusão de objeto de discurso*, presente entre as modificações de extensão do objeto ou de seu estatuto lógico, pode ser entendida como de natureza semântica.

Ciulla e Silva (2008) também atenta para o fato de que essa disjunção de critérios na proposta dos autores ocorre na definição dos três tipos de recategorizações lexicais operadas pelo anafórico (i.e., explícitas, implícitas e modificações da extensão do objeto), uma vez que os dois primeiros tipos são classificados com base numa presumida explicitude das recategorizações, enquanto o último, *modificações da extensão do objeto*, tem como base o critério da forma como o anafórico recuperaria o objeto de discurso. Igualmente, Matos (2005), que propõe um estudo das funções discursivas das recategorizações lexicais, diz que os autores só se ocupam de elencar funções discursivas dos tipos de recategorizações lexicais operadas pelo anafórico, ficando as duas outras situações sem uma descrição mais precisa.

Ao demonstrar algumas inconsistências estruturais na proposta de classificação das recategorizações lexicais sugerida por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), não pretendemos empreender nenhuma tentativa para sua reorganização em termos da adoção de critérios de análise mais homogêneos, até porque um estudo com esse propósito já foi realizado por Tavares (2003). O nosso objetivo maior, tanto ao expor minuciosamente a proposta quanto ao tratar da falta de homogeneidade dos critérios, é mostrar que os seus formuladores se voltam para uma perspectiva de abordagem da recategorização de cunho estritamente textual-discursivo, como é possível constatar na descrição dos vários tipos de recategorizações lexicais apresentados. Como corrobora Tavares (2003), os focos são a explicação de como acontece o processo de recategorização no momento da designação no texto e a exploração dos atributos que o anafórico leva ou não em consideração, um procedimento, segundo ela, pouco funcional, pois não alcança outros aspectos subjacentes, como a construção dos sentidos, da referência e da argumentação.

Ademais, realçamos, particularmente, a limitação desse estudo pioneiro da recategorização quanto à abordagem dos aspectos cognitivos a ela inerentes. Julgamos que os autores, embora tenham o mérito de sistematizar diferentes tipos de recategorização com lugar na atividade discursiva, ao cumprir tal propósito numa perspectiva textual-discursiva, acabam por focalizar muito mais os aspectos interacionais do processo, priorizando as funções

discursivas que ele pode comportar. A própria definição de recategorização lexical, como estratégia de designação, está atrelada às intenções comunicativas do interlocutor. Entretanto, entendemos os autores como não alheios aos aspectos cognitivos da recategorização, parecendo muito mais uma questão de pouca atenção à sua descrição, o que poderia contribuir para ampliar o conceito mesmo de recategorização lexical. Para nós, esse processo é muito mais amplo que o quadro apresentado na proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), sendo que o próprio termo “recategorização lexical” já é, em certa medida, reducionista, ao apontar somente para a dimensão textualmente manifesta do fenômeno. Dessa forma, na concepção dos autores, seria impróprio pensar em ocorrências de recategorizações ancoradas em referentes construídos ou inferidos fora da materialidade textual. Partimos, porém, do pressuposto de que o processo de recategorização não necessariamente se homologa por uma relação explícita entre um item lexical e uma expressão recategorizadora na superfície textual, estando a sua (re)construção, em maior ou menor grau, sempre condicionada pela ativação de elementos inferidos do plano contextual, conforme constatamos em estudo realizado sobre as recategorizações metafóricas em piadas (cf. LIMA, 2003).

Esse pressuposto pode ser ilustrado na piada seguinte, em que a recategorização do referente “sogra” como “bruxa” não se homologa explicitamente no cotexto, mas pode ser (re)construída pelas pistas co(n)textuais que evocam, principalmente, o conhecimento de mundo partilhado de que bruxas voam sobre vassouras, o que, como veremos no Capítulo 2, pode ser entendido como fazendo parte de um Modelo Cognitivo Idealizado desse ente imaginário, presente em nossa cultura. A recategorização de sogra como bruxa, nessa situação, engatilha o humor da piada, devendo-se levar em conta também a existência de um estereótipo de sogra como *persona non grata*, normalmente tratada de forma pejorativa.

- (18) Um amigo conta pro outro:
 –Minha sogra caiu do céu!
 –Ela é maneira assim mesmo?
 –Não, a vassoura quebrou quando voava sobre a minha casa. (PIADAS SELECIONADAS, 2003, p. 10).

Assim sendo, é patente a natureza cognitivo-referencial da recategorização, razão pela qual compreendemos que o fenômeno precisa ser redimensionado, em termos de sua concepção primeira. Em Lima (2003), já houve os primeiros passos nessa direção, ao se propor um critério cognitivo na descrição das recategorizações metafóricas, pelo qual chegamos a uma classificação dessas recategorizações em dois tipos, rotulados para aqueles propósitos, como *recategorizações metafóricas manifestadas lexicalmente* e *recategorizações*

metafóricas não-manifestadas lexicalmente. O primeiro tipo define-se como uma retomada total de um referente (anáfora direta correferencial) em que o item lexical recategorizador manifesta-se explicitamente na superfície textual, como se pode ver no exemplo seguinte, no qual inicialmente há a recategorização metafórica de “a mulher do presidente da Associação dos Machões” como “animal” e, na sequência, como “vaca”, “cadela” e “pombinha”. Nessa situação, é certo que o referente e as expressões metafóricas recategorizadoras podem ser prontamente recuperadas na superfície textual. Tais recategorizações podem ser identificadas também como recategorizações lexicais explícitas, conforme a classificação de Apothéloz e Reichle-Béguelin (1995) para as transformações operadas pelo anafórico.

(19) Que animal pesa 600 quilos de manhã, 16 quilos à tardinha e 40 gramas à noite? A mulher do presidente da Associação dos Machões.

De manhã o tal sujeito acorda a esposa, berrando:

– Vai fazer o café da manhã, sua vaca!

No final do dia, pergunta:

– O jantar já está pronto, sua cadela?

– De noite, na cama, murmura:

–Vem cá, minha pombinha...

(SARRUMOR, 2000, p. 166)

Já o segundo tipo reúne os casos de recategorização mais complexos, sendo geralmente típicos de anáfora indireta, como é o caso do exemplo (18). Note-se que, nele, o referente recategorizado ou, por vezes, a própria expressão referencial recategorizadora não aparecem explicitamente na superfície textual, ficando a sua (re)construção na dependência das inferências geradas a partir das pistas co(n)textuais. Em Lima (2003), enfatizamos que as *recategorizações metafóricas não-manifestadas lexicalmente* podiam ser compreendidas como aquelas que se realizavam apenas no plano cognitivo, de vez que não se materializavam textualmente. Explicitamos melhor agora essa posição, por entendermos que essa formulação pode comprometer o pressuposto de que toda recategorização é um processo de natureza cognitivo-referencial. Assim, em consonância com esse pressuposto, a descrição desses tipos pode ser reformulada em termos de graus de explicitude, de modo que as *recategorizações metafóricas manifestadas lexicalmente* passam a ser tidas como dotadas de maior explicitude, pelo seu próprio caráter de homologação cotextual, enquanto que às *recategorizações metafóricas não-manifestadas lexicalmente* se atribui explicitude menor, tendo em vista que sua homologação não só se efetiva diretamente pelos elementos da superfície textual, mas também pela ativação dos que se encontram na subjacência do texto.

Ao voltar à proposta, demonstramos os indícios de que a recategorização configura-se como um fenômeno mais complexo, que não se basta apenas pela simples

retomada de itens lexicais. Entretanto, precisamos delimitar o enfoque de recategorização pretendido, a partir do pressuposto de que se trata de fenômeno cognitivo-referencial que não deve ser elástico para além do domínio da referenciação, até porque, como veremos na seção seguinte, outros estudos (LEITE, 2007; CIULLA e SILVA, 2008) já lhe dão um contorno mais amplo.

Nosso tratamento da recategorização restringe-se aos casos de anáfora direta e indireta²⁹, por força mesmo do recorte da investigação. Temos ciência, porém, de que o processo recobre outros tipos de expressões referenciais, a exemplo das anáforas encapsuladoras (cf. VASCONCELOS DE SÁ, 2007). Contudo, a perspectiva de tratamento do fenômeno, nesses outros casos, não difere do estudo seminal de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), no que tange ao foco nas funções discursivas, embora ocorra por caminhos mais bem sedimentados.

1.3 A recategorização: definindo o enfoque

Em Lima (2003), já há um conceito mais amplo de recategorização, baseado em Marcuschi e Koch (2002). Para os autores, “a recategorização acha-se fundada num tipo de remissão a um aspecto co(n)textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como uma ideia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação” (MARCUSCHI; KOCH, 2002, p. 46), definição que amplia os limites do conceito primeiro da recategorização (APOTHÉLOZ; REICHLER-BEGUÉLIN, 1995), pelo fato de não restringir as remissões a itens lexicais. Ademais, Marcuschi e Koch (2002, p. 46) postulam também que “a recategorização não envolve necessariamente correferencialidade, isto é, nem sempre designa o mesmo indivíduo referido pelo item que opera como antecedente”, numa clara alusão aos casos de anáfora indireta, praticamente deixados à margem na proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), mas de especial interesse para o nosso estudo.

²⁹ A despeito do interessante debate e posicionamento contrário de Ciulla e Silva (2008) quanto à atribuição dos rótulos “direto” e “indireto” às anáforas, optamos por continuar com a nomenclatura, já consagrada na literatura da área, por entendermos que essa distinção não causa maiores embaraços para a nossa investigação. Temos a compreensão, como defende a autora, de que “a interpretação da anáfora sempre é *indireta*, no sentido de que sempre depende de algum processamento cognitivo” (CIULLA E SILVA, 2008, p. 54), mas defendemos que o uso dos referidos rótulos possa associar-se muito mais aos diferentes graus de inferência exigidos na construção dos sentidos desse tipo de expressão referencial, não significando necessariamente a negação do pressuposto cognitivo. A propósito da questão, remetemos também à tese de Costa (2007), um consistente estudo sobre a acessibilidade dos referentes, que já enceta a discussão sobre a diferença entre anáforas diretas e indiretas.

A despeito dessas contribuições, Marcuschi e Koch (2002) não chegam a sistematizar nenhuma proposta de classificação das recategorizações. Entendemos que a ampliação do conceito de recategorização, principalmente na extensão do fenômeno aos casos de anáfora indireta, como ocorreu em Lima (2003), só é possível pela admissão e explicitude dos aspectos cognitivos que permeiam o processo. Nesse sentido, Cavalcante (2005), defendendo que anáfora e referência não podem ser considerados como termos intercambiáveis, admite – mas não avança na descrição – a possibilidade de um tipo de recategorização que se explicita (ou se homologa) apenas cognitivamente.

Inicialmente, Cavalcante (2005) argumenta que pode ocorrer a introdução de um objeto novo no discurso sem o engatilhamento de nenhum elemento cotextual. Esse tipo de construção é definido pela autora como introduções referenciais, as quais se opõem aos casos em que a expressão referencial faz o resgate de uma âncora do cotexto, instaurando-se, assim, um processo de anáfora. As duas situações são ilustradas, respectivamente, pelos exemplos (20) e (21), citados e analisados por ela:

(20) Pneumotórax

Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse

Mandou chamar o médico:

– Diga trinta e três.
– Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
– Respire

.....

– O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.
– Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
– Não. A única coisa a fazer é tocar *um tango argentino*.

(Manuel Bandeira – citado em CAVALCANTE, 2005, p. 126-127)

(21) O Jangadeiro

Jangadas amarelas, azuis, brancas
Logo invadem o verde mar bravio,
O mesmo que Iracema, em arrepio,
Sentiu banhar de sonhos as suas ancas.
Que importa a lenda, ao longe, na história,
Se *elas* cruzam, ligeiras, nesse instante,
O horizonte esticado da memória,
Tornando o que se vê muito incessante?
As velas vão e voltam, incontidas,
Sobre as ondas (do tempo). O jangadeiro
Repete antigos gestos de outras vidas
Feitas de sal e sonho verdadeiro.
Qual Ulisses, buscando, repentino,
A sua ilha, o seu rosto e o seu destino.

(Adriano Espínola – citado em CAVALCANTE, 2005, p. 127)

Em sua análise, diz Cavalcante (2005) que a expressão “um tango argentino”, no exemplo (20), constitui-se uma introdução referencial, pois não há no cotexto nenhuma pista que autorize uma âncora do seu referente. Já “elas”, no exemplo (21), é tida como um anafórico, porque retoma integralmente o referente de “jangadas amarelas, azuis, brancas”. Assim, ratifica a autora que “o termo referência engloba não somente o fenômeno da anáfora, mas também o da introdução referencial” (CAVALCANTE, 2005, p. 127), pelo que os dois termos não se superpõem totalmente.

A despeito dessa postulação, Cavalcante (2005) argumenta que algumas introduções referenciais podem ter algum tipo de ancoragem no cotexto, o que lhes confere um caráter anafórico. Na literatura, essas ocorrências vêm sendo tratadas usualmente como anáforas, pois, segundo a autora, “embora retomem diretamente o mesmo objeto de discurso, e aparentemente introduzam uma entidade nova, remetem a uma outra marca cotextual da qual elas se tornam não exatamente novas, mas *inferíveis no discurso*” (CAVALCANTE, 2005, p. 128). De forma mais explícita, são essas ocorrências anáforas indiretas³⁰, associativas ou inferenciais, daí que, citando Koch (2004b), a autora afirma que a distinção entre esses subtipos reside nos aspectos seguintes: a) na anáfora associativa existe uma seleção de termos pertencentes a um mesmo campo lexical, a qual permite a construção dos referentes por meronímias; b) as anáforas não-associativas ou [mais] inferenciais constituem-se por uma relação indireta, construída inferencialmente a partir do cotexto, tendo como fundamento o conhecimento de mundo.

Os exemplos (22) e (23) são apresentados por Cavalcante (2005) como ilustrações, respectivamente, desses dois tipos de ocorrência: introduções inferíveis de anáforas não correferenciais associativas e não associativas (ou mais inferenciais).

(22) Administério

Meia-noite, livro aberto.
 Mariposas e mosquitos
 pousam *no texto* incerto.
 Seria *o branco da folha*,
 luz que parece objeto:
 Quem sabe *o cheiro do preto*,
 que cai ali como um resto?
 Ou seria que os insetos
 descobriram parentesco
 com *as letra do alfabeto*?

(Paulo Leminski – citado em CAVALCANTE, 2005, p. 128)

³⁰ Nesse trabalho, Cavalcante (2005) ainda toma por base a classificação de Koch (2004b), que divide as anáforas em correferenciais e não correferenciais. Nestas, estão incluídas as anáforas indiretas, com três subtipos: associativo, inferencial e encapsulador.

(23) A rosa de Hiroxima

Pensem *nas crianças*
 Mudanças telepática
 Pensem *nas meninas*
Cegas inexatas
 Pensem *nas mulheres*
Rotas alteradas
 Pensem *nas feridas*
Como rosas cálidas.
 Mas oh não se esqueçam
 Da rosa da rosa
 Da rosa de Hiroxima
 A rosa hereditária
 A rosa radioativa
 Estúpida inválida
 A rosa com cirrose
 A anti-rosa atômica
 Sem cor sem perfume
 Sem rosa sem nada
 (Vinícius de Moraes – citado em CAVALCANTE, 2005, p.129)

Segundo Cavalcante (2005), no exemplo (22), “livro aberto” é uma introdução referencial que licencia uma cadeia de anáforas associativas (ver expressões italicizadas). Esse processo é conduzido por relações de ingrediência com a âncora “livro”, ou seja, essa expressão referencial dispara o gatilho para outros referentes pertencentes ao seu mesmo campo lexical (e.g., “no texto”, “branco da folha”). Em outros termos, a sua orientação se dá por critérios de base semântico-lexical. Por outro lado, diz a autora, evocando Schwarz (2000), que em (23) as relações se estabelecem nas ocorrências de anáforas indiretas (mais inferíveis), construídas a partir de modelos mentais que se estruturam no conhecimento culturalmente partilhado em respeito à bomba atômica de Hiroxima. Este referente, explica a autora, aparece recategorizado já no título do poema,

que aciona o enquadre mental da tragédia [...] e permite que se empreguem as expressões nominais definidas como ativando (ou reativando?) referentes dados, facilmente identificáveis nas anáforas indiretas ‘crianças mudas telepáticas’, ‘meninas cegas inexatas’, ‘mulheres como rotas alteradas’ e ‘feridas como rosas cálidas’. (CAVALCANTE, 2005, p. 130).

Chegamos aqui ao ponto que nos interessa na explicitação de todo o raciocínio da autora. Referimo-nos ao fato de que ela vê, nesse último exemplo, uma possibilidade de refletir sobre a existência do fenômeno da recategorização nas introduções referenciais puras³¹, o que pode ser constatado na introdução referencial que serve como título para o

³¹ Essa mesma reflexão, segundo a autora, já é sugerida por Jaguaribe (2005), em projeto de tese. Em Jaguaribe (2007) encontramos a definição do postulado de que uma introdução referencial pode ser feita por meio de uma recategorização.

poema “A rosa de Hiroxima”. Nessa ocorrência, segundo Cavalcante (2005), embora o referente recategorizado não se explicita na superfície textual, é possível, pelo nosso conhecimento de mundo, recuperá-lo e compreender as transformações que se operam no momento mesmo em que ele é introduzido no poema. Mas entendemos que faltou à autora perceber, nessa explicação, que esse processo de recategorização não necessariamente se dá na linearidade do texto. Não afirmariamos, é certo, que ocorre no momento mesmo em que a expressão referencial “A rosa de Hiroxima” é introduzida no texto, pois há outros elementos no cotexto que servem como âncora para a inferência do referente recategorizado. Ademais, se assumimos a recategorização como um processo cognitivo-referencial, podemos facilmente sustentar que a transformação não se dá pontualmente, mas vai acontecendo à medida que as inúmeras pistas dadas por expressões referenciais ou não ajudam o leitor a compor novos sentidos e novas referências, daí termos esse caso como muito mais complexo, algo próprio da riqueza do texto literário, em que a recategorização se realiza de forma circular. Ou seja, é preciso passar pelos vários elementos em que ela se ancora para, num movimento inverso, chegar-se à (re)construção do processo.

Não obstante essa nossa intervenção, a autora pontua duas questões muito pertinentes em torno do fenômeno: (i) o falseamento da suposição corrente na literatura de que a recategorização de um referente só pode ser feita mediante a sua introdução no discurso e, conseqüentemente, do pressuposto de que apenas as anáforas podem ser recategorizadas; (ii) a não sustentação do argumento de que a recategorização só se aplica às anáforas correferenciais³². O mais importante nessa reflexão suscitada pela autora é que corrobora o nosso pressuposto de que o fenômeno da recategorização ultrapassa as fronteiras da superfície textual, ficando o seu grau de explicitude, muitas vezes, também condicionado pela ativação dos mecanismos cognitivos que lhe são constitutivos, e não apenas na dependência de uma expressão lexical que lhe homologue o sentido.

Os *insights* de Cavalcante (2005) são elucidativos para os propósitos que estabelece para seu estudo. Entretanto, faz uma abordagem firmemente situada nas teorias associadas ao domínio da Linguística de Texto, de sorte que a interface com teorias sobre a cognição – estruturas e processos cognitivos – não é construída para ser descritiva e explanatoriamente utilizada em suas análises. O excerto seguinte, em que a autora define a recategorização, serve como base para essa nossa afirmação.

³² Em Lima (2003), analisamos uma série de exemplos de ocorrências de recategorizações envolvendo anáforas indiretas, embora tenhamos trabalhado mais com as do tipo inferencial. Aqui a autora faz menção à anáfora indireta associativa, caso explorado no exemplo (22).

A ‘recategorização’ é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, portanto, em nossa visão pública de mundo. A menor ou maior desestabilização da categoria em mudança é o próprio traço, explícito ou implícito, que define a recategorização de um referente, quer tenha ele sido já introduzido no discurso para ser transformado, quer não tenha sido e se recategorize apenas mentalmente, no próprio momento em que o anafórico remete indiretamente à sua âncora. (CAVALCANTE, 2005, p. 132).

Um dos nossos objetivos, neste estudo, é exatamente encontrar um caminho para descortinar os aspectos cognitivos do processo de recategorização, particularmente em respeito aos tipos metafórico e metonímico. Para tanto, ratificamos que é preciso redimensionar a própria concepção de recategorização, tendo por certo que não podemos nos filiar a uma concepção atrelada somente a remissões e retomadas de itens lexicais. Por outro lado, não nos satisfaz também uma extensão do fenômeno, em outras bases teóricas, que não contemple uma descrição dos aspectos cognitivos, como se observa em Leite (2007), estudo que se propõe como inovador na abordagem da recategorização metafórica, merecendo, por isso mesmo, a nossa atenção.

Nesse estudo, o autor, a partir de lacunas apontadas em Lima (2003), sustenta a hipótese de que a recategorização metafórica pode ter uma dimensão maior em termos de construção textual/discursiva, à luz de uma conjunção de pressupostos advindos da Semiótica Textual, da Linguística de Texto e das Ciências Cognitivas. O redimensionamento do fenômeno, nessas bases, é designado pelo autor como “metaforização textual”, que segundo ele situa-se para além dos limites da palavra e da sentença. Esse argumento é ilustrado com muita propriedade nos vários textos analisados em Leite (2007), embora traga embutida uma crítica equivocada ao nosso primeiro estudo sobre a recategorização metafórica (LIMA, 2003), ao tomá-lo como gancho para o seu construto da metaforização textual.

O autor parte da crítica à análise de uma ocorrência de recategorização metafórica presente na piada abaixo, mas não cuida de enfatizar os objetivos do referido estudo, nem apresenta os pressupostos teóricos que dão suporte à tese desenvolvida em Lima (2003). Com isso, a natureza do estudo fica desfocada, comprometendo a crítica a ele, nas consequências que dela se tiram.

(24) E tem aquela do sujeito que chega em casa e encontra a filha agarradinha com o namorado. Aliás, bem agarradinha. O pai então dá o maior estrilo:

– Que pouca vergonha é essa?!

E o rapaz, todo sem jeito:

– Bem, o senhor sabe, eu estou apenas mostrando a minha afeição para a sua filha.

E o pai da moça:

– É! Tô vendo que sua afeição é grande! Mas bota ela pra dentro da calça!...

(SARRUMOR, 2000, p. 216)

O propósito de Lima (2003) é investigar o fenômeno da recategorização metafórica como gatilho para o humor, sob uma perspectiva cognitivo-referencial. No exemplo (24), afirmamos que o efeito cômico da piada é engatilhado pela recategorização metafórica do referente “genitália masculina” como “afeição”, processo descrito como *AI recategorizadora por metáfora, com recategorização lexical explícita por repetição*. Entendemos que, inicialmente, há a categorização do referente “afeição”, no nível básico da categoria “sentimento”, seguida da recategorização metafórica da “genitália masculina” como “afeição”, com base no pressuposto de que o referente recategorizado não se confirma por uma expressão referencial na superfície do texto, mas é inferível pelas pistas co(n)textuais. Ressalte-se que o foco do estudo está na identificação do mecanismo da recategorização – antes de tudo um processo cognitivo-referencial – a serviço do propósito humorístico, e na explicitação, por amostragem, de como se constroem as inferências geradas por esse processo, em razão de que nos valem, como modelo de análise, da Teoria da Mesclagem Conceitual (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Decerto, pelos objetivos traçados nesse estudo, não nos preocupamos em elencar todas as pistas que poderiam ser acessadas para a construção dos sentidos das ocorrências de recategorização analisadas, o que não significa que não admitamos a sua existência ou possibilidade de acesso no processamento textual. Nesse sentido, a afirmação de Leite (2007, p. 130) de que “em Lima (2003), propõe-se que a recategorização metafórica esteja limitada a uma expressão linguística” deve ser vista com cautela, pois, no exemplo em tela, a própria descrição de que o processo se dá por anáfora indireta (AI) já é um argumento favorável ao questionamento dessa posição do autor.

É que a definição da AI, em si mesma, encerra um movimento tentacular na construção dos sentidos, estendendo-se pelo “tecido textual”, tomando por empréstimo a terminologia usada em Leite (2007). Ademais, a constatação de que o processo de recategorização metafórica possa se explicitar, em algumas situações, apenas no nível das estruturas e do funcionamento cognitivo, recorrendo-se à subjacência do “tecido textual”, também demonstra que a análise procedida em Lima (2003) não se restringe ao tratamento do fenômeno como restrito a uma expressão linguística. Por outro lado, querendo ou não e por estarmos tratando de um processo cognitivo-referencial, é previsível que se trabalhe com as expressões linguísticas que o materializam ou lhe sirvam como âncora, sem prejuízo da investigação ou realce de outros aspectos, a depender do foco da pesquisa.

Não obstante, compreendemos que o posicionamento do autor, ao propor a tese da “metaforização textual”, possa estar motivado pelo seu propósito de estender a abordagem de recategorização metafórica desenvolvida em Lima (2003), reivindicando uma maior atenção aos aspectos discursivos, mas, como envereda muito mais pelos ditames da Semiótica, cujas categorias de análise diferem das adotadas pela Linguística de Texto, a impressão que passa Leite (2007), no desenvolvimento de sua postulação, é a de que se trata de dois fenômenos distintos. Entendemos que não seja esse o caso, porém uma questão de focos diferentes de um mesmo objeto de estudo, o que permite a sua extensão.

Observa-se, aliás, que a preocupação de Leite (2007), diferentemente do que manifestamos em Lima (2003), está na descrição pormenorizada dos mecanismos que engendram a interpretação de textos com ocorrências de recategorização metafórica, processo que, para nós, embora opte por chamar de “metaforização textual”, não prescinde da existência mesma da recategorização como fenômeno referencial, como ele próprio admite, ao afirmar que não nega o dito fenômeno. Contudo, essa posição só se manifesta, de forma mais incisiva, quando o autor lança mão de exemplos de Lima (2003) para engatilhar a sua proposta. Com efeito, na análise dos exemplos trazidos pelo autor na configuração de sua tese, o aspecto referencial da recategorização deixa de ser realçado, sendo muitas vezes esmaecida a própria ocorrência do fenômeno para dar lugar ao processo da “metaforização textual”, manifestando-se assim uma notória preocupação com a explicitação dos mecanismos interpretativos. Isso pode ser visto na análise do texto seguinte, cujo excerto que descrevemos, na sequência, corrobora nossa afirmação, uma vez que o autor já aplica, em sua abordagem, categorias da Semiótica, como o conceito de isotopia.

Vaca Louca

Se já era desequilibrado, George W. Bush piorou muito após a vitória eleitoral. Agora, ele ameaça invadir o Iran, que já pregou aviso, no melhor estilo da Jovem Guarda: ‘Pode vir quente que eu estou fervendo’. Carnificina à vista! (Jornal Diário do Nordeste, 20/01/2005).

O exemplo acima pode ser lido sob duas isotopias metafóricas. Em uma delas, o leitor pode interpretar o título como concernente ao mal da vaca louca. Se assim o for, a abdução confirmará essa hipótese, ao focalizar a expressão carnificina à vista e magnificar as propriedades grande massacre, extermínio, matança. Nesse caso, temos uma isotopia na qual o tema invasão do Irã é metaforizado no mal da vaca louca por meio da reiteração dessas propriedades no plano textual. Em outra, temos a metaforização de George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, em Vaca Louca. Poderíamos indagar se este não seria, de fato, o sentido metafórico mais saliente do texto, sob o argumento de que Vaca louca é uma metáfora explícita usada para se referir ao presidente dos Estados Unidos. Entretanto, a leitura sob a isotopia mal da vaca louca, referente à invasão do Irã, pode esvair a inferência abdutiva de

que a referência ao presidente norte-americano aparece já no primeiro enunciado “se já era desequilibrado, George W. Bush piorou muito após a vitória eleitoral”. (LEITE, 2007, p. 191-192).

Note-se que Leite (2007) parece subvalorizar o caráter referencial da expressão “vaca louca”, que muito bem se apresenta como uma ocorrência de recategorização metafórica, para dar lugar a sua tese da “metaforização textual”. Julgamos que o próprio termo cunhado por ele já remete para uma extensão do que vimos tratando de recategorização (no caso, metafórica). O autor mesmo diz textualmente da possibilidade de se propor o conceito de metaforização textual como forma de ampliar o alcance da proposta apresentada em Lima (2003). Tal fato, a nosso ver, não permite que ambos os processos (i.e., recategorização metafórica e metaforização textual), sejam, por vezes, colocados no mesmo patamar, como se posiciona Leite (2007), principalmente porque as duas abordagens, em sua essência, são conduzidas por posicionamentos teóricos diferentes. A “metaforização textual”, mesmo que dita como “decorrência da integração das dimensões cognitiva, linguística e social na interpretação” (LEITE, 2007, p. 126), constitui-se, de fato, como uma proposta de aplicação de um modelo de interpretação de metáforas fundamentado em bases semióticas, e é, nesse modelo, principalmente, que assenta o estudo de Leite (2007) sobre o fenômeno da discursivização da metáfora, no qual inclui os casos de recategorização metafórica tratados em Lima (2003).

Não vemos nenhum impedimento no propósito do autor de aliar diferentes modelos teóricos na constituição de seu objeto de estudo. Não obstante, apesar do esforço empreendido, avaliamos que os resultados não alcançam totalmente o cumprimento dessa intenção. Na verdade, pressupostos da Linguística Textual e da Linguística Cognitiva, a exemplo, respectivamente, da referenciação e da cognição incorporada, são assumidos por Leite (2007) na constituição de seu modelo de análise, mas reiteramos que as categorias básicas do modelo analítico sugerido são essencialmente da Semiótica Textual.

Com efeito, esse modelo de análise muito bem trabalha a discursivização da metáfora, mas não de modo suficiente para abarcar a descrição de todas as dimensões evocadas pelo autor, em consonância com os respectivos modelos teóricos que lhes dão sustentação. Assim, fica a lacuna do desenvolvimento de um modelo de análise capaz de integrar, equilibradamente, as três áreas chamadas pelo autor na constituição do objeto da “metaforização textual”.

Pelo exposto, apesar de a proposta de Leite (2007) redimensionar a concepção de recategorização metafórica, em termos de uma abordagem mais ampla dos aspectos discursivos, a sua adequação explanatória e descritiva não alcança o enfoque que pretendemos dar, neste estudo, à recategorização, em que é preciso conjugar igualmente, na descrição, os aspectos cognitivos e pragmáticos, sob pena de ficarmos aquém da complexidade desse processo. Aliás, uma outra proposta de extensão do tratamento da recategorização – ou talvez seja mais próprio dizer de simplificação do fenômeno – é delineada em Ciulla e Silva (2008), que, diferentemente de Leite (2007), centra-se na perspectiva da referenciação, fazendo algumas breves incursões pelos pressupostos da Linguística Cognitiva ao tratar dos aspectos cognitivos da referência.

Como resultado de seu estudo, a autora apresenta as definições de anáfora, dêixis e introdução referencial como funções variáveis e não mutuamente excludentes, estabelecidas nas situações discursivas. Assim, propõe um quadro de funções e subespecificações de funções desempenhadas por vários processos referenciais, chegando à conclusão de que normalmente há sobreposição de funções, ou seja, os processos referenciais desempenham vários papéis simultaneamente.

Nesse universo, interessa-nos destacar e discutir o seu postulado de que a oposição categorização/recategorização se faz desnecessária, sob o argumento de que se a recategorização é compreendida como uma alteração de categorias parcialmente previsíveis – e sendo as categorias sempre mais ou menos previsíveis –, então seria próprio dizer que a atividade de categorização implica sempre uma recategorização. Embora compreendamos que a proposição da autora tenha por base o caráter da instabilidade das categorias, avaliamos que essa simplificação dos dois processos pode incorrer numa generalização excessiva, pois, com tal conjectura, Ciulla e Silva (2008) esvazia a concepção primeira do fenômeno da recategorização como estratégia de designação na atividade discursiva (APOTHÉLOZ; REICHLER-BEGUÉLIN, 1995), como ela própria reconhece. Ademais, do ponto de vista operacional, a proposta não se faz muito clara, haja vista que opta pelo uso dos dois rótulos (i.e., categorização/recategorização), mesmo depois de admitir que ambos nomeiam o mesmo fenômeno, não se tratando, pois, somente de uma questão terminológica, mas, acima de tudo, de uma questão conceitual.

Pensamos que a autora compreende a recategorização com base em dois níveis distintos: i) um nível puramente cognitivo e ii) um nível cognitivo-referencial. O problema é que ambos são tratados de forma intercambiável, gerando, em algumas passagens do estudo,

uma desconfiguração do fenômeno nos moldes da Linguística de Texto, pois evoca o primeiro nível, por exemplo, quando justifica o fato de que algumas “aparentes” introduções referenciais já têm o caráter de expressões recategorizadoras, parecendo-lhe mais convincente explicar esse tipo de ocorrência pela generalização que categorizar implica sempre recategorizar, quando seria mais coerente, pelos pressupostos da Linguística de Texto, admitir que essas “aparentes” introduções referenciais, conforme apresentado em Cavalcante (2005), exercem, de fato, a função de anáforas indiretas recategorizadoras.

Entretanto, ao invés disso, Ciulla e Silva (2008) vale-se de alguns conceitos sobre a atividade de categorização (JOHNSON, 1987; LAKOFF, 1988), erigidos no *framework* da Linguística Cognitiva, para fundamentar a sua proposição. Ocorre que a noção de categorização, nesse *framework*, não se restringe a categorias linguísticas, porém, antes de tudo, a categorias conceituais ou estruturas cognitivas que estão na base dessas categorias linguísticas. A natureza cognitiva da categorização é mais ampla que a linguagem, pois a mente humana categoriza independentemente dos correspondentes linguísticos emparelhados com essas categorias, de modo que as manifestações linguísticas revelam apenas parcialmente os processos de categorização, manifestos ou não, por diferentes expressões sógnicas em variados graus de explicitude/implicitude.

Em função disso, verifica-se que, do ponto de vista conceitual, é problemático estender demasiadamente a noção de categorização, como procede a autora, para abarcar a própria referenciação, da qual a recategorização é um dos fenômenos linguísticos que se manifesta em diferentes graus de explicitude. Ratificamos que o processo de recategorização, como concebido pela Linguística de Texto, é engendrado somente na atividade discursiva, e o fenômeno da categorização, segundo o paradigma da Linguística Cognitiva, excede a manifestação linguística, pelo que o pressuposto de Ciulla e Silva (2008) de que toda categorização implica uma recategorização vai, em certa maneira, de encontro à própria concepção dos dois fenômenos em suas bases teóricas, promovendo uma generalização não condizente com a abordagem da recategorização pretendida neste estudo. Compreendemos, assim, que a categorização e a recategorização, embora guardem relações bastante estreitas, são fenômenos teoricamente distintos.

Apesar de promover essa generalização, há que se considerar que Ciulla e Silva (2008) avança com relação à concepção pioneira da recategorização, quando não admite o fenômeno restrito a operações meramente lexicais, assumindo que depende simultaneamente do léxico e das operações cognitivas, de forma indissociável. Em Lima (2003), embora com

menor abrangência, devido ao recorte de investigação apenas com recategorizações metafóricas, já pudemos constatar a validade desse pressuposto ao demonstrar que a construção dos sentidos de expressões linguísticas recategorizadoras instanciadas por metáforas, principalmente no caso de anáforas indiretas, depende essencialmente da manipulação desse jogo patente entre o léxico e as operações cognitivas.

Ciulla e Silva (2008) assume, também, que a recategorização pode manifestar-se por uma expressão de introdução referencial, ou por uma expressão de continuidade referencial. Por esse raciocínio, rever a associação obrigatória entre categorização/introdução referencial em oposição à recategorização/anáfora, que postulou em trabalho anterior (cf. Ciulla, 2002). Contudo, apesar desses avanços, não se desfaz ela do embaraço conceptual que está no cerne de seu raciocínio sobre a recategorização. Revisitamos um exemplo analisado em Ciulla e Silva (2008), fragmento de um conto de Moreira Campos, para que comprovemos nossa afirmação.

(25) O ferro em brasa, que **a própria mulher do filho** trouxe da trempe de tijolos na cozinha. O gemido, contorções do corpo. A pele de fumo voltou a cobrir a ferida. Morreu três horas depois. Longe os vizinhos. Léguas e meia o mais próximo. Belarmino teve de ir até lá (o cachorro enrolava-se no chão sob a tipoia do morto). Trouxe outros seres em molambos e grunhidos. E a marcha fúnebre – tipoia oscilante presa à estaca de sabiá – se fez em direção ao distante arruado, onde havia a capela e o telheiro abatido do mercado. No mais, a solidão da noite e dos seres. **A viúva-menina**, sem lágrimas. Duro mundo, carente de umidades. Muitas lições de renúncia. Tão trabalhados todos como a escarpa fendida e crestada pelo tempo, por onde subiam bodes e cabras. (Moreira Campos, *O peregrino*, citado por CIULLA E SILVA, 2008, p. 29).

Num primeiro momento da análise, a autora apresenta a expressão “a própria mulher do filho” como uma introdução referencial, recategorizada, na progressão textual, como “a viúva-menina”, seguindo classificação por ela adotada em Ciulla (2002), que tem como base o critério de menção, sendo essa a forma mais usual de classificação desse tipo de ocorrência na Linguística de Texto. Todavia, revê ela essa postura, referindo-se a sua percepção de um problema na distinção entre categorização e recategorização, conforme reproduzimos na sequência.

Observando novamente a expressão “a própria mulher do filho”, embora se trate de uma introdução referencial, não é possível afirmar que, para construir esse referente, ele não tenha sofrido um reajuste, um remodelamento, isto é, uma recategorização. Isso porque não existe um modelo *a priori* de “a própria mulher do filho”, mas apenas algumas pistas lexicais e a aposta de que, com base em sua experiência e conhecimento particulares, o leitor poderá recriar este personagem. E, nesse processo de recriação, os conceitos são reacomodados, pois há muitas coisas que variam a cada interação, devido aos vários fatores da dimensão discursiva, (...) (CIULLA E SILVA, 2008, p. 29-30).

É indubitável que a autora sobrepõe, na construção de seu raciocínio, o nível cognitivo ao nível cognitivo-referencial, extrapolando o que se vem a compreender como recategorização. Ao dizer que a introdução referencial exemplificada pode ser uma recategorização pela não existência de um modelo dado *a priori* de ‘a própria mulher do filho’, podendo o leitor recriar esse personagem, Ciulla e Silva (2008) sai do universo cognitivo-referencial em que, nesta tese, numa interface com a Linguística Cognitiva, concebemos o fenômeno da recategorização, e lida com as representações subjetivas emanadas dessa introdução referencial, do ponto de vista da construção do significado atribuída ao leitor. Não se nega aqui a existência desse processo de recriação do sujeito-leitor, em que os conceitos são reacomodados ou remodelados, mas não é teoricamente apropriado equiparar esse nível de “recategorização” ao nível cognitivo-referencial, no qual se concebe a recategorização.

O exemplo oferecido pela autora não é, pois, adequado para sustentar a sua conjectura de que a distinção entre categorização e recategorização é questionável, considerando que o primeiro processo engloba o segundo. O mesmo acontece com o uso desse exemplo para demonstrar o possível caráter recategorizador das introduções referenciais, caso em que, considerando o segmento textual apresentado, entendemos que a expressão “a própria mulher do filho” seja somente uma introdução referencial, recategorizada, na progressão textual, como “a viúva menina”.

Particularmente quanto ao provável caráter recategorizador de algumas introduções referenciais, avaliamos que a posição da autora possa ser revista em termos de classificação desse tipo de ocorrência como casos de anáforas indiretas recategorizadoras, conforme se posiciona Cavalcante (2005). Assim, seria mais coerente dizer que se trata de “aparentes” introduções referenciais, pois, por um conjunto de indícios co(n)textuais, é possível se inferir uma ancoragem dessas expressões, permitindo reconhecê-las como anáforas indiretas. O exemplo que Ciulla e Silva (2008) toma por empréstimo de Jaguaribe (2007), para ilustrar as suas conjecturas sobre a imbricada relação entre léxico e cognição no processo de categorização (ou recategorização), serve para que se constate essa posição. Trata-se da análise do poema “A Dama Branca”, de Manuel Bandeira, abaixo reproduzido, para uma melhor elucidação dos comentários que tecemos na sequência. Atente-se para o fato de que Jaguaribe (2007) considera a expressão “A Dama Branca” como um caso de introdução referencial realizada por meio de uma recategorização, mas concebe a

recategorização como um processo distinto da categorização, no que diverge do pensamento de Ciulla e Silva (2008).

(26) A DAMA BRANCA

A Dama Branca que eu encontrei,
Faz tantos anos,
Na minha vida sem lei nem rei,
Sorriu-me em todos os desenganos.

Era sorriso de compaixão?
Era sorriso de zombaria?
Não era mofa nem dó. Senão,
Só nas tristezas me sorriria.

E a Dama Branca sorriu também
A cada júbilo interior.
Sorria como querendo bem.
E todavia não era amor.

Era desejo? – Credo! De tísicos?
Por histeria... quem sabe lá?...
A Dama tinha caprichos físicos:
Era uma estranha vulgívaga.

Ela era o gênio da corrupção.
Tábua de vícios adúlteros.
Tivera amantes: uma porção.
Até mulheres. Até meninos.

Ao pobre amante que lhe queria,
Se lhe furtava sarcástica.
Com uns perjura, com outros fria,
Com outros má.

- A Dama Branca que eu encontrei,
Há tantos anos,
Na minha vida sem lei nem rei,
Sorriu-me em todos os desenganos.

Essa constância de anos a fio,
Sutil, captara-me. E imaginai!
Por uma noite de muito frio
A Dama Branca levou meu pai.

(Manuel Bandeira, *A dama branca* – citado por JAGUARIBE, 2007, p. 11-12)

A propósito da expressão “A Dama Branca”, Ciulla e Silva (2008) faz a seguinte apreciação, com base na análise já procedida por Jaguaribe (2007):

A princípio, lendo-se somente a expressão “dama branca” podemos interpretá-la – e provavelmente a maior parte dos leitores o faria - como uma mulher, especialmente num poema, em que *mulher* é um tema frequente. No entanto, no último verso, mais especialmente por causa da expressão “levou meu pai”, percebemos que a “dama branca” é a morte. No entanto, essa passagem, de uma à outra, faz com que a

construção do objeto *morte* seja feita sob um determinado ponto de vista, enfatizando certos sentimentos de dor e tortura que o autor do poema quis atribuir à morte. (CIULLA E SILVA, 2008, p. 33).

Note-se que, nessa sintética apreciação do poema, já se demonstra claramente a possibilidade de se inferir uma âncora para a (re)construção do referente morte, recategorizado metaforicamente como “A Dama Branca”. Essa âncora é evocada não só pela expressão “levou meu pai”, presente no último verso, como sugere a autora, mas julgamos que também a partir do penúltimo verso, “por uma noite de muito frio”, considerando que a conceptualização da morte, tomando o aporte teórico mais global da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, como detalharemos no Capítulo 3, está relacionada, dentre outros, com escuridão (noite) e frieza³³. Assim, se pensarmos a recategorização não necessariamente como um processo que se configura na linearidade textual, como indiscutivelmente se apresenta no poema, fica evidente que a expressão “A Dama Branca” é apenas uma “aparente” introdução referencial pura, tratando-se, pois, de um caso de anáfora indireta. Não parece igualmente adequado tomar esses casos como sobreposição de funções, como argumenta Ciulla e Silva (2008), já que, no contexto dos pressupostos teóricos por ela assumidos, há uma incompatibilidade de critérios (um critério de menção e um critério cognitivo). Os exemplos apresentados pela autora também não dão conta de, descritivamente, apoiar essa explicação.

Além disso, tanto Jaguaribe (2007) quanto Ciulla e Silva (2008) não assumem o propósito de descrever ou classificar os processos de recategorização, restringindo-se, especialmente a segunda, à focalização da função *estético-estilística* desempenhada por esse mecanismo no texto literário. Ambas as abordagens não ultrapassam os limites da Linguística Textual, circunscrito ao estudo das funções discursivas da recategorização, de modo que as autoras, assim como Tavares (2003), Cavalcante (2005) e Leite (2007), se, por um lado, reconhecem ou demonstram evidências da natureza cognitiva da recategorização, também não se propõem a avançar nessa abordagem, apesar de levantarem pressupostos que levariam naturalmente a fazê-lo. Contudo, compreendemos que não o fazem por força mesmo do recorte de investigação que elegem, centrado numa perspectiva textual-discursiva de tratamento do fenômeno.

Em face dessas abordagens da recategorização e de suas limitações no que respeita ao trato dos aspectos cognitivos, cumpre-nos definir, com maior precisão, a

³³ Por enquanto, à falta de outros pressupostos teóricos, que ainda serão apresentados no Capítulo 2, não vamos adentrar por uma descrição pormenorizada que esse tipo de situação requer.

concepção do fenômeno que adotamos neste estudo. Reafirmamos o pressuposto de que se trata de um processo de natureza cognitivo-referencial, que deriva da categorização na atividade de referenciação. Esse pressuposto tem os seguintes desdobramentos: i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais.

Embora não seja esse o nosso foco, assumimos também que a recategorização, enquanto estratégia de designação, está a serviço de um propósito comunicativo, que se revela por diferentes funções, pois não negamos a concepção primeira do fenômeno nos termos da Linguística de Texto. Não obstante, o nosso intuito é exatamente explorar a recategorização numa perspectiva mais ampla, em que os aspectos semânticos e pragmáticos possam ser tratados conjuntamente, provendo uma descrição adequada ao nível de explanação, isto é, ao nível cognitivo-referencial.

Definido então o foco de abordagem da recategorização que pretendemos para este estudo, voltamos agora nossa atenção para os dois tipos de recategorização que são alvos de nossa investigação.

1.4 Recategorizações metafóricas e metonímicas: particularizando o objeto de investigação

Uma das consequências de não se conceber a recategorização como um processo de natureza meramente textual-discursiva, conforme constatamos nas várias abordagens até aqui apresentadas, exceção feita a Lima (2003), é a possibilidade de ampliar-lhe a descrição reconstruindo a rede conceitual/inferencial subjacente às expressões linguísticas recategorizadoras. Metáfora e metonímia são fenômenos exemplares para explorar o papel dessas redes conceituais/inferenciais no processo de recategorização, ampliando, assim, seu tratamento, de modo a explorar uma interface com a Linguística Cognitiva.

As recategorizações motivadas por metáforas e metonímias ainda são pouco exploradas na Linguística de Texto. Com efeito, na proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), as recategorizações metafóricas aparecem alocadas na argumentação, um

dos subtipos de recategorizações lexicais explícitas, restringindo-se os autores, nesse tipo de construção, ao reconhecimento do papel argumentativo da metáfora. Não obstante, como constatamos em Lima (2003), quando analisamos esse tipo de ocorrência não apenas em termos de funções e propósitos comunicativos, mas também tomando como eixo os aspectos cognitivos que lhe são constitutivos, há muito mais a se dizer sobre as recategorizações metafóricas. Foi o que ilustramos na seção 1.2, ao apresentarmos a proposta de classificação das recategorizações metafóricas resultante do referido estudo.

No que concerne às recategorizações com motivação metonímica, entendemos que não há, na proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), nenhuma sistematização mais precisa para esse tipo de ocorrência. Os autores referem somente os pronomes anafóricos que operam um deslize metonímico, situando-os como um dos casos em que a recategorização opera modificações da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico, como já ilustramos no exemplo (14), da seção 1.2.

A despeito da posição de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), entendemos que recategorizações por metonímias podem ocorrer no mesmo nível das metafóricas, não restritas a pronomes que operam um deslize metonímico. O exemplo (27) atesta essa nossa proposição, pois nele ocorre a recategorização de “luz se aproximando”, metonimicamente tomado por “lanterninha”, como “moto”. Note-se que é o processo metonímico PARTE PELO TODO que motiva a recategorização, um equívoco cometido pelo português (Manuel), que gera a comicidade do texto.

(27) O Manuel vai ao cinema, à tarde. Entra e não enxerga um palmo naquele escuro. Fica parado, de pé, esperando acostumar a vista. O lanterninha vem ajudá-lo. O Manuel vê aquela luz se aproximando, se aproximando... e pimba! Pula com tudo no colo de um casalzinho que comia pipocas. Maior fuzuê, voa pipoca, todo mundo reclama aos berros.

– Me desculpe, mas é que se eu não saio da frente, aquela moto iria me atropelare!
(ALMANAQUE DE PIADAS, [2002], p. 65).

Retomando Lima (2003), ressaltamos que esse estudo endereça duas questões significativas quanto à própria dimensão do processo de recategorização, as quais se encontram estritamente interligadas. A primeira delas, já anunciada na explanação do exemplo (18), diz respeito ao postulado da recategorização que se explicita apenas no nível das estruturas e funcionamento cognitivo, pelo qual é preciso admitir que os limites do processo de recategorização vão além da superfície textual. Melhor esclarecendo, nessa situação, a ancoragem do processo de recategorização não se explicita textualmente por meio da retomada de um item lexical ou de uma rede de itens lexicais, havendo ocorrências em que

essa ancoragem faz parte do processo inferencial e, assim, não há como recuperá-la senão pela “abertura” do processamento cognitivo em que comparecem determinadas estruturas pertencentes a modelos cognitivos/culturais daquele que interpreta, como demonstraremos no capítulo da análise. O certo é que, a rigor, nenhuma âncora do processo de recategorização é rastreada somente na superfície.

A segunda questão diz respeito à possibilidade da interação da metonímia com a metáfora na instanciação de expressões linguísticas recategorizadoras, outra hipótese que investigamos neste estudo e que demanda uma relação ainda mais estreita com a Linguística Cognitiva, uma vez que o fenômeno da interação metáfora-metonímia é hoje uma das abordagens correntes nessa área. Em nosso primeiro estudo sobre a recategorização metafórica, já encontramos evidências de uma estreita relação entre os processos metafórico e metonímico no licenciamento de expressões referenciais recategorizadoras. A análise do exemplo seguinte, enquadrada na referida investigação como “outros casos” de recategorização, justamente por essa peculiaridade, demonstra essa nossa percepção.

(28) A secretária nota que o chefe está com o zíper da calça aberto e, sem jeito, tenta lhe dar a notícia:

–Doutor, o senhor esqueceu a porta da sua garagem aberta!

Ele fecha rapidamente a braguilha e diz, com a voz cheia de malícia:

– Por acaso a senhora viu a minha Ferrari vermelha?

– Não senhor! Tudo que eu vi foi um fusquinha desbotado e com os pneus dianteiros totalmente murchos! (SARRUMOR, 2000, p. 187).

Na análise que fizemos desse exemplo, reconhecemos a existência de processos metonímicos e metafóricos na construção de três das recategorizações presentes no texto (“Ferrari” e “fusquinha desbotado” como “genitália masculina” e “pneus dianteiros totalmente murchos” como “testículos”). No entanto, na descrição dessas recategorizações, tratamos dos processos em separado, não vislumbrando, ainda, a possibilidade da interação metáfora-metonímia. Vejamos a descrição de uma dessas recategorizações, a de “pneus dianteiros totalmente murchos” como testículos:

AI categorizadora por metonímia, com recategorização lexical explícita, numa relação de parte-todo (pneus-carro), seguido de AI recategorizadora por metáfora, com recategorização lexical implícita, por repetição (pneus como testículos) (LIMA, 2003, p. 130).

Ocorre-nos, porém, que, considerada a hipótese da interação metáfora-metonímia que formulamos neste estudo, essa descrição se caracterizaria de forma bem mais objetiva, não havendo nenhum prejuízo na sua explicitação. Ao invés de se falar de dois tipos de processos, a descrição poderia ser resumida num único processo, ou seja, *AI recategorizadora*

por interação metáfora-metonímia. Nesse sentido, cremos que, considerando o conceito de recategorização com que vimos tratando, não seria por demais forçoso admitir que o objeto de discurso “pneus dianteiros totalmente murchos” já se manifesta como a homologação da recategorização do referente “testículos”, que só se explicita pela “abertura” do processamento cognitivo, no qual é possível se rastrear a sua ancoragem num modelo cognitivo/cultural de uma sexualidade que valoriza a virilidade. Se estamos admitindo, nesse caso, o processo cognitivo da interação metáfora-metonímia, torna-se desnecessário falar de *AI categorizadora por metonímia*. Esse mesmo raciocínio pode ser extensivo às recategorizações de “Ferrari” e “fusquinha desbotado” como “genitália masculina”. Certamente, nesse exemplo, há também outras âncoras rastreáveis na superfície textual, que também colaboram para a evocação desse modelo de sexualidade, como as pistas textuais “o chefe está com o zíper da calça aberto” e “o senhor esqueceu a porta da sua garagem aberta”.

Não sendo rara a frequência com que a metáfora e a metonímia aparecem imbricadas no processo de recategorização, o exemplo seguinte é mais uma ilustração desse tipo de ocorrência, e a sua análise mostra, de forma mais detalhada, como os aspectos cognitivos podem necessariamente ser evocados na construção das recategorizações.

(29) E o velhote fica noivo de uma menina de dezessete anos. O casamento dos dois vira o assunto do momento no bairro. Um parente próximo tenta dissuadi-lo da ideia:

– Cai na real, Olegário! Não vai demorar um mês e essa garota vai começar a te chifrar! Por que não arruma uma mulher mais madura, mais experiente, que cuide bem de você?

– Nada disso, meu caro! Eu prefiro dividir um filé com os amigos do que comer pelanca sozinho! (SARRUMOR, 1999, p. 138).

No exemplo (29), há duas recategorizações: a de “mulher jovem (garota) como “filé” e a de “mulher madura” como ‘pelanca’. Note-se, nos dois casos, que o corpo da mulher está sendo metaforicamente recategorizado como carne bovina³⁴, normalmente consumida pelo ser humano, na cultura ocidental. Ao mesmo tempo, há também uma relação metonímica PARTE PELO TODO, que realça dois tipos de carne, a de melhor qualidade (filé) e a de pior qualidade (pelanca). Essa relação metonímica, sem dúvida, integra as duas ocorrências do processo de recategorização que servem de gatilho para o humor na piada. É interessante perceber que, nesse caso, a simples associação do corpo da mulher com a carne bovina não surtiria efeito cômico tão imediato como o desencadeado pelo papel da metonímia na relação PARTE PELO TODO, daí a necessidade de interação entre os dois processos.

³⁴ Tomamos aqui aceção de filé com referência à carne bovina por ser a mais corrente, embora o mesmo termo possa ser usado em referência à carne suína e de outras reses, assim como à de peixe.

Ademais, não podemos deixar de enfatizar a existência de um modelo cognitivo/cultural de sexualidade em que se ancoram as informações que permitem o processamento das recategorizações analisadas da forma como vimos procedendo.

Nesse modelo machista, o corpo da mulher é associado à comida, pronto para ser “devorado” pelo homem. O filé é a carne mais macia e saborosa, por isso mesmo associada ao frescor da juventude feminina, enquanto que a pelanca, carne de pior qualidade, magra e flácida, se associa à mulher madura, menos valorizada em termos de atrativos sexuais. Assim, dizer apenas que essas recategorizações são construídas com o propósito de gerar a comicidade do texto parece muito pouco. Não estamos negando ou diminuindo a relevância desse propósito comunicativo, mas não podemos descuidar que essa construção resulta da imbricação dos elementos linguísticos e cognitivos que reivindicamos para este estudo, porque uma descrição de cunho mais teórico desse processamento requer uma relação mais estreita com a Linguística Cognitiva, como intentamos fazer neste trabalho.

Um outro estudo, vinculado à Linguística de Texto, no qual encontramos referência a inter-relações da metáfora e da metonímia na construção dos sentidos, é o de Jaguaribe (2004). Neste, a autora ocupa-se, particularmente, da recategorização em poemas, e é na análise de uma sequência de recategorizações presentes no poema Telegrama, de Carlos Drummond de Andrade, abaixo transcrito, que ela manifesta claramente a sua intuição de que a metáfora e a metonímia interagem.

(30)

TELEGRAMA

Emoção na cidade.
 Chegou telegrama para Chico Brito.
 Que notícia ruim,
 que morte ou pesadelo
 avança para Chico Brito no papel dobrado?
 Nunca ninguém recebe telegrama
 que não seja de má sorte. Para isso
 foi inventado.
 Lá vem o estafeta com rosto de Parca
 trazendo na mão a dor de Chico Brito.
 Não sopra a ninguém.
 Compete a Chico
 descolar as dobras
 de seu infortúnio.
 Telegrama telegrama telegrama
 Em frente à casa de Chico o voejar múrmure
 de negras hipóteses confabuladas.
 O estafeta bate à porta.
 Aparece Chico, varado de sofrimento prévio.
 Não lê imediatamente.
 Carece de um copo d'água

e de uma cadeira.
Pálido, crava os olhos
nas letras mortais.

*Queira aceitar efusivos cumprimentos passagem data natalícia espero
merecer valioso apoio distinto correligionário minha reeleição
deputado federal quinto distrito cordial abraço Atanágoras Falcão.*
(Carlos Drummond de Andrade, citado por JAGUARIBE, 2004, p. 6-7)

Em sua análise, Jaguaribe (2004) identifica quatro recategorizações da expressão referencial “telegrama”, operadas por anáfora indireta: *(n)o papel dobrado*, *a dor de Chico Brito*, *as dobras de seu infortúnio* e *(n)as letras mortais*. A primeira delas, *(n)o papel dobrado*, constrói-se por um processo metonímico (O SUPORTE DO GÊNERO PELO GÊNERO), da mesma forma que a segunda, *a dor de Chico Brito*, na qual a relação metonímica se dá entre o sentimento da personagem e o veículo desse sentimento. É nas duas últimas recategorizações, *as dobras de seu infortúnio* e *(n)as letras mortais*, que a autora admite uma mescla dos processos metafórico e metonímico.

A terceira recategorização, *as dobras de seu infortúnio*, construída sobre um misto de metáfora e metonímia, a nosso ver está imediatamente ligada à primeira recategorização, *(n)o papel dobrado*, e não à segunda (o que talvez enfraqueça um pouco a gradação): a expressão *as dobras* mantém com papel uma relação entre a coisa e o seu formato; por outro lado, a reunião, em um mesmo sintagma, de um elemento concreto (*dobras*) e um elemento abstrato (*infortúnio*), faz com que se transfira para o elemento abstrato semas do elemento concreto, o que configura uma relação metafórica(...). A quarta anáfora recategorizadora, *(n)as letras mortais*, também mistura metonímia e metáfora. No que tange à metonímia, expressa uma relação mais complexa, porque deixa implícita uma outra anterior: podemos dizer que há, entre a língua e os gêneros discursivos por meio dos quais ela se realiza, uma relação entre a coisa e seu suporte. Ocorre que as letras não são a língua, mas uma representação gráfica dela. Assim sendo, quando o poeta emprega a expressão *letras mortais*, relacionando *letras* a *telegrama* e focalizando o significante visual, isto é, um dos elementos concretos que nos permite ter acesso à língua, entidade abstrata, camufla aquela primeira relação entre língua e gênero. No que tange à metáfora (talvez fosse melhor falar em metáfora personificadora, ou prosopopeia), temos a transferência de uma faculdade humana (ou animal, num sentido mais amplo) – a faculdade de matar – a uma entidade não humana, no caso, *letras*. Atribui-se, assim, a uma entidade inanimada uma faculdade privativa dos seres animados, o que intensifica a sensação de desastre iminente e irreversível. (JAGUARIBE, 2004, p. 8-9).

Os *insights* de Jaguaribe (2004) são importantes porque demonstram a percepção de uma clara interação – ao que a autora chamou de “mistura” – entre os processos metafóricos e metonímicos na construção de poemas, fato também já atestado por Lakoff e Turner (1989). Contudo, ela avança, mesmo numa outra perspectiva, com relação a esses autores, porque consegue perceber, intuitivamente, que esse processo também pode manifestar-se por meio da recategorização. Um outro ponto que precisamos destacar na análise da autora diz respeito ao seu reconhecimento e identificação de recategorizações por

metonímias, algo, como vimos, ainda não muito explorado pela literatura. Assim, a despeito de todas as considerações positivas ao trabalho de Jaguaribe (2004), precisamos admitir que ela não atinge o nível de tratamento das recategorizações metafóricas e metonímicas que estamos pretendendo realizar nesta investigação, até porque o seu estudo da recategorização está muito mais voltado para outros aspectos, como a construção da argumentação e a polifonia.

Pelo exposto, as duas questões apresentadas são, a nosso ver, evidências claras da necessidade de uma interface com a Linguística Cognitiva no trato do fenômeno linguístico da recategorização. Não resta dúvida de que o fenômeno é cognitivo-referencial, mas é preciso sair do nível das suposições e buscar um aparato teórico que efetivamente permita explicar tanto a natureza cognitivo-referencial da recategorização quanto o fenômeno da interação metáfora-metonímia na instanciação desse tipo de ocorrência linguística.

A Linguística Cognitiva já trata da interação metáfora-metonímia, porém não alcança o nível de descrição de expressões linguísticas recategorizadoras, por uma questão mesmo de foco diferenciado de abordagem, como veremos no Capítulo 2, fato que não nos impede de ver, nessa tendência, um dos caminhos a percorrer para a construção da interface que estamos propondo. Igualmente, precisamos nos valer também de um modelo teórico com maior alcance analítico, capaz de alicerçar uma descrição mais efetiva dos tipos de recategorização investigados. Julgamos que a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, da qual trataremos em maiores detalhes no próximo Capítulo, preste-se muito bem a esse papel.

Neste Capítulo, contextualizamos, como visto, o objeto de estudo da recategorização no âmbito da Linguística de Texto, focalizando, mais especificamente, a perspectiva em que toma lugar a construção desse objeto: a referenciação. Traçamos também um percurso de tratamento da recategorização, para delimitar a abordagem do fenômeno pretendida para este estudo. Concluímos pela necessidade de uma abordagem cognitivo-referencial, em que se realce, principalmente, a descrição dos aspectos cognitivos inerentes à construção dos sentidos das recategorizações, restringindo-nos ao trato das recategorizações instanciadas por metáforas e por metonímias. Na apresentação desses dois tipos de recategorização, erigimos a hipótese principal desta investigação: *a de que a metáfora e a metonímia podem interagir na instanciação de expressões linguísticas recategorizadoras.*

Para uma abordagem cognitivo-referencial da recategorização, é necessário que se redimensione teórica e metodologicamente o tratamento desse fenômeno, levando-se em consideração as evidências de casos de recategorização que só se explicitam no nível das

estruturas e funcionamento cognitivo. Compreendemos que é na interface com a Linguística Cognitiva que encontraremos os fundamentos para provermos a Linguística de Texto de uma caracterização mais substancial do fenômeno da recategorização.

A LINGUÍSTICA COGNITIVA

A instauração da Linguística Cognitiva como paradigma científico data de pouco menos de duas décadas, mas já é notório o volume de estudos desenvolvidos nessa área. Indubitavelmente, ao tomar como fundamento a assertiva de que a linguagem é parte integrante da cognição humana, esse campo de investigação se mostra como promissor para um tratamento mais efetivo da complexidade da linguagem, agora não mais vista somente em sua dimensão formal ou estrutural. Por esse paradigma, compreende-se que a “linguagem se fundamenta em processos cognitivos e interacionais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental e da experiência individual, social e cultural” (SILVA, 2003b, p. 2).

Considerando a nossa conjectura da construção de uma interface com a Linguística Cognitiva no trato de nosso objeto de estudo, configuramos, neste Capítulo, o percurso teórico eleito para realizar essa intenção. Sabemos que não é de hoje que a Linguística de Texto vem buscando o diálogo com muitas das disciplinas que compõem o quadro das Ciências Cognitivas, o que abre caminhos para pleitear uma relação mais estreita entre esses dois ramos da Ciência da Linguagem no estudo da recategorização.

Neste segundo Capítulo, portanto, concentramo-nos na exposição da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), teoria basilar para a análise empreendida no Capítulo 3. A apresentação desse modelo não se prende apenas a Lakoff (1987), que erige os seus fundamentos, mas é enriquecida pela leitura de Feltes (2007) sobre as potencialidades da sua arquitetura, bem como pelos trabalhos que têm ampliado o campo de investigação dos modelos metafóricos e metonímicos (e.g., LAKOFF; JOHNSON, 1999; KÖVECSES, 2005), com os quais este estudo guarda uma relação mais estreita. Esses modelos têm sido alvos de maior atenção dos pesquisadores filiados à Linguística Cognitiva, principalmente os modelos metafóricos, pela grande repercussão, nesse campo de investigação, da Teoria da Metáfora

Conceitual (LAKOFF; JOHNSON, 1980). É exatamente nesse contexto que agregamos também à descrição da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, particularmente, os estudos que sugerem o tratamento da metáfora e da metonímia como processos que interagem entre si (GOOSSENS, 2003; BARCELONA, 2003), endereçando a perspectiva do *continuum* metáfora-metonímia (RADDEN, 2003), pois entendemos que essa teoria possa ter a característica de “guarda-chuva”, comportando também as evoluções que se dão em vista do desenvolvimento dos modelos cognitivos que lhe são constitutivos, embora isso ocorra não necessariamente de forma atrelada aos fundamentos da concepção primeira do modelo.

Julgando que a descrição do respectivo modelo teórico não prescinde de uma contextualização do campo de pesquisa ao qual se filia, iniciamos o Capítulo com um panorama da Linguística Cognitiva. Dada a amplitude de informações que circundam a caracterização desse paradigma, direcionamos esse preâmbulo, principalmente, para os pontos que nos parecem relevantes à concatenação dos objetivos traçados para este Capítulo.

2.1 A perspectiva da Linguística Cognitiva

Oficialmente, a instauração da Linguística Cognitiva como paradigma científico data, conforme Silva (2003b), de 1989, quando se realizou a primeira Conferência Internacional de Linguística, na Alemanha. Entretanto, afirma o autor que desde o início da década de 1980 já é possível encontrar indícios do nascimento e propagação desse paradigma em diferentes lugares, com a publicação de trabalhos os mais diversos, dentre os quais os de Lakoff e Johnson (1980), Lakoff e Turner (1989), Langacker (1987), Talmy (1983, 1988), Fillmore (1985) e Fauconnier (1985). Evans, Bergen e Zinken (2007) vão mais longe nessa retrospectiva e acrescentam que a Linguística Cognitiva tem as suas origens em estudos desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 1970, particularmente Fillmore (1975), Lakoff e Thompson (1975) e Rosch (1975).

Como destacam os referidos autores (2007), a Linguística Cognitiva emerge de uma insatisfação com a abordagem formalista da língua, predominante nas disciplinas de linguística e filosofia, no período que historicamente lhe antecede. Podemos afirmar, mais especificamente, que esse campo surge de uma dissidência de pesquisadores oriundos principalmente da Semântica Gerativa. Nesse contexto, malgrado a sua origem em parte

filosófica, é inegável que tenha sido fortemente influenciada pelas teorias e descobertas de outras disciplinas da Ciência Cognitiva³⁵, a exemplo da Psicologia Cognitiva.

Assim sendo, esse ramo da Ciência da Linguagem, cujo objeto concerne às investigações que envolvem o tripé *linguagem humana- mente- experiência físico-social*, deve ser compreendido, segundo Evans, Bergen e Zinken (2007), como um “empreendimento”, e não como uma única teoria bem articulada. É que, de fato, o conjunto de compromissos centrais e princípios norteadores assumidos por esse paradigma o tem conduzido a uma diversificada série de teorias, que podem ter caráter complementar, de sobreposição ou, algumas vezes, de competição.

Seguindo o rastro dos citados autores, podemos delinear o quadro das principais hipóteses e compromissos assumidos pela Linguística Cognitiva, que lhe revelam o caráter de um empreendimento distinto e promissor no âmbito da moderna Ciência Cognitiva. Nessa linha, também caracterizamos, brevemente, as principais áreas de pesquisa e teorias desenvolvidas sob o lastro desse paradigma, de já antecipando a contextualização do modelo teórico eleito para aplicação neste estudo, ainda que de forma mais ampla.

Evans, Bergen e Zinken (2007), apoiados em Lakoff (1990), pontuam os dois compromissos fundamentais da Linguística Cognitiva: *i) o compromisso com a generalização; ii) o compromisso cognitivo*. Esses compromissos estão na base das abordagens adotadas nos dois principais campos da Linguística Cognitiva, ou seja, a Semântica Cognitiva e a Abordagem Cognitiva da Gramática, sobre os quais discorreremos adiante.

O compromisso com a generalização diz respeito ao foco na caracterização de princípios gerais aplicáveis a todos os aspectos da linguagem humana. É esse um princípio

³⁵ Segundo Teixeira (1998), por volta da década de 1950, a idealização de uma ciência da mente tomou corpo de forma mais substancial, culminando com a formação de uma nova disciplina científica batizada com a alcunha de Inteligência Artificial (IA). Os pressupostos da IA residiam no estudo de processos mentais à luz de um modelo computacional, embasados na Cibernética, movimento científico que predominou nos anos de 1940, ao qual é creditado o início da difusão da ideia da mente humana como metáfora do computador. No decorrer dos anos, evoluiu-se para o que hoje conhecemos como Ciência Cognitiva, ciência interdisciplinar que, para o estudo da mente, lança mão dos recursos da Psicologia, da Linguística, da Ciência da Computação e da Neurociência, dentre outras, sendo comum também a referência a esse ramo do conhecimento como Ciências Cognitivas. Podemos dizer, de forma simplificada, que esse novo campo multidisciplinar, com pouco menos de 60 anos de fundação, busca respostas detalhadas para certas questões sobre o conhecimento, no que concerne, por exemplo, à natureza da razão, à forma como se atribui sentido às experiências e à definição e organização de um sistema conceitual. Ao longo do seu desenvolvimento, diferentes paradigmas cognitivos emergiram em seu interior, a exemplo do cognitivismo, do conexionismo e do enatismo, evoluindo-se de uma concepção de mente não-corpórea (a mente humana como metáfora do computador) para a concepção de mente corporificada, assumida pela Linguística Cognitiva.

que se opõe justamente às abordagens formais de estudo da língua, que optam pela fragmentação das faculdades da linguagem em áreas distintas, como fonologia, semântica, morfologia e sintaxe, dentre outras, método que não propicia uma base efetiva de generalização desses aspectos, tampouco o estudo de suas possíveis inter-relações. Ademais, essa visão modular de estudo da língua corrobora o entendimento de que a linguística moderna estuda a linguagem em blocos ou disciplinas distintas, apoiando-se no pressuposto de que os componentes da língua são totalmente distintos e incomensuráveis em termos de sua organização. Embora a Linguística Cognitiva reconheça como usual o tratamento dessas áreas ou disciplinas como nocionalmente distintas, o *compromisso com a generalização* não parte do pressuposto da existência desses módulos da língua, organizados de formas diferentes, pois, antes de tudo, assenta numa proposta mais ampla, que se ocupa em investigar de que maneira os vários aspectos do conhecimento linguístico podem emergir de um conjunto comum de habilidades cognitivas a partir das quais se configuram. Por essa ótica, não se assume que o conhecimento linguístico seja produzido em módulos encapsulados na mente.

Notadamente, segundo os autores, esse primeiro compromisso-chave da Linguística Cognitiva tem consequências concretas para os estudos da língua, que assim se resumem: i) a focalização do que é comum entre aspectos da linguagem, permitindo que sejam aplicados, com êxito, os mesmos métodos de explanação entre esses aspectos; ii) o uso de uma estratégia vertical de estudo da língua, em contraposição à estratégia horizontal das abordagens modulares. O primeiro caso pode ser ilustrado pela aplicação dos princípios da teoria dos protótipos, cuja origem é de base semântica, a estudos de organização da morfologia e da fonologia. Já o segundo, diz respeito ao fato de que a língua pode ser compreendida como formada por um conjunto de camadas distintas de organização (e.g., fonológica, morfológica, sintática e semântica), mas é pouco produtivo tomar essas camadas, como horizontalmente sobrepostas, e estudá-las internamente e em separado, conforme se procede numa abordagem modular. Um corte vertical no estudo da língua é muito mais rico, permitindo igualmente abarcar essas distintas camadas, com a ressalva de que a semântica deve estar no topo dessa organização.

O *compromisso cognitivo* define-se pela proposta de caracterizar os princípios gerais da língua em consonância com os conhecimentos de outras disciplinas que se ocupam do estudo da cognição humana, a exemplo da Psicologia, da Inteligência Artificial e da Neurociência, o que traduz a natureza essencialmente interdisciplinar da Linguística

Cognitiva. Por esse compromisso, o entendimento é o de que a proposição de modelos de linguagem e da própria organização linguística, que estão na base do *compromisso com a generalização*, poderiam refletir o que já é conhecido sobre a mente humana pela via dessas diferentes disciplinas.

Feita essa breve caracterização dos compromissos-chave da Linguística Cognitiva, passamos à abordagem das duas áreas em que se consolidam, em maior volume, as pesquisas desenvolvidas nesse campo: a Semântica Cognitiva e a Abordagem Cognitiva da Gramática. Entretanto, dedicaremos uma maior atenção à primeira área, pela relação mais estreita com os objetivos propostos para este estudo.

Evans, Bergen e Zinken (2007) definem a Semântica Cognitiva como a área que se ocupa em investigar as relações entre experiência, sistema conceitual e estrutura semântica codificada pela língua. De forma mais específica, essas investigações se concentram na representação do conhecimento (estrutura conceitual) e na construção do significado (conceptualização), com o seu interesse convergindo mais para a modelagem e natureza da mente humana, diferentemente da Abordagem Cognitiva da Gramática, cujo foco se volta para a modelação do sistema linguístico, ou seja, “a gramática” mental. Nesse sentido, os trabalhos dessa segunda área têm se concentrado no estudo dos princípios cognitivos que fundamentam a organização da língua (e.g., a Gramática Cognitiva de Langacker) e na descrição mais pormenorizada de unidades linguísticas que constituem uma língua em particular (e.g., a Gramática de Construção de Goldberg).

Em se tratando particularmente da Semântica Cognitiva, é preciso esclarecer que essa área não constitui um *framework* único, já que as pesquisas que nela se desenvolvem são guiadas por um conjunto de interesses diversos, que resultam em várias abordagens. Não obstante, como afirmam os referidos autores, é possível elencar um conjunto de quatro princípios que caracterizam as abordagens cognitivas de estudo da língua abrigadas sob o rótulo da Semântica Cognitiva: i) a corporeidade da estrutura conceitual; ii) a conceptualização da estrutura semântica; iii) a natureza enciclopédica do significado; iv) a conceptualização da construção do significado.

O primeiro princípio guarda uma relação direta com a tese da cognição incorporada, segundo a qual “os processos cognitivos estão profundamente enraizados nas interações do corpo com o mundo”³⁶ (WILSON, 2002, p. 625), compreendendo-se que as

³⁶ [...] cognitive processes are deeply rooted in the body's interactions with the world.

estruturas conceptuais ou a natureza dos conceitos humanos decorrem do fato de que a nossa experiência é corporificada, ou seja, estrutura-se, em parte, pelo tipo de corpos de que somos dotados e pela nossa organização neurológica, pelo que se coloca em xeque a separação radical entre mente e corpo operada pela Ciência Cognitiva Clássica. O entendimento é o de que a cognição envolve necessariamente a interação entre mente, corpo e mundo, o que significa que o tipo de cérebro que temos, a estrutura do nosso corpo e as nossas interações com o mundo são determinantes para a estruturação do nosso sistema conceptual. Desse modo, a Linguística Cognitiva, assim como outras disciplinas que emergem na Ciência Cognitiva a partir de 1980, assume “o compromisso de investigar a cognição como um fenômeno fisicamente corporificado, realizado por meio de um processo de co-determinação entre o organismo e o meio em que ele existe”³⁷ (NÚÑEZ ET AL, 1999, p. 48-49).

O segundo princípio, o da conceptualização da estrutura semântica, parte da assertiva de que a linguagem opera com conceitos que fazem referência, antes de tudo, a entidades mentais, e não diretamente a entidades objetivas do mundo real. Assim, a estrutura semântica, compreendida como a associação convencional de significados às palavras, é equiparada com a estrutura conceptual, ou seja, os significados das palavras são conceitos, o que não significa uma relação de identidade plena entre esses dois aspectos. O entendimento é o de que os significados associados às unidades linguísticas constituem somente um subconjunto de uma variedade de conceitos radicados na mente dos falantes-ouvintes de uma língua, uma vez que pode haver muito mais ideias e pensamentos do que aquilo já convencionalmente codificado na língua. É o caso, por exemplo, citado por Evans, Bergen e Zinken (2007), tomado por empréstimo de Langacker (1987), da existência do conceito de um lugar na face onde o bigode cresce, obviamente na posição abaixo do nariz e acima da boca, importante para que se compreenda que o cabelo que aí cresce é chamado de bigode. Mas não há, pelo menos na língua inglesa, nenhuma palavra que codifique esse conceito.

O princípio da natureza enciclopédica do significado define-se pela assunção de que os conceitos lexicais não se encaixam numa visão de dicionário, como pacotes fechados de sentido, mas funcionam como “pontos de acesso” para uma gama de conhecimentos relacionados a um determinado conceito ou domínio conceitual, proposição que não exclui o fato de as palavras poderem ter significados convencionais a elas associados. Mesmo os significados convencionais associados a uma determinada unidade linguística funcionam

³⁷ [...] sharing a commitment to investigating cognition as a physically-embodied phenomenon, realized via a process of codetermination between the organism and the medium in which it exists.

como um “ponto de acesso” para o processo de construção do sentido, cuja seleção da interpretação mais adequada fica na dependência do contexto de uso da palavra. Os autores ilustram essa proposição com uma situação discutida por Fauconnier e Turner (2002), em que a palavra “segura” (*safe*) pode adquirir diferentes interpretações quando proferida nos enunciados seguintes, no contexto de uma criança brincando na praia: a) A criança está segura; b) A praia está segura; c) A pá está segura. Explicam os autores que a interpretação de (a) é a de que a criança não está passível de sofrer nenhum dano, mas já em (b) não se pode ter a mesma interpretação de que a praia não sofrerá nenhum mal, sendo mais apropriada a interpretação de que esse ambiente (praia) não oferece riscos para a criança. Da mesma forma, não se pode interpretar (c) como se a pá não pudesse sofrer algum dano, mas que o brinquedo não pode causar nenhum perigo à criança. Essas três situações demonstram claramente a inexistência de uma significação fixa e única para a palavra “segura”. Assim, para que se processe a interpretação adequada da referida palavra nas três situações, é preciso acessar o conhecimento enciclopédico relacionado à criança, praia e pá, bem como o conhecimento enciclopédico relacionado ao que significa estar em segurança.

Diante disso, é possível afirmar que a construção do significado se dá pela escolha de um sentido apropriado, que emerge no seu contexto de uso. Nessa perspectiva, não há, porém, nenhuma distinção pontual entre o conhecimento semântico e o pragmático, assumindo-se que ambos são conhecimentos semânticos e, da mesma forma, não se distingue também conhecimento de dicionário e conhecimento enciclopédico, já que este subsume aquele, sendo também caracterizado como de natureza dinâmica.

O quarto e último princípio que orienta a Semântica Cognitiva é a conceptualização da construção do significado, pelo qual se concebe, essencialmente, que a língua não porta o significado. Como apresentamos na descrição do princípio anterior, as palavras ou quaisquer outras unidades da língua apenas dão acesso à construção do significado, de forma que a significação se dá em nível conceitual. Compreende-se que, assim como a conceptualização, é esse um processo que envolve uma série de operações conceituais e a necessidade de recrutar um *background* de conhecimentos, não procedendo, portanto, conceber a significação como algo condicionável pela língua.

Como dissemos, os quatro princípios norteadores da Semântica Cognitiva, que ora apresentamos, estão na base das várias teorias desenvolvidas no interior dessa perspectiva, dentre as quais se destacam a Teoria de Esquemas de Imagens (JOHNSON, 1987), a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987), a Teoria da Metáfora Conceitual

(LAKOFF; JOHNSON, 1980), a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1985) e a Teoria do *Blending* (FAUCONNIER; TURNER, 2002). É certo que aqui não temos espaço nem a pretensão de demonstrar como esses princípios se aplicam mais diretamente a esses modelos teóricos, uma vez que isso demandaria uma descrição pormenorizada, que ultrapassa os nossos objetivos neste estudo, exceção feita à Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, eleita como modelo de análise na investigação que procedemos e de cuja descrição nos ocuparemos na seção seguinte.

Ao optarmos por esse breve esboço da Linguística Cognitiva, com base em Evans, Bergen e Zinken (2007), exatamente pelo caráter didático imprimido pelos autores na descrição da matéria, tencionamos, além da apresentação dos seus princípios básicos, situar, de forma mais precisa, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados no quadro desse paradigma. Dessa forma, é possível deixar mais claro que optamos por uma das abordagens da Semântica Cognitiva, aqui apresentada como uma área da Linguística Cognitiva. Operamos esse aparte porque, na literatura, nem sempre há uma preocupação em se proceder a uma distinção entre essas duas terminologias, as quais são, muitas vezes, usadas de forma intercambiável ou numa relação de superposição, como afirma Feltes (2007), empregando-se o termo Linguística Cognitiva³⁸ para recobrir todos os estudos abrigados por esse campo. Entretanto, como resume a autora, a Semântica Cognitiva trata de um dos fenômenos abrigados na Linguística Cognitiva, ou seja, o conteúdo conceptual e a sua organização.

Reafirmamos, assim, que os princípios característicos da Linguística Cognitiva, conforme Geeraerts (1995), citado por Silva (2003b), estão relacionados primordialmente à *primazia da semântica na análise linguística e à natureza enciclopédica e perspectivista do significado linguístico*. Para melhor explicitar essa assertiva, referimos Silva (2003b), autor que, mesmo por outro ângulo, retoma os compromissos e princípios da Linguística Cognitiva já apresentados.

A primazia da semântica decorre da própria perspectiva cognitiva adotada: se a função básica da linguagem é a categorização, então a significação será o fenômeno linguístico primário. Os outros dois princípios especificam a natureza do fenômeno semântico. Se a linguagem serve para categorizar o mundo, então o significado linguístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não pode postular a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. E se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, então este não é objectivamente refletido na linguagem:

³⁸ Como vimos fazendo desde o Capítulo 1, continuaremos a usar o termo Linguística Cognitiva em referência aos estudos cognitivos de forma generalizada. Entretanto, tratamos da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados como uma abordagem da Semântica Cognitiva.

em vez de o espelhar, a linguagem é um meio de o interpretar e construir, de organizar conhecimentos que refletem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas (SILVA, 2003b, p. 3).

Considerando que este estudo está diretamente relacionado ao fenômeno da categorização, é natural que lancemos mão de uma das abordagens da Semântica Cognitiva, representada por Lakoff e colaboradores, na construção da interface pretendida para este estudo. Referimo-nos à Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, apresentada na seção seguinte.

2.2 Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados: uma proposta de modelo para a organização do conhecimento

A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI) tem os seus princípios explicitados na obra *Women, fire and dangerous things*, lançada em 1987 e assinada por George Lakoff. Na proposição de seu modelo teórico, o autor firma a tese de que o conhecimento é organizado por meio de estruturas, as quais denomina de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), defendendo, ainda, que a estrutura de categorias e os efeitos prototípicos resultam dessa organização. Para o desenvolvimento de seu modelo teórico, lança mão o autor de conhecimentos já instaurados na Linguística Cognitiva provenientes de quatro fontes:

- a) A teoria dos *frames* de Fillmore³⁹ (1982);
- b) A teoria da metáfora e da metonímia de Lakoff e Johnson (1980);
- c) A gramática cognitiva de Langacker (1986);
- d) A teoria dos espaços mentais de Fauconnier (1985).

Assim sendo, Lakoff (1987, p. 68) postula que “cada MCI é um todo estruturado complexo, uma *gestalt*”, como detalharemos na seção seguinte, em que concorrem, respectivamente, quatro tipos de princípios estruturadores vinculados às três primeiras fontes do modelo citadas: i) estrutura proposicional; ii) estrutura de esquemas de imagens; iii) mapeamentos metafóricos e iv) mapeamentos metonímicos. Completando o ciclo, cada MCI, como utilizado, estrutura um espaço mental, quarta fonte de constituição da TMCI. Os

³⁹ Para Lakoff (1987), a teoria semântica dos *frames* é similar, em muitos aspectos, à teoria dos esquemas de Rumelhart (1975), à teoria dos *scripts* de Schank e Abelson (1977) e à de *frames* com *defaults* de Minsky (1975).

espaços mentais são definidos, na versão mais recente da Teoria da Integração Conceptual⁴⁰, como “pequenos pacotes conceptuais construídos à medida que pensamos ou falamos, para os propósitos do entendimento local e ação”⁴¹ (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 40).

A abordagem da TMCI, particularmente em relação aos tipos de modelos que a constitui, para onde converge mais diretamente o nosso foco, não prescinde de sua contextualização num nível mais abrangente, que demanda o detalhamento dos seus fundamentos. Dessa forma, é possível constituir um quadro descritivo de sua natureza, como uma teoria erigida no âmbito da Semântica Cognitiva.

2.2.1 Os fundamentos da TMCI

É fato inconteste que a categorização humana está no centro do projeto global da Semântica Cognitiva, campo em que se erige a TMCI. Nesse contexto, Lakoff (1987) constitui os princípios de seu modelo teórico a partir do questionamento à visão objetivista da cognição, que vincula a categorização à teoria clássica, segundo a qual as categorias têm contornos nítidos, sendo definidas em termos de propriedades comuns compartilhadas por seus membros. Para a visão objetivista, a razão é abstrata e não necessariamente corporificada, sendo vista como, primariamente, literal, na forma de proposições objetivamente verdadeiras ou falsas. O autor argumenta que a vinculação desse ponto de vista à teoria clássica das categorias diz respeito aos aspectos seguintes: i) os símbolos geralmente adquirem significado somente por meio de sua capacidade de manter correspondência com as coisas, da mesma forma que os símbolos de categorias têm o seu significado viabilizado na correspondência com as categorias do mundo; ii) a relação de correspondência entre símbolo e objeto, definidora do significado, pode ser independente das peculiaridades do corpo e da mente, existindo ocorrência similar na relação de correspondência entre símbolo e categorias. Assim, a teoria clássica da categorização serve exatamente aos propósitos do objetivismo, “uma vez que define as categorias somente em termos de propriedades compartilhadas por

⁴⁰ A Teoria da Integração Conceptual, a qual incorpora a Teoria de *Blending*, é uma evolução da Teoria dos Espaços Mentais, proposta por Fauconnier (1985), esta que Lakoff (1987) toma como referência na construção de seu modelo. Fauconnier (1985, p.16) define os espaços mentais como “construtos distintos das estruturas linguísticas, mas construídos em qualquer discurso de acordo com as diretrizes fornecidas pelas expressões linguísticas”. Nesse contexto, os espaços mentais são representados como conjuntos estruturados com elementos e relações entre eles, sendo um dos seus princípios o de que a linguagem “constrói espaços mentais, relações entre eles, e relações entre elementos dentro deles” (FAUCONNIER, 1985, p. 2).

⁴¹ Mental spaces are small conceptual packets constructed as we think and talk, for purposes of local understanding and action.

seus membros e não em termos das peculiaridades do conhecimento humano”⁴². (LAKOFF, 1987, p. 8).

Não satisfeito com as limitações da teoria clássica da categorização, o autor advoga uma mudança de estatuto para essa atividade cognitiva, que não pode estar restrita à concepção das categorias simplesmente em termos de propriedades compartilhadas por seus membros, apesar de ser essa uma posição assumida durante séculos como uma verdade inquestionável e definitiva, mesmo sem uma base empírica. De fato, a categorização, que concerne à habilidade humana de segmentar o infinito número de estímulos do mundo em categorias acessíveis e facilmente manipuláveis, necessita de um olhar mais acurado, como propõe Lakoff (1987), a partir do pressuposto de que se trata de um processo cognitivo básico que envolve pensamento, percepção, ação e linguagem, indo muito além do que preconiza a visão clássica, conforme abaixo se explicita:

Cada vez que vemos alguma coisa como um *tipo* de coisa, por exemplo, uma árvore, nós estamos categorizando. Sempre que raciocinamos sobre *tipos* de coisas – cadeiras, nações, doenças, emoções, qualquer tipo de coisa sem restrição – nós estamos construindo categorias. Todas as vezes que intencionalmente desempenhamos qualquer *tipo* de ação, mostrando alguma coisa mundana como escrever com um lápis, bater com um martelo, ou passar roupas, nós estamos usando categorias. A ação particular que desempenhamos nessa ocasião é um *tipo* de atividade motora (e.g., escrever, bater, engomar), ou seja, é uma categoria particular de ações motoras. Elas não são nunca desempenhadas exatamente da mesma forma, contudo, a despeito das diferenças dos movimentos em particular, eles são todos movimentos de um tipo, e sabemos como executar movimentos desse tipo. E a cada momento em que produzimos ou entendemos qualquer declaração ou qualquer raciocínio mais longo, estamos empregando dúzias, se não centenas de categorias: categorias de fonemas, de palavras, de frases e orações, bem como categorias conceptuais⁴³. (LAKOFF, 1987, p. 5- 6).

Decerto que a explanação de Lakoff (1987) reforça a primariedade da habilidade cognitiva da categorização, sem a qual, segundo ele, o ser humano não funcionaria em plenitude em relação tanto ao mundo físico quanto à sua vida social e intelectual. Em outros termos, compreender como se processa a categorização é fundamental para que se entenda a

⁴² [...] since it defines categories only in terms of shared properties of the members and not in terms of peculiarities of human understanding.

⁴³ Every time we see something as a *kind* of thing, for example, a tree, we are categorizing. Whenever we reason about *kinds* of things – chairs, nations, illnesses, emotions, any kind of thing at all – we are employing categories. Whenever we intentionally perform any *kind* of actions, say something as mundane as writing with a pencil, hammering with a hammer, or ironing clothes, we are using categories. The particular action we perform on that occasion is a *kind* of motor activity (e.g., writing, hammering, ironing), that is, it is in a particular category of motor actions. They are never done in exactly the same way, yet despite the differences in particular movements, they are all movements of a kind, and we know how to make movements of that kind. And any time we either produce or understand any utterance of any reasonable length, we are employing dozens if not hundreds of categories: categories of speech sounds, of words, of phrases and clauses, as well as conceptual categories.

própria natureza do ser humano. Ademais, alerta o autor que a maior parte da atividade de categorização se processa de forma automática e inconsciente.

Assim, o fato de que categorizamos pessoas, animais e objetos físicos automaticamente pode conduzir à falsa impressão de que as coisas são categorizadas justamente como elas são e de que as nossas categorias mentais naturalmente se ajustam aos tipos de “coisas” do mundo, numa perfeita relação de correspondência. Tal pressuposto não tem sustentação porque boa parte de nossas categorias simplesmente não são categorias de “coisas”, mas representação de entidades abstratas, como eventos, ações, emoções, relações espaciais e sociais, bem como outros entes abstratos de um enorme alcance. Nesses termos, Lakoff (1987) defende que qualquer descrição adequada do pensamento humano precisa propiciar uma teoria que englobe todas as categorias, tanto as concretas quanto as abstratas.

Nesse contexto e com base, principalmente, nos estudos sobre a categorização desenvolvidos no âmbito da Psicologia Cognitiva (ROSCH, 1978 e colaboradores), que já põem em xeque algumas das verdades cristalizadas pela teoria clássica da categorização, como explicitaremos adiante, o autor propõe o tratamento da matéria a partir de uma visão experiencialista⁴⁴, contrapondo-se firmemente à visão objetivista, que até há pouco tempo (último século findo) dominou a primeira geração da Ciência Cognitiva, quando a razão continuou a ser compreendida, por muitos filósofos e psicólogos, como a manipulação mecânica de símbolos abstratos, os quais não detêm o significado em si próprios, mas o adquirem por meio da capacidade de manter correspondência com coisas dentro do mundo real ou em possíveis estados do mundo. Assim, a crítica de Lakoff (1987) à teoria clássica da categorização implica igualmente o questionamento da concepção de mente como metáfora do computador, pelo entendimento de que a razão humana não se restringe à manipulação de símbolos abstratos, embora admita que certos aspectos da razão possam ser artificialmente isolados e modelados pela manipulação de símbolos abstratos, assim como algumas partes da categorização humana se podem validar pela teoria clássica. Não obstante, a proposta do experiencialismo se firma numa direção mais ampla, não contemplando apenas subpartes da razão e da atividade de categorização.

⁴⁴ Varela, Thompson e Rosch (2003, p. 182), adeptos do modelo atuacionista ou enatismo, ressaltam que o tema central da abordagem experiencialista “parece compatível com a visão de cognição como atuação”, tese em prol da qual argumentam. Para o atuacionismo, o conhecimento provém do fato de o sujeito pertencer a um mundo inseparável de seu corpo, de sua linguagem e de sua história social, de forma que a cognição é vista como “ação efetiva: história do acoplamento estrutural que faz emergir um mundo” (VARELA, 1988, p. 109).

Para a visão experiencialista, a organização dos sistemas conceituais se dá em termos de categorias que a maior parte de nosso pensamento envolve. Entretanto, os fundamentos dessas categorias conceituais diferem daqueles assumidos pela visão objetivista, implicando também uma concepção diferente da razão humana, que passa a ser compreendida como corporificada e imaginativa, a partir de evidências provenientes de estudos sobre a forma como as pessoas usam a atividade de categorização. Assim, nesse enfoque, a percepção, o movimento corporal e a experiência realizada tanto no ambiente físico quanto no ambiente cultural são tomados como os elementos constitutivos de nossos sistemas conceituais. Os conceitos não fundamentados diretamente na experiência vinculam-se ao emprego da metáfora, da metonímia e das imagens mentais, indo além de uma representação especular da realidade externa, de forma que a capacidade imaginativa deve ser vista como indiretamente corporal, considerando que as metáforas, as metonímias e as imagens mentais são também baseadas, frequentemente, na experiência.

Ademais, Lakoff (1987) argumenta que outro aspecto significativo na concepção das categorias, conforme a visão experiencialista, é o fato de que os conceitos⁴⁵ possuem uma estrutura global, não sendo caracterizados como atomísticos, o que significa que tal estrutura vai além de um mero agrupamento de blocos conceituais por meio de regras gerais. O autor considera também que o pensamento é dotado de uma estrutura ecológica, bem como que a eficiência do processo cognitivo depende tanto da estrutura global do sistema conceitual quanto do significado dos conceitos, justificando a crítica de que o pensamento é muito mais que a manipulação mecânica de símbolos abstratos, não procedendo, nesses termos, uma visão de cognição não corporificada, assumida pela primeira geração da Ciência Cognitiva.

Alicerçada por uma visão experiencialista da cognição, a TMCI assume os fundamentos da teoria dos protótipos (ou teoria dos protótipos e categorias de nível básico),

⁴⁵ Lakoff, em algumas partes de *Women Fire and Dangerous Things*, passa a impressão de usa os termos “categoria” e “conceito” de forma intercambiável, quando se refere, por exemplo, à “capacidade de categorização” (p. 302) e à “capacidade de conceptualização” (p. 303). Entretanto, o emprego indistinto desses termos pode, como avalia Feltes (2007), ser compreendido pela relação que a ele subjaz, expressa em outras partes da obra, caso dos segmentos textuais seguintes: “categorias da mente correspondem a elementos em tais modelos [cognitivos]” (p. 153) e “em geral, conceitos são elementos de modelos cognitivos” (p. 286). Para Lakoff (1987), os conceitos são equivalentes a categorias conceituais ou a categorias da mente e, como afirma Feltes (2007), com base em McCauley (1987), a distinção entre categorias (no mundo) e conceitos (na mente), convencionalizada pela psicologia, se por um lado resolveu questões epistemológicas de distinção entre esses termos, por outro tornou-se problemática para uma visão experiencialista da categorização, uma vez que, descritivamente, pode conduzir ao pressuposto de que as categorias estão no mundo e de que os conceitos as espelham.

erigida por Eleanor Rosch, sob a influência das ideias de Wittgenstein⁴⁶, no âmbito da Psicologia Cognitiva. Esse modelo teórico, que surge como tentativa de explicar algumas das limitações da concepção clássica da categorização, propõe o conceito de tipicidade, segundo o qual um conceito é aplicado a uma entidade “em um certo grau”, admitindo-se a existência de casos mais típicos e casos menos típicos, o que significa assumir o caráter de fluidez das categorias. Desse modo, postula-se que os conceitos têm uma estrutura de protótipos que, segundo Rosch (1978, p. 37), “aparecem como membros de categorias que melhor refletem a estrutura redundante da categoria como um todo”⁴⁷.

A teoria dos protótipos trabalha também com a proposta de hierarquias conceituais, estruturadas em três níveis, que se ajustam à forma ideal de organização de um conjunto de categorias: a) o nível superordenado (e.g., mamífero); b) o nível básico (e.g., gato); c) o nível subordinado (e.g., siamês), empregado para conceitos específicos. Tais hierarquias conceituais são utilizadas pelas pessoas na representação mental das relações de inclusão de classe entre as categorias, como, no caso, na exemplificação, a categoria de gato dentro da categoria de animais. Para a teoria prototípica, as categorias de nível básico são as mais salientes, com um maior número de “atributos distintivos”, ou seja, não compartilhados com outros conceitos do mesmo nível. Tais categorias são também as primeiras a ser adquiridas pelas crianças, fato sugestivo de que têm um processamento mais rápido do que as categorias dos demais níveis, além das evidências de que o nível básico é o que apresenta imagens mentais e estruturas de conhecimento mais ricas, sendo o nível em que a maior parte de nosso conhecimento se organiza. Como resume Lakoff (1987, p. 42), a genialidade de Rosch está no fato de que “ela instaura um desafio geral à teoria clássica e concebe, com seus colaboradores, experimentos replicáveis, demonstrando os efeitos prototípicos, assim como os efeitos do nível básico”⁴⁸. Apesar disso, avalia que os efeitos prototípicos, da forma como concebidos, não são o suficiente para desencadear uma teoria alternativa da representação mental.

⁴⁶ Wittgenstein fez relevante questionamento sobre a concepção clássica, no que se refere à existência de conceitos que parecem não ser definidos por nenhum atributo, como é o caso do conceito JOGO, que não se define por um conjunto de propriedades necessárias e suficientes, comprovando que nem todas as categorias têm contornos nítidos, conforme se apresenta naquela concepção. Além disso, o filósofo introduziu o conceito de “semelhança de família”, que inspirou Eleanor Rosch a realizar estudos que culminaram com a teoria dos protótipos.

⁴⁷ [...] appear to be just those members of a category that most reflect the redundancy structure of the category as a whole.

⁴⁸ [...] she both launched a general challenge to the classical theory and devised, with her co-workers, replicable experiments demonstrating prototype effects, as well as basic-level effects.

Particularmente, Lakoff (1987) incorpora as evoluções desse modelo teórico que se configuram a partir do final da década de 1970, quando Rosch põe em segundo plano as interpretações dos efeitos prototípicos em termos de interpretação da estrutura da categoria e de representação das categorias. Melhor dizendo, na primeira fase de desenvolvimento da teoria dos protótipos, até o início dos anos de 1970, desenvolvia-se, segundo Lakoff (1987), a ideia de que os efeitos prototípicos constituíam um reflexo direto da estrutura da categoria e, numa fase posterior, até metade da mesma década, prevaleceu a tese de que os protótipos seriam representações de categorias. Numa terceira fase, a que Lakoff (1987) mais propriamente se filia, a teoria avança para a conclusão de que os efeitos de prototipicidade têm outras fontes que não essas, passando-se, então, a considerar que esses efeitos são constituídos como fenômenos superficiais.

É exatamente essa última postulação que o autor toma como gancho na constituição de seu modelo teórico, ao fazer a conjectura de que “os efeitos prototípicos resultam da natureza de modelos cognitivos idealizados, os quais podem ser compreendidos como ‘teorias’ de alguma matéria subjetiva”⁴⁹ (LAKOFF, 1987, p. 45). Para ele, uma das confirmações dessa sua hipótese pode ser constatada no trabalho de Barsalou (1983, 1984) sobre as categorias *ad hoc*, ou seja, aquelas “que não são convencionais ou fixas, mas, ao contrário, são construídas instantaneamente para algum propósito imediato”⁵⁰ (LAKOFF, 1987, p. 45), a exemplo de objetos retirados de uma casa durante um incêndio. Embora Barsalou reconheça que essas categorias tenham uma estrutura prototípica, como reporta Lakoff (1987), não se pode afirmar que essa estrutura exista *a priori*, uma vez que as próprias categorias não são convencionais, nem existem por antecipação. Dessa forma, defende a natureza das categorias *ad hoc* como determinada essencialmente por objetivos, cuja estrutura é uma função da estrutura de modelos cognitivos⁵¹, corroborando o pensamento de Lakoff (1987).

É próprio afirmar, então, que a Semântica Cognitiva, experiencialista, proposta por Lakoff (1987), tem base prototípica, já que o autor defende que “os protótipos fazem uma grande porção do trabalho efetivo da mente e têm um amplo uso em processos racionais”⁵² (LAKOFF, 1987, p. 145). Contudo, a abordagem de Lakoff (1987) vai além do tratamento de

⁴⁹ [...] prototype effects result from the nature of cognitive models, which can be viewed as “theories” of some subject matter.

⁵⁰ [...] categories that are not conventional or fixed, but rather are made up on the fly for some immediate purpose.

⁵¹ Lakoff (1987) afirma que essa posição de Barsalou é também compartilhada por Murphy e Medin (1984).

⁵² [...] prototypes do a great deal of the real work of the mind and have a wide use in rational processes.

estruturas de representatividade conceitual, voltando-se para a investigação das fontes de efeitos prototípicos que, como antecipamos, postula ele que sejam os MCIs, concebidos como produtos da cognição humana. A esse respeito, Feltes (2007) explica que, para Lakoff (1987),

os efeitos prototípicos nada mais são do que subprodutos dessas estruturas cognitivas complexas, consequências do modo como nosso conhecimento e nossas experiências se encontram organizados na mente. O objetivo básico da TMCI é, justamente, descrever e explicar as variadas fontes de efeitos prototípicos. (FELTES, 2007, p. 126).

O autor argumenta, ainda, que o ser humano é dotado da capacidade de conceitualização, uma ideia central para o experiencialismo, a qual, por sua vez, é definida como “a capacidade geral para formar modelos cognitivos idealizados”⁵³ (LAKOFF, 1987, p. 281). Desse modo, a compreensão é a de que a categorização só se viabilize por meio de MCIs, embora, como ele próprio afirme, seja preciso ficar claro que

Os modelos cognitivos (...) não são representações internas da realidade externa. Não são por duas razões: primeiro porque eles são entendidos em termos de corporalidade, não em termos de uma conexão direta com o mundo externo; e, segundo, porque eles incluem aspectos imaginativos da cognição, como metáfora e metonímia⁵⁴. (LAKOFF, 1987, p. 341).

Essas afirmações endossam o descarte da concepção objetivista da cognição em favor da concepção experiencialista, que o autor advoga. Fica patente, pois, que a construção das categorias, na TMCI resulta da inter-relação entre modelos cognitivos (experienciais) e o mundo. Desse modo, os MCIs são mais minuciosamente definidos por Lakoff (1987) como estruturas constituídas de símbolos, enquadrando-se como estruturas gestálticas, um tipo de estrutura complexa simbólica em que os elementos não existem independentemente do todo ou “a estrutura global não deriva dos significados de suas partes e da forma como essas partes são agrupadas”⁵⁵ (LAKOFF, 1987, p. 284). Como afirma o autor, estruturas gestálticas são características de todos os símbolos diretamente significativos. A título de ilustração, o esquema de imagens *CONTAINER*, do qual trataremos na próxima seção, possui uma estrutura definida pelas partes INTERIOR, EXTERIOR e FRONTEIRA, cuja existência depende desse esquema. Além de possuir uma estrutura gestáltica, os MCIs, segundo Lakoff (1987, p. 133), “permitem a distinção entre o que é *backgrounded* e o que é *foregrounded*” –

⁵³ [...] the general capacity to form idealized cognitive models.

⁵⁴ [...] cognitive models (...) are not *internal representations of external reality*. They are not for two reasons: first, because they are understood in terms of embodiment, not in terms of direct connection to external world; and second, because they include imaginative aspects of cognition such as metaphor and metonymy.

⁵⁵ [...] whose overall meaning is not predictable from the meanings of his parts and the way those parts are put together.

o que os psicólogos da *Gestalt* chamam de distinção figura-fundo”⁵⁶, ao que se acresce a sua caracterização também como experienciais, imaginativos e ecológicos⁵⁷, propriedades que se ajustam à natureza da cognição.

Na perspectiva de Lakoff (1987, p. 292), “a significatividade deriva da experiência da atuação como um ser de um certo tipo em um ambiente de um certo tipo”⁵⁸, não podendo o significado ser compreendido simplesmente como “uma coisa”, de forma que, como explica Feltes (2007), sendo a significatividade estruturada somente a partir da experiência, “a significação linguístico-conceitual só pode ser tratada em termos de MCIs” (FELTES, 2007, p. 127). Em outros termos, os MCIs são estruturas cognitivas que constituem domínios nos quais os conceitos adquirem significação. A autora acrescenta, ainda, que esses modelos cognitivos são construtos idealizados porque

[...] em primeiro lugar, não precisam se ajustar necessária e perfeitamente ao mundo. Isso se justifica pelo fato de que, sendo resultados da interação do aparato cognitivo humano (altamente corporalizado) e a realidade – via experiência –, o que consta num modelo cognitivo é determinado por necessidades, propósitos, valores, crenças, etc. Em segundo lugar, podem-se construir diferentes modelos para o entendimento de uma mesma situação, e esses modelos podem ser, inclusive, contraditórios entre si. (FELTES, 2007, p. 89).

Outra contribuição da autora na explicitação da natureza dos MCIs diz respeito ao seu pressuposto de que os modelos cognitivos também podem ser entendidos como modelos culturais⁵⁹, a depender do contexto em que tomam lugar. A postulação tem como base o fato de que “a cognição humana está inextricavelmente ligada à experiência humana corpórea, social, cultural e histórica” (FELTES, 2007, p. 90), de forma que as categorias geradas pelo sistema conceptual humano podem ser simultaneamente cognitivas e culturais. Entretanto, ela adverte para a não generalização de que todos os modelos cognitivos são culturais, uma vez que já se discute a tese da universalidade de alguns modelos cognitivos, sendo próprio afirmar que todo modelo cultural é cognitivo, mas nem todo modelo cognitivo é cultural.

Vimos, assim, que os MCIs têm um estatuto cognitivo e resultam da capacidade de categorização humana, sendo usados “para compreender o mundo e para criar teorias sobre

⁵⁶ ICMS permit the distinction between what is backgrounded and what is foregrounded – what gestalt psychologists called the figure-ground distinction.

⁵⁷ Lakoff (1987, p. 113) usa o termo ecológico, como ele próprio esclarece, “no sentido de um sistema com uma estrutura global, onde os efeitos não podem ser localizados – isto é, onde algo numa parte do sistema afeta coisas noutra parte do sistema”.

⁵⁸ Meaningfulness derives from the experience of functioning as a being of a certain sort in a environment of a certain sort.

⁵⁹ Feltes (2007, p. 90) esclarece que “o que se chama modelos culturais não são estruturas meramente ‘internas’, devendo, antes, ser tomados no sentido estrito de ‘modelos’, esquematizações coletivas, intersubjetivas, como propriedades de grupos, não de indivíduos, à medida que são conhecimentos compartilhados”.

o mundo”⁶⁰(LAKOFF, 1987, p. 134), concebidos, ademais, pela TMCI como fontes de efeitos prototípicos. O foco do modelo teórico de Lakoff (1987) está voltado justamente para a descrição e explicação dessas diversas fontes de efeitos prototípicos, isto é, os MCIs. Pelo que entendemos, uma compreensão mais efetiva da TMCI somente se viabiliza pela descrição dos tipos de MCIs propostos pelo autor, matéria apresentada na seção seguinte, a ela agregada a contribuição de outros autores, no intuito de aprofundar e tornar mais claro o estudo de tais modelos e prover, em alguns casos, uma atualização do quadro teórico que lhes dá sustentação.

2.2.2 Tipos de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs)

Lakoff (1987) apresenta cinco tipos básicos de modelos cognitivos, que contribuem especificamente para a estruturação de experiências físicas tanto no plano puramente conceitual quanto no linguístico-conceitual. Os tipos são os seguintes: i) proposicionais; ii) de esquemas de imagens; iii) metafóricos; iv) metonímicos e v) simbólicos. Cada um desses tipos possui subclassificações, como apresentaremos na sequência, mas nos deteremos numa descrição mais acurada somente daqueles chamados a compor o quadro analítico delineado para este estudo, quer sejam os modelos de esquemas de imagens, os proposicionais do tipo *frame*, cenário ou *script*, os metafóricos e os metonímicos. Antes, porém, é preciso dizer que os modelos cognitivos puramente conceituais, como define Lakoff (1987, p. 289), são aqueles que “podem ser caracterizados independente das palavras e morfemas de línguas particulares”⁶¹. Por outro lado, a associação de elementos linguísticos e elementos conceituais num modelo cognitivo é o que o autor define como modelo cognitivo linguístico-conceitual. Nessa configuração, conforme sistematização da tipologia dos MCIs delineada por Feltes (2007), os modelos proposicionais e de esquemas de imagens se inserem na categoria de modelos cognitivos conceituais, enquanto que os demais integram a categoria dos modelos linguístico-conceituais.

2.2.2.1 Modelos cognitivos de esquemas de imagens

Como se depreende de Lakoff (1987), os *insights* de Johnson (1987) de que a experiência tem uma estrutura significativa anterior e independente de qualquer conceito é

⁶⁰ [...] for understanding the world and for crating theories about the world.

⁶¹ [...] can be characterized independently of the words and morphemes of particular languages.

basilar para a postulação dos modelos cognitivos de esquemas de imagens. O autor propõe que a experiência corporificada se manifesta, em nível cognitivo, em termos de esquemas de imagens, compreendidos como conceitos elementares, cuja significação deriva da experiência humana pré-conceptual, pelo que a experiência do mundo pode ser dita como mediada e estruturada diretamente pelo corpo humano. Lakoff (1987, p. 271) explica que “os conceitos existentes podem impor mais do que a estrutura que nós experienciamos, mas estruturas básicas experienciais estão presentes a despeito de qualquer uma dessas imposições dos conceitos”.⁶²

Um caso apresentado por Johnson (1987) e retomado por Lakoff (1987), que ilustra muito bem a hipótese da corporeidade dos esquemas de imagens é o esquema *CONTAINER*, cuja estrutura consiste de uma *FRONTEIRA* que distingue um *INTERIOR* de um *EXTERIOR*, tornando possível compreender a distinção básica entre os conceitos *DENTRO* e *FORA*. Segundo Lakoff (1987), tal esquema se aplica à compreensão do nosso próprio corpo, conceptualizado como um *CONTAINER* (recipiente), embora haja muito mais experiências da vida diária cujo entendimento se dá por via desse esquema, de sorte que é próprio afirmar que os esquemas de imagens podem ser estendidos para prover a estrutura de conceitos mais abstratos e de domínios conceituais, como veremos na descrição dos modelos cognitivos metafóricos e metonímicos.

Feltes (1997), com base em Lakoff (1987), sintetiza as propriedades dos modelos cognitivos de esquemas de imagens, afirmando que se constituem por sua natureza corporal-cinestésica, pela imposição de uma estrutura à experiência de espaço, pela projeção para domínios conceituais abstratos via metáforas e metonímias e pela estruturação de modelos complexos. Lakoff (1987) detalha a estruturação de vários esquemas de imagens, alguns deles já citados por Johnson (1987), que ajudam a melhor compreender as propriedades desse tipo de modelo cognitivo, consoante os seguintes critérios: a) experiência corpórea que origina o esquema de imagem; b) elementos estruturadores do esquema de imagem; c) lógica básica do esquema de imagem; d) exemplos de metáforas estruturadas pelo esquema de imagem. Na sequência, apresentamos a descrição desses esquemas de imagens, enriquecida pelas ilustrações de Feltes (2007).

O primeiro deles é o esquema *CONTAINER*, referido inicialmente. Vimos que nosso corpo é experienciado em termos de um *CONTAINER* e que os seus elementos

⁶² Existing concepts may impose further structuring on what we experience, but basic experiential structures are present regardless of any such imposition of concepts.

estruturais são INTERIOR, FRONTEIRA e EXTERIOR. A sua lógica básica, seguindo o princípio de que todas as coisas estão dentro ou fora de um *container*, conforme Lakoff (1987, p. 272), é a que segue: “Sendo A um *container* de B, e X está em A, então X está em B – a qual é a base para a implicatura: Se todos A’s são B’s e X é um A, então X é um B”⁶³. Por projeções metafóricas, o esquema do *CONTAINER*, assim como todos os esquemas de imagens, pode ser estendido para a estruturação de outros conceitos mais abstratos, como FAMÍLIA, citado por Feltes (2007). As ocorrências linguísticas desse conceito, como “Estou satisfeito por **entrares em** nossa família”, “Isso deve ser mantido **nos limites** dessa família” e “Era uma boa nora. Que lástima ter **saído da** família”, demonstram, segundo a autora, evidências, devendo-se atentar para as expressões em destaque, pelas quais “o conceito é estruturado pelo esquema *CONTAINER*, na medida em que os verbos, adjetivos e substantivos utilizados em sua gramaticalização remetem à ideia de uma estrutura com um INTERIOR, uma FRONTEIRA e um EXTERIOR.

O esquema PARTE-TODO se origina da experiência de que nossos corpos são um TODO com PARTES, pois, como diz Lakoff (1987, p. 273), “somos seres inteiros formados por partes que podemos controlar”⁶⁴, estrutura essa também imposta a outras coisas experienciadas, de forma que se faz importante atentar para a estrutura PARTE-TODO de outros objetos que nos circundam. O autor complementa que é a percepção do nível básico que leva a distinguir a estrutura PARTE-TODO como fundamental para a nossa atuação no ambiente. Assim, os elementos estruturais desse esquema são TODO-PARTES-CONFIGURAÇÃO e sua lógica básica, pelo seu caráter assimétrico e irreflexivo, define-se como mais complexa. O primeiro é assim traduzido: Se A é parte de B, então B não é parte de A. O segundo se expressa como: A não é parte de A. Além disso, há outros pontos que merecem consideração: i) a existência do TODO depende das PARTES, do que decorre que a destruição das PARTES implica a destruição do TODO; ii) a possibilidade de existência das PARTES sem um TODO mas no momento em que as PARTES existem na CONFIGURAÇÃO, integram-se no TODO; iii) a existência da propriedade trivial de que as partes são contíguas. Nesse contexto, os conceitos FAMÍLIA, CASAMENTO e SOCIEDADE são apresentados por Lakoff (1987) como exemplos de conceitos estruturados metaforicamente pelo esquema PARTE-TODO, porque o casamento é compreendido como a formação de uma família, um todo cujas partes são os esposos, enquanto divórcio é entendido

⁶³ If container A is in container B and X is in A, then X is in B – which is the basis for modus ponens: If all A’s are B’s and X is an A, then X is a B.

⁶⁴ We are whole beings with parts that we can manipulate.

como uma divisão. Para o conceito SOCIEDADE, Feltes (2007, p. 131) apresenta as seguintes ocorrências linguísticas, que ilustram a sua estruturação como esquema PARTE-TODO: “Não há como atingirmos todos os **segmentos** da sociedade” e “A sociedade como um **todo** é responsável pelo futuro da nação”.

O terceiro esquema de imagem caracterizado por Lakoff (1987) é o esquema LIGAÇÃO, que começa a ser experienciado com a ligação entre mãe e filho via cordão umbilical, estendendo-se pela infância e anos seguintes, quando novas conexões se estabelecem para garantir a posição de duas coisas, uma em relação a outra. Esse esquema é estruturado por duas entidades A e B e uma LIGAÇÃO que as conecta, apresentando, “conforme Lakoff (1987, p. 274), a seguinte lógica básica: “Se A está ligado a B, então A é restringido e dependente de B. Simetria: Se A está ligado a B, então B está ligado a A”⁶⁵. Relações sociais e interpessoais, como exemplifica o autor, estruturam-se em termos desse esquema, caso dos conceitos LIBERDADE e ESCRAVIDÃO, o primeiro compreendido como ausência de qualquer coisa que sirva como grilhão e o segundo como dependência ou amarra. Feltes (2007, p. 132) acresce a essa ilustração os conceitos CASAMENTO e DIVÓRCIO, entendidos, respectivamente, como CASAMENTO É LIGAÇÃO (e.g., “Estão **unidos** pelos sagrados **laços** do matrimônio”) e DIVÓRCIO É NÃO-LIGAÇÃO (e.g., “Eles não estão mais **juntos**, separaram-se”).

O esquema CENTRO-PERIFERIA, o quarto na apresentação de Lakoff (1987), funda-se na experiência de nossos corpos em termos de um CENTRO e de uma PERIFERIA: o tronco e os órgãos internos constituem o CENTRO e o cabelo, os dedos das mãos e dos pés a PERIFERIA. De maneira similar, esse esquema se aplica também a outros organismos, como as árvores, que possuem um tronco como centro e galhos e folhas como partes periféricas, sendo normal, no esquema, que o centro seja tomado como a parte mais importante, em razão de que os danos causados a essa parte são sempre mais sérios que os causados às partes periféricas. Além disso, o centro mostra-se como um melhor demarcador da identidade do indivíduo ou da natureza de alguma coisa. Como diz autor, mesmo que uma árvore perca as folhas, continuará sendo uma árvore. Igualmente, uma pessoa que corta o cabelo ou amputa um dedo permanece sendo uma pessoa.

Nessa ótica, a periferia é considerada como dependente do centro, mas o inverso não ocorre, pois, como ilustra Lakoff (1987), “a má circulação pode afetar a saúde do seu

⁶⁵ If A is linked to B, then A is constrained by, and dependent upon, B. Symmetry: If A is linked to B, then B is linked to A.

cabelo, mas perder cabelo não afeta o seu aparelho circulatório”⁶⁶ (LAKOFF, 1987, p. 274). Assim sendo, esse esquema é estruturado pelos elementos ENTIDADE-CENTRO-PERIFERIA, sendo a lógica básica que o rege não dotada de maior complexidade, pois assim configurada: a PERIFERIA depende do CENTRO, mas o CENTRO não depende da PERIFERIA. Um exemplo de conceito metaforicamente estruturado por esse esquema, segundo Lakoff (1987), é o conceito TEORIA. Ele compreende as teorias como constituídas por um núcleo, em que tomam lugar os seus princípios centrais, a par de outros princípios periféricos, pelo que o mais importante numa teoria é entendido como parte de seu centro. Um outro exemplo de conceito estruturado pelo esquema CENTRO-PERIFERIA, trazido por Feltes (2007, p. 132-133), é o conceito SOCIEDADE, porquanto alguns segmentos da sociedade, aqueles constituídos pelas pessoas ditas mais produtivas, são vistos como mais centrais. Outros segmentos são formados por pessoa menos produtivas, sob a dependência do centro, por isso mesmo na periferia, como ilustram as ocorrências linguísticas seguintes: “Precisamos trazer os menores abandonados ao **seio** da vida social” e “Os velhos estão sendo **marginalizados**, ficando **fora** do processo produtivo da sociedade”.

O esquema ORIGEM-PERCURSO-META, quinto e último descrito por Lakoff (1987)⁶⁷, deriva da nossa experiência contínua de movimento de um lugar para outro, compreendida, conforme o autor, nos seguintes termos: há um ponto de partida, um ponto de chegada, uma sequência de posições contíguas que servem de conexão entre os pontos de partida e de chegada, e uma direção. Trata-se de um esquema espaço-temporal, cujos elementos estruturais são ORIGEM, PERCURSO, DIREÇÃO e META, com lógica básica assim definida: “Se você vai de uma origem a um destino, por um determinado percurso, então deve passar por pontos intermédios nesse percurso; além disso, quanto mais você avança ao longo do caminho, mais longe fica do ponto de partida”⁶⁸ (LAKOFF, 1987, p. 275). Nesses termos, esse esquema, como afirma o autor, usualmente se presta à estruturação de eventos complexos, caso do conceito PROPÓSITOS. Para ele, “os propósitos são compreendidos em termos de destinos, e alcançar um propósito é entendido como passar por

⁶⁶ [...] bad circulation may affect the health of your hair, but losing your hair doesn't affect your circulatory system.

⁶⁷ No curso de toda a sua obra, o autor faz referência ainda a outros esquemas de imagens, como PARA CIMA-PARA BAIXO, FRENTE-TRÁS, ORDEM LINEAR, CONTATO, FORÇA, EQUILÍBRIO, entre outros. Entretanto, não os descreve, justificando que suas propriedades ainda estão em estudo. (LAKOFF, 1987, p. 275).

⁶⁸ If you go from a source to a destination along a path, then you must pass through each intermediate point on the path; moreover, the further along the path you are, the more time has passed since starting.

um caminho, de um ponto inicial a um ponto final”⁶⁹ (LAKOFF, 1987, p. 275). Mas, se alcançar um propósito é chegar a um destino, pode ocorrer impedimentos no percurso ou mesmo um recuo. O conceito PESQUISA é também estruturado via esquema ORIGEM-PERCURSO-META, como demonstra Feltes (1987, p. 133) nas ocorrências “A pesquisa **partiu** da detecção da presença de flúor na água da represa” e “**No fim da pesquisa, chegamos à conclusão** de que era eficaz o tratamento com o novo medicamento”.

Feita a exposição dos modelos cognitivos de esquemas de imagens, ressaltamos que é comum a sua sobreposição na estruturação dos conceitos, como é o caso de SOCIEDADE, em que concorrem os esquemas PARTE-TODO e CENTRO-PERIFERIA. Ademais, como destaca Lakoff (1987), esse tipo de modelo cognitivo traz evidências importantes para a proposição de que os dois aspectos seguintes são basilares para a razão abstrata: i) a razão tem como base a experiência física (corpórea); ii) a existência de projeções metafóricas de domínios concretos para domínios abstratos.

2.2.2.2 Modelos cognitivos proposicionais

Lakoff (1987) afirma que os modelos proposicionais se caracterizam pela ausência de mecanismos imaginativos (i.e., metáfora, metonímia ou imagens mentais), que, como tal, possuem uma ontologia e uma estrutura. Essa ontologia é definida como “o conjunto de elementos usados no MCI”, os quais, por sua vez, podem ser “ou conceitos de nível básico – entidades, ações estados, propriedades, etc.- ou conceitos caracterizados por modelos cognitivos de outros tipos”⁷⁰ (LAKOFF, 1987, p. 285). As propriedades desses elementos e das relações entre eles formam a estrutura dos modelos proposicionais.

Outro ponto que o autor destaca em relação a esses modelos é que têm uma aparência objetivista, pelo fato de que “contêm entidades com suas propriedades e relações que se estabelecem entre elas”⁷¹ (LAKOFF, 1987, p. 285). No entanto, esclarece que isso não significa que essas entidades sejam reais, porque, por se tratar de modelos cognitivos, são elas do tipo mental e dependem da experiência humana. Vejamos cada um dos cinco tipos de modelos proposicionais sugeridos por Lakoff.

⁶⁹ Purposes are understood in terms of destination, and achieving a purpose is understood as passing along a path from a starting point to an endpoint.

⁷⁰ (...) the set of elements used in the ICM (...) either basic-level concepts – entities, actions, states, properties, etc. – or they may be concepts characterized by cognitive models of other types.

⁷¹ (...) they contain entities, with their properties and the relations holding among them.

a) Proposição simples

Segundo Lakoff (1987), a ontologia desse tipo de modelo proposicional é basicamente constituída por argumentos e predicado. A sua estrutura, por sua vez, caracteriza-se pelo uso do esquema PARTE-TODO, sendo os argumentos e o predicado as PARTES, e a proposição o TODO, havendo ainda o uso do esquema LIGAÇÃO em certas relações semânticas que podem ser estabelecidas entre os argumentos. Assim, esse esquema atua sobre as categorias de relações, como AGENTE, PACIENTE, INSTRUMENTO e LOCAL, entre outras. Nesse contexto, é admissível também a formação de proposições complexas, a partir de proposições simples, recorrendo-se a mecanismos como modificação, quantificação, complementação, conjunção e negação. Aliás, Feltes (2007) ilustra a proposição simples com a sentença “Maçãs e laranjas são frutas típicas”. Tomando apenas a sentença “Laranjas são frutas típicas”, a autora fornece a seguinte explicação:

Nesse caso, tem-se, em primeiro lugar, duas expressões linguísticas centrais na base sentencial: ‘laranja’ e ‘frutas’: ambas são a contrapartida linguística de duas entidades cognitivas estruturadas por modelos cognitivos: LARANJAS e FRUTAS, que participam, semanticamente, da estrutura proposicional. Em segundo lugar, as categorias LARANJAS e FRUTAS coordenam-se de um modo particular através de um modelo cognitivo que faz se aplicar um predicado (FRUTA) a um argumento (LARANJA). Isso porque essa estrutura proposicional não refere diretamente um estado de coisas no mundo, é a expressão de um modelo cognitivo. (FELTES, 2007, p. 134-135).

b) *Frame*, cenário ou *script*⁷²

No âmbito da Linguística Cognitiva, um *frame* pode ser definido, segundo Evans (2006), como

Uma esquematização da experiência (uma estrutura de conhecimento) representada no nível conceitual e que permanece na memória de longo termo e que relaciona elementos e entidades associadas com uma cena entrelaçada culturalmente, situação

⁷² Apesar de Lakoff (1987) incluir apenas o cenário na descrição dos tipos comuns de modelos proposicionais (p. 248), aqui fazemos a inclusão também dos modelos proposicionais do tipo *frame* e *script*, seguindo a sistematização da tipologia dos MCIs realizada por Feltes (2007). Entendemos que a autora, com esses acréscimos, explicita um pensamento de Lakoff diluído na obra referida, até porque Lakoff (1987) evoca a estrutura proposicional, ao modo apresentado na teoria dos *frames* de Fillmore, como um dos princípios estruturais dos MCIs, o que se explicita claramente em Lakoff e Johnson (1999). Da mesma forma, a descrição da estrutura e ontologia do cenário, proposta pelo autor, pode ser igualmente estendida para o *script*, como compreende Feltes (2007, p. 136). Essa posição é referida em Lakoff (1987, p. 284), embora não detalhada, quando afirma que o modelo cognitivo do tipo cenário algumas vezes é chamado de *script* (SCHANK e ABELSON, 1977). É fato também que, segundo Feltes (1992), os modelos cognitivos proposicionais não recebem maior atenção de Lakoff (1987), em termos de sua descrição e exemplificação, com margem as lacunas preenchidas pela referida autora.

ou evento da experiência humana. O *frame* inclui diferentes tipos de conhecimento incluindo atributos e relações entre os atributos⁷³. (EVANS, 2006, p. 85).

Essa definição se baseia nos estudos de Fillmore (1976, 1977, 1982a, 1982b, 1985), que culminam no desenvolvimento da Teoria da Semântica de *Frame*. O ponto principal da abordagem do referido autor é o de que a compreensão do significado de uma palavra ou de uma expressão linguística em geral depende do acesso ao conhecimento enciclopédico a ela relacionado, o que implica que o significado na linguagem natural não se dissocia de outras formas de conhecimento, não se justificando, pois, a manutenção de uma separação estrita entre conhecimento de mundo e conhecimento do significado linguístico. Nesse sentido, Croft e Cruse (2004) avaliam que Fillmore concebe os *frames* não apenas como um meio adicional de organizar conceitos, mas, fundamentalmente, como um repensar dos objetivos da semântica linguística, razão pela qual a Semântica de *Frame* é erigida como um modelo de semântica da compreensão, diferentemente da semântica das condições de verdade.

De fato, há muitas peculiaridades na construção do significado linguístico não abarcadas pelo modelo da Semântica Estrutural. Para o autor, é exatamente a compreensão que deve figurar como o dado primário na análise do significado linguístico, como bem colocam Croft e Cruse (2004). No modelo de Fillmore, firma-se o pressuposto de que as palavras e construções evocam *frames*, entendendo-se que podem ser conduzidos da memória de longo termo para a memória operacional, porém, como afirma Feltes (2007, p. 135), “não como ‘pacotes’ estocados, mas como estruturas em contínua construção a partir da experiência”.

Apesar de a noção de *frame* incorporada pela Linguística Cognitiva seja proveniente dos trabalhos de Fillmore, outras noções semelhantes, usadas para explicar a organização dos conceitos, estão presentes também em estudos filiados à Inteligência Artificial e à Psicologia Cognitiva. É o caso, por exemplo, dos *frames* de Minsky (1975), dos *scripts* de Schank e Abelson (1977) e dos esquemas de Rumelhart (1975), os quais, segundo Lakoff (1987), são comparáveis aos *frames* de Fillmore, podendo ser tratadas também de modelos proposicionais, na medida em que são tentativas de “prover estruturas proposicionais

⁷³ A schematisation of experience (a knowledge structure), which is represented at the conceptual level and held in long-term memory and which relates elements and entities associated with a particular culturally embedded scene, situation or event from human experience. Frame include different sorts of knowledge including attributes, and relations between attributes.

convencionais em termos das quais as situações podem ser entendidas”⁷⁴ (LAKOFF, 1987, p. 116). Entretanto, como adverte Feltes (1997), o autor compara essas várias noções apenas em termos de sua operacionalidade teórica, já que muitos dos aspectos de aplicação desses modelos em seus respectivos campos vão de encontro à epistemologia experientialista por ele assumida.

Lakoff e Johnson (1999, p. 116) acrescentam que a Semântica de *Frame* provê “uma estrutura conceptual global, definindo as relações semânticas entre todos os ‘campos’ de conceitos relacionados e as palavras que os expressam”⁷⁵. Os autores afirmam que os *frames* não são apenas intencionais e representacionais, mas também proposicionais, ilustrado esse pressuposto com o *frame* de restaurante, que caracteriza o nosso conhecimento geral de restaurantes. Nesse contexto, explicam que esse *frame*

caracteriza o conhecimento relativo de *background* estruturado em que conceitos como restaurantes, garçons, *mâitre*, cardápios e contas fazem sentido. Ele contém uma informação proposicional: um garçom entrega-lhe um cardápio, anota o seu pedido, traz a sua comida, e assim por diante. A informação proposicional é intencional: é sobre garçons, cardápios, comida, e assim por diante. O *frame* representa a estrutura da experiência de restaurantes⁷⁶. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 116)

Os autores destacam ainda que os *frames* conceptuais radicados no inconsciente cognitivo contribuem semanticamente para a construção dos sentidos das palavras e sentenças. A palavra “garçom”, por exemplo, é definida em relação ao *frame* de restaurante. Ademais, os *frames* podem ser usados unicamente como *background*, situação em que nenhum item lexical de uma sentença tem definição relacionada a um *frame* propriamente dito, o que Lakoff e Johnson (1999) ilustram com a sentença “Depois que comemos, levantamos e saímos”, analisada no contexto do *frame* de restaurante. Nesse caso, é previsível a inferência de que a conta do restaurante foi recebida e paga, porque, dada a estrutura característica do *frame*, é típico que ele entre casualmente em inferências construídas com base no que está posto na sentença. Em outros termos, os autores resumem que “*frames* usados como *background* são geradores de inferência”⁷⁷ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 117).

⁷⁴ [...] attempts of provide a format for representing human knowledge in computational models of the mind.

⁷⁵ [...] provide an overall conceptual structure defining the semantic relationship among whole “fields” of related concepts and the words that express them.

⁷⁶ The frame characterizes the structured background knowledge relative to which concepts like *restaurants*, *waiters*, *mâitre d’ s*, *menus*, and *checks* make sense. It contains propositional information: A waiter brings you a menu, takes your order, brings you your food, and so on. The propositional information is intentional: it is about waiters, menus, food, and so on. The frame represents the structure of the experience of restaurants.

⁷⁷ [...] frames used as a background are inference generating.

Convém ressaltar ainda, com base em Feltes (1992), que a noção de *frame* de Fillmore guarda relações bem próximas com a de MCI de Lakoff (1987), no sentido de que um *frame* “seria uma estrutura conceitual de formato proposicional, culturalmente definida, que atuaria na organização de inúmeros segmentos da realidade” (FELTES, 1992, p. 58). O clássico exemplo da categoria SOLTEIRO, apresentado em Fillmore (1982) e retomado por Lakoff (1987) e Croft e Cruse (2004), ajuda a melhor compreender as aproximações entre os dois modelos de que tratamos.

De início, a definição dessa categoria como HOMEM ADULTO NÃO CASADO, como observam Croft e Cruse (2004), pode ser vista como estruturada por um *frame* que não comporta a variedade de status social possível em situações do mundo real, ou seja, há muitas situações que não se enquadram na concepção de SOLTEIRO definida em termos desse conjunto de condições. Podemos citar, por exemplo, o caso de um homem adulto vivendo com a namorada, o de um homem adulto homossexual vivendo com o namorado ou o do Papa. Ocorre que o *frame* evocado para a estruturação dessa categoria representa uma versão idealizada do mundo, o que Lakoff (1987) chama de MCI. Ele explica que “solteiro é definido em relação a um MCI, no qual existe uma sociedade humana com casamento (tipicamente monogâmico), e uma faixa de idade própria para casar” (LAKOFF, 1987, p. 70), sendo por isso que esse MCI não diz nada sobre as situações de união de longo prazo não legalizadas, de homossexualidade e de sacerdotes, dentre outros, pelo que os exemplos citados não podem figurar como típicos da categoria SOLTEIRO. Nesse sentido, como afirma Feltes (1992), depreende-se que a Teoria Prototípica é assumida naturalmente por Fillmore (1982), posição que se consubstancia mais propriamente quando o autor diz que os melhores exemplos da categoria SOLTEIRO se situam num cenário de *background* prototípico, apesar de que definida em relação ao conjunto de condições HOMEM ADULTO NÃO CASADO.

Como vimos, as noções de *frame* e de MCI parecem, por vezes, bastante imbricadas, mas a formulação de Lakoff (1987) desponta como mais abrangente pela sua configuração e possibilidades explanatórias, marcando a diferença. Lembramos que, conforme de Lakoff (1987), o *frame* figura como um dos modelos estruturais de um MCI, o qual, por sua vez, estrutura um espaço mental, não se podendo negar que a noção de *frame* também ocupa *status* semelhante à de MCI na constituição de outros modelos da Semântica Cognitiva, como o caso da Teoria do *Blending* (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Em se tratando do modelo proposicional cenário ou *script*, a sua ontologia, segundo Lakoff (1987, p. 285), “consiste de um estado inicial, uma sequência de eventos e um

estado final”⁷⁸. A estrutura dá-se pelo esquema de imagens ORIGEM-PERCURSO-META, dentro de um domínio temporal em que a origem corresponde ao estado inicial, o destino ao estado final e os pontos do percurso aos eventos, daí ser o cenário também estruturado pelo esquema PARTE-TODO, já que cada um desses elementos é uma de suas partes. Além disso, como também integram a ontologia do cenário pessoas, coisas, propriedades, relações e proposições, nele igualmente atua o esquema LIGAÇÃO, o qual estabelece relações entre os elementos citados. O esquema ORIGEM-PERCURSO-META também representa metaforicamente a estrutura de propósito constituinte desse tipo de modelo, que serve para especificar os propósitos das pessoas no cenário.

Lakoff (1987) exemplifica o conceito GARÇOM como estruturado na forma de um MCI do tipo cenário, já que, em geral, os conceitos podem ser tomados como elementos constituintes de um modelo cognitivo. Assim sendo, esse conceito é caracterizado em termos do cenário de um restaurante, da mesma forma que o conceito COMPRADOR se caracteriza em relação ao cenário de um estabelecimento comercial.

Outro exemplo clássico desse tipo de modelo proposicional é o *script* do restaurante, relatado em Schank e Kass (1988) e retomado por Feltes (2007). Como explica a autora, a partir do entendimento de que um *script* define-se como uma sequência de conceptualizações em que se fazem presentes algumas variáveis, o referido *script* objetiva “capturar o conhecimento de uma pessoa (ator) sobre a sequência de eventos que ocorrem quando sai para comer em um restaurante” (FELTES, 2007, p. 137). Essa sequência pode ser assim descrita: i) ir ao restaurante; ii) sentar; iii) pedir uma refeição ao garçom; iv) receber a refeição do garçom; v) comer; vi) pagar a conta; vii) sair do restaurante. De fato, os *scripts* nada mais são do que codificadores de experiências.

c) Estrutura de feixe de traços

Esse tipo de modelo é definido como “uma coleção de propriedades” (cf. LAKOFF, 1987, p. 286), sendo essas propriedades a sua ontologia e o esquema *CONTAINER* a sua estrutura, compreendendo-se que as propriedades estão dentro de um *container*. As categorias clássicas são consideradas o exemplo típico do modelo cognitivo de feixe de traços. Por esse modelo, então, a estrutura da categoria AVE, por exemplo, pode ser determinada como sendo algo do tipo [+ ASAS, + PENAS, + OVÍPARO, + BICO...].

⁷⁸ [...] an initial state, a sequence of events, and a final state.

A propósito desse modelo, é preciso considerar o que Lakoff (1987) diz a respeito da noção de feixe de traços e sobre o fato de ter sido esse um dos modelos proposicionais que falharam na sua proposta sobre efeitos prototípicos. Segundo ele, “um traço é um símbolo representado por uma propriedade” e “um feixe de traços é um conjunto não estruturado de tais traços, que representam um conjunto de propriedades”⁷⁹ (LAKOFF, 1987, p. 115). Nesse contexto, são atribuídos pesos aos feixes de traços que indicam a sua importância. Um feixe de traços com atribuição de pesos, explica o autor, é usado para dar conta de efeitos prototípicos quando “é tomado como uma representação do membro da categoria”⁸⁰ (LAKOFF, 1987, p. 115). Diz ainda o autor que propriedades de traços compartilhados definem aproximações ao protótipo e que “desvios do protótipo com pesos altamente atribuídos colocam um membro muito distante do protótipo do que desvios em um traço menos altamente atribuído”⁸¹ (LAKOFF, 1987, p. 115).

Para apontar as falhas dessa abordagem, Lakoff (1987) apoia-se nos estudos de Coleman-Kay (1981) sobre a análise de *lie* (‘mentira’), um exemplo representativo do uso de feixe de traços com atribuição de pesos. Segundo os autores, os pesos para *lie* são os seguintes: (a) ausência de crenças; (b) tentativa de enganar; e (c) falsidade. Lakoff (1987) julga que um bom exemplo de *lie* conteria as propriedades (a) e (b), mas não a (c). Por outro lado, não seria um bom exemplo de *lie* uma ocorrência que contivesse somente as propriedades (b) e (c). Em sua crítica, o autor utiliza-se também do argumento de Sweetser (1987), que considera que feixes de traços com atribuições de pesos não fornecem uma estrutura suficiente para dar conta de todos os casos de *lie*, “enquanto uma teoria baseada em modelos cognitivos de conhecimento e comunicação independentemente necessários poderia fazer o trabalho”⁸² (LAKOFF, 1987, p. 115). Com esses fatos, o autor argumenta que, em geral, a teoria do feixe de traços com atribuição de pesos não dá conta da descrição da maioria dos efeitos prototípicos, desde que não aborda, por exemplo, a diferença entre *background* e *foreground*, a descrição da metonímia e dos efeitos que resultam dos modelos metonímicos, bem como das estruturas radiais. Isso ocorre, segundo ele, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao fato de que essa teoria não alcança a descrição de tipos de conexão metafórica, metonímica e imagens esquemáticas, enquanto a segunda refere-se à impossibilidade de

⁷⁹ A feature is a symbol representing a property. A feature bundle is an unstructured set of such features, representing a set of properties.

⁸⁰ [...] is taken as a representation of the prototypical category member.

⁸¹ Deviation from the prototype in highly weighted features places a member further away from the prototype than deviation in a less highly weighted feature.

⁸² [...] while a theory based on independently needed cognitive models of knowledge and communication can do the job.

descrição de extensões convencionais motivadas, apreendidas uma por uma, mas regidas por princípios de conexões gerais. O autor reitera, por fim, que “feixes de traços com atribuições de peso estão longe de ser habilitados a dar conta de uma série de efeitos prototípicos”⁸³ (LAKOFF, 1987, p. 116).

d) Taxonomia

Esse modelo define-se como “uma estrutura hierárquica de categorias clássicas”⁸⁴ (LAKOFF, 1987, p. 287), com ontologia constituída por todas elas, sendo o esquema *CONTAINER* o representante estrutural de cada categoria. Já os esquemas *PARTE-TODO* e *PARA CIMA-PARA BAIXO* representam estruturalmente a hierarquia, de forma que “cada categoria de nível mais alto é um todo, tendo como suas partes as categorias imediatamente de nível mais baixo”⁸⁵ (LAKOFF, 1987, p. 287), sem haver sobreposições em cada nível. Ressalte-se que os modelos cognitivos taxonômicos são impostos pelos nossos propósitos.

Um exemplo desse tipo de modelo é o sistema de classificação da zoologia ou de qualquer outra área que trabalha com catalogação. Entretanto, nesses casos, como explica Feltes (2007), é preciso entender que

como modelos cognitivos, essas estruturas taxonômicas não referem diretamente um estado de coisas no mundo, um sistema ou uma hierarquia que precisa ser capturada da realidade pelo aparato cognitivo. Cada hierarquia é o resultado de uma operação cognitiva determinada experiencialmente. (FELTES, 2007, p. 141).

Assim, é pertinente, como ressalta a autora, que os sistemas classificatórios podem variar de uma cultura para outra, daí a existência de diferenciados modelos taxonômicos, motivados pelas necessidades e propósitos de cada cultura.

e) Categoria radial

Estruturalmente, o esquema do *CONTAINER* representa esse modelo cognitivo. Compreende-se, então, que a categoria radial é um *CONTAINER* e as suas subcategorias, dentro dela, também são *CONTAINERS*. Segundo Lakoff (1987), a distinção entre as subcategorias é possível porque são estruturadas em termos do esquema *CENTRO-PERIFERIA*, pelo que “uma subcategoria está no centro; as outras subcategorias estão ligadas ao centro por vários tipos de ligação. Categorias não centrais podem ser ‘subcentros’, isto é,

⁸³ Weighted feature bundles simply don’t come close to being able to account for the full range of prototype effects.

⁸⁴ [...] a hierarchical structure of classical categories.

⁸⁵ Each higher-order category is a whole, with the immediately lower categories being its parts.

elas podem ter novas estruturas CENTRO-PERIFERIA impostas sobre elas”⁸⁶ (LAKOFF, 1987, p. 287).

Lakoff (1987) argumenta que a estruturação radial de uma categoria envolve necessariamente os seguintes aspectos:

- A escolha convencional de um centro.
- Princípios de extensão. Caracterizam a classe de possíveis ‘ligações’ entre subcategorias mais centrais e menos centrais. Incluem modelos metafóricos, modelos metonímicos, relações de esquemas de imagens, etc.
- Extensões convencionais específicas. Apesar de cada extensão ser uma instância dos princípios de extensão, as extensões não são predizíveis a partir do centro mais os princípios. Cada extensão é uma matéria de convenção e pode ser aprendida. O fato de que extensões específicas são instâncias de princípios gerais as tornam fáceis de ser aprendidas⁸⁷. (LAKOFF, 1987, p. 204).

Como afirma o autor, esses aspectos da estrutura radial não podem ser explicados por uma visão de cognição objetivista, já que não são compreendidos numa correlação com a realidade objetiva. Em razão disso, observa Feltes⁸⁸ (2007, p. 142), o modelo cognitivo da radialidade “é um dos grandes trunfos de Lakoff na defesa de sua semântica cognitiva”.

O autor traz como principal ilustração desse modelo o sistema de classificadores do Dyrbal, língua aborígine da Austrália. Dada a complexidade da análise desse caso, pela riqueza de elementos que não podem ser desprezados na sua descrição, apresentamos, por economia, um exemplo menos complexo, porém não menos significativo, para demonstrar, mesmo de forma simplificada, a estruturação desse modelo. Trata-se da categoria MÃE, caracterizada por Lakoff (1987) na forma que segue:

É estruturada radialmente com relação ao número de suas subcategorias: há uma categoria central, definida por um cacho de modelos cognitivos convergentes (modelo do nascimento, modelo de criação, etc.); além disso, há extensões não-centrais que não são instâncias especializadas de uma subcategoria central, mas variantes dela (mãe adotiva, mãe biológica, mãe de leite, mãe de aluguel, etc.). Essas variantes não são geradas do modelo central por regras gerais; em vez disso, são estendidas por convenções e precisam ser aprendidas uma a uma. Mas as extensões não são randômicas. O modelo central determina as possibilidades de

⁸⁶ One subcategory is the center; the other subcategories are linked to the center by various types of links. Noncentral categories may be “subcenters”, that is, they may have further center-periphery structures imposed on them.

⁸⁷ - A conventional choice of center.

- Extension principles. These characterize the class of possible ‘links’ between more central and less central subcategories. They include metaphoric models, metonymic models, image-schema relations, etc.

- Specific conventional extensions. Though each extension is an instance of the extension principles, the extensions are not predictable from the center plus the principles. Each extension is a matter of convention and must be learned. The fact that specific extensions are instances of general principles makes them easier to learn.

⁸⁸ A autora vem se dedicando ao estudo desse modelo cognitivo, investigando, mais precisamente, a radialidade da categoria RELIGIÃO.

extensão, junto com as possíveis relações entre o modelo central e as extensões do modelo⁸⁹. (LAKOFF, 1987, p. 91).

A afirmação do autor pode ser assim resumida: as subcategorias derivam dos modelos no cacho. Os modelos cognitivos (MC) do cacho são: i) MC do nascimento (a mãe é a pessoa que dá à luz o filho); ii) MC genético (a mãe é a fêmea que contribui com o material genético; iii) MC de criação (a mãe é a fêmea adulta que nutre e educa a criança); iv) MC marital (a mãe é a esposa do pai) e v) MC genealógico (a mãe é a ancestral fêmea mais próxima). Assim, alguns conceitos de MÃE são resultantes das diferentes relações com esses modelos no cacho, como no caso, por exemplo, de mãe adotiva, que se relaciona com o MC de criação, definindo-se como aquela que, embora sem fornecer os genes nem ter dado à luz a criança, a cria e é a sua guardiã legal. A Figura 1, adaptada parcialmente de Feltes (2007), ajuda a ver melhor outras possíveis relações com o cacho de modelos do qual derivam outras subcategorias ou outros conceitos de MÃE, representando a radialidade dessa categoria.

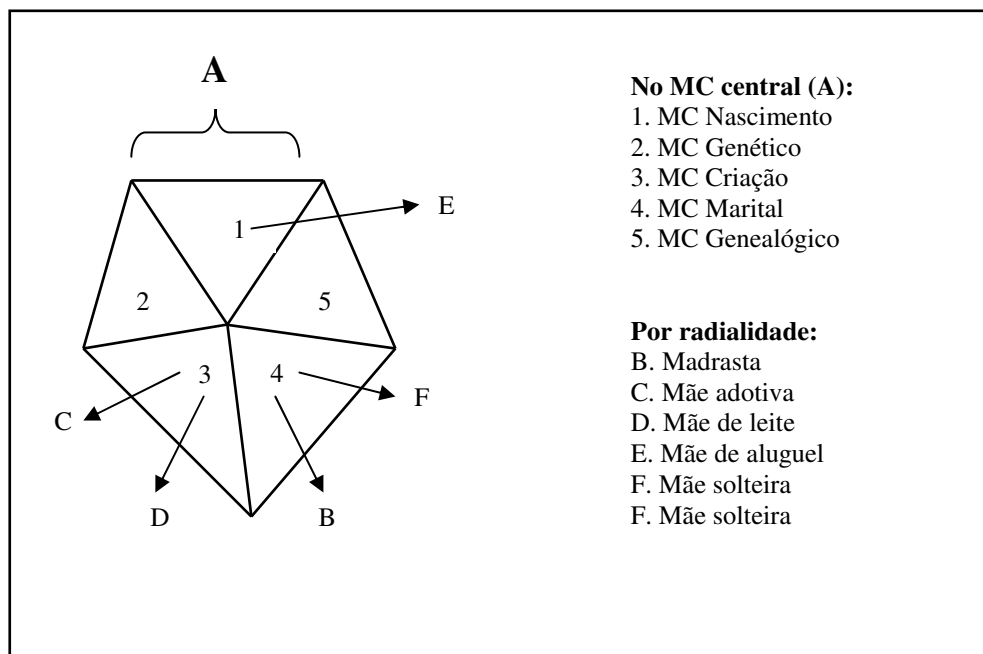


Figura 1: Representação da radialidade da categoria MÃE (Figura adaptada parcialmente de FELTES, 2007, p. 149)

⁸⁹ (...) is structured radially with respect to a number of its subcategories: there is a central subcategory, defined by a cluster of converging cognitive models (the birth model, the nurturance model, etc.); in addition, there are noncentral extensions which are not specialized instances of the central subcategory, but rather are variants of it (adoptive mother, birth mother, foster mother, foster mother, surrogate mother, etc.). These variants are not generated from the central model by general rules; instead, they are extended by convention and must be learned one by one. But the extensions are by no means random. The central model determines the possibilities for extensions, together with the possible relations between the central model and the extension models.

Nesse caso, note-se que há um modelo cognitivo central, isto é, o modelo cognitivo de mãe, que se define por um cacho de modelos cognitivos (Nascimento, Genético, Criação, Marital e Genealógico). Por extensão, derivam-se as subcategorias madrasta, mãe adotiva, mãe de leite, mãe de aluguel e mãe solteira, conformando-se a radialidade da categoria MÃE. É importante ressaltar, ainda, que a estrutura radial também consiste numa fonte de efeitos prototípicos, pois, como assevera Lakoff (1987, p. 91), “nas categorias radiais em geral, subcategorias menos centrais são entendidas como variantes de categorias mais centrais”⁹⁰, não se podendo afirmar, por exemplo, que madrasta e mãe adotiva sejam compreendidas em si mesmas. Tal compreensão se dá somente pelas suas relações com o modelo central de mãe.

2.2.2.3 Modelos cognitivos simbólicos

Lakoff (1987) afirma que os modelos cognitivos simbólicos são definidos pela associação de elementos linguísticos com elementos conceituais, entendidos como “pares de modelos de forma com outros modelos cognitivos” que objetivam “a compreensão de todos os tipos de correspondência entre forma-significado que têm uma realidade cognitiva”⁹¹ (LAKOFF, 1987, p. 467). O autor exemplifica esse tipo de modelo a partir de três níveis de descrição linguística: i) o dos itens lexicais, ii) o das categorias gramaticais e iii) o das construções gramaticais.

Com base na Semântica de *Frame* de Fillmore, ele argumenta que os significados dos itens lexicais (i.e., palavras e morfemas) podem ser caracterizados como modelos cognitivos idealizados, de forma que a descrição do fenômeno da polissemia é realizável em termos de MCIs simbólicos. Por esse raciocínio, o significado de um item lexical é representado como elemento de um modelo cognitivo idealizado, de sorte que tal modelo, como um todo, “é tomado como o *background* contra o qual a palavra é definida”⁹² (LAKOFF, 1987, p. 289). Para ilustrar esse primeiro nível de descrição, o autor cita o item lexical ‘janela’, apresentado como um caso em que, segundo ele, “um único modelo cognitivo idealizado pode ser a base sobre a qual uma coleção de sentidos forma uma categoria natural

⁹⁰ Within radial categories in general, less central subcategories are understood as variants of more central categories.

⁹¹ [...] pairings of models of form with other cognitive models [...] the understanding of all sorts of form-meaning correspondences that have a cognitive reality.

⁹² [...] is taken as the background against which the word is defined.

única expressa por um único item lexical”⁹³ (LAKOFF, 1987, p. 417). Nesse contexto, o autor explica que o modelo cognitivo de janela define-se como uma abertura numa parede com uma moldura preenchida por vidros, nele se encaixando tanto o *frame* de abertura na parede quanto o *frame* de preenchido por vidro. Esse formato motiva o uso de uma mesma palavra (janela) para evocar ambos os *frames*. Assim, com base nesse modelo cognitivo, a palavra ‘janela’ pode ser usada para referir a combinação dos dois *frames* (“Quantas janelas há no auditório?”), para referir apenas a abertura (“O ladrão pulou pela janela”), para referir apenas a moldura (“A janela está torta, vamos recolocá-la”) e para referir apenas os vidros (“As crianças quebraram a janela atirando pedras”).

Para a descrição do segundo nível, Lakoff (1987) cita a categoria gramatical NOME, assumindo-a como dotada de uma estrutura radial em que os nomes de entidades físicas, isto é, pessoas, lugares e coisas, constituem a sua subcategoria central, sendo esses considerados como nomes prototípicos. Ao lado da subcategoria central, há subcategorias periféricas, caso dos nomes abstratos e de nomes estrangeiros em expressões idiomáticas. A respeito desse nível, o autor argumenta que, “embora as categorias gramaticais como um todo não possam ter definições clássicas estritas em termos semânticos, suas subcategorias centrais podem ser definidas apenas dessa maneira”⁹⁴ (LAKOFF, 1987, p. 290). Já os outros membros de cada categoria gramatical podem ser motivados pelas relações com as subcategorias centrais.

Na abordagem do último nível, o das construções gramaticais, Lakoff (1987) inicialmente adverte que emprega o termo numa versão enriquecida do seu sentido de uso tradicional. Na verdade, diz ele, as gramáticas tradicionais assumem a descrição da gramática de uma língua em termos de um conjunto de construções em que cada uma delas representa uma configuração de elementos sintáticos, que se emparelha com um sentido ou uso a ela associados. Assim, para o autor, as construções gramaticais são definidas como “um par forma-significado (F, S) em que F é um conjunto de condições sobre formas sintática e fonológica e S um conjunto de condições sobre significado e uso”⁹⁵ (LAKOFF, 1987, p. 467).

A análise das construções gramaticais com *there*, em inglês, ilustram esse último nível. Lakoff (1987) argumenta que essas construções podem ser de dois tipos: dêiticas e

⁹³ [...] a single idealized cognitive model can be the basis on which a collection of senses forms a single natural category expressed by a single lexical item.

⁹⁴ [...] although grammatical categories as a whole cannot be given strict classical definitions in semantic terms, their central subcategories can be defined in just that way.

⁹⁵ [...] a form-meaning pair (F,M), where F is a set of conditions on syntactic and phonological form and M is a set of conditions on meaning and use.

existenciais. No primeiro tipo, *there* é usado para apontar para uma localização relativa ao falante, a exemplo de ‘*There’s Harry with his red hat on*’ (“Lá está Harry com seu chapéu vermelho”) e, no segundo, é motivado não pela localização, mas pela existência de um evento, como no enunciado ‘*There was a man shot last night*’ (“Havia um homem baleado na noite passada”). Na visão do autor, as construções com *there* do tipo dêiticas constituem uma categoria de construções gramaticais estruturada radialmente e as construções do tipo existenciais formam casos não centrais, sendo variações mínimas do caso central. Lakoff (1987, p. 537) aduz que “os parâmetros de forma das construções dêiticas centrais podem ser vistos quase totalmente como consequência da função pragmática da construção, isto é, para expressar o MCI APONTAR”⁹⁶.

Assim sendo, os casos não centrais mantêm relações com os prototípicos da categoria *there* (as construções dêiticas), à medida que também apresentam um comportamento dêitico, conforme a formatação do MCI APONTAR, quando ocorre a designação de um espaço mental em que uma entidade conceitual deve ser localizada. Na perspectiva do autor, o caso das construções gramaticais com *there* demonstra haver categorias radiais na gramática, cuja função, tal qual as categorias radiais no léxico, é motivar correspondências entre forma e significado. Ressaltamos que, nesse contexto, Lakoff (1987) parte da posição por ele assumida de que a gramática é “uma categoria radial de construções gramaticais, em que cada construção associa-se a um modelo cognitivo (que caracteriza o significado) com aspectos correspondentes de formas linguísticas”⁹⁷ (LAKOFF, 1987, p. 463)

2.2.2.4 Modelos cognitivos metonímicos

Lakoff (1987) afirma que a constituição dos modelos metonímicos pode ser compreendida como tomar “um aspecto bem-entendido ou fácil de perceber de alguma coisa e usá-lo para estar pela coisa como um todo, ou por algum outro aspecto ou parte dela”⁹⁸ (LAKOFF, 1987, p. 77). É fato também que um mapeamento metonímico envolve apenas um domínio conceitual, estruturado por um modelo cognitivo idealizado, tanto que se tomarmos dois elementos A e B num MCI, A pode “estar por” B, e essa relação de um elemento estar

⁹⁶ The central deictic construction’s parameters of form can be seen almost entirely to be consequences of the pragmatic function of the construction, namely, to express the point-out ICM.

⁹⁷ [...] a radial category of grammatical constructions, where each construction pairs a cognitive model (which characterizes meaning) with corresponding aspects of linguistic form.

⁹⁸ [...] one well-understood or easy-to-perceive aspect of something and use it to stand for the thing as a whole or for some aspect or part of it.

pelo outro tem a sua estrutura representada pelo esquema de imagens ORIGEM-PERCURSO-META. O autor explica que, no geral, um modelo metonímico pode ser caracterizado da seguinte forma:

- Há um conceito “alvo” **A** a ser compreendido para algum propósito, em algum contexto;
- Há uma estrutura conceitual contendo tanto **A** como um outro conceito **B**;
- **B** ou é parte de **A** ou está intimamente associado com ele nessa estrutura conceitual. Tipicamente, a escolha de **B** determinará especificamente **A**, dentro dessa estrutura conceitual;
- Comparado com **A**, **B** é ou mais fácil de compreender, ou mais fácil de lembrar, ou mais fácil de reconhecer, ou mais imediatamente utilizável para um dado propósito num determinado contexto;
- Um modelo metonímico é um modelo de como **A** e **B** estão relacionados numa estrutura conceitual; a relação é especificada por uma função de **B** para **A**.⁹⁹ (LAKOFF, 1987, p. 84).

O exemplo “clássico” (31) ilustra esse tipo de modelo cognitivo, enunciado proferido numa conversa entre dois garçons no ambiente de um restaurante.

(31) O sanduíche de presunto acabou de derramar toda a cerveja sobre ele¹⁰⁰.
(citado por LAKOFF, 1987, p. 77)

Nesse caso, compreende-se que a expressão “sanduíche de presunto” instancia uma metonímia pela associação de duas entidades, em que uma delas, “o item ordenado pelo consumidor”, está pelo “consumidor”, e ambas as entidades pertencem ao mesmo modelo cognitivo de RESTAURANTE.

Os modelos metonímicos, como assevera Lakoff (1987), constituem a mais rica fonte de efeitos prototípicos, porque a sua configuração se conduz pelo princípio de que a parte (i.e., um membro de uma categoria, uma subcategoria ou um submodelo) é tomada para representar a categoria ou o modelo como um todo. Assim, se A metonimicamente está por B, qualquer que seja a fonte metonímica de efeito prototípico, como veremos na sequência, A será sempre o melhor exemplar de B. Deve-se considerar ainda que esses modelos são usados, no raciocínio em geral, para uma gama de propósitos.

⁹⁹ - There is a “target” concept A to be understood for some purpose in some context.
 - There is a conceptual structure containing both A and another concept B.
 - B is either part of A or closely associated with it in that conceptual structure. Typically, a choice of B will uniquely determine A, within that conceptual structure.
 - Compared to A, B is either easier to understand, easier to remember, easier to recognize, or more immediately useful for the given purpose in the given context.
 - A metonymic model is a model of how A and B are related in a a conceptual structure; the relationship is specified by a function from B to A.

¹⁰⁰ The ham sandwich just spilled beer all over himself.

Na descrição dos modelos metonímicos, o autor elenca os seguintes tipos, os quais também podem ser considerados como fontes metonímicas de efeitos prototípicos: a) estereótipos sociais; b) exemplos típicos; c) ideais; d) padrões; e) geradores; f) submodelos e g) exemplos salientes, que passamos a descrever na sequência.

a) Estereótipos sociais

Lakoff (1987) define os estereótipos sociais como os casos em que uma subcategoria de *status* socialmente reconhecido pode ser usada para estar pela categoria como um todo, usualmente em decorrência do propósito de fazer julgamentos rápidos sobre pessoas. Além disso, esses modelos são, “normalmente, conscientes e objeto de discussões públicas”¹⁰¹ (LAKOFF, 1987, p. 85), devido ao que estão sujeitos a mudanças no decorrer do tempo e a se tornar questões públicas.

Um exemplo de estereótipo social discutido pelo autor é o de MÃE-DONA DE CASA. Quando descrevemos as categorias radiais na subseção 2.2.2.2, exemplificamos a radialidade do conceito MÃE, demonstrando que é esse um conceito complexo, que se define por um cacho de modelos cognitivos: MC de Nascimento, MC Genético, MC de Criação, MC Marital e MC Genealógico, dos quais derivam várias subcategorias desse conceito. Nesse contexto, Lakoff (1987) advoga a existência da subcategoria MÃE-DONA DE CASA, apesar de não haver um item lexical singular que a expresse, explicando que a referida subcategoria define as expectativas que se tem em nossa cultura do que se supõe ser uma mãe. Disso decorre a geração de efeitos prototípicos, uma vez que MÃE-DONA DE CASA é tomado como um melhor exemplo do que MÃE-NÃO DONA DE CASA, sendo a mãe prototípica a que permanece em casa para criar seus filhos, ou seja, a que não trabalha fora de casa.

Já vimos que o julgamento da qualidade dos exemplares é um tipo de efeito prototípico. O autor alerta que, no caso, esse efeito não é gerado em decorrência dos modelos do cacho, mas pelo fato de que MÃE-DONA DE CASA “está pela categoria como um todo na definição das expectativas culturais de mães”¹⁰² (LAKOFF, 1987, p. 80). Ademais, essa subcategoria é definida tomando-se por base apenas um dos modelos cognitivos do cacho, o de criação, o que se dá em razão de que, se num modelo metonímico uma subcategoria está pela categoria como um todo, esse modelo só pode ser definido em relação a um único modelo do cacho complexo.

¹⁰¹ [...] are usually conscious and are often the subject of public discussion.

¹⁰² [...] stands for the whole category in defining cultural expectations of mothers.

b) Exemplos típicos

O uso metonímico de membros típicos de categorias acontece, segundo Lakoff (1987), de forma inconsciente e automática, contrariamente ao que se viu na descrição dos estereótipos sociais. Consequentemente, esses modelos não estão sujeitos a discussões públicas nem definem expectativas culturais, sendo também mais estáveis. Contudo, da mesma forma que os estereótipos, têm ampla utilização no raciocínio, principalmente nas inferências.

O autor cita PINTAROXO e PARDAL como exemplos típicos de PASSÁROS, o que significa que esses exemplares são prototípicos dessa categoria. Quando um desses exemplares é tomado pela categoria como um todo, no processo de raciocínio, podemos constatar o caráter metonímico dessa operação, sendo comum também que se possa fazer inferências de um exemplar típico para um não típico, vedado o contrário. É o caso, por exemplo, citado por Lakoff (1987, p. 86): “Se um homem típico tem cabelo na cabeça, inferimos que homens não típicos (todas as outras coisas sendo iguais) terão cabelos em suas cabeças”¹⁰³. Contudo, não se pode desconsiderar o fato de que a ausência de cabelos na cabeça pode também caracterizar um homem como não típico.

Os exemplos típicos são igualmente usados para a organização de uma grande quantidade do nosso conhecimento sobre a categoria das coisas, permitindo a construção de inferências na base desse tipo de conhecimento, num processo automático do qual raramente temos consciência. O autor acrescenta, ainda, que um dos principais aspectos da razão humana consiste exatamente no raciocínio na base de casos típicos, de forma que “nosso vasto conhecimento de casos típicos leva a efeitos prototípicos”¹⁰⁴ (LAKOFF, 1987, p. 87), devendo-se entender que isso se dá em decorrência da relação assimétrica que existe entre os casos típicos e os não típicos.

c) Ideais

Lakoff (1987) afirma que boa parte da organização de nosso conhecimento cultural é feita em termos do modelo metonímico dos ideais abstratos. Esse tipo de modelo, segundo o autor, não necessariamente precisa ser definido como típico ou estereotípico, pois podemos ter, como ilustra o autor, tanto o marido ideal quanto o estereótipo de marido. Dentre as características do primeiro, temos provedor, fiel, forte, respeitado e atraente,

¹⁰³ If a typical man has hair on his head, we infer that atypical men (all other things being equal) will have hair on their heads.

¹⁰⁴ Our vast knowledge of typical cases leads to prototype effects.

enquanto o segundo se define como tedioso, paçudo e presunçoso. Outros conhecimentos culturais, estruturados por esses modelos, são os de família ideal, chefe ideal e trabalho ideal. O certo é que esses modelos ideais também são geradores de efeitos prototípicos. Da mesma forma que os típicos, a relação entre os casos ideais e os não ideais é assimétrica: “fazemos julgamentos de qualidade e planos para o futuro em termos de casos ideais, ao invés de caso não ideais”¹⁰⁵ (LAKOFF, 1987, p. 87). Isso se dá em consequência do padrão de inferência usado nesses modelos, ou seja, os casos ideais são concebidos como detentores de todas as boas qualidades que os não ideais têm, mas o contrário não acontece.

d) Padrões

Como afirma Lakoff (1987, p. 87), “podemos também compreender as categorias em termos de membros individuais que representam o ideal ou o oposto”¹⁰⁶, como o caso da instituição de uma lista dos dez melhores ou dos dez piores. Os paradigmas científicos também ilustram esse tipo de modelo, já que utilizável, por exemplo, na compreensão e aplicação de um tipo específico de experimento, bem como na sua condução metodológica. É fato inconteste, como adverte o autor, que grande parte das nossas ações é guiada por padrões, que usamos regularmente como modelos de conduta e de desempenho, não sendo acidental o interesse pela história de vida de grandes homens e de grandes mulheres, ou pelo contato com padrões (e.g., uma visita às Sete Maravilhas do Mundo). Mas é incidental que normalmente as nossas inferências se baseiem no senso comum, segundo o qual se uma pessoa é padrão num determinado domínio necessariamente deve ser vista como um padrão de pessoa.

e) Geradores

Os modelos metonímicos geradores constituem, segundo Lakoff (1987, p. 88), casos “em que os membros de uma categoria são definidos, ou ‘gerados’ pelos membros centrais mais algumas regras gerais”¹⁰⁷. Os números naturais, conforme o autor, ilustram esse modelo, pois boa parte das pessoas os compreende como caracterizados por um dígito, de 0 a 9, mais as regras de aritmética (adição e multiplicação). Assim, a categoria NÚMEROS NATURAIS tem como membros centrais os dígitos de um número (de 0 a 9), e somente a partir desses membros centrais mais as regras de aritmética os demais membros dessa

¹⁰⁵ We make judgments of quality and set goals for the future in terms of ideal cases, rather than nonideal cases.

¹⁰⁶ We also comprehend categories in terms of individual members who represent either an ideal or its opposite.

¹⁰⁷ [...] where the members of a category are defined, or “generated”, by the central members plus some general rules.

categoria são gerados, sendo essa uma relação metonímica porque “a categoria como um todo é compreendida em termos de uma pequena subcategoria”¹⁰⁸ (LAKOFF, 1987, p. 88).

f) Submodelos

Os submodelos constituem uma outra via de compreensão das categorias, conforme afirma Lakoff (1987), e se definem, com base em Rosch (1975), como pontos cognitivos de referência, utilizados no raciocínio, principalmente para fazer aproximações e estimar tamanhos. Um exemplo de submodelo de uso comum, segundo o autor, é o definido pelos números de fatores de dez (e.g., dez, cem, mil), cujo uso se relaciona à compreensão da grandeza relativa dos números, sendo fato também que um ponto cognitivo de referência, dentro de um submodelo, pode ser fonte de efeito prototípico: “as pessoas julgarão como verdadeiras, de forma mais imediata, afirmações do tipo ‘98 está mais próximo de 100’ do que afirmações como ‘100 está mais próximo de 98’¹⁰⁹ (LAKOFF, 1987, p. 89). Mas, nesse caso, depende também do contexto, pois, por exemplo, numa situação de verificação da temperatura de uma pessoa febril, em que a temperatura normal é 36.5° C, pode ser comum a afirmação de que 37 está mais próximo de 36.5. A razão dessa possibilidade é porque 36.5 é o ponto cognitivo de referência da febre. Pode-se dizer, ainda segundo Lakoff (1987), da existência de submodelos de base biológica, a exemplo das cores primárias, bem como de submodelos determinados culturalmente, caso dos Sete Pecados Mortais.

g) Exemplos salientes

Esse tipo de modelo metonímico, como apresenta Lakoff (1987), se caracteriza pelo uso que as pessoas fazem de exemplos, familiares ou memoráveis, para a compreensão de categorias. É o caso, citado pelo autor, de uma situação em que a queda de um DC-10 tem ampla publicidade e provoca a recusa ao voo, nesse tipo de aeronave, porque “tais pessoas usaram o exemplo saliente do DC-10 que caiu para estar metonimicamente pela categoria de aviões DC-10 como um todo, com respeito a julgamentos de segurança”¹¹⁰ (LAKOFF, 1987, p. 89). Da mesma forma, há estudos que demonstram que os terremotos da Califórnia são tomados como exemplos salientes de desastres naturais. Nesse caso, há evidências de que esse exemplo saliente é usado pelas pessoas para fazer julgamentos de probabilidade em respeito à categoria desastres naturais. Em suma, como afirma Lakoff (1987, p. 90), “um modelo

¹⁰⁸ [...] the category as a whole is comprehended in terms of a small subcategory.

¹⁰⁹ Subjects will judge statement like *98 is approximately 100* as being true more readily than statements like *100 is approximately 98*.

¹¹⁰ Such people used salient example of the DC-10 that crashed to stand metonymically for the entire category of DC-10s with respect to safety judgment.

cognitivo pode ter a função de permitir que um exemplo saliente esteja metonimicamente pela categoria como um todo”¹¹¹, circunstância em que são afetados os julgamentos de probabilidade feitos sobre a categoria.

2.2.2.5 Modelos cognitivos metafóricos

Lakoff (1987) descreve os modelos cognitivos metafóricos a partir da abordagem da metáfora em Lakoff e Johnson (1980), que passou a ser designada como Teoria da Metáfora Conceitual. Nela, os autores, contrapondo-se ao ponto de vista tradicional de concepção da metáfora como figura de linguagem, postulam que “nosso sistema conceitual comum, em termos do qual pensamos e agimos, é de natureza fundamentalmente metafórica”¹¹² (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 3), integrando a metáfora a nossa vida cotidiana, e não apenas a linguagem. Assim, a ocorrência de expressões linguísticas metafóricas somente é possível porque existe metáfora no sistema conceitual humano, estando ela presente, todos os dias, em nossos pensamentos e ações, pelo que passa, então, a ter uma abordagem sistematicamente cognitiva.

De forma bastante econômica, porque toma como dado o estudo seminal dos modelos metafóricos em Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987) assim apresenta a descrição desses modelos:

Um mapeamento metafórico envolve um domínio-fonte e um domínio-alvo. O domínio fonte é presumido como estruturado por um modelo proposicional ou de esquema de imagens. O mapeamento é tipicamente parcial; mapeia a estrutura do MCI no domínio fonte para a estrutura correspondente no domínio alvo. [...] os domínios fonte e alvo são representados estruturalmente pelo esquema do *CONTAINER*, e o mapeamento é representado pelo esquema *ORIGEM-PERCURSO-META*.¹¹³ (LAKOFF, 1987, p. 288).

Um exemplo desse tipo de modelo é a metáfora conceitual AMOR É UMA VIAGEM, que instancia expressões metafóricas na língua do tipo “Estamos numa encruzilhada” e “Esta relação está afundando”¹¹⁴ (LAKOFF E JOHNSON, 1980, p. 44-45). Nesse caso, temos uma projeção de base experiencial, que se processa, a partir do MCI

¹¹¹ [...] a cognitive model may function to allow a salient example to stand metonymically for a whole category.

¹¹² Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.

¹¹³ A metaphoric mapping involves a source domain and a target domain. The source domain is assumed to be structured by a propositional or image-schematic model. The mapping is typically partial: it maps the structure of the ICM in the source domain onto a corresponding structure in the target domain. [...] the source and target domains are represented structurally by *CONTAINER* schemas, and the mapping is represented by a *SOURCE-PATH-GOAL* schema.

¹¹⁴ We are at a crossroads. This relationship is foundering.

VIAGEM em um domínio conceitual bem-estruturado (o domínio-fonte) para o MCI AMOR em outro domínio conceitual (o domínio-alvo), que necessita ser estruturado para efeitos de sua compreensão. Nesse mapeamento, segundo Lakoff (1993), ocorre uma transferência de muitos dos aspectos do domínio experiencial de viagem para o domínio da emoção, especificamente para o subdomínio de amor. Assim, podemos estabelecer correspondências entre os domínios AMOR e VIAGEM, como OS AMANTES CORRESPONDEM AOS VIAJANTES, O RELACIONAMENTO AMOROSO CORRESPONDE A UM VEÍCULO e AS DIFICULDADES NO RELACIONAMENTO CORRESPONDEM AOS IMPEDIMENTOS NA VIAGEM.

Considerando que a Teoria da Metáfora Conceitual, base primeira da concepção dos modelos metafóricos, vem passando por reformulações promovidas por Lakoff e colaboradores, não podemos deixar de levar em conta essa evolução da teoria na sua exploração, razão por que passamos a tratar da descrição desses modelos a partir de Lakoff e Johnson (1999)¹¹⁵, que já validam parte significativa das contribuições oferecidas no quadro evolutivo da teoria. Referimo-nos, particularmente, à proposta da Teoria Integrada da Metáfora Primária, em que os referidos autores conjugam quatro abordagens para o tratamento da metáfora: a) a teoria da fusão (*conflation*) de Christopher Johnson; b) a teoria da metáfora primária de Grady; c) a teoria neural da metáfora de Narayanan e d) a teoria conceptual de *Blending* de Fauconnier e Turner. Vejamos os princípios básicos dessas quatro abordagens, para uma maior compreensão da proposta de integração de Lakoff e Johnson (1999).

A teoria da fusão (*conflation*) de Johnson, como relatam Lakoff e Johnson (1999), relaciona-se ao processo de aprendizagem. Após a investigação dos mecanismos de aquisição de metáfora, o autor formula a hipótese de que a metáfora conceitual emerge em dois estágios: o da fusão (*the conflation stage*) e o da diferenciação. No primeiro, vivenciado desde a infância, as crianças não conseguem distinguir experiências não sensorio-motoras e os julgamentos de experiências sensorio-motoras, tratando-as regularmente como um único elemento, daí a fusão. Um exemplo desse estágio é a fusão da experiência de afeição com a do

¹¹⁵ Estudos anteriores a esse, como os de Lakoff e Turner (1989) e Lakoff (1993), desenvolvem questões pertinentes à teoria da metáfora conceitual, mas ainda não acrescentam mudanças substanciais a esse quadro teórico, exceção à sugestão de Lakoff e Turner (1989) de que a metáfora e a metonímia são fenômenos que podem interagir. Como apresentaremos na seção 2.3, embora os autores apontem para esse pressuposto, não chegam a desenvolvê-lo de forma mais sistemática, em termos de possíveis padrões de interação entre metáfora e metonímia.

calor de um abraço, em que a criança associa automaticamente os domínios AFEIÇÃO-CALOR, cuja ocorrência é simultânea.

É somente no segundo estágio, o da diferenciação, que elas se tornam aptas a fazer a distinção entre os dois domínios (AFEIÇÃO-CALOR, no exemplo dado), mas as associações entre eles ainda persiste. De fato, “essas associações persistentes são o mapeamento da metáfora conceitual, que irão guiar a mesma criança, mais tarde na vida, a falar de ‘um sorriso amistoso’, ‘um grande problema’ e ‘um amigo próximo’”¹¹⁶ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 46). Entretanto, os autores advertem que não se pode fazer a generalização de que todas as expressões linguísticas metafóricas sejam apreendidas como se dá com as metáforas primárias, como é o caso de “elucidar”, um exemplo de extensão da metáfora primária CONHECER É VER, cuja apreensão só se consolida muito depois da aprendizagem da referida metáfora.

A teoria da fusão (*conflation*) de Johnson é também a base da teoria da metáfora primária de Grady, pela qual se firma o postulado de que “as primeiras fusões na experiência diária devem levar à formação de centenas de metáforas primárias, que emparelham experiência subjetiva e julgamento com experiência sensório-motora”¹¹⁷ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 46). Para Grady (1997), as metáforas primárias têm uma base experiencial em algum tipo de cena primária: “episódios mínimos (temporalmente delimitados) de experiência subjetiva, caracterizados pela estreita correlação entre circunstância física e resposta cognitiva”¹¹⁸ (GRADY, 1997, p. 24). Um exemplo de metáfora primária¹¹⁹, sugerido pelo autor, é FELIZ É PARA CIMA, que tem como motivação “a correlação entre alegria e a postura de um corpo ereto, e/ou a correlação entre ser uma pessoa que está em uma posição elevada (e.g., numa colina) e se sentir seguro, sob controle”¹²⁰ (GRADY, 1997, p. 295).

Do ponto de vista da teoria neural da metáfora de Narayanan, segundo Lakoff e Johnson (1999), a metáfora primária assim se define: a) imersão de uma correlação neuralmente instanciada entre uma operação sensório-motora e uma experiência subjetiva ou

¹¹⁶ These persisting associations are the mappings of conceptual metaphor that will lead the same infant, later in the life, to speak of “a warm smile”, “a big problem”, and a “close friend”.

¹¹⁷ Early conflations in everyday experience should lead to the automatic formation of hundreds of primary metaphors that pair subjective experience and judgment with sensorimotor experience.

¹¹⁸ [...] primary scenes are minimal (temporally-delimited) episodes of subjective experience, characterized by tight correlations between physical circumstance and cognitive response.

¹¹⁹ Grady (1997) apresenta um inventário de metáforas primárias, ainda sujeitas, para a sua validação, a estudos empíricos.

¹²⁰ The correlation between happiness and erect body posture and /or correlation between being in a higher position (e.g., on a hill) and feeling safe, in control, etc.

juízo, sendo a fusão dessas duas operações correspondente à ativação simultânea de suas respectivas redes neurais; b) estabelecimento das conexões neurais nos primeiros anos da infância, durante a fase de fusão, que ocorre quando as redes que caracterizam os domínios são coativadas pela experiência do cotidiano; c) redes sensório-motoras respondem pela realização de inferências complexas, cujos resultados, por meio de conexões neurais, são projetados da rede fonte (domínio sensório-motor) para a rede alvo (domínio de experiência subjetiva ou juízo). O processamento desse modelo pode ser ilustrado pela metáfora primária MAIS É PARA CIMA, de sorte que uma experiência constante com a correlação em que se funda essa metáfora poderia levar à formação de conexões entre redes neurais, no cérebro, em que MAIS fosse caracterizado num domínio de quantidade e PARA CIMA num domínio de verticalidade. Dessa forma, como explicam Lakoff e Johnson (1999),

tais conexões neurais desenvolveriam a função de um mapeamento conceitual entre MAIS É PARA CIMA e fariam isso possível (embora necessário) para as palavras por ser a verticalidade (exemplo: levantar, cair, ascender, cair ou mergulhar verticalmente, alto, baixo, chegar ao ponto máximo) usada convencionalmente para indicar também quantidade.¹²¹ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 54).

Nesse contexto, segundo os autores, é preciso considerar que a corporeidade da metáfora se consolida por três importantes vias: i) o surgimento da correlação como consequência de nosso funcionamento corpóreo no mundo, onde normalmente deparamos situações em que MAIS se correlaciona com PARA CIMA; b) a origem do domínio fonte da metáfora como o sistema sensório-motor do corpo; c) a instanciação da correlação no corpo realizada por meio de conexões neurais.

Outro postulado desse modelo é que as redes sensório-motoras realizam inferências complexas. No caso da metáfora MAIS É PARA CIMA, exemplificam os autores que, numa situação de arremesso de algum objeto, observa-se o seu rápido movimento e um ganho de altitude em pouco tempo. Os resultados dessas inferências são projetados, exatamente por meio de conexões neurais, da rede sensório-motora fonte, ou seja, do domínio da verticalidade, para o juízo subjetivo da rede alvo, o domínio da quantidade. Nessa projeção, o trabalho de ativação “flui de ambos os caminhos entre as redes fonte e alvo¹²²” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 55). Isso quer dizer que havendo uma diminuição na rede do domínio-quantidade esta é automaticamente conectada com uma descida na rede do domínio-verticalidade. Mas é preciso deixar claro que, embora o raciocínio sobre o movimento vertical

¹²¹ [...] such neural connections would carry out the function of a conceptual mapping between More and Up and make it possible (though not necessary) for the words for verticality (such as rise, fall, skyrocket, plummet, high, low, dip, and peak) to be used conventionally to indicate quantity as well.

¹²² [...] flows both ways between the source and target networks.

num determinado domínio espacial seja aplicado à compreensão de quantidade, o contrário não acontece. Na verdade, as inferências e a linguagem usadas para o domínio de quantidade não são mapeadas para o da verticalidade, apesar de a ativação se dar em ambos. Lakoff e Johnson (1999) explicam que isso se deve ao fato de que, para o modelo de Nayanar, o sistema neural sensorio-motor, comparado ao sistema neural característico da experiência subjetiva, é dotado de maior capacidade inferencial, pela sua particularidade de derivar um maior número de conexões inferenciais, originando-se dessa realidade a assimetria da metáfora primária conceitual. Como dizem os autores, “a assimetria emerge porque resulta de inferências que fluem somente de uma direção, do domínio sensorio-motor para o domínio do julgamento subjetivo”¹²³ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 55).

O quarto e último modelo que integra a Teoria Integrada da Metáfora Primária, conforme proposição de Lakoff e Johnson (1999), é a teoria conceptual de *Blending*¹²⁴ de Fauconnier e Turner. Por esse modelo, compreende-se que “domínios conceituais distintos podem ser coativados, e, sob certas condições, conexões entre os domínios podem ser formadas, levando a novas inferências”¹²⁵ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 47). Essas novas inferências são as chamadas “mesclas conceituais”, que podem ser de caráter convencional ou totalmente original. As mesclas convencionais, como relembram os autores, são sugeridas por Grady como o mecanismo responsável pela junção de metáforas primárias na formação de metáforas complexas, as quais trataremos adiante.

Lakoff e Johnson (1999) afirmam que a integração dessas quatro teorias na composição de uma Teoria Integrada da Metáfora Primária, tem uma implicação de forte impacto, que se traduz pela constatação de que, nos primeiros anos de vida, um amplo sistema de metáforas primárias é adquirido, de forma inconsciente e automática, simplesmente pela forma como funcionamos no mundo nas vivências do cotidiano. É esse um processo no qual não temos escolha. Em face dessa realidade, e na condição de seres humanos normais,

¹²³ The asymmetry arises because results of inferences flow in one direction only, from the sensorimotor domain to the domain of subjective judgment.

¹²⁴ Lakoff e Johnson (1999) recorrem apenas a aspectos pontuais desse modelo, no que respeita à construção de inferências via coativação de domínios conceituais. Entretanto, essa teoria tem um escopo mais amplo, em que se conjugam, dentre outros aspectos, as representações mentais *on-line* presentes, por exemplo, em analogias, metáforas, metonímias, combinações de conceitos e no processamento natural da linguagem. O seu foco está voltado, particularmente, para os aspectos criativos da mente humana, como bem o dizem Fauconnier e Turner (2002). Não há dúvida de que esse modelo teórico vem ocupando um espaço significativo no interior da Semântica Cognitiva.

¹²⁵ Distinct conceptual domains can be coactivated, and under certain conditions connections across the domains can be formed, leading to new inferences.

inevitavelmente iremos adquirir “uma enorme quantidade de metáforas primárias só pelo fato de viver no mundo e percebê-lo”¹²⁶ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 57).

Concebida a metáfora primária sob uma perspectiva neural, os autores ratificam, então, a existência de uma grande variedade delas na base de nosso sistema conceitual, as quais, em conjunto, “fornecem experiência subjetiva com estrutura inferencial extremamente rica, imagem e “sensação” (*feel*) qualitativa, quando as redes para experiências subjetivas e as redes sensorio-motoras neuralmente conectadas a elas são coativadas”¹²⁷ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 59). Por outro lado, do ponto de vista conceitual, “metáforas primárias são mapeamentos interdomínios, de um domínio-fonte (o domínio sensorio-motor) para um domínio-alvo (o domínio da experiência subjetiva), preservando a inferência e algumas vezes a representação lexical”¹²⁸ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 58), de forma que a preservação da inferência é a propriedade mais saliente das metáforas conceituais.

Além das metáforas primárias, os autores se ocupam da descrição da anatomia das metáforas complexas (ou compostas de primárias), a partir do entendimento de que as metáforas primárias podem também ser concebidas como “um componente atômico da estrutura molecular de metáforas complexas”¹²⁹ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 49). As metáforas complexas, igualmente, fazem parte do nosso sistema conceitual e integram o nosso conhecimento comum, que inclui os modelos culturais, as teorias populares ou as crenças e conhecimentos amplamente aceitos numa determinada cultura. Para explicar a anatomia da metáfora complexa, Lakoff e Johnson (1999) utilizam-se da metáfora UMA VIDA DE PROPÓSITOS É UMA VIAGEM, licenciada pela existência de um modelo cultural segundo o qual as pessoas devem ter um propósito na vida. Compreende-se que a existência desse propósito é determinante para que as pessoas estabeleçam objetivos a alcançar, impulsionando-as a encontrar meios de atingi-los, a ver outros objetivos intermediários, bem como a perceber os obstáculos no caminho e a forma de superá-los. A metáfora referida resulta exatamente desse modelo, sendo construída pela combinação de metáforas primárias, na forma que segue, conforme exposição adaptada de Lakoff e Johnson (1999, p. 61-62):

¹²⁶ [...] an enormous range of primary metaphors just by going about the world constantly and perceiving.

¹²⁷ Together these metaphors provide subjective experience with extremely rich inferencial structure, imagery, and qualitative “feel”, when the networks for subjective experience and the sensoriomotor networks neurally connected to them are coactivated.

¹²⁸ Primary metaphors are cross-domain mappings, from a source domain (the sensoriomotor domain) to a target domain (the domain of subjective experience), preserving inference and sometimes preserving lexical representation.

¹²⁹ [...] an atomic component of the molecular structure of complex metaphors.

- i) A origem da metáfora provém da crença cultural de que as pessoas devem ter propósitos na vida e devem agir de forma a realizá-los;
- ii) As metáforas primárias são, então, **PROPÓSITOS SÃO DESTINOS e AÇÕES SÃO MOVIMENTOS**;
- iii) A versão metafórica da crença cultural descrita em (i) resulta que as pessoas supõem que têm finalidades na vida e devem se mover para atingi-las;
- iv) Essa versão se combina com um simples fato: Uma longa viagem para uma série de finalidades é uma jornada.
- v) A junção desses fatos acarreta um complexo mapeamento metafórico:
 - UMA VIDA DE PROPÓSITOS É UMA VIAGEM;
 - UMA PESSOA VIVA É UM VIAJANTE;
 - OBJETIVOS DE VIDA SÃO PROPÓSITOS;
 - UM PLANO DE VIDA É UM ITINERÁRIO.

Em suma, os autores explicam que esses mapeamentos definem uma metáfora complexa, que é “uma consequência da (a) crença cultural de que todos têm um propósito na vida, (b) das metáforas primárias **PROPÓSITOS SÃO DESTINOS e AÇÕES SÃO MOVIMENTOS**, e (c) do fato de que uma longa viagem com uma série de destinos é uma jornada”¹³⁰ (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 62). Ademais, é pertinente o fato de que, embora não se constate uma base experiencial nas metáforas complexas (e.g., não encontramos, nas experiências do cotidiano, correlação entre propósitos de vida e jornadas), esse tipo de metáfora não pode ser visto como dela desprovido, porque sendo a metáfora complexa constituída de metáforas primárias, que têm uma base experiencial, essa base fica preservada quando da combinação das partes (metáforas primárias) para a formação do todo (metáfora complexa).

No contexto de evolução dos estudos dos modelos metafóricos, uma outra colaboração importante é a de Kövecses (2005), que sistematiza a visão da metáfora na Linguística Cognitiva como um complexo constituído por onze componentes, os quais também utiliza para o exame da variação entre metáforas. Tais componentes interagem entre si, constituindo a geração de metáforas e, segundo o autor, esse conjunto expressa a sua

¹³⁰ It is a consequence of (a) the cultural belief that everyone is supposed to have a purpose life, (b) the primary metaphors Purposes are Destinations and Action is Motion, and (c) the fact that a long trip to a series of destinations is a journey.

compreensão como um fenômeno linguístico, conceptual, sociocultural, neural e corporal, e não apenas exclusivamente linguístico, à maneira dos estudos tradicionais. Vejamos, na sequência, a apresentação e descrição desses componentes, conforme adaptação feita de Kövecses (2005, p. 5-8):

(1) Domínio-fonte e (2) Domínio-alvo: A metáfora é composta dos domínios (1) e (2), sendo (1) um domínio mais físico e (2) um domínio mais abstrato. Ex: (1) CALOR; (2) AFEIÇÃO; Metáfora: AFEIÇÃO É CALOR.

(3) Base experiencial: A escolha de uma determinada fonte para estar junto a um determinado alvo tem motivação de base experiencial ou corpórea. Ex: A afeição é correlacionada como o calor do corpo na geração da metáfora AFEIÇÃO É CALOR.

(4) Estruturas neurais no cérebro correspondentes a (1) e (2): A experiência corpórea deriva certas conexões neurais entre áreas do cérebro, que correspondem, respectivamente, aos domínios fonte e alvo. Ex: A ativação da área do cérebro correspondente à afeição implica simultaneamente a ativação da área cerebral correspondente ao calor.

(5) Relações entre a fonte e o alvo: A relação entre os domínios fonte e alvo se estrutura de tal forma que uma fonte pode aplicar-se a vários alvos, e um alvo pode ligar-se a várias fontes. Ex: A aplicação do domínio-fonte JORNADA pode ser feita aos domínios VIDA e AMOR.

(6) Expressões linguísticas metafóricas: A conexão entre dois domínios conceptuais deriva expressões linguísticas metafóricas. Ex: A expressão “uma relação calorosa” deriva da metáfora AFEIÇÃO É CALOR.

(7) Mapeamentos: A existência de correspondências conceptuais básicas e essenciais, ou mapeamentos, entre o domínio-alvo e domínio-fonte. Ex: Na metáfora O AMOR É UMA JORNADA (ou VIAGEM), podem ocorrer os seguintes mapeamentos:

Viajantes → amantes

Veículo → relação amorosa

Destino → propósito do relacionamento

Distância coberta → progresso alcançado no relacionamento

Obstáculos ao longo do caminho → dificuldades encontradas no relacionamento

(8) Acarretamentos: Mapeamentos adicionais de ideias do domínio-fonte para o domínio-alvo podem ocorrer para além das correspondências básicas, sendo designados de acarretamentos ou inferências. Ex: Na metáfora O AMOR É UMA JORNADA (ou VIAGEM), em que ocorre o mapeamento de veículo para relação amorosa, o conhecimento que temos sobre veículos pode ser recrutado para a compreensão desse tipo de relação. Assim, se houver uma pane no veículo, há três escolhas a fazer: (1) alcançar o destino por outros meios; (2) consertar o veículo e (3) permanecer nele sem fazer nada. De forma análoga, se um relacionamento amoroso não dá certo, as opções são (1) deixar o relacionamento, (2) tentar melhorar o relacionamento e (3) permanecer nele, mesmo com sofrimento.

(9) Blends: As mesclas (*blends*) resultam da junção de um domínio-fonte com um domínio-alvo, mas constituem construtos conceptuais novos em relação à fonte e ao alvo. Ex: A sentença, “Ele estava tão furioso que fumaça saía pelos seus ouvidos”, pode conceptualmente ser descrita da seguinte forma: a) o domínio-alvo é constituído por uma pessoa com raiva, e o domínio-fonte, por fumaça num *container*; b) a pessoa com raiva (domínio-alvo) não tem fumaça saindo dela, e o *container* com fluido quente (domínio-fonte) não tem ouvidos; c) pela integração conceptual dos dois domínios, ou *blend*, temos o *container* que tem ouvidos, de onde sai fumaça.

(10) Realizações não-linguísticas: As metáforas conceituais não são materializadas somente por meio das formas linguísticas ou pensamento, mas também por meio das práticas sócio-físicas e pela realidade. Ex: A metáfora IMPORTANTE É CENTRAL tem realização não-linguística ilustrada por eventos sociais em que, costumeiramente, as pessoas da elite são chamadas a ocupar lugares físicos mais centrais que as pessoas menos importantes na sociedade.

(11) Modelos culturais: Estruturas de carácter tanto cultural quanto cognitivo (por isso, modelo cultural ou modelo cognitivo), que operam no pensamento, definidas, culturalmente, como representações mentais específicas de aspectos do mundo. As metáforas conceituais tanto apresentam convergência com esses modelos como os produzem. Ex: O modelo cultural de tempo que adotamos em

nossa cultura é baseado (ou produzido) pela metáfora conceitual TEMPO É UMA ENTIDADE EM MOVIMENTO.

Kövecses (2005) endossa, ainda, que experiências primárias universais podem gerar metáforas primárias e que metáforas complexas podem ser formadas a partir da junção de metáforas primárias, em conformidade com a descrição da Teoria Integrada da Metáfora Primária procedida. Contudo, apesar de a teoria apontar para a universalidade das metáforas primárias e, por extensão, para a universalidade das metáforas complexas, o autor argumenta que há uma grande influência da cultura na constituição das metáforas conceituais complexas que emergem das metáforas primárias, pelo que defende a necessidade de uma descrição mais pormenorizada sobre a universalidade e variação da metáfora, sugerindo que:

- Experiências universais não necessariamente geram metáforas universais;
- A experiência corpórea pode ser usada seletivamente na criação de metáforas;
- A experiência corpórea pode ser sobrepujada por processos culturais e cognitivos;
- Metáforas primárias não são necessariamente universais;
- Metáforas complexas podem ser potencial ou parcialmente universais;
- As metáforas podem não ser necessariamente baseadas na experiência corpórea – muitas são baseadas em fatores culturais e processos cognitivos de vários tipos¹³¹. (KÖVECSSES, 2005, p. 4).

Compreendemos que o estudo do autor, no sentido de desenvolver empiricamente suas postulações, seja de suma importância no quadro de aprofundamento dos modelos metafóricos, mas, por economia, não vamos nos ater aos pormenores de sua descrição, uma vez que a análise do *corpus* pretendida para este estudo prescinde do nível de detalhamento de geração de metáforas primárias e complexas. A despeito disso, é fato inconteste que Kövecses (2005) endereça questões importantes atinentes à universalidade da metáfora e ao papel da cultura na sua constituição, propondo um olhar mais acurado no desenvolvimento da hipótese da metáfora primária. De fato, como o próprio Lakoff (1987) já preconiza na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, os fatores culturais aparecem fortemente imbricados aos processos cognitivos. É certo que ainda há muito a se explorar nesse campo, mas o estudo de Kövecses (2005) já desponta como bastante significativo na descrição de aspectos até aqui pouco explorados na constituição dos modelos metafóricos.

¹³¹ - Universal experience do not necessarily lead to universal metaphors;
 - Bodily experience may be selectively used in the creation of metaphors;
 - Bodily experiences may be overridden by both culture and cognitive process;
 - Primary metaphors are not necessarily universal;
 - Complex metaphors may be potentially or partially universal;
 - Metaphors are not necessarily based on bodily experience - many are based on cultural considerations and cognitive processes of various kind.

Concluída a apresentação e descrição dos tipos de MCIs, com base em Lakoff (1987) e colaboradores, passamos agora à abordagem do outro eixo teórico, que recrutamos para a construção da interface com a Linguística Cognitiva pretendida para este estudo, vinculado, mais precisamente, ao desenvolvimento dos modelos metafóricos e metonímicos.

2.3 A interação metáfora-metonímia

Estudos contemporâneos, em Linguística Cognitiva, já firmam o postulado de que metáfora e metonímia não são conceitualmente independentes entre si, mas mecanismos que interagem com certa frequência (SILVA, 2003a). Em Lakoff e Turner (1989), encontramos um primeiro indicativo dessa posição. Esses autores, ao estudarem o papel da metáfora na poesia, admitem a interação da metonímia com a metáfora na geração de expressões compostas, acrescentando que esse fenômeno da interação é também uma das razões pelas quais metáfora e metonímia são, por vezes, confundidas. No entanto, não chegam a sistematizar essa ideia de forma mais precisa, tarefa somente realizada por Goossens (2003)¹³² e, posteriormente, retomada por Barcelona (2003), em trabalhos de que nos utilizaremos como norte na apresentação dessa perspectiva.

Goossens (2003) encontra evidências da interação metáfora-metonímia, à qual se refere com o neologismo “metaphonymy”¹³³, em expressões figurativas do inglês que denotam ação linguística¹³⁴. Ele parte do pressuposto da existência de domínios conceituais complexos construídos pela combinação de outros domínios, os quais em si mesmos podem ser complexos ou básicos. Nesse sentido, assume também que as fronteiras entre os domínios conceituais são quase sempre fluidas, razão pela qual metáfora e metonímia podem se interpenetrar, chegando à conclusão de que a metáfora e a metonímia, em princípio processos cognitivos distintos, podem aparecer integradas em expressões da linguagem natural cotidiana.

Assim sendo, Goossens (2003) sugere que as *metaftonímias* se classificam em dois tipos básicos: *metaftonímia integrada* (i.e., metonímia dentro da metáfora e metáfora dentro da metonímia) e *metaftonímia cumulativa* (i.e., metáfora a partir de uma metonímia e

¹³² Uma primeira versão desse trabalho foi publicada, em 1990, no periódico *Cognitive Linguistics* 1 (3), p. 323-340.

¹³³ Como o próprio autor esclarece, esse é uma espécie de termo guarda-chuva proposto por ele para designar o processo de interação entre a metáfora e a metonímia, o qual, por sua vez, tem diferentes realizações.

¹³⁴ O autor investiga expressões pertencentes a três diferentes domínios-fonte: som, partes do corpo e ação violenta.

metonímia a partir de uma metáfora). Por *metaftonímia integrada* deve-se compreender a combinação de metáfora e metonímia numa mesma expressão, já a *metaftonímia cumulativa* é o tipo em que ocorre a derivação da metáfora de uma metonímia ou vice-versa.

O que configura o tipo de interação cumulativa *metáfora a partir de uma metonímia* é, segundo o autor, que “subjacente à metáfora, existe o entendimento de que os domínios fonte e alvo podem ser unidos de forma natural e simultânea numa única cena complexa, situação típica de formação de uma metonímia”¹³⁵ (GOOSSENS, 2003, p. 366). Nesse caso, dependendo do contexto de realização da expressão linguística, a interpretação pode ser tanto de uma metonímia quanto de uma metáfora a partir de uma metonímia. Independentemente de uma ou outra interpretação, o certo é que o ingrediente metonímico estará sempre presente, corroborando com a hipótese da interação entre metáfora e metonímia. Esse tipo de ocorrência aparece frequentemente nos dados do domínio som, analisados por Goossens (2003), especificamente nos casos em que está associado a uma atividade humana que pode coocorrer com a ação linguística. A expressão *giggle* (“sorrir”), por exemplo, ilustra esse primeiro tipo de interação metáfora-metonímia.

Conforme o autor, um uso típico dessa expressão poderia ser o do exemplo “Oh, dear”, she giggled, “I’d quite forgotten” (“Oh, querida”, ela sorriu, “eu esqueceria completamente”), para o qual uma das interpretações possíveis é que a responsável pelo enunciado o tenha proferido enquanto sorria. Nesse caso, a leitura da expressão seria puramente metonímica (parte pelo todo), ou seja, um componente da complexa cena de falar e dar risadas é usado para denotar o todo.

Uma outra possibilidade é que tenha dito isso como se estivesse sorrindo, havendo um cruzamento de limites de domínios, o que configura a interpretação metafórica, desde que essa situação seja vista como se uma pessoa tivesse dito alguma coisa num tom de gracejo, como se sorrindo, e não que o faça na realidade. Para o autor, “a similaridade entre a leveza causada no coração por uma gargalhada e aquela maneira de dizer as coisas é o que motiva a metáfora”¹³⁶ (GOOSSENS, 2003, p. 373), interpretação essa que pode não parecer muito óbvia para alguns, mas é possível para outros, conforme Goossens (2003), especialmente para o leitor sem conhecimento prévio do que aconteceu, ou seja, se a pessoa de fato sorriu ou se apenas realizou um proferimento em tom de gracejo. Assim, mesmo numa leitura metafórica

¹³⁵ [...] underlying the metaphor there is an awareness that the donor domain and the target domain can be joined together naturally in one complex scene, in which case they produce a metonymy.

¹³⁶ [...] the similarity between the light-heartedness of giggling and that of her way of saying things is what motivates the metaphor.

dessa expressão, a ligação com a leitura metonímica não deixa de estar presente, significando que “denotamos um tipo de discurso que compartilha a leveza do coração ou a tolice, e talvez até mesmo alguns traços físicos relacionados à risada propriamente falando”¹³⁷ (GOOSSENS, 2003, p. 356-357). É esse tipo de ocorrência, pois, que o autor postula como metáfora a partir de uma metonímia, conforme ilustra a Figura 2 .

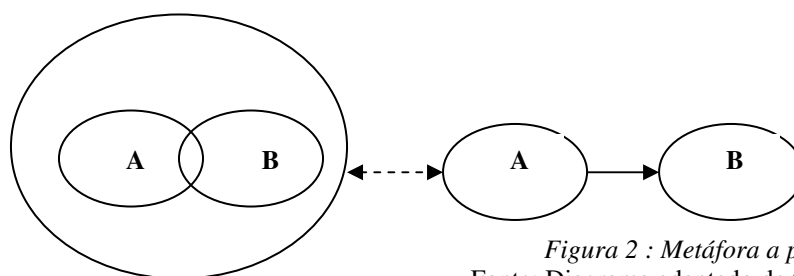


Figura 2 : Metáfora a partir de uma metonímia
Fonte: Diagrama adaptado de Goossens (2003, p. 357)

Tomando por empréstimo as palavras de Goossens (2003), essa figura pode ser assim compreendida:

No lado esquerdo da figura, dois potenciais domínios discretos, A e B, interseccionados; eles estão fundidos em uma cena única (o círculo ao redor). À direita, A e B estão separados, mas, como a seta pontilhada indica, permanece lá um *link* conceitual com a cena na qual eles dois estão juntos¹³⁸ (GOOSSENS, 2003, p. 357).

Dessa forma, a interpretação metonímica e a metafórica a partir de uma metonímia são duas possibilidades de leitura nos dados do domínio som, analisados por Goossens (2003). É claro que há contextos, nesse domínio, em que uma ou outra leitura pode ser autorizada, caso do exemplo anteriormente discutido, embora, para algumas ocorrências, seja comum, segundo o autor, a indecisão sobre a interpretação mais adequada. Por outro lado, há aquelas de leitura metafórica mais óbvia, como *applaud* (“aplaudir”), significando uma forte concordância, no enunciado *These changes will be applauded* (“As mudanças serão aplaudidas”), com uma pessoa ou ideia.

A expressão *snap at* (“falar ou responder de modo áspero”) é um outro caso de *metáfora a partir de uma metonímia*. Em sentido literal, significa o rápido fechamento da boca e dentes (“abocanhar”), especialmente em referência a um animal, apesar de o ser humano também ser dotado dessa mesma capacidade num ato ocasionalmente acompanhado

¹³⁷ We denote a kind of speech that shares the light-heartedness or the silliness, and perhaps even some physical features with giggling properly speaking.

¹³⁸ On the left hand side of the figure two potentially discrete domains, A and B, intersect; they are fused in a single scene (the surrounding circle). On the right hand side, A and B are separated, but, as the broken arrow indicates, there remains a conceptual link with the scene in which the two are together.

de um discurso áspero, como se a pessoa, ao proferir o discurso, quisesse “engolir” o interlocutor. É nesse sentido que Goossens (2003) defende a existência de uma base metonímica no uso dessa expressão, embora a considere fraca.

O tipo de *metaftonímia* de que estamos tratando é também bem representado nos dados referentes a partes do corpo. Como diz o autor, nesses dados, as linhas de fronteira entre metáforas puras e metonímias puras são também, por vezes, um pouco obscuras. Assim, para ele, não resta dúvida de que boa parte das ocorrências desse domínio pode ser classificada como *metáforas a partir de metonímias*. Isso porque, para todas elas, é possível o emprego metonímico, “com referência à cena em que ambas as leituras de ação não-linguística e linguística são relevantes, e é essa leitura metonímica que é a base para o uso metafórico”¹³⁹ (GOOSSENS, 2003, p. 361). De fato, existe uma ideia de transferência de uma cena distinta. Na verdade, metáforas que possuem uma ligação com sua origem metonímica. Nesse sentido, a expressão *close-lipped* (“boca fechada”), por exemplo, pode não só ser usada em sentido literal como “manter os lábios juntos fechados” ou “ter os lábios fechados”, mas também ser empregada para indicar pessoa “em silêncio”. Nesta acepção, a leitura metonímica se faz necessária, mas, segundo o autor, “se, por outro lado, descrevermos como ‘boca fechada’ alguém que realmente fala muito, mas não deixa escapar o que alguém poderia verdadeiramente querer ouvir dele, nós temos uma metáfora (e dada a saliência da base metonímica, *uma metáfora a partir de uma metonímia*)”¹⁴⁰ (GOOSSENS, 2003, p. 362).

A interação cumulativa do tipo metonímia a partir de uma metáfora pode, por sua vez, ser compreendida como o processo inverso ao explicitado anteriormente. Goossens (2003) admite que a *metonímia a partir de uma metáfora* é mais difícil de ser concebida e tem ocorrência mais rara, tanto que não está presente nos dados por ele analisados. No entanto, afirma que, em princípio, não se pode negar a sua existência, constituindo um exemplo para essa de *metaftonímia*, uma expressão do domínio do som, classificada por ele inicialmente como uma instância da metáfora: a expressão *blow one’s own trumpet* (“tocar seu próprio trompete”), usada no sentido de alguém falar bem de si mesmo, sem modéstia, para que os outros o conheçam, numa espécie de propaganda de si próprio. Nesse caso, o caráter festivo e público do ato de tocar trompete é mapeado para o autoelogio, o que configura a interpretação

¹³⁹ [...] with reference to a scene where both the nonlinguistic and the linguistic action reading are relevant, and it is that metonymic reading which is the basis for the metaphorical use.

¹⁴⁰ If, on the other hand, we describe as close-lipped someone who is actually talking a lot, but does not give away what one would really want to hear from him, we have a metaphor (and given the saliency of the metonymic basis, a metaphor from metonymy).

metafórica, já que dificilmente se conceberia uma cena onde houvesse a combinação do trompete tocando e do autoelogio, ou seja, na qual o trompete tocando fosse seguido de uma declaração pública do locutor dizendo coisas boas sobre si mesmo. Goossens (2003) simula ainda uma possibilidade em que os dois termos podem ocorrer juntos, mesmo que numa cena inverossímil. É o caso da declaração *Remakable, the chap is blowing his own trumpet!* (“Notável, o sujeito está tocando seu próprio trompete!”). Nessa circunstância, segundo o autor, configura-se uma interpretação metonímica, mas, considerando que a leitura metafórica da expressão é altamente convencional, ele trata desse caso como *metonímia a partir de uma metáfora*.

Para explicar os motivos pelos quais não é tão fácil encontrar exemplos de *metonímias a partir de metáforas*, Goossens (2003) sugere que isso se dê em decorrência da forma como uma e outra são processadas: a metáfora implica o mapeamento de um elemento do domínio fonte para o domínio alvo, enquanto que na metonímia o mapeamento se dá entre dois elementos de um mesmo domínio conceitual. Como já dito, no caso de *uma metáfora a partir de uma metonímia*, “uma dada expressão figurativa funciona como um mapeamento entre elementos pertencentes a dois domínios discretos, mas a percepção da ‘similaridade’ é estabelecida na base da nossa consciência de que A e B são frequentemente ‘contíguos’ dentro do mesmo domínio”¹⁴¹ (GOOSSENS, 2003, p. 368). É essa frequente contiguidade, portanto, que fornece uma base experiencial para o mapeamento entre os dois domínios discretos. Assim, o caminho inverso – da metáfora para a metonímia – é, segundo o autor, de concepção mais difícil, tendo em vista que os dois domínios são, em princípio, discretos, daí, a raridade de ocorrência do tipo *metonímia a partir de uma metáfora*, definida como “o caso em que os elementos mapeados numa expressão basicamente metafórica podem ser interpretados como pertencentes ao mesmo domínio (complexo)”¹⁴² (GOOSSENS, 2003, p. 368).

As *metaftonímias integradas*, segunda categoria de interação postulada por Goossens (2003), podem ser de dois tipos: *metonímia dentro da metáfora* e *metáfora dentro da metonímia*. O primeiro dá-se pela formação típica de uma metáfora (i.e., processo que envolve o mapeamento entre dois domínios conceituais discretos, A e B), mas com uma

¹⁴¹ [...] a given figurative expression functions as a mapping between elements in two discrete domains, but that the perception of “similarity” is established on the basis of our awareness that A and B are often “contiguous” within the same domain.

¹⁴² The case where the mapped elements in a basically metaphorical expression can be interpreted as belonging to the same (complex) domain.

metonímia embutida, aparecendo, nos dados analisados por Goossens (2003), somente no domínio referente a partes do corpo. Assim, a metonímia embutida envolve, no caso, a parte do corpo que, por sua vez, é um elemento compartilhado pelos dois domínios presentes na formação da metáfora (A e B). A Figura 3 ilustra essa situação: o elemento compartilhado (i.e., parte do corpo) é representado como x , mas, considerando que exerce uma função diferente nos dois domínios, utiliza-se, para diferenciá-los, a notação x e x^1 , correspondendo, respectivamente, aos domínios fonte e alvo da metáfora.

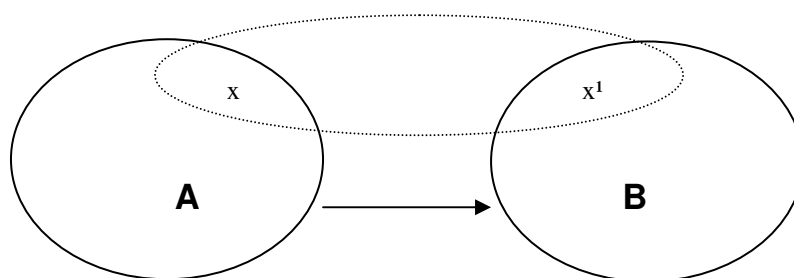


Figura 3: Metonímia dentro da metáfora
Fonte: Diagrama adaptado de Goossens (2003, p. 363)

Para o autor, essa figura ainda não consegue retratar o todo do compartilhamento dos itens x e x^1 , mas a regra é que o elemento compartilhado funciona metonimicamente só no domínio alvo, sendo, no domínio fonte, interpretado literalmente ou reinterpretado metaforicamente. A análise da expressão *Bite one's tongue off* (“Cortar a língua”), usada para significar o arrependimento de algo que acabou de ser dito, em enunciados do tipo *I should/could bite my tongue* (“Eu deveria/poderia cortar minha língua”), pode muito bem ilustrar essa situação. Pelo raciocínio do autor, “língua” é processada literalmente no domínio fonte de uma cena de origem caracterizada como autopunição, que envolve exageradamente um tipo de mutilação não muito comum. Com o mapeamento feito para o domínio alvo (i.e., ação linguística), constrói-se o significado de ‘privar-se de sua habilidade de falar’, com a metonímia, no caso, sendo a língua tomada pela faculdade de falar como um todo. Assim, na Figura 3, o elemento x compartilhado (i.e., língua como parte do corpo) funciona metonimicamente no domínio alvo e interpreta-se literalmente no domínio fonte.

Vejamus uma outra expressão usada com sentido semelhante ao da anterior, com a diferença de que a metonímia, ao invés de interpretada literalmente no domínio fonte, é (re)interpretada metaforicamente. Trata-se de *Shoot one's mouth off* (“disparar com a boca”),

com o sentido de se falar insensatamente sobre o que não se conhece ou sobre o que não poderia ser dito. Goossens (2003) assim explica esse caso:

O domínio doador é o uso tolo ou descontrolado das armas de fogo: o tolo (e por essa razão potencialmente, embora não intencional, perigoso) uso de uma arma é mapeado para uma ação linguística não pensada. Ao integrar “boca” em uma cena relacionada ao uso de armas de fogo, reinterpreta-a como tendo propriedades de uma arma no domínio doador; isto é, a metaforização no domínio doador. No domínio recipiente, contudo, existe um primeiro nível de interpretação que equivale a algo como “usar a boca de maneira tola”, em que a boca é a metonímia para a faculdade da fala¹⁴³. (GOOSSENS, 2003, p. 364).

O autor chama atenção para o fato de que, nesse exemplo, o papel da metonímia se torna claro se substituirmos “boca” por outras partes do corpo menos ou não funcionais no ato de falar, como “nariz” e “olhos”. Da mesma forma, se trocarmos “língua”, no exemplo anterior, por “dedo”, poderíamos chegar a uma expressão similar à apresentada, mas que não denota ação linguística, ficando, patente que é o processo metonímico que motiva a escolha das expressões utilizadas (i.e., língua e boca). A última expressão descrita, segundo Goossens (2003), poderia aparecer numa sentença do tipo *Don't shoot your mouth off*, significando “Não diga nada precipitado”. Vale ressaltar, ainda, que esse tipo de interação – *metonímia dentro da metáfora* – inclui, com raras exceções, apenas expressões verbais com partes do corpo envolvidas numa cena mais ampla.

O segundo tipo de *metaftonímia integrada*, a metáfora dentro da metonímia, nos dados analisados por Goossens (2003), representado por uma única instância, *be/get up one's hind legs* (“levantar-se em suas pernas traseiras”), usada no sentido de “levantar para dizer ou argumentar alguma coisa, especialmente em público”. Para o autor, a raridade desse tipo de ocorrência não se faz presente apenas no *corpus* analisado, mas é um fato geral na língua, provavelmente, devido a que a inserção de uma metáfora numa metonímia tende a provocar uma *metaforização* da expressão como um todo. Assim, esse caso é típico de situações em que a leitura metonímica permanece relevante no significado da ocorrência, como o da expressão referida.

Goossens (2003) explica que o entendimento dessa expressão como um caso de *metáfora dentro da metonímia* pode ficar mais claro se fizermos, a princípio, a omissão do termo *hind* (“traseiro”) e tomarmos como metonímico apenas *being/getting up one's legs*, no

¹⁴³ The donor domain is the foolish or uncontrolled use of firearms: the foolish (and therefore potentially, though not intentionally, dangerous) use of a gun is mapped onto unthoughtful linguistic action. By integrating *mouth* into a scene relating to the use of firearms it is re-interpreted as having properties of a gun in the donor domain; this is the metaphorisation in the donor domain. In the recipient domain, however, there is a first level of interpretation which amounts to something like “using one's mouth foolishly”, in which mouth is a metonymy for speech faculty.

sentido de “levantar-se para dizer alguma coisa em público”. Assim, é possível admitir uma cena global em que alguém levanta e diz alguma coisa publicamente, mas, conforme o autor, é “a adição de *hind* que nos força a reinterpretar a expressão em termos de um animal levantando-se, o que sugere um efeito maior, um evento que atrai mais atenção”¹⁴⁴ (GOOSSENS, 2003, p. 366). De fato, essa cena tem um efeito patético, pois “um ser humano é interpretado como envolvido em um pseudo feito heroico de estar em pé”¹⁴⁵ (GOOSSENS, 2003, p. 366). Visto desse modo, é possível que surja o argumento de que a adição de “*hind*” *metaforiza* a expressão como um todo.

O raciocínio do autor, contudo, é que, como até certo ponto da significação essa expressão é processada como uma metonímia, parece mais adequado que seja tratada como uma metáfora inserida dentro de uma metonímia. Aliás, a despeito dos quatro tipos de *metaftonímias* sugeridos por Gossens (2003), vale ressaltar que o próprio autor, considerando a expressividade dos dados analisados, delibera a existência de dois tipos padrões de interação entre metáfora e metonímia: *metáfora a partir de uma metonímia* e *metonímia dentro da metáfora*. Para ele, os outros dois tipos encontrados são de conceituação bastante difícil, constituindo casos excepcionais, pelo que termina por dizer que a generalização de sua análise só pode ser feita mediante a verificação de expressões figurativas pertencentes a outros domínios que não somente o da ação linguística.

Feita a descrição do estudo de Goossens (2003), achamos por bem pontuar aqui alguns aspectos que julgamos pertinentes com relação à investigação procedida pelo autor. Antes, porém, não podemos deixar de enfatizar a sua importância pelo pioneirismo na sistematização de uma classificação para os casos em que metáfora e metonímia interagem no licenciamento de expressões linguísticas, trazendo à cena um tema ainda pouco discutido no âmbito da Linguística Cognitiva.

Inicialmente e guardadas as devidas proporções, entendemos que o autor utiliza a mesma metodologia de Lakoff e Johnson (1980), no sentido de partir das expressões linguísticas para formular o raciocínio de como metáfora e metonímia conceituais podem interagir na construção dos sentidos dessas expressões. Não haveria nesse procedimento nenhum complicador, se as expressões por ele investigadas não tivessem sido coletadas diretamente de dicionários representativos da língua inglesa. É certo que o fato de que as expressões estão dicionarizadas comprova o seu uso, mas um uso, poderíamos dizer,

¹⁴⁴ The addition of *hind* forces us to reinterpret the expression in terms of an animal standing up. This suggests a greater effort, an event which attracts more attention.

¹⁴⁵ (...) a human being is interpreted as being involved in the pseudo- achievement of standing on two legs.

recortado do contexto em que tomam lugar, sendo esse contexto totalmente excluído – ou pouco contemplado – pela análise. Isso, de forma alguma, invalida o caminho pelo qual optou o autor, mas cremos que imponha algumas limitações à própria análise. Vimos que Goossens (2003), em suas conjecturas, quando da classificação dos tipos de *metaftonímias*, trabalhou com a simulação de exemplos quase sempre descontextualizados. Ele mesmo reconhece que, por vezes, é comum uma indecisão no que se refere à interpretação mais adequada para algumas expressões. Ao que nos parece, essa indecisão pode, dentre outros fatores, muito bem ser motivada pela ausência explícita do contexto real.

Reconhecemos, ainda, que o objetivo do autor está fixamente direcionado para uma provável confirmação do processo de interação entre metáfora e metonímia conceituais no licenciamento das expressões analisadas. Entretanto, ao optar por um *corpus* formado por expressões figuradas dicionarizadas, ele alcança o seu objetivo, mas, inevitavelmente, trabalha com a linguagem como produto, e não como processo, o que não deixa de ser uma posição restritiva.

Em vista dos fatos, consideramos como oportuna e significativa a investigação das *metaftonímias* em outros domínios conceituais, como sugere o autor, desde que envolvam muito mais expressões nominais. Cremos que a pesquisa de Goossens (2003) possa ancorar um estudo dessa natureza, mas defendemos que essas expressões devem ser analisadas numa perspectiva discursiva, e não isoladas de seu contexto de uso. Isso, certamente, dará margem a se pensar a interação entre metáfora e metonímia em processos referenciais como a recategorização, uma das hipóteses levantadas neste estudo.

A despeito da consistência da proposta de (2003), há algumas restrições impostas por Riemer (2003) a essa primeira sistematização do processo de interação metáfora-metonímia. Para o referido autor, as extensões de significado tratadas por Goossens (2003) como amálgamas, as *metaftonímias*, são, na verdade, casos de pós-metonímia e, mais raramente, de pós-metáforas, pelo que o seu argumento-chave é o de que as relações que regem esses tipos de extensões não são combinatórias, mas convencionalizadas/generalizadas e pós-categoriais.

Em Dirven e Pörings (2003), já consta um adendo de Goossens tratando desse posicionamento, no qual, em linhas gerais, o autor confronta os seus *insights* com os de Riemer (2003), considerados por ele como contribuições. Nesse espírito, Goossens vê muito mais aproximações entre o seu estudo e o de Riemer (2003) do que o colocado por este autor. Não vamos aqui explicitar toda a argumentação de Goossens (2003) nesse sentido, mas ela

converge para a defesa do argumento de que as “pós-metônímias” poderiam muito bem ser descritas como *metáforas a partir de uma metonímia*.

Na interpretação de Goosseens (2003), não há dúvida de que Riemer (2003) admite a possibilidade de constantes inter-relações entre metáfora e metonímia de modo que entendemos que as duas abordagens não seriam totalmente antagônicas, sendo porém notório que os autores seguem caminhos diferentes na análise dos mesmos processos. Embora não tenhamos nos detido numa explanação minuciosa do trabalho de Riemer (2003), é certo que propõe as duas novas categorias (i.e., pós-metonímia e pós-metáfora) a partir de um *corpus* constituído por verbos que têm como núcleo de significado a ideia de bater (percussão/impacto). Da mesma forma que Goosseens (2003), o autor analisa ocorrências totalmente desprovidas de seu contexto de uso, afastando-se também de uma análise que considere o plano discursivo.

Seguindo a esteira de Goosseens (2003), Barcelona (2003) propõe a existência de dois tipos de interação: uma que se dá no nível puramente conceitual e outra que se realiza pela coinstanciação textual da metáfora e da metonímia na mesma expressão linguística. Assim sendo, apresenta dois tipos de interação metáfora-metonímia no nível conceitual: a) motivação metonímica da metáfora; b) motivação metafórica da metonímia.

Para ele, o primeiro tipo, a motivação metonímica da metáfora caracteriza-se, em certa maneira, como problemático, constituindo um desafio real para a teoria da metáfora, porque é possível comprovar que um grande número de metáforas tem uma base metonímica. À guisa de ilustração, temos a metáfora conceitual IRA É O CALOR DE UM FLUIDO, investigada por Lakoff e Kövecses e descrita em Lakoff (1987), que pode licenciar expressões do tipo “Quando falei com ele, ele quase explodiu”. Barcelona (2003), com base nos autores citados, afirma que, nesse caso, a metáfora “é motivada por um grupo de metônímias nas quais certos efeitos fisiológicos da raiva representam essa emoção”¹⁴⁶ (BARCELONA, 2003, p. 242). Como exemplos dessas metônímias, ele cita as situações abaixo, indicando, simultaneamente (à esquerda), os tipos de efeitos fisiológicos da raiva que a representam metonimicamente.

¹⁴⁶ This metaphor is motivated by a group of metonymies in which certain physiological effects of anger stand for this emotion.

- (32) 18) a) Calor do corpo: Não es quente do pesçoço para baixo.
 b) Pressão interna: Quando eu descobri, quase que estourei uma artéria.
 c) Agitação: Eu estava saltando de loucura (enlouquecendo).¹⁴⁷
 (BARCELONA, 2003, p. 242)

A respeito desses exemplos, Barcelona (2003) apresenta a seguinte nota explicativa:

As frases neste exemplo são, de fato, metonímicas pelos próprios efeitos fisiológicos. Isto é, SER QUENTE ABAIXO DO PESCOÇO metonimicamente ativa a noção de calor corpóreo, ESTOURAR UMA ARTÉRIA é uma fonte hiperbólica metonímica para pressão interna e daí por diante. Mas essas manifestações fisiológicas de raiva não são ainda fontes metafóricas disso porque elas estão no mesmo domínio. A metáfora ocorre quando CALOR NO RECIPIENTE (independentemente de qualquer ocorrência necessária com calor corpóreo, pressão interna e agitação) é mapeado abstratamente para raiva (...)¹⁴⁸.
 (BARCELONA, 2003, p. 242).

De forma mais clara, Silva (2003a, p. 52) diz que, nesse caso, “geralmente, o calor do corpo é metonimicamente tomado em vez da emoção/sentimento e metaforicamente compreendido como um fluido quente que corre num contentor: o aumento do calor faz o fluido ferver e pode causar uma explosão, o que explica a ira”.

No que se refere ao ponto de vista de que todas as metáforas são baseadas numa metonímia – que complicaria esse tipo de interação de que estamos tratando –, Barcelona (2003) manifesta-se, inicialmente, dizendo que é essa uma área de pesquisa muito instigante. Nesse sentido, evoca Taylor (2003), para quem essa concepção pode ser contradita pela existência de um número significativo de metáforas não reduzíveis à contigüidade, como é o caso da sinestesia, termo que, para Taylor (2003), “denota um tipo de metáfora no qual um domínio sensorio é mapeado para qualquer outro tipo de domínio”¹⁴⁹ (BARCELONA, 2003, p. 242-43). À guisa de ilustração, temos os dois pares *Loud music/A loud colour* (“Música alta/cor berrante”) e *A sweet cake/ sweet music* (“Um bolo doce/doce música”), devendo-se entender como metafórico o segundo membro de cada um desses pares (i.e., *loud colour* e *sweet music*). Conforme o autor, no primeiro deles, um atributo do domínio da audição (alto) é mapeado para o domínio visual e, no segundo, uma sensação do domínio gustativo (doce) é

¹⁴⁷ 18) Body heat: Don't get hot under the collar
 Internal pressure: When I found out, I almost burst a blood vessel
 Agitation: I was hopping mad

¹⁴⁸ The sentences in this example are, in fact, metonymic for the physiological effects themselves. That is, BEING HOT UNDER ONE'S COLLAR metonymically activates the notion of body heat, BURSTING A BLOOD VESSEL is a metonymic hyperbolic source for internal pressure, and so on. But these physiological manifestations of anger are not yet metaphorical sources for it, because they are in the same domain. The metaphor occurs when HEAT-IN-CONTAINER (independently from any necessary co-occurrence with physiological body heat, internal pressure and agitation) is mapped abstractly onto anger (...).

¹⁴⁹ Denotes a kind of metaphor in which a sensory domain is mapped onto any other kind of domain.

mapeada para o domínio da audição. Para Taylor (2003), confirme Barcelona (2003), não há nenhuma motivação metonímica para essas metáforas sinestésicas.

Entretanto, o próprio Barcelona (2003) não comunga dessa afirmação. Para ele, embora Taylor (2003) considere a sinestesia um tipo de metáfora, há um outro ponto de vista de que ela seja vista como um mecanismo distinto, intermediário entre a metáfora e a metonímia. Assim, acredita que essa diferença de concepções seja proveniente do fato de que a maioria das sinestesias tem uma motivação metonímica. Numa outra análise da metáfora *loud colour*, uma espécie de contraexemplo à análise de Taylor (2003), diz Barcelona (2003) que

a perspectivização metonímica de cores berrantes (alto) como cores que forçam a si próprias a chamar a atenção de alguém motiva a seleção de sons altos que da mesma forma força a chamar a atenção, como a fonte no mapeamento metafórico. Desta forma, sons altos são uma fonte ideal para descrever metaforicamente nossa experiência de perceber uma cor berrante espalhafatosa.¹⁵⁰ (BARCELONA, 2003, p. 243).

Ademais, corroborando a sua tendência de admitir uma base metonímica para boa parte das metáforas, Barcelona (2003) cita ainda o trabalho de Radden (2003), no qual encontramos a sistematização da base metonímica de um expressivo número de metáforas convencionais. Compreendemos que, embora os argumentos de Barcelona (2003) procedam até certo ponto, é pouco provável que se consiga chegar a uma generalização, pois fica difícil conceber um inventário tão exaustivo que dê conta da dinamicidade da língua.

Por oportuno, lembramos que Barcelona (2003), em sua proposta, retoma, sob outros rótulos, os dois tipos-padrão de interação propostos por (2003), a *metáfora a partir de uma metonímia* e a *metonímia dentro da metáfora*, acrescentando um terceiro, não tratado por Goossens (2003), conforme exporemos posteriormente.

O segundo tipo de interação metáfora-metonímia no nível conceitual, isto é, *motivação metafórica da metonímia*, pode ser identificado, segundo Barcelona (2003, p. 244), “em interpretações metonímicas de uma expressão linguística que são possíveis somente dentro de mapeamento metafórico coocorrente”¹⁵¹. É o que ilustra o exemplo seguinte, citado pelo autor e tomado por empréstimo a Goossens (2003).

¹⁵⁰ The metonymic perspectivisation of deviant (“loud”) colours as colours that force themselves on one’s attention motivates the selection of loud sounds which likewise force themselves on one’s attention, as the source in the metaphorical mapping. Thus, loud sounds are ideal source to metaphorically describe our experience of perceiving a deviant gaudy colour.

¹⁵¹ [...] in metonymic interpretations of a linguistic expression that are only possible within a co-occurring metaphorical mapping.

(33) Ela tomou o ouvido do ministro e o persuadiu a aceitar seu plano¹⁵².

Nesse caso, como diz Barcelona (2003), há a ocorrência da metáfora conceitual ATENÇÃO É UMA ENTIDADE FÍSICA, mas, ao mesmo tempo, é possível identificar uma versão específica da metonímia convencional PARTE DO CORPO POR FUNÇÃO, ou seja, OUVIDO POR ATENÇÃO. Assim sendo, o autor explica que essa especificação, ao modo do que diz Goossens (2003),

somente toma lugar em mapeamentos metafóricos envolvendo atenção como domínio alvo. Isto é, somente quando a atenção se torna o domínio alvo, para desenvolver um mapeamento metonímico no qual a orelha representa um atributo específico (atenção) de sua função típica (audição). Isto significa que essa metonímia específica pode ser somente achada em expressões linguísticas de metáforas conceituais como ATENÇÃO É MOVER ENTIDADE FÍSICA, na qual atenção é o domínio alvo¹⁵³. (BARCELONA, 2003, p. 244).

O segundo caso de interação metáfora-metonímia apresentado por Barcelona (2003), *coinstanciação textual da metáfora e da metonímia na mesma expressão linguística*, define-se pela ocorrência da metonímia em expressões linguísticas sem nenhuma dependência de um dado mapeamento metafórico, mesmo com a coocorrência de um mapeamento metafórico em alguma outra expressão. Para Barcelona (2003), essa coocorrência se dá “não devido ao fato de que um deles motiva o outro conceitualmente, mas ao fato de que eles são compatíveis”¹⁵⁴ (BARCELONA, 2003, p. 245). É o que ilustra a sentença (34) que, segundo o autor, pode muito bem ser proferida, no contexto de um restaurante, em referência ao comportamento raivoso de um freguês que comprou o sanduíche de presunto:

(34) O sanduíche de presunto começou a rosar.¹⁵⁵

Nesse exemplo, na análise de Barcelona (2003), há uma versão especial da metáfora conceitual PESSOAS SÃO ANIMAIS, qual seja COMPORTAMENTO IRADO É O COMPORTAMENTO AGRESSIVO DE UM ANIMAL (ver LAKOFF, 1987), que licencia a expressão “começou a rosar”. Por outro lado, a expressão o “O sanduíche de presunto” é licenciada pela metonímia COMIDA POR FREGUÊS DE RESTAURANTE, de modo que, “a metáfora e metonímia são compatíveis entre si, neste caso, porque ambas têm como alvo

¹⁵² She caught the Minister’s ear and persuaded him to accept her plan.

¹⁵³ [...] only takes place in metaphorical mappings involving attention as the target domain. That is, only if attention has been made the target domain, to carry out a metonymic mapping in which the ear stands for a specific attribute (attention) of its typical function (hearing). This means that this specific metonymy can only be found in linguistic expressions of conceptual metaphors like ATTENTION IS MOVING PHYSICAL ENTITY in which attention is the target domain.

¹⁵⁴ [...] not due to the fact that one of them motivates the other conceptually, but to the fact that they are compatible.

¹⁵⁵ The ham sandwiche started snarling.

uma classe de pessoas ou um aspecto dela”¹⁵⁶ (BARCELONA, 2003, p. 245). Entretanto, mesmo com a coocorrência dos dois processos, ambos são conceitualmente independentes entre si, o que se comprova pelo fato de que as duas expressões podem aparecer separadamente como parte de outras sentenças, como “O sanduíche de presunto está esperando por sua conta” e “John começou a rosnar”.

No que se refere a esse último tipo de interação, assim como os demais, o pequeno número de exemplos utilizados pelo autor para o desenvolvimento do raciocínio contribui para que não fiquem suficientemente claras as características de cada processo. Ao modo de Goossens (2003), Barcelona (2003) também usa enunciados isolados de seu contexto de uso para ilustrar os tipos de interação metáfora-metonímia, o que, como já dissemos, pode limitar o alcance da análise, embora sua sistematização, para a proposta de Goossens (2003), pareça mais operacional para o nosso objetivo de descrever como se dá a interação metáfora-metonímia no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras, conforme procederemos no Capítulo 3.

Compreendemos, assim, que o segundo caso de interação metáfora-metonímia apresentado por Barcelona (2003), *coinstanciação textual da metáfora e da metonímia na mesma expressão linguística*, pode comportar descritivamente o tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia postulado neste estudo, em que a metáfora e a metonímia podem concomitantemente licenciar uma mesma expressão linguística recategorizadora. Embora o exemplo dado pelo autor não se direcione para o tratamento de expressões linguísticas recategorizadoras, apegamo-nos ao fato de que a sua rotulação de expressão linguística seja extensiva a expressões recategorizadoras. A única diferença, em face do exemplo exposto, é que a metáfora e a metonímia estariam amalgamadas na coinstanciação textual da expressão recategorizadora, e não coinstanciando duas expressões justapostas num enunciado.

2.4 A perspectiva do *continuum* metáfora-metonímia

Radden (2003) compreende os conceitos de metáfora e de metonímia sob a forma de um *continuum*, assumindo a existência de casos difusos entre essas categorias, como o das metáforas baseadas em metonímias. O mérito de seu trabalho reside numa rica exploração desse caso, para o qual postula a existência de quatro diferentes tipos de bases metonímicas

¹⁵⁶ The metaphor and metonymy are compatible with each other, in this case, because both have a class of people, or an aspect of them, as target.

da metáfora: (a) base experiencial comum, (b) base de implicatura, (c) base de estrutura de categoria e (d) base de modelo cultural.

Antes de abordar esses tipos, julgamos oportuno destacar alguns pontos colocados por Radden (2003) no percurso da construção de sua hipótese. Ele começa chamando a atenção para uma notória dificuldade na distinção entre as noções de metáfora e metonímia, as quais, na Linguística Cognitiva, se acham usualmente atreladas à noção de domínio conceitual, como já abordamos. Tal noção envolve as experiências, conceitos e sistemas de conhecimento e se reveste de uma forte carga de subjetividade, apesar de que não devemos desconsiderar, em nossa experiência, a existência de uma grande parcela de intersubjetividade. O fato é que há a possibilidade de que a caracterização das estruturas semânticas, incluindo a linguagem figurada, difira muito de pessoa para pessoa, em que também se inclui a caracterização da linguagem feita pelos linguistas.

Um exemplo dessa última situação, apontado pelo autor, é a discussão sobre a base experiencial da metáfora MAIS É ACIMA. Para Lakoff (1993), essa metáfora se fundamenta em nossa experiência de pôr mais líquido num recipiente e observar o aumento do nível da substância, tal como na experiência de acrescentar mais coisas a uma pilha e vê-la crescer. Por outro lado, Taylor (2003) diz que é possível argumentar que a altura está literalmente correlacionada à quantidade, de forma que existe uma associação natural entre quantidade e extensão vertical, que é metonímica. Segundo ele, somente quando se adiciona a esse quadro instâncias mais abstratas é que se consolida uma relação metafórica, como no caso de “preços altos”. Outro dado significativo, nesse contexto, é o de que as categorias naturais são caracterizadas por esse mesmo fenômeno dos limites fluidos, de modo que, “como categorias naturais, a metáfora e a metonímia não se constituem categorias bem definidas, mas apresentam graus de filiação e limites fluidos”.¹⁵⁷ (RADDEN, 2003, p. 431).

Radden (2003) propõe então que as noções de literal, metonímico e metafórico sejam vistas como potencialmente localizadas ao longo de um *continuum*, admitindo que esse *continuum* literal-metonímico-metafórico já foi sugerido por Taylor (2003). A formulação do autor é ilustrada pela Tabela 1, na qual se apresentam diferentes usos do adjetivo alto que demonstram a sua gradual transição do sentido literal ao metafórico, via diferentes estágios metonímicos.

¹⁵⁷ Metonymy and metaphor do not form clear-cut categories but, like natural categories, display degrees of membership and have fuzzy boundaries.

Tabela 1 - Continuum literal-metonímico-metafórico.

Literal		metonímico		metafórico
(a) <i>torre alta</i>	(b) <i>maré alta</i>	(c) <i>temperatura alta</i>	(d) <i>preços altos</i>	(e) <i>qualidade alta</i>

Fonte: Tabela adaptada de Radden (2003, p. 409)

Na perspectiva do *continuum* literal-metonímico-metafórico, o autor assim explica os diferentes usos desse adjetivo:

Em (a), *alto* é usado literalmente, em referência somente à verticalidade; em (b) *alto* é “parcialmente”, ou fracamente, metonímico, uma vez que se refere às extensões vertical e horizontal, i.e. a metonímia envolvida é ACIMA POR ACIMA E MAIS; alto, em (c), *alta temperatura*, é “totalmente” metonímico, de vez que ocorre a substituição de uma entidade dentro do mesmo domínio conceitual: a escala da verticalidade representa o grau da temperatura, i.e. ACIMA POR MAIS. As pessoas podem ver também essa situação metonímica como EFEITO PELA CAUSA: a temperatura morna faz o termômetro subir. *Alto*, em (d), *preços altos* oscila entre uma leitura metonímica e uma leitura metafórica. Algumas pessoas podem associar *preços altos* ou *preços em ascensão* com uma linha em ascensão em um gráfico como os que são usados nos relatórios das bolsas de valores. A representação gráfica de um preço pertence ao mesmo domínio conceitual do preço em si mesmo, mas é uma faceta diferente dele. Esse entendimento metonímico pode ser descrito como COISA POR SUA REPRESENTAÇÃO. Outras pessoas podem associar um preço alto com a quantia de dinheiro que uma venda pode custar. Nesse caso, elas podem ver ‘alta’ (de um preço) e ‘quantidade’ (de dinheiro) como parte do mesmo domínio conceitual e entender *preços altos* metonimicamente como ACIMA POR MAIS, ou podem vê-las como pertencentes a domínios diferentes, compreendendo *preços altos* metaforicamente como MAIS É ACIMA. *Alto*, em (e), *alta qualidade*, refere-se a uma escala de avaliação, a extremidade mais alta do que é ‘bom’. Não podemos facilmente pensar em avaliação e verticalidade como parte do mesmo domínio conceitual, portanto, essa situação é puramente vista metaforicamente como BOM É PARA CIMA¹⁵⁸. (RADDEN, 2003, p. 409-410).

¹⁵⁸ *High* in (a) is used literally in referring to verticality only; in (b) *high* is “partially”, or weakly, metonymic in that it refers to both vertical and horizontal extension, i.e. the metonymy involved is UP FOR UP AND MORE; *high* in (c), *high temperature*, is “fully” metonymic in that it substitutes an entity within the same conceptual domain: the scale of verticality stands for degree of temperature, i.e. UP FOR MORE. People might also see this metonymic situation as one of EFFECT FOR CAUSE: the warm temperature makes the thermometer rise. *High* in (d), *high prices*, vacillates between a metonymic and metaphorical interpretation. Some people may associate *high prices* or rising prices with a rising line in a graph as used in stock reports. The graphic representation of a price belongs to the same conceptual domain as the price itself but is a different facet of it. This metonymic understanding may be described as THING FOR ITS REPRESENTATION. Other people may associate a high price with the amount of money a sale it costs. In this case, they may see ‘height’ (of a price) and ‘quantity’ (of money) either as belonging to the same conceptual domain and understand *high prices* metonymically as UP FOR MORE, or they may see them as belonging to different domains and understand *high prices* metaphorically as MORE IS UP. *High* in (e), *high quality*, refers to a scale of evaluation, the upper end of which is ‘good’. We cannot easily think of evaluation and verticality as belonging to the same conceptual domain; hence this situation is seen purely metaphorically as GOOD IS UP.

É preciso dizer que essa formulação do *continuum* de Radden (2003) está em sintonia com o modelo de desenvolvimento das “cenas primárias” e das “metáforas primárias” proposto por Grady (1997) e Grady e Johnson (2003), em especial no que respeita à noção de *desintegração conceitual*. Ou seja, esse *continuum* pode ser interpretado como *integração/desintegração* de conceitos, no caso os conceitos ACIMA e MAIS.

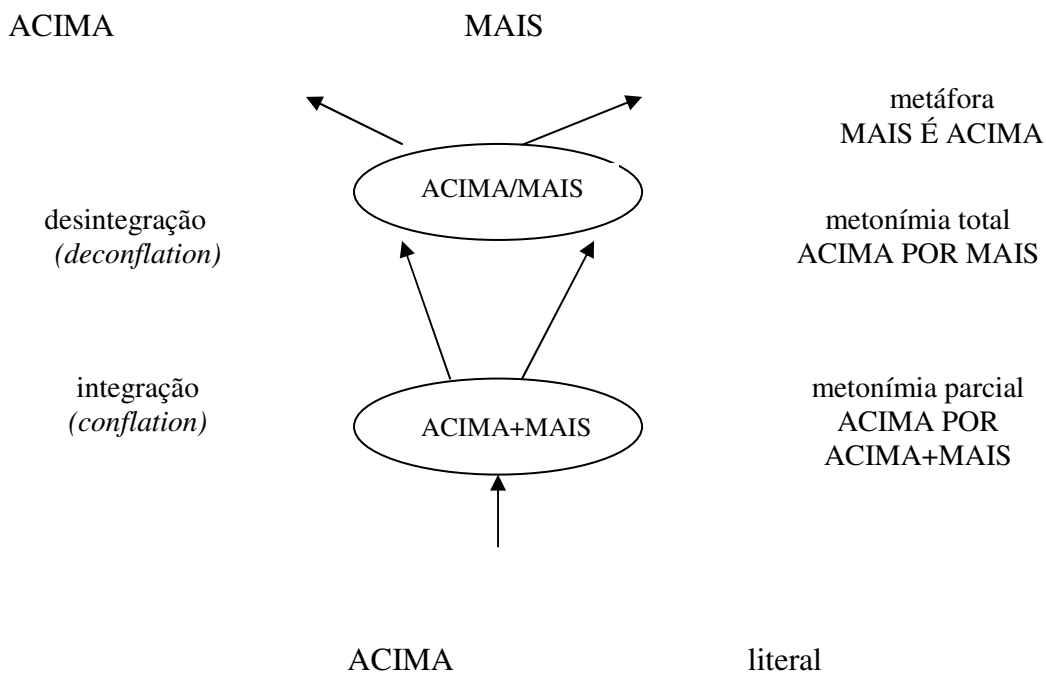


Figura 4: Do literal ao metafórico: MAIS e ACIMA
Fonte: Figura adaptada de Radden (2003, p. 410)

Conforme a figura acima, o estágio literal equivale à experiência de um conceito único, no caso o de verticalidade (ACIMA), enquanto o da conflagração (ACIMA+MAIS) relaciona-se, nesse exemplo, à “cena primária” de ver o nível de um líquido aumentar dentro de um recipiente quando se despeja mais líquido dentro dele. Radden (2003) esclarece que essas duas manifestações da cena – subida do nível e aumento da quantidade – ocorrem de forma simultânea, estando fortemente correlacionadas em nossa experiência. A primeira elipse da figura (de baixo para cima) representa a união dessas manifestações em um único conceito, a integração conceitual de ACIMA e MAIS. Quando uma das manifestações da cena – a subida do nível – é tomada para representar todo o conceito, temos uma metonímia parcial, caso do exemplo “maré alta”. No entanto, essa mesma cena primária pode ocorrer de outra maneira, na qual as manifestações correlacionadas num único evento se tornam visíveis como conceitos distintos. Na figura, essa segunda possibilidade está representada por uma

linha vertical que separa os conceitos ACIMA e MAIS, os quais, porém, continuam unidos num mesmo domínio conceitual (segunda elipse), no estágio da desintegração, correspondente à metonímia total, ilustrada pelo exemplo seguinte, apresentado por Radden (2003, p. 411):

(35) Frentista: Vai abastecer quanto?
Motorista: Encha o tanque.¹⁵⁹

Note-se, nessa situação, que a resposta do motorista é metonímica, pois o nível do tamanho do tanque foi tomado pela quantidade (ACIMA POR MAIS), podendo essa resposta ser interpretada como “Eu quero a quantidade total de gasolina que o tanque comporta”. O estágio metafórico, nesse contexto, só ocorre posteriormente, quando as duas manifestações realizadas num único evento passam a ser compreendidas como pertencentes a diferentes domínios conceituais, tendo-se, então, a desintegração total de ACIMA e MAIS. Segundo Radden, “metáforas que emergem de cenas primárias e envolvem *integração* e, possivelmente, *desintegração*, são classificadas por Grady (1997) como *metáforas primárias*”¹⁶⁰ (RADDEN, 2003, p. 412), caso da metáfora MAIS É ACIMA. Entretanto, o autor, considerando que a base imediata dessa metáfora é metonímica, trata desse tipo como “metáforas baseadas em metonímias”, como em “preços altos”.

Por outro lado, admite a existência de metáforas sem uma base metonímica e que instanciam, nesse contexto, expressões como “preços em alta” e “preços estourando”, as quais podem invocar, respectivamente, a imagem de um pássaro voando alto no céu e a de uma explosão de uma área. Segundo Radden (2003), essas “expressões modificadoras são mais prováveis de evocar cenas de domínio-fonte específicas de si mesmas, combinando a verticalidade e mobilidade rápida até em grandes alturas”¹⁶¹ (RADDEN, 2003, p. 412). Assim, o entendimento dessas expressões é primariamente metafórico, porque é possível reconhecer os domínios conceituais específicos aos quais pertencem. Desse modo, a metáfora que licencia essas expressões poderia ser descrita como FLUTUAÇÕES DE PREÇOS SÃO OBJETOS VOANDO ou MUDANÇAS DE PREÇOS SÃO EVENTOS. Todavia, MAIS É ACIMA, que integra a categoria de metáforas baseadas em metonímias, poderia aplicar-se nesse contexto tão-somente como uma sub-metáfora dentro de uma metáfora. No caso de

¹⁵⁹ Attendant: How much gas do you want?
Driver: Just fill her up.

¹⁶⁰ Metaphors, which arise from primary scenes and involve conflation and possibly deconflation are referred to by Grady (1997) as “primary metaphors”.

¹⁶¹ The modifying expressions are more likely to evoke specific source-domain scenes of their own, combining verticality and rapid motion up to great heights.

“preços em alta”, a metáfora complexa poderia ser descrita como MAIS PARA UM PREÇO É O MAIS ALTO NO VOO DE UM PÁSSARO. Conforme se posiciona o autor, nesse contexto, a base metonímica dessa metáfora seria mínima.

Feitas essas considerações, passemos à abordagem do foco do trabalho de Radden (2003), ou seja, o estágio do *continuum* em que as metonímias se transformam gradativamente em metáforas. Vejamos, então, os quatro tipos de bases metonímicas da metáfora postulados pelo autor.

a) Base experiencial comum

Radden (2003, p. 413) parte do princípio de que “quaisquer duas entidades, eventos ou domínios que são experienciados juntos são conceitualmente contíguos e formam uma relação produtora de metonímias”¹⁶². Em outros termos, formam relações metonímicas, que, por sua vez, podem originar metonímias e, provavelmente, metáforas. Ele diz da existência de dois tipos de relações metonímicas assentadas numa base experiencial comum e que podem levar à geração de metáforas: *a correlação* e *a complementaridade*.

A noção de correlação vigente nas ciências empíricas, segundo Radden (2003, p. 413), “envolve uma inter-relação entre duas variáveis em que mudanças em uma variável são acompanhadas por mudanças na outra variável também”¹⁶³. Para que duas variáveis sejam correlacionadas, elas precisam ser conceitualmente contíguas, como no caso da correlação de quantidade e verticalidade, já abordado. Nessa correlação, as variáveis (i.e., quantidade e verticalidade) têm origem na mesma base experiencial. A correlação, de fato, está presente em muitas metáforas, constituindo a sua base metonímica, como em FELIZ É PARA CIMA, cuja expressão física se pode comprovar, por exemplo, quando um jogador, depois de marcar um gol, levanta os braços para cima e dá pulos de alegria. Por outro lado, a correlação quase sempre ocorre nos mapeamentos metafóricos entre os domínios fonte e alvo. Isso pode ser ilustrado pela metáfora AÇÃO É MOVIMENTO, que envolve mapeamentos temporais apresentados como correlações, a exemplo de A VELOCIDADE DE UMA AÇÃO É A VELOCIDADE DE UM MOVIMENTO (*Ele voou para o seu trabalho*) e O COMEÇO DE UMA AÇÃO É O COMEÇO DE UM CAMINHO (*Nós demos o primeiro passo*).

¹⁶² Any two entities, events or domains that are experienced together are conceptually contiguous and form a “metonymy-producing relationship”.

¹⁶³ [...] involves an interrelationship between two variables in which changes in one variable are accompanied by changes in the other variable.

A relação de complementaridade é, conforme Radden (2003, p. 416), “um tipo especial de relação entre as partes, na qual as partes complementares ou opostas estão fortemente ligadas uma à outra, formando uma unidade”¹⁶⁴. O corpo e a mente, por exemplo, são entendidos como duas partes que constituem o ser humano, numa interdependência expressa em provérbios como “Mens sana in corpore sano”. A metáfora MENTE É UM CORPO ilustra a relação de complementaridade, que “nos torna aptos a entender os trabalhos impalpáveis da mente em termos dos trabalhos palpáveis do corpo de alguém”¹⁶⁵ (RADDEN, 2003, p. 417). Daí, o licenciamento de expressões metafóricas do tipo “ter uma forte vontade”, “sustentar uma situação” e “engolir uma ideia”. Expressões desse tipo têm uma base experiencial comum, na qual a linguagem do corpo é usada para ilustrar os pensamentos, sendo preciso compreender, ainda, conforme Radden (2003), que os termos complementares mantêm uma ligação próxima com o todo do qual fazem parte, e essa relação parte-todo figura como amplamente explorada nas metonímias, bem como nas metáforas, a exemplo de AMOR É UMA UNIDADE e CASAMENTO É UM LAÇO DURADOURO ENTRE DUAS PESSOAS. Para o autor, isso reflete uma forte crença de que a relação de complementaridade é inseparável e, na sua concepção, essencialmente metonímica.

b) Base de implicatura

Radden (2003) considera as implicaturas conversacionais como a segunda maior base metonímica de metáforas e defende que a relação entre o sentido de uma expressão e seu sentido implicado é metonímica. Nesse contexto, as relações metonímicas mais propensas a gerar implicaturas conversacionais, conduzindo à emergência de metáforas, são as que envolvem os seguintes elementos implicados: resultado e causa, posse e propósito e atividade.

Como exemplo do primeiro tipo, temos o evento “ver alguma coisa”, que implica “tomar conhecimento da coisa vista”, base metonímica da metáfora COMPREENDER É VER. Conforme Radden (2003, p. 420), “a relação metonímica entre ver e compreender pode dar origem à metonímia parcial VER POR VER E COMPREENDER e à metonímia total substitutiva VER POR COMPREENDER”¹⁶⁶. No primeiro caso, ocorre o processamento

¹⁶⁴ [...] is a special type of a part-part-relationship in which the complementary, or opposing, parts are tightly linked to each other and establish a unity.

¹⁶⁵ [...] enables us to understand the impalpable workings of the mind in terms of the palpable workings of one's body.

¹⁶⁶ The metonymic relationship between seeing and knowing may give rise to the partial metonymy SEE FOR SEE AND KNOW and the full, substitutive metonymy SEE FOR KNOW.

visual e mental do estímulo, enquanto no segundo é apenas mental. Quando se diz “Eu vejo a solução”, significa que é possível visualizar mentalmente a resolução para o problema assim como compreendê-la, exemplo que ilustra a metonímia VER POR VER E COMPREENDER. A metonímia VER POR COMPREENDER é aplicável a uma determinada situação em que alguém perguntasse a outro “Você sabe o que eu quero dizer?”, e obtivesse como resposta “Sim, eu vejo o que você quer dizer”.

O segundo tipo pode ser ilustrado pela metáfora POSSE É AQUISIÇÃO, que licencia expressões como “adquirir uma licença para dirigir” e “adquirir poder”. Conforme Radden (2003), essa metáfora emergiu de implicaturas e o seu uso se fortaleceu via metonímia AQUISIÇÃO POR POSSE. Quando se diz, por exemplo, que um homem tem um carro, prontamente emerge a implicatura de que esse homem agora possui o carro.

A metáfora PROPÓSITOS SÃO METAS ilustra o terceiro e último tipo, tendo como base duas metonímias implicadas, LUGAR POR ATIVIDADE (e.g., “Eles estão indo para a cama” implica que “Eles vão dormir”) e META POR PROPÓSITO (e.g., “As crianças estão indo para o parque” implica que “As crianças estão indo brincar lá”) Assim, não é somente a atividade realizada no lugar que gera a implicatura, mas também a provoca a menção da meta de um movimento.

c) Base de estrutura de categoria

Esse tipo diz das relações entre as categorias e seus membros, já amplamente exploradas no estudo da metonímia. Uma dessas relações, por exemplo, é a de que uma categoria como um todo pode ser tomada por um de seus membros salientes (TODO PELA PARTE) ou um dos membros salientes da categoria pode ser tomado pelo todo (PARTE PELO TODO). Radden (2003) argumenta que essas relações também podem ocorrer em proveito da metáfora, como no caso da metáfora OFENSA É UM FERIMENTO FÍSICO, que pode licenciar expressões do tipo “Você está ferindo meus sentimentos”. A interpretação metafórica é autorizada porque “ofensa psíquica” e “ferimento físico” podem ser vistos como pertencentes a dois diferentes domínios, entendendo-se que um domínio físico presta-se como fonte para um domínio alvo abstrato. No entanto, Radden (2003, p. 426) argumenta estar ela “baseada na relação metonímica entre FERIMENTO FÍSICO e OFENSA PSÍQUICA”¹⁶⁷, domínios que, por sua vez, são quase sempre experienciados juntos, pois o dano físico usualmente causa a ofensa, sem dizer que a base experiencial de ambos é comum.

¹⁶⁷ [...] is based on a metonymic relationship between PHYSICAL INJURY and PSYCHIC HARM.

d) Base de modelos culturais

As metáforas de base metonímica que têm como fonte os modelos culturais, isto é, modelos de mundo compartilhados que influenciam tanto o comportamento dos membros de uma sociedade quanto a sua compreensão do mundo, quarto e último tipo na classificação de Radden (2003), manifestam-se nas áreas da força física, da comunicação e linguagem e da emoção. A metáfora do canal (REDDY, 1979), por exemplo, enquadra-se nesse tipo, refletindo a concepção tradicional de comunicação como meio de transmitir informações e a relação entre forma e significado. Por essa visão, o significado está na forma das palavras e em outros recipientes linguísticos, como se vê em “Esse capítulo contém muitos conteúdos”. Considerando que “forma” e “conteúdo” pertencem a diferentes domínios conceituais, essa relação é metafórica, podendo ser descrita como O CONTEÚDO ESTÁ CONTIDO NUM ESTÍMULO. Contudo, Radden (2003) defende que essa relação é também metonímica, no sentido de que a forma da linguagem é representada por seu conteúdo (FORMA PELO CONTEÚDO), porque “forma e conteúdo são noções complementares e supostamente inseparáveis”¹⁶⁸ (RADDEN, 2003, p. 429). Para o autor, essas duas interpretações (i.e., metafórica e metonímica), radicadas no modelo popular de linguagem, não são contraditórias, sendo necessário apenas que se combine a metonímia FORMA PELO CONTEÚDO com a metonímia RECIPIENTE PELO CONTEÚDO, o que constituiria a contraparte metonímica da metáfora do CONTEÚDO DENTRO DE UM RECIPIENTE. Dentro desse grupo, há ainda a metáfora IRA É O CALOR DE UM FLUIDO NUM RECIPIENTE, pela qual se compreende que o aumento da temperatura do corpo é um dos efeitos fisiológicos da raiva, base metonímica dessa metáfora.

À vista dos fatos apresentados, temos ainda a acrescentar que o estudo de Radden (2003) envolve apenas um dos tipos de interação já tratados por Goossens (2003) e Barcelona (2003). Com efeito, como já dissemos, a sua contribuição se faz valiosa no sentido de que amplia a descrição do tipo de interação *metáfora baseada na metonímia* ou *metáfora a partir da metonímia*, na terminologia de Goossens (2003). Ao mesmo tempo, o autor evolui com a proposta do *continuum* metonímia-metáfora, sugerindo a existência de categorias intermediárias entre metáfora e metonímia, embora se tenha ocupado da descrição de apenas uma dessas potenciais categorias. Mas, assim como os demais autores de que já tratamos, a sua abordagem ainda não contempla diretamente as situações

¹⁶⁸ Form and content are complementary notions which are assumed to be inseparable.

discursivas, restringindo-se à descrição de bases metonímicas de metáforas conceituais já formalizadas. A sua proposta do *continuum*, no entanto, vem ao encontro do nosso entendimento de que muito ainda pode ser visto em termos de relações entre os processos metafóricos e metonímicos, particularmente no que respeita à sua realização no plano discursivo. Também nessa dimensão os limites entre metáfora e metonímia não se mostram bem definidos.

Como vimos, a perspectiva de abordagem da interação metáfora-metonímia, no território da Linguística Cognitiva, constitui um campo de pesquisa em potencial, concentrando já um significativo volume de trabalhos. Não obstante, reiteramos que os estudos realizados, até onde temos conhecimento, ainda não contemplam situações discursivas como fazemos neste trabalho, particularmente no que se refere ao estudo do processo de recategorização.

Neste Capítulo, centramo-nos na apresentação da base teórica eleita para esta tese, em particular no domínio da Linguística Cognitiva, considerando a nossa conjectura da necessidade de uma interface com essa área para a abordagem da recategorização, objeto erigido no domínio da Linguística de Texto, do qual nos ocupamos neste estudo. Discorreremos sobre os fundamentos da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), em que buscamos a configuração do modelo de análise aplicado ao *corpus* constituído para esta investigação, no Capítulo 3. Na descrição da TMCI, incorporamos os avanços promovidos no tratamento dos modelos metafóricos e metonímicos, voltando-nos, principalmente, para a abordagem da metáfora e da metonímia como processos interativos, outro eixo norteador da pesquisa que empreendemos, em razão da nossa hipótese da ocorrência de um tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia. Contemplamos também a perspectiva do *continuum* no enfoque desses processos, a que se relaciona a nossa outra hipótese de tratamento das recategorizações instanciadas por metáforas e metonímias na perspectiva de um *continuum*. A densidade desse capítulo se fez necessária não só pela abrangência da TMCI, mas também pela complexidade e variedade de estudos da metáfora e da metonímia no âmbito da Linguística Cognitiva.

No próximo capítulo, trabalhamos em prol da construção da interface com a Linguística Cognitiva no trato de nosso objeto de estudo: a recategorização no processo de referenciação.

A CONSTRUÇÃO DA INTERFACE

Nesta pesquisa, investigamos o processo de recategorização, concebido numa perspectiva cognitivo-referencial. Tratamos, particularmente, das recategorizações instanciadas por metáforas e metonímias. O propósito é ampliar o universo da pesquisa sobre o tema, até aqui restrito ao domínio da Linguística de Texto, fazendo uma interface com a Linguística Cognitiva, dado o entendimento de que lidamos com um objeto complexo, cuja natureza e dinamicidade não se explicam apenas pelo processo de remissão ou retomada de itens lexicais.

Verificamos, pois, de que forma a recategorização pode ser explicada pela recorrência aos mecanismos cognitivos inerentes ao fenômeno – mas não explicitados sistematicamente pela Linguística de Texto –, propondo, ainda, um tipo de recategorização instanciado pela interação entre a metáfora e a metonímia, com base na Linguística Cognitiva. Validada essa conjectura, compreendemos que os tipos de recategorização investigados devam ser tratados da perspectiva de um *continuum*, em razão da estreita relação que mantêm entre si.

3.1 Procedimentos metodológicos

3.1.1 Método

O método adotado na pesquisa é o hipotético-dedutivo. As hipóteses são formuladas a partir da percepção de uma lacuna nos estudos concernentes à recategorização, no que se refere à explicitação dos mecanismos cognitivos subjacentes a esse processo referencial, particularmente quanto à construção de expressões recategorizadoras instanciadas pela interação metáfora-metonímia. Constatada a lacuna, por um exame preliminar do fenômeno, levantamos a hipótese primária de que o processo de recategorização pode ser redimensionado mediante o seu estudo na interface entre a Linguística de Texto e a

Linguística Cognitiva. Dessa primeira conjectura, surgem duas outras, que particularizam mais o recorte da investigação:

- a) Na atividade discursiva, o processo cognitivo da interação metáfora-metonímia instancia expressões linguísticas recategorizadoras;
- b) A visão de um *continuum* no tratamento das recategorizações instanciadas por metáforas e metonímias permite a sistematização de casos de recategorizações com coocorrência dos dois processos cognitivos (metáfora e metonímia).

O passo seguinte, na aplicação do método, foi a testagem das hipóteses por meio da análise qualitativa do *corpus*, definido na sequência.

3.1.2 Definição do *corpus*

O *corpus* é constituído por um total de quatro poemas dos seguintes autores da literatura brasileira: Castro Alves, Da Costa e Silva, Manuel Bandeira e Mário Quintana. Seleccionamos um poema de cada autor:

- “Quando eu morrer”, de Castro Alves;
- “*De profundis*”, Da Costa e Silva;
- “A morte é que está morta”, de Mário Quintana;
- “Consoada”, de Manuel Bandeira.

O critério norteador da seleção dos poemas para o estudo da recategorização foi a temática da morte. A escolha da temática deve-se, principalmente, à sua complexidade conceitual e ao seu alto grau de abstração, sem dizer sua riqueza em razão de crenças e valores socioculturais. Além disso, a existência de estudos que abordam a conceitualização da morte, a exemplo de Lakoff e Turner (1989) e Fauconnier e Turner (2002), no âmbito da Linguística Cognitiva, também motivou a escolha, considerando que esses autores já investigam metáforas e metonímias usadas na estruturação desse conceito.

Julgamos que o número de poemas selecionados para a constituição do *corpus* seja o bastante para a testagem das hipóteses levantadas, considerando o nosso propósito de uma análise qualitativa, cujo foco é a descrição das ocorrências e não a sua quantificação. Ademais, a natureza desta tese é de cunho essencialmente teórico, de forma que o *corpus* constituído tem o carácter muito mais de um exemplário. Notadamente, a riqueza da temática

escolhida, como demonstraremos na análise, possibilita a exploração de máximas consequências de um *corpus* não muito extenso.

Além do conteúdo, a seleção dos poemas para a constituição do *corpus* seguiu também um critério textual-discursivo, optando-se por aqueles cuja progressão/continuidade referencial fosse mais propícia à identificação de ocorrências de recategorizações. Ao constituir um *corpus* com poemas, levamos igualmente em consideração a própria estrutura dessa modalidade textual, cuja coesão, em grande parte, não se dá pela presença de conectores, ficando muito mais a cargo das expressões nominais. Assim, o objeto de estudo da recategorização se torna potencialmente mais produtivo nessa modalidade textual.

Em referência à temática eleita, é fato inconteste que, nas mais diversas culturas, a morte é abordada em termos de mitos, teorias e doutrinas teológicas, tendo, assim, muitas interpretações, podendo ter o caráter de celebração ou de interdição. As próprias noções de morte no ocidente e no oriente, por exemplo, são totalmente diferentes, e os rituais presentes em cada uma delas se relacionam à forma como a morte é concebida em cada uma dessas culturas. Kovács (1992, p. 48) afirma que, no ocidente, “a morte é vista como fim, ruptura, fracasso, como interdita, oculta, vergonhosa”, daí a postura, em face dela, de ocultamento, vergonha, raiva e temor. Por outro lado, “na visão oriental, a morte surge, fundamentalmente, como um estado de transição e principalmente de evolução, para o qual deve haver um preparo” (KOVÁCS, 1992, p. 48). Ademais, a morte é uma realidade presente durante toda a vida da espécie humana, fazendo-se acompanhar de ritos.

Os elementos míticos construídos em torno da morte colaboram para que a temática seja abordada de forma metafórica e metonímica, respectivamente, pela necessidade de eufemizar o temor que lhe é peculiar e pela representação de todo o ritual que a circunda, além do que, dado o seu caráter ritualístico, é previsível, nas suas mais diferentes conceptualizações, a presença dos modelos cognitivos proposicionais (*frames, scripts*) e de modelos metafóricos e metonímicos.

Ressalte-se ainda que não se pode negar a concretude da morte. Assim, “o medo de morrer é universal e atinge todos os seres humanos, independente de idade, sexo, nível socioeconômico e credo religioso”. (KOVÁCS, 1992, p. 16). O que muda, de fato, é o surgimento de diferentes teorias do senso comum que vão sendo construídas em torno da verdade existencial da morte, derivando personificações várias do fenômeno nas mais distintas culturas, como uma forma de lidar com os mistérios que acarreta. Entretanto, não interessa aqui fazer um levantamento exaustivo dessas teorias, importando mais o fato de que

se trata de um tema produtivo e favorável à construção de expressões metafóricas e metonímicas, que podem ser usadas em função recategorizadora. Nesse sentido, não vemos entrave à constituição de nosso *corpus* por poetas de diferentes escolas literárias (i.e., Romantismo, Simbolismo e Modernismo), já que não é nossa intenção vincular a análise dos poemas às características dos estilos de época, embora reconheçamos que cada um desses períodos tem uma forma própria de conceber a temática da morte. Essas diferentes concepções ou modelos aparecerão diluídas na análise.

3.1.3 Procedimentos de análise

A análise propriamente dita se pauta por duas bases teóricas admitidas para o estudo: a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva. A partir da definição do fenômeno da recategorização pela Linguística de Texto, o propósito é explicitar as ocorrências de recategorização instanciadas por metáforas e metonímias, presentes na construção de quatro poemas sobre a temática da morte, aplicando-se o modelo da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987 e colaboradores), erigida no âmbito da Semântica Cognitiva, de forma a promover a interface entre as duas áreas referidas no tratamento do objeto eleito para a investigação.

Os passos da análise na aplicação do modelo da TMCI seguem parcialmente proposta de análise desse modelo elaborada e aplicada nos Estudos 1 e 2, do Capítulo 4, de Feltes (2007), que tem como base o tratamento de modelos metafóricos e metonímicos, a partir de *corpora* constituído de unidades discursivas, para a análise dos conceitos TRABALHO, EMPRESA e REALIZAÇÃO PROFISSIONAL, e da categoria RELIGIÃO, respectivamente. Acrescemos ao modelo de análise da autora os modelos proposicionais do tipo *frame*, por meio dos quais evocamos a descrição dos MCIs metafóricos e metonímicos e, conseqüentemente, dos modelos de esquemas de imagens.

Dessa forma, seguindo a mesma estratégia de Feltes (2007), aproveitamos as potencialidades da arquitetura da TMCI para aplicá-la na descrição de um processo instaurado na linguagem efetivamente em uso, diferentemente de Lakoff (1987) que, na apresentação de seu modelo teórico, objetivou a explicitação dos MCIs como fontes de efeitos prototípicos. Ademais, na nossa proposta de análise, consideramos tanto as ocorrências de recategorizações que se manifestam explicitamente na superfície textual, pela presença de um novo item lexical recategorizador, quanto as que só se explicitam no nível das estruturas e funcionamento cognitivo, não se manifestando necessariamente pela presença explícita do referente

recategorizado. Embora a nossa atenção esteja mais voltada para o último tipo de ocorrência, assim procedemos devido à natureza do *corpus*, cuja fragmentação não seria condizente com o desenvolvimento de nossa tese nem com o propósito de abordagem do fenômeno da recategorização numa perspectiva cognitivo-referencial. O trabalho apenas com o recorte do último tipo de ocorrência comprometeria a validação da análise em termos da precisão e coerência das relações cognitivo-referenciais que se estabelecem nos poemas analisados como um todo. Dessa forma, desenvolvemos a análise em quatro fases:

1. Esquematização dos poemas a partir da aplicação da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), focalizando o processo de recategorização, para fornecer o quadro preliminar da análise.
2. Análise qualitativa dos poemas, a partir da esquematização proposta, estabelecendo, na descrição das ocorrências de recategorização licenciadas por metáforas e metonímias, a interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva.
3. Proposta interpretativa das ocorrências de (re)categorizações instanciadas por metáforas e metonímias, na perspectiva de um *continuum*.
4. Proposição de um redimensionamento do processo de recategorização, a partir das evidências encontradas na análise.

Os procedimentos constante das fases 1 e 2 da análise, divididos para efeito didático, serão desenvolvidos simultaneamente, ou seja, a esquematização dos poemas será devidamente acompanhada de sua análise qualitativa.

3.2 Aplicação do modelo de análise

A temática da morte, nos quatro poemas constituintes do *corpus* deste estudo, é desenvolvida com base em Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), evocados pelos diferentes enunciadores que respondem pela construção dos poemas. Na constituição desses MCIs, conforme a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), é possível constatar a presença de modelos dos tipos conceitual e linguístico-conceitual, como, respectivamente, (a) modelos proposicionais (*frames, scripts*) e de esquemas de imagens; (b) e modelos metafóricos e metonímicos.

É certo que os MCIs de morte evocados na construção de cada um dos poemas só podem ser inferidos pelo conjunto das expressões linguísticas que materializam esses modelos no poema. Entretanto, nesta análise, embora todo o conjunto seja tomado como referência,

exploraremos os modelos referidos na explicitação de ocorrências de recategorização que se dão no curso da progressão referencial dos poemas. O objetivo é demonstrar os processos cognitivos subjacentes à construção das recategorizações, via TMCI, focalizando as ocorrências de recategorização instanciadas por metáforas e metonímias.

Considerando a nossa hipótese de que a natureza do processo de recategorização só pode ser compreendida, em toda a sua dimensão, numa interface com a Linguística Cognitiva – pelo entendimento de que esse processo é primariamente cognitivo –, intentamos extrapolar as tradicionais análises do fenômeno, que se dão quase sempre no nível textual-discursivo, atribuindo-se pouca atenção aos aspectos cognitivos, apesar de reconhecidos. Os passos na aplicação do modelo de análise são os que seguem:

- **Passo 1:** Divisão do poema, seguindo a progressão tópica, acrescida da descrição da temática principal das partes;
- **Passo 2:** Definição dos *frames* evocados pelo conjunto de expressões linguísticas constituintes de cada segmento textual resultante da divisão do poema;
- **Passo 3:** Definição da ontologia dos *frames*, constituída de elementos minimamente necessários, levando em consideração que um elemento ontológico de um *frame* pode constituir um novo *frame*;
- **Passo 4:** Identificação e descrição dos modelos metafóricos (e possíveis acarretamentos) e dos modelos metonímicos nos segmentos textuais constituintes de cada um desses *frames*, destacando também, quando for o caso e a benefício da descrição, os modelos de esquemas de imagens estruturadores dos dois tipos de MCIs referidos;
- **Passo 5:** Seleção e descrição das ocorrências de recategorização identificadas a partir das etapas desenvolvidas no Passo 4.

Na aplicação do modelo de análise, por questões de razoabilidade, os passos 3, 4 e 5 serão executados conjuntamente, sendo as interpretações realizadas no desenvolvimento dos passos 2, 3 e 4 as do analista. Entretanto, as marcas linguísticas, base para essas interpretações, autorizam dizer que elas poderiam ser assumidas pelo enunciador, conforme procedemos no desenvolvimento dos passos de aplicação do modelo de análise. A notação

dos MCIs, como já é convencional na Linguística Cognitiva, é feita em versais. No desenvolvimento do passo 4, não nos ocuparemos da tipologia das metáforas, já que isso sobrecarregaria a descrição, sem contribuições relevantes para a explanação da recategorização.

Com a aplicação do modelo de análise proposto, pretendemos apresentar dados qualitativos que permitam a validação das hipóteses levantadas neste estudo, que envolvem:

- i) o redimensionamento do processo de recategorização mediante o seu estudo na interface com a Linguística Cognitiva;
- ii) a existência de um tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia;
- iii) a proposição do tratamento das recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias, na perspectiva de um *continuum*.

3.2.1 Análise do poema 1

Quando Eu Morrer

Castro Alves

Quando eu morrer... não lancem meu cadáver
No fosso de um sombrio cemitério...
Odeio o mausoléu que espera o morto
Como o viajante desse hotel funéreo.

Corre nas veias negras desse mármore
Não sei que sangue vil de messalina,
A cova, num bocejo indiferente,
Abre ao primeiro a boca libertina.

Ei-la a nau do sepulcro – o cemitério...
Que povo estranho no porão profundo!
Emigrantes sombrios que se embarcam
Para as plagas sem fim do outro mundo.

Tem os fogos – errantes – por santelmo.
Tem por velame – os panos do sudário...
Por mastro – o vulto esguio do cipreste,
Por gaiotas – o mocho funerário...

Ali ninguém se firma a um braço amigo...
Do inverno pelas lúgubres noitadas...
No tombadilho indiferentes chocam-se
E nas trevas esbarram-se as ossadas...

Como deve custar ao pobre morto
Ver as plagas da vida além perdidas,
Sem ver o branco fumo de seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!...

Oh! Perguntai aos frios esqueletos
Por que não têm o coração no peito...
E um deles vos dirá “Deixei-o há pouco
De amante no lascivo leito”.

Outro: “Dei-o ao meu pai”. Outro: “Esqueci-o
Nas inocentes mãos de meu filhinho”...
...Meus amigos! Notai... bem como um pássaro
O coração do morto volta ao ninho!...

Em princípio, o MCI que ancora a concepção da morte em “Quando eu morrer” é constituído por elementos (ou modelos) que materializam a fantasia do enunciador de como

será a sua morte, uma vez que demonstra ter consciência da própria finitude, o que não significa a ausência do temor da morte e de seus rituais. Nesse MCI, a morte é concebida como o fim de um ciclo de vida e destino inevitável de todos os homens. Esse modelo é regido pela teoria do senso comum de que se morre para entrar em outra vida, sendo notório que a influência das doutrinas religiosas do cristianismo é fundamental na sua validação. Entretanto, os elementos chamados a compor o referido modelo particularizam as impressões do enunciador acerca desse “estágio da vida”, como constatamos na esquematização do poema, apresentada na sequência, conforme as etapas descritas na metodologia.

I. Passo 1: Divisão do poema

Parte 1: O enunciador pensa na morte (cf. título “Quando eu morrer”), no que ele não deseja para si, e lhe cria um cenário.

Quando eu morrer... não lancem meu cadáver
No fosso de um sombrio cemitério...
Odeio o mausoléu que espera o morto
Como o viajante desse hotel funéreo.

Corre nas veias negras desse mármore
Não sei que sangue vil de messalina,
A cova, num bocejo indiferente,
Abre ao primeiro a boca libertina.

Parte 2: Apresentação da cena da morte como uma partida (saída do hotel), que se dá por meio de uma nau edificada no cemitério.

Ei-la a nau do sepulcro – o cemitério...
Que povo estranho no porão profundo!
Emigrantes sombrios que se embarcam
Para as plagas sem fim do outro mundo.

Parte 3: O início da viagem da nau.

Tem os fogos – errantes – por santelmo.
Tem por velame – os panos do sudário...
Por mastro – o vulto esguio do cipreste,
Por gaiotas – o mocho funerário...

Parte 4: A transformação em ossadas dos corpos depositados na nau.

Ali ninguém se firma a um braço amigo...
Do inverno pelas lúgubres noitadas...
No tombadilho indiferentes chocam-se
E nas trevas esbarram-se as ossadas...

Parte 5: O enunciador tem um momento de empatia com os mortos. Relato das possíveis lembranças dos mortos.

Como deve custar ao pobre morto
Ver as plagas da vida além perdidas,
Sem ver o branco fumo de seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!...

Parte 6: O enunciador convida o interlocutor para estabelecer um diálogo com os mortos.

Oh! Perguntai aos frios esqueletos
Por que não têm o coração no peito...
E um deles vos dirá “Deixei-o há pouco
De amante no lascivo leito”.

Outro: “Dei-o ao meu pai”. Outro: “Esqueci-o
Nas inocentes mãos de meu filhinho”...
...Meus amigos! Notai... bem como um pássaro
O coração do morto volta ao ninho!...

II. Passo 2: Definição dos frames

DIVISÃO DO POEMA	FRAMES	SEGMENTOS TEXTUAIS
Parte 1	<i>Frame 1: MORTE</i>	Quando eu morrer... não lancem meu cadáver No fosso de um sombrio cemitério...
	<i>Frame 2: CEMITÉRIO</i>	Odeio o mausoléu que espera o morto Como o viajante desse hotel funéreo.
	<i>Frame 3: MAUSOLÉU</i>	Corre nas veias negras desse mármore Não sei que sangue vil de messalina,
	<i>Frame 4: CEMITÉRIO</i>	A cova, num bocejo indiferente, Abre ao primeiro a boca libertina.
Parte 2	<i>Frame 5: NAU [TRIPULAÇÃO]</i>	Ei-la a nau do sepulcro – o cemitério... Que povo estranho no porão profundo! Emigrantes sombrios que se embarcam Para as plagas sem fim do outro mundo
Parte 3	<i>Frame 6: NAU [EMBARCAÇÃO]</i>	Tem os fogos – errantes – por santelmo. Tem por velame – os panos do sudário... Por mastro – o vulto esguio do cipreste, Por gaivotas – o mocho funerário...
Parte 4	<i>Frame 7: NAU</i>	Ali ninguém se firma a um braço amigo... Do inverno pelas lúgubres noitadas... No tombadilho indiferentes chocam-se E nas trevas esbarram-se as ossadas...
Parte 5	<i>Frame 8: EMPATIA [ENUNCIADOR COM OS MORTOS]</i>	Como deve custar ao pobre morto Ver as plagas da vida além perdidas, Sem ver o branco fumo de seus lares Levantar-se por entre as avenidas!..
Parte 6	<i>Frame 9: DIÁLOGO DO ENUNCIADOR COM OS MORTOS</i>	Oh! Perguntai aos frios esqueletos Por que não têm o coração no peito... E um deles vos dirá “Deixei-o há pouco De amante no lascivo leito”.

Quadro 1: Definição dos frames do poema 1.

III. Passos 3, 4 e 5: Definição dos elementos dos *frames*/ Identificação e descrição dos modelos metafóricos e metonímicos/Identificação das ocorrências de recategorização

Nos dois primeiros versos do poema, já se constata a evocação do *frame* de morte, destacando-se os elementos “cadáver”, “mausoléu” e “cova” como dele integrantes, para o qual propomos a seguinte esquematização:

Frame 1: MORTE

“Quando eu morrer... não lancem meu cadáver
No fosso de um sombrio cemitério...”

A) Elementos: CADÁVER

FOSSO [COVA]

CEMITÉRIO [instaura, na progressão textual, o *Frame 2*]

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Cadáver refere um ser inerte, desatento, como o corpo de uma pessoa que dorme.

A INATIVIDADE DO CORPO PELA MORTE (metonímia EFEITO PELA CAUSA)

A MORTE É SONO (metáfora)

A morte ocorre quando cessa o funcionamento do órgão vital (coração) responsável pelo bombeamento de sangue (fluido) para o corpo, que produz energia (calor), fonte da vida.

A MORTE É PERDA DE FLUIDO (metáfora)

A MORTE É FRIA (metonímia)

Lancem meu cadáver no fosso de um sombrio cemitério refere o ato de jogar na cova e, por consequência, o ato de enterrar.

De acordo com vários sistemas de crenças sobre a morte dos seres humanos, ela é entendida como o estágio em que o espírito deixa o corpo (se separa dele), e este passa a não ter nenhuma outra função, havendo o seu descarte pelo enterro numa cova.

O DESCARTE DO CORPO PELA MORTE (metonímia EFEITO PELA CAUSA)

A MORTE É DESCARTE DO CORPO (metáfora)

A MORTE É PARA BAIXO (metáfora) QUANTO MAIS PROFUNDO MAIS ESCURO

A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

Na esquematização desse primeiro *frame*, note-se que a conceitualização da morte se realiza pelas metáforas A MORTE É SONO, A MORTE É PERDA DE FLUIDO, A MORTE É PARA

BAIXO¹⁶⁹, A MORTE É ESCURIDÃO e A MORTE É DESCARTE DO CORPO, assim como pelas metonímias A INATIVIDADE DO CORPO PELA MORTE e O DESCARTE DO CORPO PELA MORTE, numa relação de EFEITO PELA CAUSA, bem como a metonímia A MORTE É FRIA. As duas primeiras metáforas, dessa sequência, são descritas em Lakoff e Turner (1989), que explicam a metáfora A MORTE É SONO a partir da percepção de que o cadáver tem a aparência de uma pessoa que dorme, devido ao estado de total inatividade e de desligamento do mundo. Além disso, acrescentam que “opcionalmente, as experiências da alma depois da morte correspondem a nossas experiências durante o sono, ou seja, sonhando”.¹⁷⁰ (LAKOFF; TURNER, 1989, p. 19).

Assim, a morte é concebida como uma espécie de sono em particular, um sono eterno, do qual nunca se acorda, abstração para a qual também contribui a metáfora A MORTE É PARTIDA, cuja descrição retomaremos no *frame* 5. Já a metáfora A MORTE É PERDA DE FLUIDO é descrita pelos autores em paralelo com a metáfora A VIDA É UM FLUIDO DENTRO DE UM CORPO. Por essa ótica, o corpo corresponde a um *container* e a vida do corpo ao fluido dentro desse *container*, sendo que a quantidade de fluido dentro do *container* equivale à intensidade da vida: “Quando o *container* rompe ou é rompido, o fluido escapa e a quantidade de fluido diminui. Metaforicamente, a vida diminui”.¹⁷¹ (LAKOFF; TURNER, 1989, p. 19). Nesse sentido, a morte equivale a uma ausência em absoluto de fluido dentro do *container*.

As demais metáforas, A MORTE É PARA BAIXO, A MORTE É ESCURIDÃO e A MORTE É DESCARTE DO CORPO, principalmente as duas primeiras, vão ser recorrentes ao longo do desenvolvimento do poema, ancorando também expressões linguísticas recategorizadoras. Essa expressões já se manifestam no segmento seguinte – embora não sejam motivadas por essas metáforas –, que fecha a primeira estrofe e instaura um segundo *frame*, o de cemitério, conforme esquematizado na sequência.

Frame 2: CEMITÉRIO

“Odeio o mausoléu que espera o morto
Como o viajante desse hotel funéreo.”

¹⁶⁹ Nesse contexto, a metáfora A MORTE É PARA BAIXO deve ser compreendida na sua relação com o descarte do corpo, pois em outras situações, como veremos na análise do poema 2, a morte pode ser para cima, se compreendida como a elevação do espírito a um plano superior.

¹⁷⁰ Optionally, the experiences of the soul after death correspond to our mental experiences during sleep, namely dreaming.

¹⁷¹ When the container breaks or is broken, the fluid escapes and the amount of fluid diminishes. Metaphorically, life diminishes.

A) Elementos: MAUSOLÉU [CONSTRUÇÃO PARA MORTOS]

MORTO

VIAJANTE (recategorização de morto)

HOTEL FUNÉREO (recategorização de mausoléu)
[HOSPEDAGEM PROVISÓRIA – Elemento do *frame* que inaugura um *script*]

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

“Odeio o mausoléu que espera o morto
Como o viajante desse hotel funéreo.”

A MORTE É UMA PARADA FINAL (metáfora)

O MORTO É UM VIAJANTE (metáfora)

O MAUSOLÉU É UMA HOSPEDARIA (metáfora)

Nesse segundo *frame*, destacam-se as recategorizações metafóricas dos referentes “mausoléu como hotel funéreo” e de “morto como viajante”, que mesmo manifestadas explicitamente no cotexto não deixam de estar ancoradas nos modelos metafóricos descritos. Note-se que a construção dos sentidos dessas recategorizações não se restringe apenas à pronta identificação dos referentes e das expressões recategorizadoras, pelo fato de que se encontram materializados na superfície textual, só tendo razão de ser porque alicerçadas por um MCI (i.e., o *frame* CEMITÉRIO) que permite as relações estabelecidas e lhes dá sentido, como vimos demonstrando na descrição desse modelo. Por outro lado, a recategorização de “mausoléu como hotel funéreo” pode também ser descrita como um elemento que inaugura um *script*, o de hospedagem provisória. Nesse caso, a compreensão é a de que o morto é o viajante que chega ao mausoléu para hospedar-se, ficando lá até o momento do embarque para uma outra dimensão, que pode ser referida como uma outra vida ou outro mundo. A progressão referencial do poema, conforme veremos na descrição do *frame* 4, autoriza-nos essa leitura. O *frame* 3 é esquematizado na forma que segue:

Frame 3: MAUSOLÉU

“Corre nas veias negras desse mármore
Não sei que sangue vil de messalina”,

A) Elementos: MÁRMORE (recategorização de mausoléu)

VEIAS NEGRAS (recategorização de desenhos da superfície do mármore)

SANGUE VIL (recategorização de matéria que constitui o mármore)

MESSALINA (recategorização de pecado)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Corre nas veias negras desse mármore

O MÁRMORE POR MAUSOLÉU (metonímia MATÉRIA PELA CONSTRUÇÃO)

O MAUSOLÉU É ESCURIDÃO (metáfora)

O MAUSOLÉU É UM ORGANISMO (CORPO) VIVO (metáfora)

ACARRETAMENTOS: ESSE CORPO TEM VEIAS.

VEIAS NEGRAS ESTÃO POR CORPO (metonímia PARTE PELO TODO)

O MÁRMORE É FRIO (metonímia)

A MORTE É FRIA (metonímia)

AFEIÇÃO É CALOR (metáfora)

Não sei que sangue vil de messalina,

Nas veias negras corre sangue vil de messalina

SANGUE ESTÁ POR FLUIDO E FLUIDO POR MATÉRIA QUE CONSTITUI O MÁRMORE (metonímia)

Sangue de messalina refere-se a sangue imoral, pecado.

MESSALINA ESTÁ POR PECADO (metonímia)

Sangue vil refere-se a sangue ruim, sangue pecaminoso.

PECADO É PARA BAIXO (metáfora) PECADO É ESCURO (metonímia)

O *frame* 3 evoca o mausoléu, agora não mais conceitualizado apenas como um lugar (construção para mortos), mas também personificado. Há uma sequência de recategorizações que explicitam essa personificação: a primeira a de “mausoléu como mármore”, à qual estão relacionadas três outras, quer seja a de “desenhos da superfície do mármore como veias negras”, a de “matéria que constitui o mármore como sangue vil” e a “de pecado como messalina”.

Essas quatro recategorizações têm especificidades que precisam ser demonstradas. Note-se que, inicialmente, por um processo metonímico, mármore é tomado por mausoléu (MATÉRIA PELA CONSTRUÇÃO), mas, simultaneamente, ocorre um processo metafórico em que mausoléu é recategorizado como um organismo vivo (O MAUSOLÉU É UM CORPO). Tal recategorização não se explicita na superfície textual, mas pode ser inferida a partir da abertura do processamento cognitivo das outras recategorizações que também tomam lugar no

frame analisado (i.e., “desenhos da superfície do mármore como veias negras”, “matéria que constitui o mármore como sangue vil” e “pecado como messalina”). Dessa forma, o mausoléu, metaforicamente, é um corpo que possui veias negras onde corre sangue vil de messalina. A recategorização de “mausoléu como mármore” tem, assim, bases metonímica e metafórica, estando ambos os processos integrados no instanciamento da expressão linguística recategorizadora (i.e., mármore). Interessante notar que a recategorização metafórica de “mausoléu como um organismo (corpo) vivo” também carrega, em sua subjacência, a metáfora A VIDA É UM FLUIDO DENTRO DE UM CORPO, descrita no *frame* anterior.

Já as expressões recategorizadoras “veias negras”, “sangue vil” e “messalina” têm os seus referentes explicitados apenas no nível das estruturas e funcionamento cognitivo, mediante a evocação dos processos metafóricos e metonímicos que as licenciam, constituindo essas recategorizações casos de inferências dos referentes somente a partir da abertura do processamento cognitivo. Assim, metonimicamente, VEIAS NEGRAS ESTÃO POR MAUSOLÉU, SANGUE VIL POR SUBSTÂNCIA QUE CONSTITUI O MÁRMORE e MESSALINA POR PECADO. Ocorre que essas três recategorizações, aparentemente metonímicas, são também licenciadas pela metáfora MAUSOLÉU É UM ORGANISMO (CORPO) VIVO, havendo, desse modo, uma integração da metáfora e da metonímia na sua construção.

Pelas conjecturas feitas neste estudo, essas quatro ocorrências recategorizadoras podem constituir casos de recategorização por interação metáfora-metonímia. Ao mesmo tempo, na sua descrição, a natureza cognitivo-referencial do processo de recategorização fica ainda mais evidente pela existência de referentes que se explicitam somente por meio da ancoragem em modelos cognitivos. Passamos à esquematização do *frame* 4.

Frame 4: CEMITÉRIO

A) Elemento: COVA

“A cova, num bocejo indiferente,
Abre ao primeiro a boca libertina.”

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

A cova, num bocejo indiferente,
Abre ao primeiro a boca libertina.

COVA É BOCA (metáfora)

ACARRETAMENTO: A BOCA SE ABRE E BOCEJA

Um bocejo indiferente refere-se a um bocejo de enfado

ACARRETAMENTO: BOCEJO É CANSAÇO, É DESINTERESSE.

Boca libertina remete a messalina. Uma boca que não escolhe, uma boca que se abre pra qualquer um, que é indiferente.

LIBERTINA POR MESSALINA (metonímia CARACTERÍSTICA PELA PESSOA)

Nesse *frame*, que tem como único elemento a cova, o enunciador, por um processo metonímico, retoma o mausoléu como cova (PARTE PELO TODO), para se reportar ao momento do ritual do enterro. Ao mesmo tempo, cova é recategorizada metaforicamente como boca (COVA É BOCA), de forma coerente com a recategorização de “mausoléu como um corpo” no *frame* anterior. A metáfora COVA É BOCA tem como acarretamentos A BOCA SE ABRE E BOCEJA, um bocejo indiferente, um bocejo de enfado, daí que o ato de bocejar acarreta cansaço e desinteresse.

Por um processo metonímico (CARACTERÍSTICA PELA PESSOA), a expressão “boca libertina” remete a messalina, também referida no *frame* anterior, significando uma boca que se abre para qualquer um. Note-se também que, nesse *frame*, há uma integração dos processos metafórico e metonímico no licenciamento das expressões recategorizadoras. O interessante é que aqui se constrói uma situação ainda mais rica em termos da recategorização como um processo interativo entre metáfora e metonímia, porque a expressão linguística “cova” homologa a recategorização metonímica de mausoléu, mas essa recategorização já vem encadeada numa outra recategorização metafórica de “mausoléu como corpo”, manifesta apenas no nível das estruturas e do processamento cognitivo, tanto que, na progressão referencial, a mesma expressão cova é recategorizada metaforicamente como boca.

Esse caso corrobora o nosso entendimento de que não se pode pensar a recategorização como um processo que se dá apenas na linearidade textual. É que, como vimos, particularmente nessas situações em que metáfora e metonímia interagem no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras, as recategorizações se dão numa espécie de cadeia que exige um movimento circular na sua (re)construção.

O *frame* 5 é constituído pelo cenário da partida desta para a outra vida, que ocorre a partir do sepultamento do corpo no mausoléu, agora metaforicamente concebido como uma embarcação (nau) edificada no cemitério, o seu ponto de partida, cujos passageiros são os mortos. O esquema desse *frame* é o que segue:

Frame 5: **NAU (PASSAGEIROS)**

“Ei-la a nau do sepulcro – o cemitério...
Que povo estranho no porão profundo!

Emigrantes sombrios que se embarcam
Para as plagas sem fim do outro mundo”

A) Elementos: NAU (recategorização de mausoléu)

EMIGRANTES SOMBRIOS (recategorização de mortos como viajantes)

POVO ESTRANHO (recategorização de mortos)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Ei-la a nau do sepulcro – o cemitério...

Mausoléu é uma nau, meio de embarcação dos mortos.

MAUSOLÉU É UMA EMBARCAÇÃO (metáfora)

ESQUEMA DE IMAGEM: *CONTAINER* [NAU É UM RECIPIENTE PARA MORTOS]

A MORTE É PARTIDA (metáfora). Partida numa nau que está situada num ponto (o cemitério).

ESQUEMA DE IMAGEM: ORIGEM-PERCURSO-META

Que povo estranho no porão profundo!

POVO ESTRANHO (recategorização de mortos)

POVO ESTRANHO: PESSOAS QUE NÃO SE CONHECEM

PORÃO PROFUNDO (recategorização de cova)

A MORTE É PARA BAIXO (metáfora)

QUANTO MAIS PROFUNDO MAIS ESCURO

ACARRETAMENTO: PORÃO É FRIO; A MORTE É FRIA (metonímia)

A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

Emigrantes sombrios que se embarcam

Para as plagas sem fim do outro mundo

ESQUEMA DE IMAGEM: ORIGEM-PERCURSO-META

A MORTE É PARTIDA (metáfora)

A MORTE É UMA VIAGEM SEM RETORNO (metáfora)

O OUTRO MUNDO É UM DESTINO FINAL (metáfora)

Inicialmente, destaca-se, no *frame 5*, o papel da recategorização de “mausoléu como nau (do sepulcro)”¹⁷², sendo que a referência, nesse caso, retorna ao mausoléu do *frame 2* (construção para mortos). Três outras recategorizações metafóricas se somam a essa primeira, a de “cova como porão profundo”, a de “mortos como povo estranho” e a de “mortos como emigrantes sombrios”. Ressalte-se que, nas três, da mesma forma que a primeira, os referentes recategorizados não se explicitam textualmente no segmento textual

¹⁷² Aqui fazemos a leitura de que “do sepulcro” tenha sido utilizado somente por uma questão de métrica, razão pela qual consideramos na análise apenas a expressão “nau”.

que evoca o *frame* 5, mas no que evoca o *frame* 1, o que comprova, mais uma vez, a circularidade do processo de recategorização, que vimos defendendo.

Assim, a recategorização de “mausoléu como nau” tem em sua subjacência as metáforas MAUSOLÉU É UMA EMBARCAÇÃO e A MORTE É PARTIDA. Como essa partida ocorre por meio de uma nau, embarcação dos mortos, situada num ponto, o cemitério, configuram-se, dessa forma, os esquemas de imagens *CONTAINER* (a nau é um recipiente para mortos) e ORIGEM-PERCURSO-META, respectivamente. Daí também a estruturação das metáforas A MORTE É UMA VIAGEM SEM RETORNO e O OUTRO MUNDO É O DESTINO FINAL.

A recategorização de “cova como porão profundo” é instanciada pelas metáforas A MORTE É PARA BAIXO e A MORTE É ESCURIDÃO, pois, conceptualmente, a cova é uma escavação na terra e quanto mais profunda, mais escura. Por acarretamento, tem-se que o porão é frio, daí a metonímia A MORTE É FRIA. A recategorização de mortos como emigrantes sombrios também pode ser dita como instanciada pela metáfora A MORTE É ESCURIDÃO e pela metonímia A MORTE É FRIA.

A propósito da metáfora A MORTE É PARTIDA, Lakoff e Turner (1989) explicam que o fato de ser a morte assim conceitualizada traz as seguintes implicações: a) a existência de pontos de partida; b) a existência de meios de partida; c) a compreensão da morte como uma partida sem retorno; d) uma direção da partida ascendente ou descendente. Essa formulação casa perfeitamente com algumas das descrições dos MCIs procedidas neste *frame*, que assim se resumem: o cemitério é o ponto de partida da nau rumo a uma viagem sem retorno, cuja direção é descendente. Assim, a metáfora A MORTE É PARTIDA correlaciona-se com as metáforas MAUSOLÉU É UMA EMBARCAÇÃO, A MORTE É UMA VIAGEM SEM RETORNO, A MORTE É PARA BAIXO e A MORTE É ESCURIDÃO. A nau (e seus passageiros), evocada no *frame* 5, é descrita, no *frame* 6, da seguinte forma:

Frame 6: NAU (EMBARCAÇÃO)

“Tem os fogos – errantes – por santelmo.
Tem por velame – os panos do sudário...
Por mastro – o vulto esguio do cipreste,
Por gaiivotas – o mocho funerário...”

A) Elementos: FOGOS ERRANTES
 VELAME
 MASTRO
 GAIVOTAS

B) Modelos metafóricos/ metonímicos:

Tem os fogos – errantes – por santelmo.
Tem por velame – os panos do sudário...

FOGOS ERRANTES: SANTELMO (metáfora)
VELAME: PANOS DO SUDÁRIO (metáfora)

Por mastro – o vulto esguio do cipreste,
Por gaiotas – o mocho funerário...

MASTRO: VULTO ESGUIO DO CIPRESTE (metáfora)
CIPRESTE POR ÁRVORE DE CEMITÉRIO (metonímia)
GAIOTAS: MOCHO FUNERÁRIO (metáfora)
ACARRETAMENTO: O MOCHO É UMA AVE NOTURNA

Pela esquematização do *frame* 6, é possível constatar a caracterização da nau por meio de metáforas explícitas na estrutura sintática, que marca expressamente as correlações que o enunciador estabelece entre a estrutura da nau e elementos associados ao curso fúnebre e ao cenário de um cemitério. Assim, a nau evocada tem por santelmo os fogos errantes, os panos do sudário por velame, o vulto esguio do cipreste por mastro e o mocho funerário por gaiotas, de modo que a descrição da nau é feita de acordo com o seu papel de transição da morte: a nau é o meio de partida. Notadamente, o *frame* de nau ora descrito não pode ser dissociado do anterior, em que se apresenta a nau como a recategorização de mausoléu. Isso porque as analogias realizadas envolvem elementos que são parte da viagem de uma nau tomada em sentido não-figurado e elementos da nau, evocada, no *frame* 5, como metáfora de mausoléu.

O *frame* 7 evoca um momento posterior da viagem da nau, quando os corpos já se transformam em ossadas, pelo que se infere que os mortos já consolidaram a passagem para uma outra dimensão, embora não se revele explicitamente a que ponto ela chegou. O *frame* de nau agora é retomado sob um outro ângulo, na seguinte sequência:

Frame 7: NAU

“Ali ninguém se firma a um braço amigo...
Do inverno pelas lúgubres noitadas...
No tombadilho indiferentes chocam-se
E nas trevas esbarram-se as ossadas...”

A) Elementos: NAU
OSSADAS (recategorização de mortos)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Ali ninguém se firma a um braço amigo...

Ali: dêitico de nau

Ninguém se firma refere-se à falta de apoio.

MORTE É NÃO-LIGAÇÃO (ESQUEMA DE IMAGEM)

ACARRETAMENTO: POVO ESTRANHO NÃO É AMIGO.

NÃO EXISTE CALOR HUMANO NA NAU. OS CORPOS FICAM ISOLADOS.

A MORTE É FRIA (metonímia)

A FEIÇÃO É CALOR (metáfora)

Do inverno pelas lúgubres noitadas...

Inverno: ninguém se firma, refere-se a trevas.

A MORTE É FRIA (metonímia)

A FEIÇÃO É CALOR (metáfora)

A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

No tombadilho indiferentes chocam-se

Reiteração de ali ninguém se firma a um braço amigo

Falta de calor humano entre os corpos

A MORTE É FRIA (metonímia)

A FEIÇÃO É CALOR (metáfora)

ACARRETAMENTO: DA SOLIDÃO, DA INDIFERENÇA

A INDIFERENÇA É FRIA

E nas trevas esbarram-se as ossadas...

A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

ESCURO É INCERTO – ACARRETAMENTO: O MORTO FECHA O OLHO.

OSSADAS TOMADAS POR CORPOS (metonímia)

ACARRETAMENTOS: SE SÃO OSSADAS, SIGNIFICA QUE JÁ NÃO SÃO CORPOS. COMO OSSADAS PERDEM A IDENTIDADE. TODOS SÃO IGUAIS.

No *frame* descrito, o elemento dêitico “ali” é fundamental na remissão ao *frame* de nau, embora, como já dito, tomado sob outro aspecto, que aponta para a consumação da “viagem da morte”. O *frame* de nau evocado no trecho analisado remete também para dois esquemas de imagem: o esquema LIGAÇÃO (MORTE É NÃO-LIGAÇÃO), inferido pelas expressões “ninguém se firma” e “no tombadilho indiferentes”, e o esquema *CONTAINER*, pelo conhecimento de que a nau é também um tipo de cova, daí o esquema MAUSOLÉU-COVA-NAU.

Junto com o esquema MORTE É NÃO-LIGAÇÃO estão também as metáforas e metonímias que licenciam expressões subjacentes à concepção de morte como frieza, escuridão, incerteza e indiferença, sendo recorrentes, nesse *frame*, a metonímia A MORTE É FRIA e as metáfora A MORTE É ESCURIDÃO. A expressão as ossadas constitui-se como uma

ocorrência de recategorização motivada pela metonímia PARTE PELO TODO (OSSADAS POR CORPOS), em que o referente recategorizado, “os corpos dos mortos”, é inferido da ancoragem no conjunto de *frames* já descritos.

O *frame* 8 refere-se à parte do poema em que o enunciador cria uma empatia com o morto, discorrendo sobre suas possíveis lembranças. Como o enunciador vem construindo todo o cenário da morte em que ele mesmo tem atuação, esse trecho do poema, na progressão textual, manifesta-se com características de uma digressão, em que o enunciador se distancia da cena e especula acerca das lembranças dos mortos em geral, ou melhor, aquelas que ele mesmo poderia ter depois de morto. Segue a esquematização desse *frame*:

Frame 8: EMPATIA DO ENUNCIADOR COM O MORTO

“Como deve custar ao pobre morto
Ver as plagas da vida além perdidas,
Sem ver o branco fumo de seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!..”

A) Elementos: CADÁVER [MORTO]
 AVENIDAS (recategorização de lugares da vida)
 LAR
 BRANCO FUMO (recategorização de chaminé)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Ver as plagas da vida além perdidas,
A MORTE É UMA VIAGEM SEM VOLTA (metáfora)

Sem ver o branco fumo de seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!..

Os mortos estão perdidos e não podem ver o branco fumo dos seus lares. Sem ver significa sem poder voltar.

BRANCO FUMO POR CHAMINÉ (metonímia)

BRANCO FUMO (recategorização de chaminé)

BRANCO FUMO POR CALOR (metonímia)

CHAMINÉ POR LAR (metonímia)

LAR É CALOR (metáfora)

AFEIÇÃO É CALOR (metáfora)

Levantar-se: metáfora de subir: ir para o céu.

Avenidas referem lugares conhecidos.

AVENIDAS POR LUGARES CONHECIDOS (metonímia)

Observa-se, no *frame* 8, uma sequência de metáforas e de metonímias que estruturam o conceito de lar, na relação que o enunciador estabelece entre morte e separação,

da qual também deriva a metáfora A MORTE É UMA VIAGEM SEM VOLTA, daí a razão das lembranças. A expressão “branco fumo” é uma recategorização metonímica de “chaminé”, referente que se infere dos modelos cognitivos da forma que segue, ou seja, por um processo metonímico, BRANCO FUMO ESTÁ POR CHAMINÉ e também POR CALOR. Pelo mesmo processo, CHAMINÉ ESTÁ POR LAR, havendo, ainda, na constituição desse *frame*, as metáforas LAR É CALOR e AFEIÇÃO É CALOR, e a metonímia AVENIDAS POR LUGARES CONHECIDOS.

O último *frame* que identificamos na análise do poema “Quando eu morrer” é evocado pelo segmento textual em que o enunciador sugere um diálogo com os mortos. A exemplo do anterior, o enunciador sai do cenário de descrição dos rituais da morte biológica e passa a evocá-la sob um enfoque espiritualista, considerando que a sugestão do diálogo entre o leitor e os mortos evidencia a crença da existência da alma, tida como imortal. Veja-se a sequência:

Frame 9: DIÁLOGO COM OS MORTOS

“Oh! Perguntai aos frios esqueletos
Por que não têm o coração no peito...
E um deles vos dirá “Deixei-o há pouco
De amante no lascivo leito”.

“Outro: “Dei-o ao meu pai”. Outro: “Esqueci-o
Nas inocentes mãos de meu filhinho”...
...Meus amigos! Notai... bem como um pássaro
O coração do morto volta ao ninho!...”

A) Elementos: ENUNCIADOR

INTERLOCUTORES

FRIOS ESQUELETOS (recategorização de mortos)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Oh! Perguntai aos frios esqueletos
Por que não têm o coração no peito...

FRIOS ESQUELETOS POR MORTOS (metonímia)

VIDA É CALOR (metáfora)

ACARRETAMENTO: SE NÃO TEM CORAÇÃO, NÃO TEM O CALOR DO SANGUE.

A MORTE É FRIA (metonímia)

O coração não bate porque ele não tem corpo (corpo metonimizado)

O CALOR DO CORPO PELA VIDA (metonímia)

VIDA É CALOR (metáfora)

E um deles vos dirá “Deixei-o há pouco
De amante no lascivo leito”.

Q: retomada de coração (da vida)

Coração que bate é vida. No senso comum coração é lugar do sentimento (fundo do coração).

VIDA É CALOR (metáfora)

AFEIÇÃO É CALOR (metáfora)

LASCIVO LEITO POR PECADO (metonímia)

O primeiro morto remete a um pecador, a um sujeito que vivia na luxúria (remete a cova como uma boca libertina).

Outro: “Dei-o ao meu pai”. Outro: “Esqueci-o
Nas inocentes mãos de meu filhinho”...

Q : retomada de coração (da vida)

VIDA É CALOR (metáfora)

O segundo e o terceiro mortos remetem a pessoas boas.

Na nau seguem os bons e os maus: a morte é indiferente. Indiferente é frio.

A MORTE É FRIA (metonímia)

... Meus amigos! Notai... bem como um pássaro

Ruptura: volta ao esquema LIGAÇÃO.

O enunciador convida os interlocutores a ter um envolvimento com os sentimentos provocado pela morte.

O coração do morto volta ao ninho!...

CORAÇÃO PELAS LEMBRANÇAS DA PASSAGEM DA VIDA PRA MORTE (metonímia)

PEITO É NINHO (metáfora)

NINHO É O LAR (metáfora)

NINHO É CALOR (metáfora)

LAR É CALOR (metáfora)

CALOR É PROXIMIDADE (metáfora)

PROXIMIDADE É LIGAÇÃO (metáfora)

Volta é ligação: volta metafórica/ volta é igual a lembrança.

LEMBRANÇA É VIDA (metáfora)

Alguém não morre enquanto é lembrado

MORTE É ESQUECIMENTO (metáfora)

Nesse último *frame*, destaca-se, de início, a recategorização de “mortos como frios esqueletos”, instanciada pelas metonímias ESQUELETOS FRIOS PELO CORPO e A MORTE É FRIA, das quais também deriva a metáfora VIDA É CALOR, com seus acarretamentos. Como tal, o morto é frio porque o coração que bombeia o sangue para o corpo cessou suas funções, não existindo mais nele o calor sanguíneo. Se não há mais sangue correndo nas veias, não há

mais vida (VIDA É CALOR), da mesma forma que o coração para de bater porque o corpo, tomado metonimicamente pela vida, deixa de existir. O referente “mortos”, recategorizado metonimicamente como “frios esqueletos”, somente pode ser inferido a partir do modelo metonímico que ancora a referida construção.

No diálogo com os mortos, sugerido pelo enunciador, a pergunta sobre onde eles deixaram o coração tem a resposta de três interlocutores diferentes. Em todas, a expressão “o coração”, a partir desse ponto também considerada como uma recategorização metafórica de vida, é retomada pelo pronome “o”, compreendendo-se que o referente “vida” é inferido da estruturação desse *frame* e não se manifesta textualmente.

O primeiro interlocutor remete a uma pessoa pecadora, que vivia na luxúria, pela referência explícita a lascivo leito, expressão metonimicamente tomada por pecado. Para essa interpretação, estabelece-se aqui uma relação com o *frame* 4, em que cova é metaforicamente recategorizada como boca libertina, que se abre a qualquer um, sendo libertina metonimicamente tomada por messalina, analisada no *frame* 3 como uma remissão ao pecado. O segundo e o terceiro interlocutores, pelo fato de terem deixado o coração com seus entes queridos, respectivamente o pai e o filho, remetem a pessoas boas.

Nos dois últimos versos do segmento textual evocativo desse *frame*, o enunciador rompe com a conceitualização de morte como separação, a qual vem sendo construída, retornando ao esquema LIGAÇÃO, inferido do trecho “[...] como um pássaro o coração do morto volta ao ninho”. Entende-se que a expressão “volta ao ninho” está sendo usada metaforicamente em referência à lembrança do morto pelos vivos, pois, se há lembrança, não há separação (morte), de sorte que metaforicamente LEMBRANÇA É VIDA: alguém não morre enquanto lembrado, daí o esquema LIGAÇÃO.

Há ainda outros elementos fundamentais, que devem ser levados em conta na descrição do referido esquema de imagens. No trecho em análise, a expressão “ninho” constitui-se como uma recategorização metafórica de peito, instanciada pela metáfora PEITO É NINHO que, por sua vez, deriva das metáforas primárias NINHO É O LAR (NINHO É CALOR/ LAR É CALOR), CALOR É PROXIMIDADE e PROXIMIDADE É LIGAÇÃO. Assim, ao evocar o esquema LIGAÇÃO, o enunciador parece querer persuadir os seus interlocutores de que os mortos podem ser trazidos à vida pelas lembranças dos vivos.

Nesse fecho, comprova-se que, embora a construção do poema se tenha guiado, a princípio, pelo modelo materialista da morte, o enunciador termina por dar vazão ao modelo

espiritualista, reafirmando a crença da imortalidade da alma. Ao mesmo tempo, parece haver uma tentativa de convencer a si próprio de que, apesar da temida morte física, é possível ser eternizado nas lembranças dos vivos, talvez uma espécie de conforto para aqueles que adotam o modelo espiritualista, mas não têm, de fato, a certeza de que renascerão em outra dimensão. Assim, sobrepõem-se a esses dois modelos culturais um outro, ditado pelo senso comum: o de que só morre realmente quem é esquecido (MORTE É ESQUECIMENTO), passando a morte a ser conceitualizada como apagamento das lembranças.

Na análise do poema 1, vimos que metáforas e metonímias estão em constante interação no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras, corroborando a nossa hipótese da possibilidade de um tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia, a exemplo da recategorização de “mausoléu como mármore”, descrita na esquematização do *frame* 3. Vimos também que, principalmente na construção desse tipo de recategorização, é preciso admitir a extensão desse processo em termos de sua ancoragem no nível das estruturas e funcionamento cognitivo, o que demonstra que a recategorização nem sempre pode ser totalmente explicitada na superfície do texto, pela retomada ou remissão de itens lexicais, sendo necessário rastrear as suas âncoras por processos inferenciais, no caso, via modelos cognitivos idealizados.

Conforme apresentado, na recategorização de “mausoléu como mármore”, em que defendemos a coinstanciação dos processos metafórico e metonímico, a recategorização metafórica de “mármore como organismo” não se explicita textualmente, mas somente ocorre pela sua ancoragem no *frame* 3, cuja estrutura evoca a personificação de mausoléu e autoriza a construção dessa inferência. Assim, salientamos que, se o processo de recategorização fosse tomado somente na perspectiva da superfície e da linearidade do texto, o caminho natural seria o de se estabelecer uma relação imediata entre o referente mausoléu, do *frame* 2, e a expressão recategorizadora “mármore”, do *frame* 3, chegando-se, no máximo, a uma classificação dessa ocorrência como um caso de recategorização metonímica. Entretanto, como constatamos na estruturação dos referidos *frames*, a partir das pistas linguísticas evocadas, a conceptualização de mausoléu não é a mesma nesses *frames*, de forma que são essas diferentes conceitualizações que, nas duas recategorizações que ele sofre, ancoram o referente mausoléu. No *frame* 2, temos o referente “mausoléu” recategorizado como “hotel funéreo” e, no *frame* 3, como “corpo”.

A diferença fundamental entre essas duas recategorizações é que a primeira se explicita textualmente pela presença do item lexical recategorizador “hotel funéreo”, enquanto

a segunda somente se explicita no nível das estruturas e processamento cognitivo, quando são descritos os MCIs que subjazem ao conjunto formado pelas expressões linguísticas “(d)esse mármore”, “veias negras”, “sangue vil” e “messalina”, as quais, num processo simultâneo, constituem também casos de recategorizações licenciadas pela metáfora MAUSOLÉU É UM ORGANISMO, surgida em integração com as respectivas metonímia, que também licenciam tais ocorrências. Note-se que há um entrecruzamento de metáforas e de metonímias, evocadas em diferentes *frames*, no licenciamento das referidas recategorizações, o que lhes quebra uma perspectiva linear.

Os resultados dessa primeira análise já se mostram como significativos na elucidação da complexidade de que se reveste a recategorização, em termos dos objetivos e recorte eleitos para este estudo. Ao mesmo tempo, fica patente que a riqueza da dinâmica desse processo, por nós defendida, ultrapassa os limites da superfície textual e pode ser melhor compreendida quando se traz à cena os aspectos cognitivos inerentes a esse fenômeno linguístico.

3.2.2 Análise do poema 2

De profundis

Da Costa e Silva

Quanta luz, quanto amor dentro de um cemitério!
E eu neste Horto da Vida, alma em dúvidas, anho
Perdido; e a morte a conduzir o seu rebanho
Ao sol, à chuva, ao luar, no Redil do Mistério.

Dlon... Sinos a dobrar... Vibram no Azul Sidéreo
Os dobres da Saudade, Asa do Eco, hino estranho,
Santos óleos do Som a ungir tudo num banho...
E a zagala a seguir deste a outro hemisfério.

A Oliveira da Paz no Campo Santo medra...
Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra,
Quanto bem há, talvez, no horror que nos infundes!

Lágrimas a boiar no olhar dúbio dos círios!...
E eu em ânsia, a chorar, tendo n' alma em delírios
Braços de cruz no Azul clamando: **De profundis...**

I. Passo 1: Divisão do poema

Parte 1: O enunciador descreve o cenário do cemitério, destacando as luzes colocadas para iluminar os mortos, pelas pessoas que lhes têm afeição. Faz isso ao refletir sobre a vida como um lugar de tormento, na tentativa, talvez, de amenizar o horror que circunda a morte, como se quisesse justificar a sua vontade de deixar a vida para cessar o seu sofrimento.

Quanta luz, quanto amor dentro de um cemitério!
E eu neste Horto da Vida, alma em dúvidas, anho
Perdido; e a morte a conduzir o seu rebanho
Ao sol, à chuva, ao luar, no Redil do Mistério.

Parte 2: O enunciador cria o cenário do ritual pós-morte, destacando lugares, elementos e atos a ele relacionados. Mesmo ficando implícito, nesse cenário, que o corpo vai para o cemitério, o relevo é para os ritos que acontecem no momento anterior a essa etapa.

Dlon... Sinos a dobrar... Vibram no Azul Sidéreo
Os dobres da Saudade, Asa do Eco, hino estranho,
Santos óleos do Som a ungir tudo num banho...
E a zagala a seguir deste a outro hemisfério.

Parte 3: O enunciador retorna ao cenário do cemitério.

A Oliveira da Paz no Campo Santo medra...
Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra,
Quanto bem há, talvez, no horror que nos infundes!

Parte 4: O enunciador expressa suas incertezas sobre a morte, apesar do cenário descrito na parte 3. Retoma as luzes do cemitério sob um novo ângulo, retratando o estado de ansiedade que parece viver e retorna para o momento da cerimônia da morte.

Lágrimas a boiar no olhar dúbio dos círios!...
E eu em ânsia, a chorar, tendo n'alma em delírios
Braços de cruz no Azul clamando: **De profundis...**

II. Passo 2: Definição dos *frames*

DIVISÃO DO POEMA	FRAMES	SEGMENTOS TEXTUAIS
Parte 1	<i>Frame 1:</i> CEMITÉRIO	Quanta luz, quanto amor dentro de um cemitério!
	<i>Frame 2:</i> SOFRIMENTO	E eu neste Horto da Vida, alma em dúvidas, anho Perdido;
	<i>Frame 3:</i> MORTE	e a morte a conduzir o seu rebanho Ao sol, à chuva, ao luar, no Redil do Mistério.
Parte 2	<i>Frame 4:</i> CERIMÔNIA E CORTEJO DA MORTE	Dlon... Sinos a dobrar... Vibram no Azul Sidéreo Os dobres da Saudade, Asa do Eco, hino estranho, Santos óleos do Som a ungir tudo num banho... E a zagala a seguir deste a outro hemisfério.
Parte 3	<i>Frame 5:</i> CEMITÉRIO	A Oliveira da Paz no Campo Santo medra... Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra, Quanto bem há, talvez, no horror que nos infundes!
Parte 4	<i>Frame 7:</i> RITUAL DA MORTE	Lágrimas a boiar no olhar dúbio dos círios!... E eu em ânsia, a chorar, tendo n' alma em delírios Braços de cruz no Azul clamando: De profundis...

Quadro 2: Definição dos *frames* do poema 2

III. Passos 3, 4 e 5: Definição dos elementos dos *frames*/ Identificação e descrição dos modelos metafóricos e metonímicos/Identificação das ocorrências de recategorização

Em “De profundis”, o primeiro *frame* que toma lugar na sistematização proposta é o de cemitério, cuja evocação se dá a partir das ocorrências linguísticas do primeiro verso do poema, da forma que segue.

Frame 1: CEMITÉRIO

“Quanta luz, quanto amor dentro de um cemitério!”

A) Elementos: VELAS (recategorizadas como luz)
MORTOS
ENTES QUERIDOS DOS MORTOS

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

LUZ ESTÁ POR VELA (CÍRIO) (metonímia EFEITO PELA MATÉRIA)

LUZ ESTÁ POR AMOR (metonímia CALOR PELO SENTIMENTO)

Acender velas (luz) para os mortos é um ato de afeição. As pessoas que se gostam estão próximas e essa proximidade gera calor.

AFEIÇÃO É CALOR (metáfora)

Os elementos estruturadores do *frame* 1 são velas, mortos e entes queridos dos mortos. Inicialmente, numa relação metonímica de EFEITO PELA MATÉRIA, temos a recategorização de “velas como luz”, entretanto esse referente somente pode ser recuperado a partir de um movimento circular em direção ao último *frame*, quando se constata a sua homologação como círios. Uma outra versão dessa primeira metonímia é LUZ ESTÁ POR AMOR, da qual deriva a metáfora AFEIÇÃO É CALOR. Note-se que esse conjunto de modelos cognitivos (metafórico e metonímico) é a base da construção do *frame* de cemitério como um lugar iluminado e cheio de amor, que guarda os entes queridos dos vivos.

Observa-se que a estruturação de um mesmo *frame* pode mudar a partir da perspectiva do enunciador. Como vimos, no *frame* 4 do poema 1, a estruturação do *frame* de cemitério difere totalmente desta, visto que os elementos e modelos que o constituem são associados aos ritos fúnebres geralmente temidos pelos vivos. Essa inversão de perspectiva, em que o cenário de cemitério não é apresentado como macabro, é coerente com o *frame* 2, descrito na sequência, em que a vida é concebida como um lugar de sofrimento.

Frame 2: **SOFRIMENTO**

“E eu neste Horto da Vida, alma em dúvidas, anho
Perdido;”

A) Elementos: ENUNCIADOR (PESSOA) (recategorizado como alma em dúvidas e anho perdido)

VIDA (LUGAR) (recategorizada como Horto)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

E eu neste Horto da Vida, alma em dúvidas, anho
Perdido

Eu: dêitico que aponta para o enunciador (pessoa).

A referência ao eu dêitico é tomada metonimicamente por alma.

A ALMA ESTÁ POR PESSOA (metonímia)

Uma alma em dúvidas refere-se à alma como um lugar. A alma é um lugar onde existem ideias que vão numa direção certa.

A ALMA É UM LUGAR (metáfora)

A vida para o enunciador é um lugar de sofrimento.

HORTO ESTÁ POR LUGAR (metonímia)

A VIDA É UM HORTO (metáfora)

Anho perdido pode remeter a falta de discernimento. Estar perdido é estar na escuridão.

ALMA ESTÁ POR PESSOA (metonímia)

A ALMA É UM ANHO PERDIDO (metáfora)

A DÚVIDA É ESCURIDÃO (metáfora). Quem está na escuridão se perde.

No *frame 2*, destaca-se inicialmente a recategorização metonímica de “pessoa como alma em dúvidas”, inferida a partir da presença do dêitico eu. Simultaneamente, ocorre a recategorização metafórica de “alma como lugar”, licenciada pela metáfora A ALMA É UM LUGAR, mas essa recategorização somente se processa no nível das estruturas cognitivas, pela descrição do respectivo modelo metafórico, evocado a partir da expressão “alma em dúvidas”, em mais um caso que pode se dito como de integração entre metáfora e metonímia.

Na sequência, compõem o quadro da descrição do *frame* de vida, conceptualizada como um lugar de agruras, as metáforas A VIDA É UM HORTO e A ALMA É UM ANHO PERDIDO, que licenciam as recategorizações metafóricas de “vida como um horto” e de “alma como anho perdido”, ambas explicitadas textualmente. A recategorização de “alma como anho perdido” não pode ser dissociada do *frame* de morte, abaixo apresentado.

Frame 3: MORTE

“e a morte a conduzir o seu rebanho

Ao sol, à chuva, ao luar, no Redil do Mistério.”

A) Elementos: MORTE

REBANHO (recategorização de almas)

REDIL DO MISTÉRIO (recategorização de outra dimensão)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

e a morte a conduzir o seu rebanho

Por acarretamento metafórico A MORTE É UMA PASTORA (metáfora)

REBANHO POR ALMAS (metonímia)

Ao sol, à chuva, ao luar, no Redil do Mistério.

SOL, CHUVA E LUAR ESTÃO POR TEMPO (metonímia)

A morte vai conduzindo as almas através do tempo, no Redil do Mistério.

REDIL DO MISTÉRIO (recategorização de OUTRA DIMENSÃO)

Mistério remete àquilo que está oculto, que não se compreende. O enunciador ainda não foi arrebanhado pela morte, não faz parte ainda do seu redil. Não conhece a morte, que remete a mistério.

MISTÉRIO É ESCURIDÃO (metáfora)

Mistério remete a dúvida. Dúvida remete a perdido (quem está perdido está no escuro, sem saber para onde ir, sem ter discernimento).

No *frame* 3, a recategorização metonímica de “almas como rebanho”, à qual se associa a recategorização metafórica de “morte como pastora”, remete à recategorização metafórica de “alma como anho perdido”, no *frame* anterior. Assim, as duas recategorizações referidas inicialmente têm os referentes textualmente explícitos, mas o referente “alma (s)”, da primeira recategorização, somente é recuperado num movimento de retorno ao *frame* 2. A morte é então conceptualizada, neste *frame*, como uma pastora de almas que conduz o seu rebanho no Redil do Mistério. A expressão “Redil do Mistério” é uma recategorização metafórica do referente “outra dimensão”, que não se explicita na superfície do texto, mas pode ser inferido do modelo metafórico evocado a partir dela, como MISTÉRIO É ESCURIDÃO. Não se tem discernimento daquilo que não se conhece ainda, da “outra dimensão” na qual a morte guarda o seu rebanho de almas.

Frame 4: CERIMÔNIA E CORTEJO DA MORTE

“Dlon... Sinos a dobrar... Vibram no Azul Sidéreo
Os dobres da Saudade, Asa do Eco, hino estranho,
Santos óleos do Som a ungir tudo num banho...
E a zagala a seguir deste a outro hemisfério.”

A) Elementos: SINOS

HINO

SOM

ÓLEOS

ZAGALA (recategorização de morte)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Dlon... Sinos a dobrar... Vibram no Azul Sidéreo

Dlon: onomatopeia (som do sino)

OS DOBRES DOS SINOS PELO ANÚNCIO DA MORTE (metonímia)

AZUL SIDÉREO POR CÉU (metonímia)

Os dobres da Saudade, Asa do Eco, hino estranho,

Os que partem deixam saudade. Os sinos anunciam a morte.

Os sinos anunciam a saudade que os mortos deixam.

OS DOBRES DA SAUDADE (recategorização de dobres dos sinos)

A MORTE É PARTIDA (metáfora)

ASA DO ECO (recategorização de dobres dos sinos)

Quando o sino bate, ele ecoa. O formato do sino é que provoca o eco.

O ECO ESTÁ PELO SOM PROPAGADO PELO SINO (metonímia). O eco que se espalha.

A batida repetida dos sinos é um eco do anúncio da morte. É o som (aviso da morte) que se propaga, que voa no Azul Sidéreo.

O DOBRE DO SINO É UMA ASA DO ECO (metáfora)

Hino estranho (recategorização de dobres do sino). Refere louvor estranho. Não se celebra a morte. Na cultura ocidental, é a vida que é celebrada.

Santos óleos do Som a ungir tudo num banho...

Santos óleos referem-se a óleo sagrado usado na extrema-unção

SANTOS ÓLEOS DO SOM ESTÃO POR SACRAMENTO (metonímia)

O DOBRE DO SINO É A CONSAGRAÇÃO DA MORTE (metáfora)

E a zagala a seguir deste a outro hemisfério.

Zagala refere-se à pastora.

A MORTE É UMA PASTORA (metáfora)

DESTE [HEMISFÉRIO] ESTÁ POR MORADA DOS VIVOS (metonímia)

OUTRO HEMISFÉRIO ESTÁ POR MORADA DOS MORTOS (metonímia)

A MORTE É PARTIDA (metáfora) ESQUEMA DE IMAGEM ORIGEM- PERCURSO-META

A MORTE É PARA CIMA

Neste *frame*, há um número significativo de metáforas e de metonímias no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras, bem como ocorrências em que os dois processos interagem na sua instanciação. Na descrição do quadro da cerimônia e cortejo da morte, sobrepõem-se os elementos ritualísticos próprios da ocasião, a começar pelo seu anúncio por meio dos dobres dos sinos, que ecoam no céu, também como uma forma de reverência ao morto.

O cortejo fúnebre ritualístico é referido por Lakoff e Turner (1989) como associado à metáfora A MORTE É PARTIDA, que também integra o *frame* analisado. Assim, por um processo metonímico, neste *frame*, OS DOBRES DOS SINOS ESTÃO POR ANÚNCIO DA

MORTE e AZUL SIDÉREO ESTÁ POR CÉU. Entretanto, é preciso considerar que a ponta dessa primeira metonímia já surge na onomatopeia “dlon”, em que o som está pela coisa (sino), havendo, na sequência, um conjunto de recategorizações desencadeadas a partir do referente “sinos a dobrar”, com a característica de ser coordenadas, pois estão numa única posição temática ligadas à expressão “ungir tudo num banho”, mas não retomam sistematicamente o citado referente da mesma forma.

Assim sendo, a expressão recategorizadora “os dobres da saudade” retoma “dobres dos sinos mais a morte”, licenciada pela metonímia OS DOBRES DO SINO PELO ANÚNCIO DA MORTE e pela metáfora A MORTE É PARTIDA, enquanto a expressão recategorizadora “asas do eco” retoma “dobres dos sinos mais a propagação do aviso da morte”, licenciada pela metonímia O ECO ESTÁ PELO SOM PROPAGADO PELO SINO e pela metáfora O DOBRE DO SINO É UMA ASA DO ECO. Já a expressão recategorizadora “hino estranho” retoma metaforicamente “dobres do sino como música estranha”, que acompanha o rito da morte.

A última recategorização desse conjunto é a mais complexa em termos da remodelação do referente “dobres do sino”: a expressão recategorizadora “Santos óleos do Som” retoma esse referente acrescido da propriedade de um sacramento, sendo a metonímia SANTOS ÓLEOS DO SOM ESTÃO POR SACRAMENTO e a metáfora O DOBRE DO SINO É A CONSAGRAÇÃO DA MORTE que licenciam essa expressão. Tal recategorização fecha o ciclo dos ritos da morte evocados no *frame*, numa espécie de ritual de purificação, inferência para a qual também colabora a expressão “a ungir tudo num banho”.

A recategorização metafórica de “morte como zagala” (A MORTE É UMA PASTORA) encerra esse *frame*, acompanhada de outras metáforas e metonímias evocadas por “[a morte] a seguir deste a outro hemisfério”, isto é, as metonímias DESTA [HEMISFÉRIO] ESTÁ POR MORADA DOS VIVOS e OUTRO HEMISFÉRIO ESTÁ POR MORADA DOS MORTOS e a metáfora A MORTE É PARTIDA, estruturada pelo esquema ORIGEM-PERCURSO-META. A descrição do percurso da morte (deste a outro hemisfério) também conduz à evocação da metáfora A MORTE É PARA CIMA.

O *frame* seguinte é o de cemitério, novamente retomado pelo enunciador na perspectiva de um lugar que não causa horror.

Frame 5: CEMITÉRIO

“A Oliveira da Paz no Campo Santo medra...
Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra,
Quanto bem há, talvez, no horror que nos infundes!”

- A) Elementos: CEMITÉRIO (recategorizado como Campo Santo e Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra)
MORTOS (recategorizados como carneiros de pedras)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

A Oliveira da Paz no Campo Santo medra...

OLIVEIRA DA PAZ ESTÁ POR ALIMENTO (metonímia)
A PAZ É O ALIMENTO DOS MORTOS (metáfora)
A MORTE É PAZ (metáfora)
CAMPO SANTO (recategorização de cemitério)
A MORTE É PURIFICAÇÃO (metáfora)

Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra,
DOCE APRISCO FELIZ (recategorização de cemitério)
O CEMITÉRIO É O LAR DOS CARNEIROS DE PEDRA (metáfora)
Carneiros de pedra refere-se aos mortos que estão dentro dos mausoléus
OS MORTOS SÃO CARNEIROS DE PEDRA (metáfora)

Quanto bem há, talvez, no horror que nos infundes!

Bem: Santo Horror: campo santo remete a cemitério.
Nos infundes: Dêitico – dentro da alma.
A eclipse de cemitério [MORTE]
CEMITÉRIO ESTÁ POR MORTE (metonímia LUGAR PELO EVENTO)
A MORTE É PAZ (metáfora)
O MEDO PELA MORTE (metonímia)
A MORTE É FRIA (metonímia)
A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

O *frame 5* inicia com uma sequência de recategorizações metafóricas do referente “cemitério”, instaurado no *frame 1*, sendo recategorizado como “Campo Santo” e “Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra”. Essas recategorizações são antecedidas pela recategorização metonímica de “alimento por Oliveira da Paz”, cujo referente é inferido da metonímia A OLIVEIRA DA PAZ ESTÁ POR ALIMENTO, ao passo que a expressão recategorizadora “Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra”, licenciada pela metáfora O CEMITÉRIO É O LAR DOS CARNEIROS DE PEDRA, pode sofrer um desdobramento, com

carneiros de pedra recategorizando o referente “mortos”, que só se explicita no nível das estruturas cognitivas da conjuntura desse *frame*.

Subjacente a essa última recategorização se encontra a metáfora OS MORTOS SÃO CARNEIROS DE PEDRA. Outras metáforas da morte podem ser evocadas a partir dessas expressões recategorizadoras, colaborando na estruturação do *frame* de cemitério descrito: A PAZ É O ALIMENTO DOS MORTOS e A MORTE É PURIFICAÇÃO. Uma quarta recategorização toma lugar no último segmento constituinte desse *frame*, a recategorização metonímica de “cemitério como morte”, licenciada pela metonímia CEMITÉRIO POR MORTE (LUGAR PELO EVENTO). Note-se, porém, que o referente “cemitério” se encontra elíptico no segmento textual “Quanto bem há, talvez, no horror que nos infundes!”, e a sua recategorização como morte somente pode ser rastreada pelo entrecruzamento com os outros *frames* evocados pelo poema, os quais giram em torno do elemento morte. Nesse mesmo segmento, há outras metáforas e metonímias que subjazem as expressões linguísticas que o constituem. É o caso das metonímias O MEDO PELA MORTE e A MORTE É FRIA e das metáforas A MORTE É PAZ e a MORTE É ESCURIDÃO, de modo que, assim como os *frames* já descritos, ocorre aqui uma continuidade da inquietação do enunciador quanto ao antagonismo vida e morte que, como veremos, tem o seu clímax no último *frame*, quando parece chegar o momento de uma escolha para um (re)nascimento.

Frame 6: RITUAL DA MORTE

“Lágrimas a boiar no olhar dúbio dos círios!...
E eu em ânsia, a chorar, tendo n’alma em delírios
Braços de cruz no Azul clamando: **De profundis...**”

A) Elementos: ENUNCIADOR

VELAS

LÁGRIMAS

CRUZ

CÉU

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Lágrimas a boiar no olhar dúbio dos círios!...

LÁGRIMAS POR PARAFINA DERRETIDA DA VELA (metonímia)

Olhar dúbio dos círios refere-se ao piscar da chama da vela.

OLHAR DÚBIO DOS CÍRIOS ESTÁ POR LUZ (metonímia)

É dúbio porque a vela pisca quando está muito cheia e depois que escorre ela mantém a chama viva novamente.

Velas: representam dor e amor.

E eu em ânsia, a chorar, tendo n'alma em delírios

A chorar: Refere-se à lágrima da parafina com o choro do enunciador.

N'alma:

A ALMA POR LUGAR (metonímia)

A alma é um lugar onde ele está perdido e onde ele tem a lembrança de braços de cruz no azul que clamam **de profundis**.

Delírio refere perdido, confuso, em dúvida. O enunciador se compara com as velas.

Braços de cruz no Azul clamando: De profundis..

BRAÇOS DE CRUZ NO AZUL POR CRUCIFIXO NO ALTO (metonímia). Remissão à torre da igreja ou ao sofrimento de Cristo.

De profundis refere-se a sair das profundezas e vir para cima (a ressurreição).

A MORTE É PARA CIMA (metáfora)

A MORTE É LIBERTAÇÃO (metáfora)

A VIDA É UMA PRISÃO (metáfora)

Nesse último *frame* do poema “De profundis”, não há uma presença massiva de recategorizações, com destaque apenas para “parafina derretida da vela como lágrimas”, licenciada pela metonímia LÁGRIMAS POR PARAFINA DERRETIDA DA VELA, “olhar dúbio dos círios como luz”, explicitada textualmente na relação com o *frame* 1, em que LUZ ESTÁ POR VELAS (CÍRIOS), “alma como lugar”, licenciada pela metonímia A ALMA POR LUGAR, e “crucifixo no alto como braços de cruz no Azul”, instanciada pela metonímia BRAÇOS DE CRUZ NO AZUL POR CRUCIFIXO NO ALTO. Todas essas recategorizações, exceto a segunda, têm os respectivos referentes inferidos dos modelos cognitivos que lhes dão licenciamento, não estando esses explícitos na superfície textual.

A expressão “De profundis”, que finaliza o *frame*, evoca a metáfora A MORTE É PARA CIMA, fechando a construção da concepção de morte como libertação (A MORTE É LIBERTAÇÃO), que permeia todo o poema, nas dúvidas e inquietações do enunciador, e vai ao encontro da concepção de vida como prisão (A VIDA É PRISÃO). São essas metáforas, A MORTE É LIBERTAÇÃO e A VIDA É PRISÃO, que estão no ápice da ancoragem da construção dos sentidos do poema inteiro, sendo elas também apreciadas por Lakoff e Turner (1989), cujas considerações ajudam a compreender melhor as relações que estabelecemos na sua vinculação à construção dos sentidos da íntegra do poema.

A vida pode ser concebida em termos de prisão do corpo. A alma da pessoa que conduz a vida é metaforicamente um prisioneiro atado. O ser corporificado é

metaforicamente a cadeia ou outro artifício físico que prende a alma. Assim, a vida pode ser dita como o aprisionamento da alma no corpo, e o corpo como uma masmorra construída para a alma. O evento da morte é metaforicamente o evento de ser libertado de um aprisionamento, como quando os grilhões são quebrados, ou quando o prisioneiro é libertado da prisão¹⁷³. (LAKOFF; TURNER, 1989, p. 23).

Assim, entendemos que, a partir da descrição do *frame* 1, já se evidencia o jogo entre as respectivas metáforas, quando o enunciador inicia as suas reflexões sobre a vida como um lugar de tormentos e exalta o cemitério (representação da morte) como um lugar de amor e luz. No último *frame*, essa espécie de apologia à morte se torna mais forte pela presença da expressão “de profundis”, que evoca um convite para a libertação da alma, que experimenta um (re)nascimento.

3.2.3 Análise do poema 3

A morte é que está morta

Mário Quintana

Ela é aquela Princesa Adormecida
no seu claro jazigo de cristal.
Aquele a quem, um dia - enfim - despertarás...

E o que esperavas ser teu suspiro final
é o teu primeiro beijo nupcial!

- Mas como é que eu te receava tanto
(no teu encantamento lhe dirás)
e como podes ser assim - tão bela?!
Nas tantas buscas, em que me perdi,
vejo que cada amor tinha um pouco de ti...

E ela, sorrindo, compassiva e calma:
- E tu, por que é que me chamavas Morte?
Eu sou, apenas, tua Alma...

¹⁷³ Life can be conceived of in terms of bodily bondages. The soul of the person leading the life is metaphorically a bound prisoner. Being embodied is metaphorically the chain or other physical device that binds the soul. Thus life can be said to imprison the soul in the body, and the body can be said to be a dungeon trapping the soul. The event of death is metaphorically the event of being released from imprisonment, as when the chains breaks, or as when the prisoner is released from prison.

I. Passo 1: Divisão do poema

Parte 1: O enunciador apresenta a morte personificada, sem denotar nenhuma característica de horror, tratando-a como um acontecimento natural.

Ela é aquela Princesa Adormecida
no seu claro jazigo de cristal.
Aquele a quem, um dia - enfim - despertarás...

Parte 2: A morte é sugerida pelo enunciador como o início de uma nova fase.

E o que esperavas ser teu suspiro final
é o teu primeiro beijo nupcial!

Parte 3: Descrição do momento de encontro com a morte.

- Mas como é que eu te receava tanto
(no teu encantamento lhe dirás)
e como podes ser assim - tão bela?!
Nas tantas buscas, em que me perdi,
vejo que cada amor tinha um pouco de ti...

E ela, sorrindo, compassiva e calma:
- E tu, por que é que me chamavas Morte?
Eu sou, apenas, tua Alma...

II. Passo 2: Definição dos *frames*

DIVISÃO DO POEMA	FRAMES	SEGMENTOS TEXTUAIS
Parte 1	<i>Frame 1:</i> APRESENTAÇÃO DA MORTE	Ela é aquela Princesa Adormecida no seu claro jazigo de cristal. Aquele a quem, um dia - enfim - despertarás...
Parte 2	<i>Frame 2:</i> MOMENTO DA MORTE	E o que esperavas ser teu suspiro final é o teu primeiro beijo nupcial!
Parte 3	<i>Frame 3:</i> ENCONTRO COM A MORTE	- Mas como é que eu te receava tanto (no teu encantamento lhe dirás) e como podes ser assim - tão bela?! Nas tantas buscas, em que me perdi, vejo que cada amor tinha um pouco de ti... E ela, sorrindo, compassiva e calma: - E tu, por que é que me chamavas Morte? Eu sou, apenas, tua Alma...

Quadro 3: Definição dos *frames* do poema 3

III. Passos 3, 4 e 5: Definição dos elementos dos *frames*/ Identificação e descrição dos modelos metafóricos e metonímicos/Identificação das ocorrências de recategorização

O primeiro *frame* do poema, conforme esquematização seguinte, desenvolve-se em torno da caracterização do elemento morte.

Frame 1: APRESENTAÇÃO DA MORTE

“Ela é aquela Princesa Adormecida no seu claro jazigo de cristal.
Aquele a quem, um dia - enfim - despertarás...”

A) Elementos: MORTE (recategorizada como Princesa Adormecida)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Ela é aquela Princesa Adormecida

Ela: REMETE À MORTE.
 PRINCESA ADORMECIDA POR MORTE (metonímia)
 A MORTE É UMA PESSOA (metáfora)
 A MORTE É SONO (metáfora)

no seu claro jazigo de cristal.
 CLARO JAZIGO DE CRISTAL POR LUZ (metonímia)
 A MORTE É ILUMINAÇÃO (metáfora)

Aquela a quem, um dia - enfim - despertarás...
 Aquela: retoma princesa adormecida (morte)
 O VIVO É O DESPERTADOR DA MORTE
 UMA INVERSÃO DO ESQUEMA DE IMAGEM ORIGEM-PERCURSO-META

De início, no *frame* 1, destaca-se a expressão recategorizadora, por metáfora, “Princesa Adormecida”, cujo referente “morte” aparece explícito no último *frame* do poema, o que mais uma vez evidencia o movimento circular do processo de recategorização. Essa recategorização está licenciada tanto pela metonímia PRINCESA ADORMECIDA POR MORTE quanto pela metáfora A MORTE É UMA PESSOA. Na sequência, ocorre a recategorização de “luz como claro jazigo de cristal”, licenciada pela metonímia CLARO JAZIGO DE CRISTAL POR LUZ, da qual também se infere a metáfora A MORTE É ILUMINAÇÃO, metáfora fundamental para a estruturação da concepção de morte dominante no poema, que se estrutura por uma inversão do esquema de imagens ORIGEM-PERCURSO-META.

A expressão linguística “Aquela a quem um dia – enfim – despertarás” evoca o sentido do vivo como um despertador da morte, diferentemente do que demonstrado na análise dos dois primeiros poemas, em que a concepção de morte é perpassada inteiramente por um caráter de subjugação, o que gera medo e incerteza diante de sua condição inevitável. Nesse processo inverso, como veremos ao longo do desenvolvimento dos outros *frames*, a morte deixa de ser associada a escuridão, incerteza e horror, passando a ser concebida com leveza e aceitação, como se infere da própria recategorização de “morte como Princesa Adormecida”. Prevalece aqui o modelo cognitivo/cultural de morte como acontecimento inevitável, mas, para o enunciador, o encontro com a morte ocorre num momento certo, predeterminado e sem pavor, numa espécie de comunhão, pois a morte significa um (re)nascimento, conforme se apresenta na estruturação do *frame* seguinte.

Frame 2: MOMENTO DA MORTE

“E o que esperavas ser teu suspiro final
 é o teu primeiro beijo nupcial!”

A) Elemento: PESSOA (VIVO)
MORTE (ENTIDADE)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

E o que esperavas ser teu suspiro final
é o teu primeiro beijo nupcial!

SUSPIRO FINAL POR MORTE (metonímia)
A MORTE É O COMEÇO DE UMA JORNADA (metáfora)
A MORTE É (RE)NASCIMENTO (metáfora)
BEIJO NUPCIAL POR UNIÃO COM A MORTE (metonímia)

No *frame* 2, temos a recategorização metonímica de “morte como suspiro final” e a de “união com a morte como beijo nupcial”, licenciadas, respectivamente, pelas metonímias SUSPIRO FINAL POR MORTE e BEIJO NUPCIAL POR UNIÃO. Esse *frame* evoca também as metáforas A MORTE É O COMEÇO DE UMA JORNADA e A MORTE É (RE)NASCIMENTO, que colaboram para a concepção de morte não como o fim inevitável, mas como um começo de uma “nova jornada”, ficando implícito que isso se realiza numa outra dimensão. O enunciador desvela esse conhecimento da morte, no *frame* seguinte, em que, coerentemente com a recategorização de morte como uma Princesa Adormecida, que introduz o *frame* 1, o cenário do encontro com a morte se reveste de um ar de encantamento e suavidade.

Frame 3: ENCONTRO COM A MORTE

“- Mas como é que eu te receava tanto
(no teu encantamento lhe dirás)
e como podes ser assim - tão bela?!
Nas tantas buscas, em que me perdi,
vejo que cada amor tinha um pouco de ti...”

“E ela, sorrindo, compassiva e calma:
- E tu, por que é que me chamavas Morte?
Eu sou, apenas, tua Alma...”

A) Elementos: MORTE
PESSOA

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

- Mas como é que eu te receava tanto
(no teu encantamento lhe dirás)

Eu: remete a um interlocutor

O enunciador simula a reação e a voz de um interlocutor no encontro com a morte, em que se opera uma mudança radical de posicionamento.

Infere-se que, em vida, a concepção de morte desse interlocutor era a de separação, representada ela por uma entidade tenebrosa, que ceifa vidas, daí o receio. Depois do encontro, todo esse cenário se descontrói, para dar lugar a um outro, de beleza e encantamento.

e como podes ser assim - tão bela?!

A MORTE NÃO É HORROR.

A MORTE É BELEZA (metáfora)

A MORTE É PARA CIMA (metáfora)

Nas tantas buscas, em que me perdi,

BUSCAS POR EXPERIÊNCIAS DA VIDA (metonímia)

EXPERIÊNCIAS TRAZEM PERDAS.

vejo que cada amor tinha um pouco de ti...

O AMOR É MORTE (metáfora)

E ela, sorrindo, compassiva e calma:

Ela: refere-se à morte

A MORTE É SERENIDADE (metáfora)

- E tu, por que é que me chamavas Morte?

MORTE POR FIM (metonímia)

Eu sou, apenas, tua Alma...

ALMA PELA ESSÊNCIA DO SER (metonímia)

A ALMA É IMORTAL. MORRER É REENCONTRAR-SE.

A MORTE É O NÃO-SER (metáfora). A MORTE É UM ESTADO DE BELEZA.

O conjunto de expressões linguísticas que evocam o último *frame* está todo voltado para a construção de um cenário diferente do tradicional encontro com a morte, na perspectiva já explícita do enunciador de que a morte não é separação. Neste *frame*, destaca-se uma relação de metáforas e metonímias que, por um processo inferencial, tomamos como instanciadoras das expressões linguísticas em destaque: a) “e como podes ser assim - tão bela?!”: as metáforas A MORTE É BELEZA e A MORTE É PARA CIMA; b) “nas tantas buscas em que me perdi”: a metonímia BUSCAS POR EXPERIÊNCIAS DA VIDA; c) “vejo que cada amor tinha um pouco de ti”: a metáfora AMOR É MORTE (PERDA); d) “E ela sorrindo, compassiva e calma”: a metáfora A MORTE É SERENIDADE; e) “E tu – por que me chamavas Morte?”; a metonímia MORTE POR FIM; f) “Eu sou apenas tua Alma”: metonímia ALMA PELA ESSÊNCIA DO SER; metáforas A MORTE É O NÃO-SER e A MORTE É UM ESTADO DE BELEZA. Note-se que as metáforas descritas neste *frame* fecham o ciclo configurado a partir do *frame* 1, em que se delineia uma inversão do esquema de imagens ORIGEM-PERCURSO-META, na estruturação da

metáfora A MORTE É O FIM DE UMA JORNADA, quando o vivo vai ao encontro da morte e não o contrário.

Nessa perspectiva, como vimos, a metáfora é A MORTE É O COMEÇO DE UMA JORNADA, uma espécie de (re)nascimento. Em razão disso, justifica-se toda uma caracterização da morte em termos de atributos relacionados a um estado de beleza e não de horror, em decorrência de sua aceitação como o começar de uma nova etapa, compreendendo-se que, na verdade, a morte é um reencontro com a própria alma, que é imortal. Assim, não se pode pensar a morte como um fim inevitável, tampouco como uma entidade de aspecto aterrorizador, pois todo o poema gira em torno da recategorização metafórica de “morte como uma Princesa Adormecida” que, iteramos, conduz à sua concepção como um estado de beleza e (re)nascimento .

Ressalte-se que, neste último *frame*, as metáforas e metonímias que licenciam expressões linguísticas, apesar das relações entre si, não constituem propriamente casos de interação metáfora-metonímia no instanciamento de expressões linguísticas recategorizadoras. Mas não há dúvida de que o conjunto formado por todas elas está diretamente relacionado à recategorização metafórica de “morte como Princesa Adormecida”, principalmente as metáforas A MORTE É BELEZA, A MORTE É PARA CIMA e A MORTE É SERENIDADE, colaborando, num processo de circularidade, para a sua construção.

3.2.4 Análise do poema 4

Consoada

Manuel Bandeira

Quando a Indesejada das gentes chegar
 (Não sei se dura ou caroável),
 talvez eu tenha medo.
 Talvez sorria, ou diga:
 - Alô, iniludível!
 O meu dia foi bom, pode a noite descer.
 (A noite com os seus sortilégios.)
 Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
 A mesa posta,
 Com cada coisa em seu lugar.

I. Passo 1: Divisão do poema

Parte 1: O enunciador cria um cenário de como seria o momento de seu encontro inevitável com a morte.

Quando a Indesejada das gentes chegar
(Não sei se dura ou caroável),
talvez eu tenha medo.
Talvez sorria, ou diga:
- Alô, iniludível!
O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(A noite com os seus sortilégios.)

Parte 2: O enunciador afirma o seu estado de preparação para a ceia (encontro) com a morte.

Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar.

II. Passo 2: Definição dos *frames*

DIVISÃO DO POEMA	FRAMES	SEGMENTOS TEXTUAIS
Parte 1	<i>Frame 1:</i> CEIA COM A MORTE	Quando a Indesejada das gentes chegar (Não sei se dura ou caroável), talvez eu tenha medo. Talvez sorria, ou diga: - Alô, iniludível! O meu dia foi bom, pode a noite descer. (A noite com os seus sortilégios.)
Parte 2	<i>Frame 2:</i> PRONTIDÃO PARA A MORTE	Encontrará lavrado o campo, a casa limpa, A mesa posta, Com cada coisa em seu lugar.

Quadro 4: Definição do *frame* do poema 4

III. Passos 3, 4 e 5: Definição dos elementos dos *frames*/ Identificação e descrição dos modelos metafóricos e metonímicos/Identificação das ocorrências de recategorização

Frame 1: CEIA COM A MORTE

“Quando a Indesejada das gentes chegar
(Não sei se dura ou caroável),
talvez eu tenha medo.
Talvez sorria, ou diga:
- Alô, iniludível!
O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(A noite com os seus sortilégios.)

- A) Elementos: CEIA
ENUNCIADOR
MORTE (recategorizada como Indesejada das gentes e como noite)
VIDA (recategorizada como dia)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Consoada refere-se a ceia noturna.
CONSOADA ESTÁ POR CEIA NOTURNA (metonímia)

Quando a Indesejada das gentes chegar
INDESEJADA DAS GENTES ESTÁ POR MORTE (metonímia)
GENTES PELOS VIVOS (metonímia)
A morte não é bem-vinda entre os vivos porque gera a separação.
A MORTE É SEPARAÇÃO (metáfora)
A MORTE É UM CONVIDADO INDESEJADO (metáfora)
É um convidado indesejado, porque chega assim mesmo, inevitavelmente.

(Não sei se dura ou caroável),
DURA E CAROÁVEL PELO TIPO DE MORTE (metonímia)
Dura refere a insensibilidade. O ser insensível é frio.
A MORTE É FRIA (metonímia)
DURA ESTÁ POR MORTE CRUEL (metonímia)
Caroável refere-se a carinho.
CAROÁVEL ESTÁ POR MORTE TRANQUILA (metonímia)

talvez eu tenha medo.
Talvez remete à dúvida provocada pela ignorância. O medo é provocado pela ignorância.
A proximidade da morte pode causar medo.

O MEDO É FRIO (metonímia)
A MORTE É FRIA (metonímia)

Talvez sorria, ou diga:

A proximidade da chegada da morte traz o conhecimento. O conhecimento gera intimidade.

- Alô, iniludível!

Alô: remete a intimidade

Iniludível: não se pode enganar a morte.

A MORTE É UMA CERTEZA (metáfora)

O meu dia foi bom, pode a noite descer.

DIA PELA VIDA (metonímia)

A VIDA É UMA JORNADA CUMPRIDA (metáfora)

NOITE POR MORTE (metonímia)

A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

A MORTE É PARA BAIXO (metáfora)

(A noite com os seus sortilégios.)

NOITE POR MORTE (metonímia)

A MORTE É ESCURIDÃO (metáfora)

SORTILÉGIOS PELOS RITUAIS DA MORTE (metonímia)

Esse primeiro *frame* é introduzido pela recategorização de “morte como Indesejada das gentes”, cuja descrição, da forma como aqui procedemos, não prescinde de sua relação direta com o modelo metonímico evocado pela expressão linguística que dá título ao poema, “Consoada”. Numa relação metonímica, CONSOADA ESTÁ POR CEIA NOTURNA, compreendendo-se que, a partir desse modelo cognitivo, é possível a abertura do *frame* de CEIA COM A MORTE, sendo exatamente pelo conjunto dos modelos metafóricos e metonímicos constantes do *frame* que são geradas as inferências que permitem a (re)construção do referente “morte”, num processo totalmente circular, em que é necessário passar por todo o conjunto para alcançar esse objetivo.

Como é possível se depreender da esquematização desse *frame*, modelos metafóricos e metonímicos subjazem à expressão linguística recategorizadora “Indesejada das gentes”. Reiteramos que, por um processo metonímico, INDESEJADA DAS GENTES ESTÁ POR MORTE, numa relação de CARACTERÍSTICA POR PESSOA, ao mesmo tempo em que a morte é concebida metaforicamente como uma pessoa (um convidado indesejado), inferência gerada a partir das metáforas A MORTE É UM CONVIDADO INDESEJADO e A MORTE É SEPARAÇÃO. Essa personificação da morte, a partir da relação metonímica CARACTERÍSTICA POR PESSOA, pode ser encontrada também na sua representação como um Ceifeiro Cruel (*Grim Reaper*), cuja

análise, proposta por Fauconnier e Turner (2002), embora na perspectiva da Teoria de *Blending*, também admite que a integração desse conceito envolve necessariamente interações complexas entre metáforas e metonímias.

Assim, conforme a descrição feita, note-se que, no licenciamento da expressão linguística recategorizadora “Indesejada das gentes”, há a integração da metáfora e da metonímia, em mais um exemplo de ocorrência em que se dá o fenômeno da interação entre os dois processos, postulado neste estudo. Acrescem-se a essa descrição, na (re)construção do referente “morte”, outras âncoras explícitas na superfície textual, como as expressões atributivas “dura” e “caroável”, cuja explicitação dos modelos cognitivos que subjazem a elas também colabora para a recuperação desse referente. Vimos que, metonimicamente, DURA ESTÁ POR MORTE CRUEL e CAROÁVEL POR MORTE TRANQUILA. Assim, consideramos que, nesse caso, essas expressões atributivas personificam cada tipo de morte.

Outros modelos cognitivos metafóricos e metonímicos evocados nesse *frame*, embora não necessariamente na função de licenciar expressões linguísticas recategorizadoras, também são significativos na tessitura do referente “morte”. É o caso das metonímias subjacentes ao segmento textual “talvez eu tenha medo”, ou seja, O MEDO É FRIO e A MORTE É FRIA, e também o da metáfora A MORTE É UMA CERTEZA, que subjaz ao segmento “Talvez sorria, ou diga: Alô, iniludível!”. Entretanto, a reconstrução desse referente se torna mais explícita pela presença de duas outras expressões linguísticas recategorizadoras antagônicas, ou seja, “dia” e “noite”.

As metáforas e metonímias que licenciam essas expressões colaboram sobremaneira na ancoragem do referente “morte”, que sofre, na progressão referencial do poema, uma segunda recategorização, como “noite”, precedida da recategorização de “vida como dia”, cujo referente “vida” também é inferido dos modelos cognitivos que subjazem ao licenciamento da expressão recategorizadora “dia”, quer seja a metonímia DIA ESTÁ PELA VIDA, quer seja a metáfora A VIDA É UMA JORNADA. Da mesma forma, a metonímia NOITE ESTÁ POR MORTE e as metáforas A MORTE É ESCURIDÃO e A MORTE É PARA BAIXO licenciam a segunda recategorização de “morte como noite”, ocorrendo novamente a interação entre os processos metafórico e metonímico na instanciação de recategorizações. A recategorização de “morte como noite” é retomada no poema, mas, nessa segunda ocorrência, vem seguida da expressão “seus sortilégios”, licenciada pela metonímia SORTILÉGIOS PELOS RITUAIS DA MORTE, que também colabora para a (re)construção do referente “morte”.

Frame 2: ESTADO DE TRANQUILIDADE PARA RECEBER A MORTE

A) Elementos: CAMPO LAVRADO (recategorização de atos maiores da vida)
 CASA LIMPA (recategorização de ações corriqueiras da vida)
 MESA POSTA (recategorização de prontidão para servir-se à morte)

B) Modelos metafóricos/metonímicos

Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,

CAMPO LAVRADO POR REALIZAÇÃO DE ATOS MAIORES DA VIDA (metonímia)

CASA LIMPA POR REALIZAÇÃO DE AÇÕES CORRIQUEIRAS DA VIDA (metonímia)

A mesa posta,

Mesa posta refere-se à mesa preparada para receber a morte.

MESA POSTA POR PRONTIDÃO PARA SERVIR-SE (A VIDA) À MORTE (metonímia)

A VIDA É UMA JORNADA CUMPRIDA (metáfora). A noite pode descer.

Com cada coisa em seu lugar.

O encontro com a morte não é conflituoso. O enunciador já se sente preparado, atingindo um estágio de satisfação.

CADA COISA EM SEU LUGAR ESTÁ PELO CUMPRIMENTO DA JORNADA DA VIDA (metonímia)

A VIDA É UMA JORNADA CUMPRIDA (metáfora)

Nesse segundo e último *frame*, as metonímias que licenciam as expressões linguísticas recategorizadoras “lavrado o campo”, “casa limpa” e “mesa posta”, respectivamente CAMPO LAVRADO POR REALIZAÇÃO DE ATOS MAIORES DA VIDA, CASA LIMPA POR REALIZAÇÃO DE AÇÕES CORRIQUEIRAS DA VIDA e MESA POSTA POR PRONTIDÃO PARA SERVIR-SE (A VIDA) À MORTE, remetem à construção da inferência de que o enunciador está pronto para receber (ou para servir-se à morte), para a qual também colabora a metonímia CADA COISA EM SEU LUGAR PELO CUMPRIMENTO DA JORNADA DA VIDA. Ocorre-nos, ainda, que todas essas recategorizações descritas mantêm uma estreita relação com a recategorização metafórica de “dia como vida”, descrita no *frame* anterior, podendo-se intuir que as metonímias que as licenciam, num movimento circular, também ancoram, de forma mais indireta, a construção do referente “vida”, que não se explicita textualmente.

Ressalte-se que esse movimento circular a que nos referimos não é exclusivo deste poema, mas bem próprio do processo de recategorização. A metáfora A VIDA É UMA JORNADA CUMPRIDA, que também licencia a recategorização de “dia como vida”, evocada pelo segmento “o meu dia foi bom”, interage também, num nível ainda mais complexo de descrição, com as metonímias que licenciam as expressões recategorizadoras citadas

inicialmente. Apesar dessa peculiaridade, não arriscamos dizer que esses casos de recategorização possam se dar no mesmo nível em que vimos tratando do postulado da interação metáfora-metonímia na instanciação de expressões linguísticas recategorizadoras, embora essas ocorrências mostrem o quão imbricado é o jogo da construção de inferências ancoradas nos MCIs e que há situações em que a descrição das recategorizações pode ultrapassar, em termos operacionais, o formato de aplicação do modelo da TMCI proposto neste estudo.

Há que se considerar que o poema de Bandeira é o mais complexo em termos da construção de inferências desencadeadas a partir dos modelos cognitivos evocados, constituindo-se, nesse sentido, como de uma expressiva riqueza, o que não significa o intuito de estabelecer nenhuma comparação estética entre os textos analisados. Mas, salta aos olhos o fato de que “Consoada” praticamente gira em torno da recategorização de um único referente (“morte”) como “Indesejada das gentes”, que só pode ser (re)cuperado quando se acessa uma cadeia de modelos cognitivos que, sob vários aspectos, ancora a sua (re)construção.

Os quatro poemas ora analisados servem como uma amostra da aplicação da TMCI na descrição de expressões linguísticas recategorizadoras licenciadas por metáforas e por metonímias, permitindo que se constate a exequibilidade desse modelo para a construção da interface proposta neste estudo. Avaliamos que os resultados desta análise possam ser elucidativos para uma maior compreensão dos processos cognitivos subjacentes à construção do mecanismo linguístico da recategorização, particularmente no que respeita à interação entre a metáfora e a metonímia no licenciamento desse tipo de ocorrência linguística.

Também foi possível a constatação de que o fenômeno da recategorização, em boa parte das ocorrências analisadas, marca-se por um movimento circular, não se constituindo tipicamente na linearidade do texto, pela remissão ou retomada de itens lexicais, mas se dando, sobretudo, por um processo de ancoragem ainda mais amplo, que se espraia para o nível das estruturas e do funcionamento cognitivo. É notório que esse aspecto confere à recategorização um grau de complexidade ainda maior em termos de construção textual-discursiva. Por outro lado, temos ciência de que o alcance dessa complexidade só se torna possível porque o fenômeno é aqui tratado de uma perspectiva cognitivo-referencial, ampliando-se o raio de sua abordagem no território da Linguística de Texto em interface com a Linguística Cognitiva, a qual possibilita um redimensionamento da própria concepção do processo de recategorização, em termos descritivos e explanatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos quatro poemas do *corpus* constituído para este estudo, por meio da aplicação da TMCI, partimos dos modelos proposicionais (*frames*) evocados pelas expressões linguísticas constituintes dos poemas. Na sequência, a partir dos *frames* estruturados, centramo-nos na descrição dos modelos metafóricos e metonímicos, convergindo o nosso interesse, mais particularmente, para a identificação de metáforas e de metonímias no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras. Ocasionalmente, em benefício dessa descrição, acrescentamos também a identificação de modelos de esquemas de imagens e de modelos proposicionais do tipo *script*. Ressalte-se que, no processamento cognitivo, a ocorrência desses modelos cognitivos se dá em paralelo.

A análise na ordem aqui expressa se dá apenas por uma questão heurística e, em relação às hipóteses levantadas, os resultados são elucidativos para a comprovação dessas conjecturas, conforme detalhamos, na sequência, tratando de cada uma em separado.

1. Do postulado da necessidade de uma interface com a Linguística Cognitiva no redimensionamento e descrição do processo de recategorização

No Capítulo 1, definimos as bases da concepção de recategorização que alicerça este estudo, a partir do pressuposto de que é esse um processo de natureza cognitivo-referencial, que deriva da categorização na atividade de referenciação. Reafirmamos que esse pressuposto tem os desdobramentos seguintes: i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas;

iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais.

Definida, nesses termos, a concepção de recategorização, toma lugar a hipótese da necessidade de uma interface com a Linguística Cognitiva no tratamento da recategorização, compreendendo-se que, por essa via, é possível alcançar a complexidade desse fenômeno, de forma a munir a sua abordagem de um maior poder explanatório e descritivo. As várias ocorrências de recategorizações descritas ao longo das análises permitem a constatação de que se trata de um processo cuja complexidade somente se desvela pelo tratamento dos aspectos cognitivos a ele inerentes.

Como vimos, pela própria dinâmica da recategorização, até mesmo os casos em que referente e expressão recategorizadora se manifestam explicitamente na superfície textual – o que (aparentemente) não demanda uma necessária abertura do processamento cognitivo pela pronta acessibilidade desses elementos – não estão isentos, para uma efetiva descrição da construção dos seus sentidos, da recorrência aos MCIs. É certo que essa constatação só é possível pelo fato de que tratamos dessas ocorrências levando em consideração todo o seu contexto de uso, ou seja, a análise do texto na íntegra.

Assim, por exemplo e numa perspectiva mais ampla, a recategorização metafórica de “mausoléu como hotel funéreo”, no *frame* 2 do poema 1, mesmo manifestada textualmente, não prescinde de sua instauração no *frame* de cemitério e do licenciamento das metáforas A MORTE É UMA PARADA FINAL, O MORTO É UM VIAJANTE e O MAUSOLÉU É UMA HOSPEDARIA, porque, como demonstramos, esse mesmo referente sofre outras recategorizações, ao longo do poema, cujo processamento só faz sentido mediante a identificação dos *frames* em que ocorrem. Da mesma forma, a recategorização metafórica de “cemitério como Doce Aprisco feliz dos carneiros de pedra”, no *frame* 5 do poema 2, não pode ser dissociada das metáforas A MORTE É UMA PASTORA e OS MORTOS SÃO CARNEIROS DE PEDRA.

Não desconsideramos o fato de que, nesse tipo de recategorização, em que se explicitam textualmente referente e expressão recategorizadora, a depender do propósito de abordagem, é possível que não se recorra à abertura do processamento cognitivo. Ou seja, pela explicitude dos elementos constituintes do processo (i.e., referente e expressão recategorizadora), os aspectos cognitivos que lhe são inerentes podem permanecer no inconsciente, e a marca lexical, imediatamente acessível, serve como guia para a (re)construção da recategorização.

Se a descrição dos aspectos cognitivos pode não se fazer dispensável para o processamento das recategorizações textualmente explícitas, o que dizer dos casos daquelas cuja materialização ultrapassa a superfície do texto? Foram exatamente esses casos que nos instigaram a pensar a recategorização como um fenômeno mais complexo, em termos de sua concepção primeira no âmbito da Linguística de Texto, restrita a remissões ou retomadas de itens lexicais, daí que, na maioria dos poemas analisados, vimos o quanto esse tipo de recategorização é recorrente na tessitura textual.

A aplicação da TMCI possibilitou-nos a identificação e a descrição de referentes recategorizados cujo rastreamento é possível somente por inferências ancoradas nos MCIs. À guisa de ilustração, citamos alguns casos de recategorização por metonímia, em que os referentes só se explicitam pela abertura do processamento cognitivo, quando se identificam as metonímias que licenciam essas expressões recategorizadoras, como a de “pessoa como alma”, no *frame 2* do poema 2, a de “chaminé como branco fumo” e a de “mortos como frios esqueletos”, respectivamente, nos *frames 8 e 9* do poema 1. Outros exemplo dessa natureza serão apresentados na explicitação da segunda hipótese.

A descrição da recategorização por meio de sua ancoragem em MCIs também permite a compreensão do fenômeno não apenas numa linearidade explícita na superfície textual, mas lhe é também próprio um movimento circular, em que é preciso percorrer todo um *frame* (ou conjunto de *frames*) para se rastrear o processo de forma eficaz, como é o caso da recategorização de “morte como Indesejada das gentes”, no poema 4, e da recategorização de “morte como Princesa Adormecida”, no poema 3. Nesse conjunto, a primeira recategorização é mais complexa que a segunda pelo fato de que a construção do referente “morte” somente se explicita no nível das estruturas e processamento cognitivo.

Pelos resultados da aplicação da TMCI ao *corpus* constituído para este estudo, é possível reafirmar a conjetura da interface com a Linguística Cognitiva para abarcar a complexidade da recategorização. A discussão da segunda hipótese, retomada na sequência, traz indícios também bastante significativos, que colaboram ainda mais para a validação dessa primeira hipótese discutida.

2. Do postulado da interação metáfora-metonímia no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras

No Capítulo 2, abordamos a concepção da metáfora e da metonímia como processos interativos, uma das perspectivas vigentes no tratamento desses processos

cognitivos no domínio da Linguística Cognitiva. Vimos também que os estudos desenvolvidos nessa área, em respeito ao tratamento da metáfora e da metonímia, não contemplam situações discursivas, que poderiam estender o seu alcance a fenômenos como a recategorização, conforme procedemos nesta investigação.

Com base nos estudos que fundamentam o postulado da interação metáfora-metonímia, formulamos a hipótese de que esse tipo de interação pode ocorrer também no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras. Assim, valendo-nos mais precisamente da proposta desenvolvida em Barcelona (2003), adaptada parcialmente de Goossens (2003), propomos, para a sistematização dessa questão, que possa haver uma coinstanciação textual da metáfora e da metonímia numa mesma expressão linguística, desde que esteja na função de uma expressão recategorizadora. Denominamos esse processo de integração ou interação metáfora-metonímia no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras.

Na análise dos poemas, constata-se que a interação entre metáfora e metonímia é fenômeno recorrente no instanciamento das recategorizações e a aplicação da TMCI possibilita que se compreenda a construção desse nível de ocorrência de forma mais detalhada. A descrição da recategorização de “mausoléu como mármore”, no *frame* 3 do poema 1, e a de “cova como boca libertina”, no *frame* 4 do mesmo poema, são exemplos de recategorizações licenciadas por um processo de interação metáfora-metonímia.

Pelo que apresentamos na análise do *corpus*, em respeito a essa segunda hipótese, é possível constatar que essa integração da metáfora-metonímia sempre necessita, para a sua explicitação, de uma ancoragem nos MCIs, sem mencionar que há casos, como as várias recategorizações instanciadas por esse processo no poema 4 (e.g., “morte como Indesejada das gentes”, “vida como dia” e “morte como noite”), em que a integração entre metáfora e metonímia tem maior grau de complexidade, principalmente porque os referentes recategorizados não se explicitam na superfície textual, estando a sua (re)construção na dependência de inferências bastante intrincadas.

Essa complexidade peculiar desse tipo de ocorrência, conforme descrevemos, somente se esclarece mediante a interface com a Linguística Cognitiva. Com efeito, a formulação dessa segunda hipótese só é possível no contexto dessa interface.

3. Do postulado da construção das recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias na perspectiva de um *continuum*

Validada a hipótese da interação metáfora-metonímia no licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras, entendemos que a construção dessas recategorizações licenciadas por metáforas e metonímias deva ser vista na perspectiva de um *continuum*. Dessa forma, considerando que esses processos motivam a definição de três tipos de recategorização, ou seja, recategorizações metonímicas, recategorizações metafóricas e recategorizações por interação metáfora-metonímia, a configuração desse *continuum* pode ser compreendida, minimamente, da seguinte forma: nos pontos extremos do *continuum* tomam lugar as recategorizações metafóricas e metonímicas; numa posição intermediária entre esses dois extremos, tomam lugar as recategorizações por interação metáfora-metonímia.

A proposição desse *continuum* é uma tentativa de representar a sistematização dos tipos de recategorização licenciados por metáforas e por metonímias. Entretanto, essa configuração, apesar das semelhanças estruturais, não é análoga ao *continuum* metonímia-metáfora delineado pela Linguística Cognitiva na construção da perspectiva da interação metáfora-metonímia, apesar de que tenhamos recorrido aos estudos desenvolvidos nesse campo para fundamentar a nossa hipótese da existência de um tipo de recategorização por interação metáfora-metonímia. Isso porque o *continuum* metonímia-metáfora da Linguística Cognitiva diz respeito à interação entre esses dois processos num nível puramente conceitual, em que a metonímia tende a ser considerada como um processo mais básico que a metáfora, estando o seu foco voltado para a interação entre esses processos cognitivos e não para as expressões linguísticas por eles licenciadas.

Com um propósito diferente, abordamos a interação metáfora-metonímia a partir do licenciamento de expressões linguísticas recategorizadoras, buscando explicitar, via TMCI, de que forma a interação se constrói pela evocação de metáforas e metonímias subjacentes às expressões. Dessa forma, a interação que postulamos entre os dois processos está na sua co-instanciação textual numa mesma expressão linguística recategorizadora, bastando, para tanto, que fiquemos no nível de identificação das metonímias e metáforas conceituais que interagem no licenciamento dessas expressões. Importa-nos, na verdade, comprovar que as fronteiras entre as recategorizações metafóricas e metonímicas são, por vezes, fluidas, cabendo a concepção de uma terceira espécie de recategorização, em que se dá uma integração dos dois tipos e para a qual sugerimos a denominação de recategorização por interação metáfora-metonímia.

Nessa apreciação dos resultados da análise, avaliamos que a proposição de uma interface com a Linguística Cognitiva, na condução do percurso deste estudo, levou a bom termo os objetivos para ele delineados, considerando os resultados como sugestivos para um redimensionamento do objeto da recategorização. Não há dúvida de que a possibilidade de se trabalhar com os processos cognitivos subjacentes às recategorizações, viabilizada pela aplicação da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), amplia a compreensão da complexidade do fenômeno, cuja materialidade, como vimos, ultrapassa o nível da superfície do texto.

Assim, mesmo que haja, nessa interface, conflitos terminológicos ou conceituais, considerando os construtos teóricos com os quais cada domínio de investigação opera, há também pontos de convergência elucidativos para explicar as várias faces da recategorização, em que destacamos, particularmente, os casos que envolvem a construção de referentes não expressos linguisticamente na superfície textual. Vimos que o experiencialismo rompe com a visão clássica objetivista, que concebe as representações como espelhamento da realidade, posição contra a qual a perspectiva da referenciação também se insurge. Nesse contexto, a Linguística Cognitiva assume que aquilo a que uma expressão linguística refere não é exatamente um objeto ou elemento da realidade, mas algo mediado por construtos teóricos do tipo que a categorização elabora, cabendo aqui a própria noção de modelos cognitivos idealizados que apresentamos no Capítulo 2. De forma mais simplificada, a perspectiva da referenciação, pelo foco nos processos interacionais das práticas discursivas, assume que o referente é construído no/pelo discurso, voltando-se muito mais para a abordagem dos mecanismos textuais de sua construção/evolução.

Por esse ângulo, como foi apresentado nas análises, a interface entre as duas áreas permite uma descrição dos referentes que não se expressam textualmente, comprovando que podem ser (re)construídos por processos inferenciais ancorados em modelos cognitivos, cujos elementos estruturadores são conceitos. Assim, a “materialidade” desses referentes é mediada pelas expressões linguísticas licenciadas por *frames* e por outros modelos cognitivos idealizados, como demonstramos na descrição das várias ocorrências de recategorizações. Dessa forma, fica mais claro por que assumimos que o processo de recategorização pode, ou não, revelar-se por, e concentrar-se em, expressões referenciais, o que implica um redimensionamento de sua natureza.

Ressalte-se, ainda, na construção dessa interface, o fato de que, embora o nosso recorte de investigação se tenha restringido às recategorizações licenciadas por metáforas e

por metonímias, a aplicação do modelo de análise proposto, particularmente em respeito aos modelos proposicionais do tipo *frame*, pode ser extensiva à descrição de qualquer tipo de recategorização, tornando possível um nível de explanação do fenômeno mais consistente, principalmente os tipos rotulados pela Linguística de Texto como implícitos. O mais importante, nessa trajetória, é a compreensão de que tratar a recategorização pelo processo e não apenas pelo mecanismo textual é uma estratégia muito mais produtiva para a descrição desse fenômeno linguístico, uma vez que se viabiliza a explicitação das estruturas e processos subjacentes a sua construção, os quais, na maioria das vezes, são essenciais para a sua (re)construção. Explicitar esses processos, por meio da análise linguística, conforme procedemos neste estudo, dá margem para que se enverede pela riqueza e potencialidade da recategorização na (re)construção de referentes, como ilustram as várias recategorizações do referente “morte”, constantes do *corpus* analisado.

Chamamos particular atenção para o fato de que o modelo de análise aplicado na descrição das recategorizações não deve ser visto como um modelo de processamento do sujeito-leitor/intérprete, não se tratando, ao mesmo tempo, do processo do autor/eu poético. Lidamos com um modelo de análise linguística em que partimos da materialidade do texto para os possíveis processos linguístico-cognitivos subjacentes e esclarecemos que as interpretações e rotulações dos modelos cognitivos, mesmo guiadas pelo sinal linguístico, não podem ser tomadas como únicas e exaustivas. O que não se pode questionar é a existência dos processos subjacentes às expressões linguísticas e, especificamente, a interação entre os processos metafóricos e os metonímicos no licenciamento das recategorizações.

Ainda com relação ao postulado da interação metáfora-metonímia, avaliamos que a substancialidade das descrições do *corpus* pode encetar uma investigação de outros padrões de interação entre os dois processos no licenciamento das recategorizações, o que resultaria, no tratamento das recategorizações instanciadas por metáforas e metonímias, numa configuração mais detalhada do *continuum*. Reconhecemos, ainda, que a riqueza das recategorizações, em termos de criatividade da língua e da interação dos processos metafóricos e metonímicos, tem ainda potencial para ser explorada por outros modelos de Semântica Cognitiva, a exemplo da Teoria do *Blending* (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Porém, esse seria um empreendimento para investigações futuras, pois o respectivo modelo teórico não é necessariamente compatível com a TMCI, inclusive terminologicamente.

No que se refere à temática eleita para a constituição do *corpus*, vimos que a concepção de morte que subjaz à construção dos poemas, mesmo estruturada por diferentes

modelos metafóricos e metonímicos, está ancorada num modelo cultural instituído pela tradição religiosa, que prega a visão de morte como uma partida inevitável para um destino final. O que difere, em cada poema, é o ponto de vista de cada enunciador sobre essa visão, expresso por sentimentos não só de horror, medo e dúvida, mas também de aceitação e celebração, sendo que as diferentes personificações da morte evocadas pelos poemas são igualmente motivadas por esse modelo cultural, sob o reflexo da perspectiva do enunciador. Não é de causar estranheza, portanto, que a morte seja personificada como uma Princesa Adormecida, no poema 3, ou como uma pastora, no poema 2.

Por último, ratificamos o nosso entendimento de que a interface com a Linguística Cognitiva na descrição de expressões linguísticas recategorizadoras, desenvolvida neste estudo, traz contribuições substanciais para a Linguística de Texto, no sentido de elucidar a complexidade do processo cognitivo-referencial de recategorização. Contudo, por uma via de mão dupla, essa interface termina por ser também uma contribuição para a Linguística Cognitiva na sua relação com a Linguística de Texto, tendo em vista o tratamento de determinados fenômenos cognitivos aos quais não vem se dedicando uma atenção mais sistemática, como é o caso da recategorização.

Reconhecemos, por fim, que a trajetória cumprida, neste estudo, não significa o término da jornada. Há muito ainda a se construir nesse percurso. Levantamos nós, apenas, a ponta do véu.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DE PIADAS. São Paulo: Sampa, nº 02, [2002].

APOTHÉLOZ D., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). **Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71.

BARCELONA, A. Clarifying and applying the notions of metaphor and metonymy within cognitive linguistics: an update. In: René Dirven, Ralf Pörings (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 207-277.

BARSALOU, L. W. Ad-hoc categories. **Memory and Cognition**. N. 11, p. 211-227, 1983.

_____. Determination of graded structures in categories. Technical report, Psychology Department, Emory University, 1984.

BEAUGRANDE, R. de. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society**. Norwood, Alex, 1997.

_____. DRESSLER, W. U. **Introducción a la lingüística del texto**. Barcelona: Ariel, 1997.

BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 245-287.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Houser ou A fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAVALCANTE, M. M. **Expressões indiciais em contextos de uso:** por uma caracterização dos dêiticos discursivos. 2000. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 44, p. 105-118, 2003.

_____. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. M., BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 125-149.

CIULLA, A. **A referenciação anafórica e dêitica:** com atenção especial para os dêiticos discursivos. 2002. 90 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

CIULLA E SILVA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas:** o universo literário dos contos. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes:** um convite à reflexão. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: University Press, 2004.

DIRVEN, R. Metonymy and metaphor: different mental strategies of conceptualization. In: René Dirven, Ralf Pörling (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 75-111.

EYSENCK, M.; KEANE, M. **Psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

EVANS, V. **A glossary of cognitive linguistics**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2007.

EVANS, M.; BERGEN, B. K.; ZINKEN, J. The cognitive linguistics interprise: an overview. Disponível em http://www.port.ac.uk/departments/academic/psychology/staff/downloads/filetodownload_68131.en.pdf. Acesso em 20/12/2008.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we thing**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FELTES, H. P. M. A semântica cognitiva prototípica de George Lakoff. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 49-71, 1992.

FELTES, H. P. M. **Semântica cognitiva**: ilhas, pontes e teias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics and the nature of language. **Annals of the New York Academy of Science**: Conference on the origin and development of language and speech, v. 280, p. 2032, 1976.

FILLMORE, Charles J. The need for a frame semantics in linguistics. In: KARLGREN, Hans (ed.). **Statistical Methods in Linguistics**, n. 12, p. 5-29, 1977.

_____. Charles J. Towards a descriptive framework for especial deixis. In: JARVELLA, R. J.; KLEINS, W. (eds.). **Speech, place, and action**. London: John Wiley, 1982a, p. 31-59.

_____. Charles J. Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (eds.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982b.

_____. Charles J. Frames and semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**. v.6 n.2, 222-255, 1985.

GEERAERTS, D. Cognitive linguistics. In: Verschueren et al. (eds.). **Handbook of pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins, 1995, p. 111-116.

GOOSSENS, L. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: René Dirven, Ralf Pöring (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 349-377.

GRADY, J. **Foundations of meaning**: primary metaphors and primary scenes. Berkeley: University of California, Berkeley, 1997. PhD Dissertation.

GRADY, J.; JOHNSON, C. Converging evidence for the notions of subscene and primary scene. In: René Dirven, Ralf Pöring (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 533-554.

JAGUARIBE, V. M. F. O jogo da recategorização no texto poético. In: CAVALCANTE, Mônica M.; BRITO, Mariza A. P. (orgs.). **CD- Rom Gêneros Textuais e Referenciação**. Protexoto-UFC: FORTALEZA, 2004.

_____. **A recategorização no texto literário**: as negociações discursivas em poemas. Fortaleza: UFC, Projeto de tese, 2005.

_____. Os caprichos e condescendências do discurso literário. In: CAVALCANTE, M. M. C.; COSTA, M. H. C.; JAGUARIBE, V. F.; FILHO, C. V. (orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 221-249.

JOHNSON, M. **The body in the mind**: the bodily basis of reason and imagination. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: Mussalin, F.; Bentes, A. C. (orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L., FOLTRAN, M. J. & OLIVEIRA, P. P. DE. (orgs.) **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 244-62.
KOVÁCS, J. M. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture**: universality and variation. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. The invariance hypothesis: Is abstract reason based on image-schemas? **Cognitive Linguistics**, 1, 1, 39-74, 1990.

_____. The contemporary theory of metaphor. In: Ortony, Andrew (ed.), **Metaphor and thought**, 2 ed. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1993, p. 202-251.

LAKOFF, G.; THOMPSON, H. Introduction to cognitive grammar. **Proceedings of the 1st Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**. Berkeley, CA.: Berkeley Linguistics Society p. 295-313, 1975.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; TURNER, M. **More than cool reason**: a field guide to poetic metaphor. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

LANGACKER, R. W. **Foundation of cognitive grammar**: Theoretical pre-requisites. Vol. I, Standford: Standford University Press, 1987.

LEITE, R. L. **Metaforização textual**: a construção discursiva do sentido metafórico no texto. 2007. 212f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LIMA, S. M. C. **(Re)categorização metafórica e humor**: trabalhando a construção dos sentidos. 2003. 171f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. Bernadete, RODRIGUES, A.C.S. (orgs.). **Gramática do Português Falado**. v. VIII. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002. p. 31-56.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

MATOS, J. G. **As funções discursivas das recategorizações**. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

McCAULEY, R. The role of theories in a theory of concepts. In: **Concepts and conceptual development**: ecological and intellectual factors in categorization. New York: Cambridge University Press, 1987, p. 288-308.

MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: P. H. Winston, ed., **The psychology of computer vision**. New York: McGraw-Hill, 1976.

MIRANDA, N. S. O caráter partilhado da construção da significação. **Verebas**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 57-81, 2001.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation. **TRANEL (Travaux neuchâtois de Linguistique)**, nº 23, 1995, p. 273-302.

MONDADA, L. Gestion du topic et organization de la conversation. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**: Campinas, n. 41, IEL/UNICAMP, 2001, p. 7-36.

_____. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma cirurgia. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 11-31.

MURPHY, G. L.; MEDIN, D. L. **The role of theories in conceptual coherence**. Psychology Department, Brown University, Providence, Rhode Island, 1984.

NÚÑEZ, R. E.; EDWARDS, L. D.; MATOS, J. F. Embodied cognition as grounding for situatedness and context in mathematics education. In: **Education Studies in Mathematics**. Netherlands, 1999, 39: 45-65.

PIADAS SELECIONADAS. São Paulo: Escala, Ano 3, nº 17, 2003.

RADDEN, G. How metonymic are metaphors? In: René Dirven, Ralf Pöring (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 407-434.

REDDY, M. J. The conduit metaphor - a case of frame conflict in our language about language. In: A. ORTONY (ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge university press, 1979, p. 284-324.

RIEMER, N. When is a metonymy no longer a metonymy. In: René Dirven, Ralf Pöring (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 379-406.

ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 104, 192-233, 1975.

_____. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. (eds) **Cognition and Categorization**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1978.

RUMELHART, D. Notes on a schema for stories. In: D. G. Bobrow ; A. M. Collins, eds., **Representation and understanding: studies in cognitive sciences**. New York: Academic Press, p. 211-236, 1975.

SALOMÃO, M. M. A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SARRUMOR, L. **Mil piadas do Brasil**. Nova Alexandria: São Paulo, 1999.

_____. **Ainda mais mil piadas do Brasil**. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

SCHANK, R. C.; ABELSON, R. **Scripts, plans, and understanding**. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1977.

SCHANK, R. C.; KASS, A. Knowledge representation in people and machines. In: ECO, U.; SANTAMBROGIO, M.; VIOLI, P. (eds.). **Meaning and mental representation**. Indianapolis: Indiana University Press, 1988, p. 181-200.

SCHWARZ, M. **Indirekte Anaphern in Texten**. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SILVA, A. S. da. O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Vol. 7, 2003a, 13-75.

SILVA, A. S. da (org.). **Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva**. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 2ed, 2003b.

SWEETSER, E. E. The definition of lie: an examination of the folk theories underlying a semantic prototype. In: Holland, D., Quinn, N. (eds.). **Cultural Models in Language and Thought**. University of Chicago Press: Chicago, 1987, p. 43-66.

TALMY, L. How language structure space. In: h. Pick & L. Acredolo (eds.), **Spatial Orientation: Theory, Research, and Application**, New York: Plenum Press, 1983, 225-282.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. **Cognitive Science**, 12, 49-100, 1988.

TAYLOR, R. J. Category extension by metonymy and metaphor. In: René Dirven, Ralf Pöring (eds.), **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 323-347.

TAVARES, D. P. F. de. **Processos de recategorização**: uma proposta classificatória. 2003.142f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2003.

TEIXEIRA, J. de F. **Mentes e máquinas**: uma introdução à ciência cognitiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VAN DIJK, T.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

VARELA, F. **Conocer. Las Ciencias Cognitivas**: Tendencias y Perspectivas. Cartografía de las Ideas Actuales. Barcelona: Gedisa, 1988.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **A mente incorporada**: ciências cognitivas e experiência humana. Trad. Maria Rita Secco Hofmeister. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VASCONCELOS DE SÁ, J. **As funções cognitivo-discursivas das diversas formas de encapsulamento no texto escrito**. 2006. 104 f. Projeto de dissertação de Mestrado em Linguística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

WILSON, M. Six views of embodied cognition. In: **Psychonomic Bulletin & Review**, 2002, 9(4), 625-636.

ZAMPONI, G. **Processos de referenciação**: anáforas associativas e nominalizações. 2003. 273 p. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, São Paulo, 2003.

FONTES DO *CORPUS*:

ALVES, Castro. **Espumas Flutuantes**. São Paulo: Record, 1998.

BANDEIRA, Manuel. **Opus 10**. Niterói: Edições Hipocampo, 1952.

COSTA E SILVA, Antonio Francisco da. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

QUINTANA, Mario. **Apontamentos de história sobrenatural**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Editora Globo, 1976.